

ISABEL CAMILO DE CAMARGO

**O SERTÃO DE SANTANA DE PARANAÍBA:
UM PERFIL DA SOCIEDADE PASTORIL-ESCRAVISTA NO SUL DO
ANTIGO MATO GROSSO (1830 - 1888)**

DOURADOS – 2010

ISABEL CAMILO DE CAMARGO

**O SERTÃO DE SANTANA DE PARANAÍBA:
UM PERFIL DA SOCIEDADE PASTORIL-ESCRAVISTA NO SUL DO
ANTIGO MATO GROSSO (1830-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientadora: Prof. Dra. Maria do Carmo Brazil

DOURADOS - 2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central

981.7 C172s	<p>Camargo, Isabel Camilo de</p> <p>O sertão de Santana de Paranaíba : um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888). / Isabel Camilo de Camargo. – Dourados, MS : UFGD, 2010. 232f.</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Maria do Carmo Brazil Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Santana do Paranaíba, MT – História (1830-1880) 2. Mato Grosso – Colonização – História (1830 – 1888). 3. Trabalhadores – Brasil – Condições sociais. I. Título.</p>
----------------	---

ISABEL CAMILO DE CAMARGO

**O sertão de Santana de Paranaíba:
Um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-
1888)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Maria do Carmo Brazil (Dra., UFGD) _____

2º Examinador:

Mario José Mastri Filho (Dr.,UPF) _____

3º Examinador:

Paulo Marcos Esselin (Dr., UFGD) _____

A minha mãe, e ao meu pai, *in memoriam*, para os quais o estudo é a melhor herança, e que tanto prezam por isso.

AGRADECIMENTOS

Ao final de mais esta jornada, gostaria de agradecer às pessoas que fazem parte da minha história e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho; assim, agradeço tanto àquelas que me proporcionaram contribuições acadêmicas como também àquelas sem as quais a vida não teria sentido.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai, *in memoriam*, que sempre me incentivaram à leitura e aos estudos, e que sem o carinho e apoio financeiro de minha mãe não teria concretizado esse sonho.

À minha irmã, grande companheira.

A todos os meus familiares que me apoiaram sempre de alguma forma.

Ao Ricardo, meu esposo, que me apoiou e ajudou a concretizar esse trabalho.

Às minhas amigas Marcinha e Daline que tão bem me receberam em sua casa, e foram verdadeiros anjos (também agradeço ao Cléber, secretário do Programa, que nos apresentou).

Agradeço às minha amigas Hilda e Julice, que tanto alegram a minha vida e faz com que as dificuldades pareçam ser pequenos percalços.

À Gislei (Preta), minha professora de espanhol, que tanto me ajudou e é um exemplo de professora e de pessoa.

Aos meus amigos de mestrado, que dividi alegrias e angústias, sobretudo Patrícia, Lenita, Fábio, João e Divino.

À minha orientadora Maria do Carmo Brazil pela motivação e por acreditar sempre na concretização desse trabalho.

Aos colegas Saulo Mello e Santierre Luis Krewer Sott.

Ao Programa de mestrado em História da UFGD, nas pessoas do Prof. Dr. Eudes Fernando Leite e Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, pela disponibilidade em ouvir, dialogar, pelos auxílios financeiros e bolsa de estudos por um ano que muito me ajudou.

Ao Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, na pessoa do José Carlos dos Santos, pela atenção e disponibilidade.

Aos professores das disciplinas cumpridas, e por não caber em tão curto espaço, agradeço de coração a todas as pessoas que estiveram ao meu lado nesse percurso.

Por último, o mais importante: agradeço a Deus por me possibilitar essa realização e por colocar essas pessoas em meu caminho.

RESUMO

Este trabalho nasceu da necessidade de contribuir para o avanço dos estudos sobre a criação pastoril enquanto atividade importante no processo de formação da sociedade brasileira. A extração predatória promoveu a rápida falência dos *eldorados* brasileiros (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) e atuou no processo produtivo de forma a deslocar os capitais utilizados na mineração para outros setores, entre eles a pecuária. No caso de Mato Grosso, o insucesso da extração mineira se transformou em uma atividade insustentável para a sociedade, aspecto que ensejou o desenvolvimento da propriedade agropastoril. Essa inversão de capitais transformou o sertão mato-grossense num centro atrativo para quem buscava adquirir a posse de imensos terrenos devolutos propícios à criação bovina. No processo de construção do discurso histórico sobre esse objeto, dois aspectos não escaparam de nossa análise: o primeiro refere-se à identificação das ideologias inseridas nos processos temporais, o que ajuda explicar a estreita relação entre poder familiar e estruturas de poder, movimento norteador de grande parte da formação histórica da sociedade brasileira. O outro aspecto relaciona-se à reflexão sobre os mitos fundadores emanados da sociedade em questão. Foi atribuída aos entrantes mineiros e francanos a posição de *desbravadores*, de primeiros ocupantes, eles chegaram de carreta e a cavalo para ocupar o espaço *desabitado*. Desde a década de 1830, a região de Santana de Paranaíba foi alcançada pelo movimento de expansão demográfica promovida pelo dito *pioneiro colonizador*. Os quadros elaborados, a respeito da vida material e social de Santana de Paranaíba, evidenciam o flagrante silêncio historiográfico voltado para a produção pastoril no contexto da ordem escravista, além de revelar que as abordagens sobre os desdobramentos e características dessa atividade exigem projetos efetivos de levantamento de fontes arquivais. Do ponto de vista metodológico, realizamos inicialmente uma rigorosa revisão de literatura e nos surpreendemos com a falta de pesquisas relacionadas ao tema em questão. Como suporte referencial de sustentação, utilizamos o método dialético investigativo que descreve o particular à luz do contexto econômico, político, social e cultural. Foi, no entanto, considerada as novas possibilidades oferecidas pela historiografia recente (francesa e inglesa) nas maneiras de ler e fazer história no sentido de identificar o modo como em distintos lugares e ou em temporalidades diversas uma realidade social é construída. Arrolamos, analisamos e detectamos os limites da produção de escritos memorialísticos ou memórias escritas organizados sob a forma de biografias, genealogias, diários, narrativas e memórias. Também utilizamos fontes históricas encontradas nos arquivos locais e regionais, principalmente o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, onde encontramos uma multiplicidade de fontes envolvendo cartas de liberdade, contratos de posse de escravos, inventários e processos crimes. São materiais produzidos no século XIX, relacionados principalmente no que diz respeito à Comarca de Santana de Paranaíba. Com base nesse material encontramos pistas preciosas para a explicação do processo de formação e desenvolvimento das fazendas, com destaque para os tipos de mão de obra utilizada nas lides pastoris da região.

Palavras-chave: Economia pastoril. Latifúndio. Trabalhadores cativos.

ABSTRACT

This work arose from the need to contribute to the advancement of studies on the creation pastoral activity as important in the formation of the Brazilian society. The predatory extraction promoted the rapid failure of the El Dorados Brazil (Minas Gerais, Mato Grosso and Goiás) and acted in the production process so as to offset the capital used in mining to other sectors, including livestock. In the case of Mato Grosso, the failure of mineral extraction has become an unsustainable activity to society, something that encouraged the development of agropastoral property. This reversal of capital has transformed the interior of Mato Grosso in central attraction for those seeking to acquire ownership of vast vacant land suitable for cattle breeding. In the process of constructing the historical discourse on this object, two aspects have not escaped our analysis: the first refers to the identification of ideologies embedded in the temporal processes, which helps explain the close relationship between family power and power structures, motion guiding much of the historical development of Brazilian society. A another aspect relates to reflection on the founding myths emanating from the company in question. It was assigned to the incoming mineiros and francanos the position of Pathfinders, the first settlers, they came in carts and on horseback to occupy the uninhabited space. Since the 1830s, the area of Santana de Paranaíba was achieved by the movement of population growth promoted by pioneer settler said. The tables prepared concerning the material and social life of Santana de Paranaíba, highlight the glaring historiographical silence facing pastoral production in the context of the slave order, apart from showing that the approaches on the developments and characteristics of this activity requires effective projects for waiver archival sources. From the methodological point of view, we conducted a rigorous initial review of the literature and were surprised by the lack of research on the topic. As a support frame support, we used the dialectical method that describes the investigative particularly in light of economic, political, social and cultural. It was, however, considered the new possibilities offered by recent historiography (French and English) in ways to read and write history in order to identify the way in different places and different time frames or in a social reality is constructed. We list, we analyze and detect the boundaries of the production of memoirs or memoirs organized in the form of biographies, genealogies, diaries, narratives and memories. We also use historical sources found at local and regional archives, especially the Court of Mato Grosso do Sul, where we find a multiplicity of sources involving letters of freedom, procurement of slaves, inventories and processes crimes. Materials are produced in the nineteenth century, relating mainly in respect of the District of Santana de Paranaíba. Based on this material we find valuable clues to explain the process of formation and development of farms, especially the types of labor used in pastoral labors in the area.

Key Words: Grassland. Landlordism. Workers slave.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Algumas obras, autores e publicações de cronistas coloniais que trataram da criação pastoril	21
Quadro 2 - Escritos clássicos que destacaram o papel da criação pastoril na formação histórica do Brasil , décadas de 1930-1940	26
Quadros 3 - Estudos sócio-econômicos e a formação histórica do Brasil , décadas de 1950-1960	28
Quadro 4 - Escritos teóricos para se explicar a formação histórica do Brasil, década de 1970	29
Quadro 5 - Dissertações dedicadas à economia pastoril e temas correlatos no Rio Grande do Sul 2000-2010	31
Quadros 6 - Trabalhos germinais socioeconômicos e escravidão em Mato Grosso- década de 1970	33
Quadro 7 - Trabalhos acadêmicos sobre atividades econômicas e escravidão em Mato Grosso – Década de 1980	35
Quadro 8 - Trabalhos acadêmicos sobre atividades econômicas e escravidão em Mato Grosso – Década de 1990	36
Quadro 9 - Trabalhos acadêmicos sobre atividades econômicas e escravidão em Mato Grosso – Década de 2000	38
Quadro 10 - Dossiê : A fazenda pastoril e a escravidão (2007)	40
Quadro 11 - Trabalhos acadêmicos sobre produção pastoril em Mato Grosso	42
Quadro 12 - Estudos clássicos sobre produção pastoril em Mato Grosso	43
Quadro 13 - Abordagens regionais relativamente recentes sobre o desenvolvimento pastoril, com destaque para a região de Santana de Paranaíba: 1991-1999	46
Quadro 14 - Escritos memorialísticos: 1920-2000	48
Quadro 15 - Bens adquiridos por Joaquim Francisco Lopes em 1835	97
Quadro 16 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Eufrosina Garcia Leal (1859)	111
Quadro 17 – Animais cavalares, vacuns e suínos citados no inventário de Antonio Ferreira de Mello (1863)	112
Quadro 18 - Auto de Partilha dos bens deixados por Delfina Maria de Jesus, esposa de Antonio Ferreira de Mello (1843)	112
Quadro 19 – Animais cavalares, muares e vacuns citados no inventário de Miquelina Garcia Leal (1862)	113
Quadro 20 - Cavalares, muares e vacuns citados no inventário Antonio Marques Rodrigues (1860)	114
Quadro 21 – Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Januário Garcia Leal (1858)	115
Quadro 22 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Francisco Alves Taveira (1873)	116
Quadro 23 – Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Ignácio Alves Dias (1874)	117
Quadro 24 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Bernardes Marques Pereira (1874)	117
Quadro 25 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário Janoario José Lima (1875)	118
Quadro 26 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Narciza Garcia Leal (1874)	118
Quadro 27 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de José Garcia Figueiredo (1869)	119
Quadro 28 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Joaquim Pedro Garcia (1861)	119
Quadro 29 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Francisco Garcia Leal (1861)	120

Quadro 30 – Bens semoventes constados nos inventários (1843-1875)	121
Quadro 31 – Bens arrolados no inventário post-mortem de Maria Delfina de Jesus (1843)	125
Quadro 32 – Bens arrolados no inventário post-mortem de Antonio de Castro Paiva (1849)	125
Quadro 33 – Bens arrolados no inventário post-mortem de Felipe Alves de Assis (1850)	126
Quadro 34 – Bens de raiz citado no inventário post-mortem de Januário Garcia Leal (1868)	128
Quadro 35 – Bens de raiz citado no inventário post-mortem de Francisco Alves Taveira (1873)	129
Quadro 36 – Bens de raiz constados em vários inventários post-mortem de famílias de Santana de Paranaíba (1874-1875)	131
Quadro 37 – Bens de raiz arrolados nos inventários post-mortem	133
Quadro 38 – Bens móveis arrolados do inventário post-mortem de Eufrosina Garcia Leal (1859)	136
Quadro 39 – Bens móveis arrolados do inventário post-mortem de Miquelina Garcia Leal (1862)	137
Quadro 40 - Bens móveis arrolados do inventário post-mortem de Antonio Ferreira de Mello (1863)	138
Quadro 41 – Bens móveis arrolados do inventário post-mortem de Januário Garcia Leal (1968)	138
Quadro 42 - Bens móveis arrolados do inventário post-mortem de de Francisco Alves Taveira (1873)	139
Quadro 43 - Cativos arrolados no inventário post-mortem de Maria Delfina de Jesus (1859)	141
Quadro 44 - Crianças escravizadas em propriedades rurais de Santana 1874	142
Quadro 45 - Cativos arrolados no inventário post-mortem de Antonio de Castro Paiva (1849)	143
Quadro 46 - População de Mato Grosso (1800)	165
Quadro 47 - População de Mato Grosso (1815)	166
Quadro 48 – Censo de 1872	169
Quadro 49 - Amostragem da Classificação dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação em 1874	174
Quadro 50 - Cor/origem dos cativos encontrados nos inventários (1859-1887)	175
Quadro 51 - Média das idades dos cativos encontrados nos inventários (1859-1887)	176
Quadro 52- Cativos arrolados nos inventários <i>post-mortem</i> de Antonio Marques Rodrigues (1860)	177
Quadro 53 - Inventário post-mortem de Antonio Ferreira de Mello (1863)	178
Quadro 54 – Cativos arrolados no inventário post-mortem de Januário Garcia Leal (1868)	180
Quadro 55 – Quadro geral dos inventariados e seus respectivos cativos (1859/1887)	182
Quadro 56 - Crianças escravizadas em propriedades rurais de Santana (1874)	187

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1	
A SOCIEDADE PASTORIL: BALANÇO HISTORIOGRÁFICO	
1 Historiografia brasileira sobre o tema: avanços e recuos	20
1.1 Trabalhos acadêmicos: Debates e tendências	29
1.1.1. Rio Grande do Sul: estudos pastoris e escravidão	30
1.1.2 Mato Grosso: Estudos socioeconômicos e escravidão	32
1.2 Santana pastoril, Santana escravista... nasce um objeto	40
1.2.1 Escritos sobre a região de Santana de Paranaíba	45
1.2.2 Escritos memorialísticos	47
1.3 Métodos e Fontes	48
1.3.1 Abordagem metodológica	48
1.3.2 Fontes históricas	50
1.3.3 Literatura, Memórias e Narrativas – Santana vista por Taunay	51
1.3.4 Documentos regionais	54
1.3.5 Itinerários sertanistas	55
1.3.6 Periódicos	57
1.3.7 <i>Como se de ventre livre nascesse...</i> (Cartas de Alforrias)	57
1.3.8 Livros de Classificação de escravos e Livros de Registros Coletorias	60
1.3.9 Inventários <i>post-mortem</i>	61
Capítulo 2	
SANTANA DE PARANAÍBA: APOSSAMENTOS DE TERRAS, CONQUISTAS E CONTRADIÇÕES	
2.1 Mito fundado	64
2.1.1 Sobre os Garcia, as lendas se espalharam	65
2.1.2 A lenda do <i>Tira Couro</i>	66
2.1.3 O mito de Januário <i>Sete Orelha</i>	67
2.2 O surgimento de Santana	68
2.2.1 Caiapônia	70
2.2.2 Estruturas familiares, políticas e eclesiásticas primordiais	73
2.2.3 José Garcia Leal	74
2.2.4 Sesmarias	75
2.2.5 Escravizados	76
2.2.6 O comércio	77
2.2.7 O padre Fleury	78
2.2.8 Família <i>pioneira</i> ... modelo patriarcal	79
2.2.9 Três Lagoas	83
2.2.10 <i>Pioneiros</i> coloniais	86
2.2.11 Mineiros e francanos	89
2.3 Os Lopes	92
2.3.1 A bandeira de Joaquim Francisco Lopes	93
2.3.2 Joaquim Francisco Lopes e o Barão de Antonina: concentração fundiária	97
2.4. A criação do gado bovino	101
2.4.1 O gado franqueiro	103

2.4.2 A criação pastoril e a Guerra do Paraguai	105
2.4.3 A carência de cavalos	106
2.5 Bens de trabalho, transporte e alimento	110
2.5.1 Cultura pastoril: Propriedades, vilarejos, moradias e objetos	123
2.5.2 Propriedades rurais (de lavoura ou de criação de gado)	126
2.5.3. Casas e pousos	131
2.5.4 Objetos, utensílios e ferramentas	135
2.5.5 Cativos como bens semoventes	141
Capítulo 3	
O SERTÃO DOS GARCIA: OLHARES, VIVÊNCIAS COTIDIANAS E	
RELAÇÕES DE TRABALHO	
3. 1 Visões do sertão nos relatos de viagem	146
3.1.1 Santana sob o olhar de um jovem viajante	149
3.1.2 Atores sociais em cena	151
3.1.3 Camaradas	152
3.1.4 Sertanejos	154
3.1.5 Sertanejas	156
3.2 <i>Inocência</i> de Taunay	157
3.2.1 O vilarejo	158
3.2.2 Cenas e Costumes	159
3.2.3 Personagens	160
3.3 Relações escravistas	164
3.3.1 Santana pastoril-escravista	167
3.3.2 População: entre cativos e livres	168
3.3.3 Nas cartas de alforrias	170
3.3.4 Nos Livros de Classificação de escravos	172
3.3.5 Nos inventários <i>pós-mortem</i>	175
3.4 Cativos campeiros	184
Considerações Finais	188
Fontes e Referências	191
Glossário	210
Anexo 1	212
Anexo 2	222

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 30 de agosto de 2010.

Isabel Camilo de Camargo

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto do trabalho de investigação empreendida entre os anos de 2008-2010 junto ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Elegemos o sertão de Santana de Paranaíba, região sul do antigo Mato Grosso, como objeto de análise, espaço formado por uma sociedade pastoril-escravista. Essa região era no século XIX um ponto referencial de passagem entre as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, razão pela qual se tornou conhecida e também objeto de interesse dos colonizadores expansionistas. A importância do tema liga-se à necessidade de contribuir com construção e interpretação da história da região, bem como da própria formação social brasileira, no contexto da carência de escritos históricos a respeito. Por entender que a região precisa de merecida historicidade, decidimos lançar esforços nessa direção. O recorte temporal se inicia em 1830, ano da chegada dos entrantes mineiros e paulista na região, e termina com os eventos que culminaram com a abolição da escravatura no Brasil no ano de 1888.

No período colonial, os portugueses introduziram no Brasil levas de animais bovinos, equinos e muares com vistas a suprir necessidades alimentares, transporte e tração. A partir daí, a atividade pastoril passou a exercer papel fundamental na vida material e social brasileira. À época da opulência da economia canavieira e mineratória, a atividade pastoril não tinha posição nuclear, mas sim um perfil delineado para subsidiar essas atividades. A inversão dessa realidade se deu em virtude do esgotamento primeiramente da economia monocultura açucareira, e posteriormente da atividade mineradora, a partir das primeiras décadas do século XIX. A extração predatória promoveu o rápido esgotamento das minas, e atuou no processo produtivo de forma a deslocar os capitais utilizados na mineração para outros setores, entre eles a pecuária. No caso de Mato Grosso, o enfraquecimento da atividade mineira e o surgimento de uma economia de subsistência nessa fase de transição - para a pequena propriedade agropastoril - não se constituía novidade, pois sua presença já havia sido registrada desde o período *monçoeiro*.

A região de Santana do Paranaíba, objeto privilegiado neste estudo, era ocupada pelos caiapós, antes da chegada dos entrantes do clã dos Lopes, Garcia, Barbosas e Pereiras no final da década de 1820. O padre Manoel Ayres de Casal, na *Corografia Brasílica*, chamou de *Caiapônia* a região entre os rios Paraná e Pardo. Apesar da

presença dos nativos, foi atribuída aos entrantes mineiros e francanos a posição de *desbravadores*, de primeiros ocupantes, ou *pioneiros* que, oriundos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás, os quais chegaram de carreta e a cavalo para ocupar o espaço visto como *desabitado*.

Assim, a região de Santana de Paranaíba foi alcançada pelo movimento de expansão demográfica, promovido pelo dito *pioneiro colonizador*. Os quadros elaborados a respeito da vida material e social de Santana de Paranaíba, evidenciam o flagrante silêncio historiográfico voltado para a produção pastoril no contexto da ordem escravista, além de revelar que as abordagens sobre os desdobramentos e características dessa atividade exigem projetos efetivos de levantamento de fontes arquivais, capazes de despertar o interesse de historiadores e pesquisadores para a temática.

Optamos por duas principais categorias de análises: fazendas pastoris e economia pastoril. Ressalte-se que outros temas correlatos foram pesquisados, porém foram nas duas categorias elencadas que encontramos dados significativos. A partir daí realizamos as buscas e nos surpreendemos com a falta de pesquisas relacionadas ao tema. Não há um número significativo de trabalhos que se direcionam a sociedade pastoril no Brasil, bem como em Mato Grosso. Baseado nos dados obtidos o que conseguimos são pesquisas que se voltam para o Rio Grande do Sul e, em menor volume para outros estados, entre eles para Mato Grosso e estados do nordeste.

Centramos detidas análises sobre a produção de escritos memorialísticos ou memórias escritas organizados sob a forma de biografias, genealogias, diários, narrativas e memórias. Procuramos superar os limites e fragilidades desse material recorrendo às críticas textuais, nos valendo de procedimentos de análises objetivas. Nossa abordagem requereu a orientação pelo método dialético investigativo com vistas a descrever o particular à luz do contexto econômico, político, social e cultural. Foi, no entanto, considerada as novas possibilidades oferecidas pela historiografia recente (francesa e inglesa) nas maneiras de ler e fazer história no sentido de identificar o modo como em distintos lugares e ou em temporalidades diversas uma realidade social é construída.

Nessa primeira aproximação com o tema, constatamos que existe uma multiplicidade de fontes envolvendo cartas de liberdade, contratos de posse de cativos, inventários e processos criminais. São materiais produzidos no século XIX, relacionados ao antigo Mato Grosso, principalmente no que diz respeito à Comarca de

Santana de Paranaíba, investigando o processo de formação e desenvolvimento das fazendas, a mão-de-obra livre e escravizada utilizada nas lides pastoris da região.

Frente às preocupações aqui pontuadas organizamos o trabalho *O sertão de Santana de Paranaíba: Um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830 - 1888)*, com ênfase ao intenso apossamento de terras verificado no referido período, à estreita relação entre poder familiar e estruturas de poder, movimento norteador de grande parte da formação histórica da sociedade brasileira, e às relações de trabalho advindos daí. Ou seja, nossos objetivos nasceram da necessidade de analisar a ocupação da região, as relações de trabalho, a estrutura de dominação, ocupação de terras, a cultura material, e, sobretudo a presença de trabalhadores escravizados no material empírico consultado.

Para discorrer sobre os resultados alcançados pela pesquisa o trabalho foi dividido em três capítulos, a saber: o primeiro capítulo da dissertação foi destinado à discussão do objeto de pesquisa, quanto à abordagem historiográfica da escravidão brasileira, o uso das fontes históricas na pesquisa, sobretudo dos inventários *post-mortem*. A análise historiográfica foi centrada nos autores e respectivas obras, cuja abordagem referiu-se à economia pastoril em âmbito nacional e regional. São obras que auxiliaram na compreensão da importância dessa atividade na formação social e na interiorização econômica do Brasil, entre os quais destacamos Fernão Cardim (2000), Ambrósio Fernandes Brandão (1977), Frei Vicente do Salvador (1982) e André João Antonil (2007), refletiram sobre a importância da pecuária na história brasileira. Outros clássicos. Buscamos suporte para nossa abordagem sobre economia pastoril nas discussões historiográficas germinais de João Capistrano de Abreu (1989), Gilberto Freyre (1951), Roberto Simonsen (1962), e Caio Prado Junior (1973).

Recorremos intensamente ao trabalho de Maria Yedda Linhares (2002) por seus esforços em acompanhar a trajetória de formação do espaço rural brasileiro, aprofundando análise das atividades subsidiárias à economia de exportação – agrícola ou mineradora. Seus estudos deram ênfase à agricultura de subsistência, à pecuária e à produção de alimentos na Colônia.

Da mesma forma destacamos o avanço que vem sendo alcançado através das pesquisas realizadas pelo historiador Mário Maestri (2009), cujos resultados têm quebrado o silêncio historiográfico referente aos estudos pastoris e escravidão.

No que se refere à produção historiográfica mato-grossense acerca da economia pastoril ressaltamos as contribuições importantes de João Antônio Botelho Lucídio

(1993), Paulo Marcos Esselin (2003), e Nelson Werneck Sodré (2009). Estes estudos a respeito do tema revelam a carência de material sobre o processo de formação do latifúndio a partir da introdução, consolidação e desenvolvimento da produção pastoril em Mato Grosso.

As relações escravistas em Mato Grosso foram discutidas com base nos referenciais e discussões propostas por Lúcia Helena Gaeta Aleixo (1984), Carlos Rosa (1986), Edvaldo de Assis(1988), Maria Auxiliadora Azevedo Coutinho Gomes (1988), Maria de Lourdes Bandeira (1988), Luiza Rios Ricci Volpato (1993), Maria do Carmo Brazil (2002), Marco Antônio Domingues Teixeira (1997), Martiniano José da Silva (1998). Todos estes referenciais, contribuíram para a construção historiográfica sobre a economia pastoril e escravidão, e as discussões propostas ao longo do trabalho.

Procuramos apresentar no segundo capítulo a localização geográfica e temporal da pesquisa, na qual se insere discussões sobre a forma como se deu a ocupação territorial em Santana de Paranaíba, e o papel das famílias ditas *pioneiras* nesse processo. Parte do objeto de pesquisa foi ambientada nos referenciais contidos no romance *Inocência*, obra escrita tendo como fundo os costumes e pessoas que o autor, Visconde de Taunay (1972), conheceu durante sua passagem pela região, quando da Guerra do Paraguai (1864-1870). Perpassando ao debate de ocupação de terras, discuto a Lei de Terras de 1850, e a partir dela, refletir como ocorreu a ocupação de terras em Santana de Paranaíba. Neste capítulo utilizamos alguns relatos de viajantes, obras de memorialistas, relatórios de Presidente de Províncias e algumas obras do Visconde de Taunay: *Visões do sertão* (1923), *Campanhas de Mato Grosso* (1923), *Viagem de Otrora* (1921) e *Memórias do Visconde de Taunay*(1946).

Entre os viajantes destacamos Hercules Florence, cuja passagem por Mato Grosso redundou na obra *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829*. Florence fez parte como desenhista da Expedição Langsdorff, realizada na segunda década do século XIX.

O último capítulo foi reservado para a discussão sobre as relações de trabalho na região, centrando análise nos inventários *post-mortem*, disponíveis no acervo no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

No decorrer do trabalho, o registro de algumas citações de fontes e referências bibliográficas encontra-se escrito fora do acordo ortográfico vigente. Não se modificou

a sua escrita por respeitar as normas paleográficas atuais e por acreditar que a forma da escrita é uma marca do tempo de seu escritor e isso não deve ser desconsiderado.¹ Entre as normas destacam-se os itens 1.14 que diz que a acentuação será conforme o original e 1.17 que diz que a grafia deve ser mantida na íntegra, não se efetuando nenhuma correção gramatical.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa tivemos a ambição de contribuir para o avanço dos estudos sobre a economia pastoril e o passado escravista no sul do antigo Mato Grosso, sobretudo em Santana do Paranaíba. Embora esta temática seja um campo fecundo para estudos, são poucos os estudiosos que se debruçaram sobre o tema. Além disso, o debate sobre as relações escravistas ainda suscitam polêmicos debates no âmbito acadêmico.

¹ Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1993. Disponível em: <http://www.aab.org.br/normtec.htm>. Site visitado dia 08/06/2009.

CAPÍTULO 1.
Capítulo 1.
A sociedade pastoril
Um balanço historiográfico

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

Michel de Certeau, 1975.²

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p.66

1- Historiografia brasileira sobre o tema: avanços e recuos

O interesse historiográfico pela história da criação pastoril não tem sido proporcional ao peso que essa atividade econômica exerceu enquanto elemento povoador do interior e assim, formador da sociedade brasileira. Fato é que, ao se considerar os 500 anos de *descobrimento* do Brasil e de sua ocupação, animais bovinos, equinos e muares foram introduzidos pelos portugueses com vistas a suprir necessidades alimentares, transporte e tração e, ainda hoje, a atividade pastoril exerce importância fundamental na vida material e social brasileira.

Nos primeiros séculos de colonização da história brasileira a metrópole determinou robustas diretrizes de povoamento e de práticas administrativas com objetivos de garantir o apossamento, criação de núcleos de povoamento, segurança das terras coloniais e práticas geradoras de riquezas como açúcar, metais preciosos e *drogas do sertão* (fumo, tabaco, couros). A essa época, a criação pastoril ainda tinha o perfil subsidiário para as atividades agrário-exportadoras. Foram mais de dois séculos (XVI e XVII) de luta do colonizador luso no sentido de assegurar o seu domínio sobre a colônia, envolvendo combate às invasões estrangeiras, aniquilamento de tribos indígenas e perseguições aos redutos de escravos fugidos. Inaugurava a partir daí, sobretudo no século XVIII a abertura para a instalação de fazendas de gado nos sertões do país, não somente para subsidiar quem subia o planalto das Minas, mas também para perseguir a imagem refulgente do *índio*, do *ouro* e das *pedras*³.

Esse verdadeiro *rush* em direção aos *eldorados* brasileiros (Minas, Mato Grosso e Goiás) teve seu maior afluxo entre os anos de 1720-1780, quando o povoamento da região ganhou impulso considerável, apesar de não ter havido projeto claro de estabelecimento estável de vida econômica e social para o interior brasileiro, conforme observou Antonio Barros de Castro (1971), em seus *7 ensaios sobre a economia brasileira*: “[...] de fato, antes e depois do passageiro sucesso da mineração, foi a pecuária responsável pela interiorização de atividades econômicas no país”⁴. Emergia desse fenômeno de expansão os agrupamentos humanos, traduzidos no surgimento de arraiais e povoados, os quais podiam evoluir para a instalação de freguesias ou predicamento de vilas⁵.

³ TAUNAY, A. *Índios! Ouro! Pedras!*, 1926.

⁴ CASTRO, A. B., *7 ensaios sobre a economia brasileira*, p.37.

⁵ BRUNO, E. S., *Historia do Brasil – Geral e Regional*, 1967.

Dada a importância exercida pela criação pastoril na história brasileira, inúmeros cronistas do período colonial não se furtaram em dedicar significativos apontamentos a essa atividade, com destaque, segundo o historiador Mário Maestri (2009)⁶, para Ambrósio Fernandes Brandão, Gabriel Soares Souza, Fernão Cardim, Pero de Magalhães Gandavo, Frei Vicente do Salvador, entre outros⁷ (Quadro 1).

Quadro 1- Algumas obras, autores e publicações de cronistas coloniais que trataram da criação pastoril

TÍTULO	AUTOR/A	PUBL.	CONTEÚDO
<i>Tratados da Terra e Gente do Brasil</i>	Fernão Cardim	1580	Obra constituída por tratados e cartas diversas, bastante significativa para quem deseja acompanhar através dos relatos os aspectos históricos, etnológico geográfico e vida humana do Brasil. Trazida a lume no século XX pelos esforços de Afrânio Peixoto.
<i>Tratado descritivo do Brasil</i>	Gabriel Soares Souza	1587	Tratado dividido em duas partes: Roteiro geral e Memorial das grandezas da Bahia, contendo informações sobre geografia, costumes dos nativos, agricultura, animais e plantas. Publicado postumamente por Varnhagen no ano de 1879, em Lisboa.
<i>Diálogo das grandezas do Brasil</i>	Ambrósio Fernandes Brandão	1618	Fonte valiosa para conhecimento da sociedade colonial nordestina. Apresenta nuances da realidades físicas e econômicas do Brasil, destacando a pecuária.
<i>História do Brasil</i>	Frei Vicente do Salvador.	1627	Livro dividido em 48 capítulos nos quais descreve características da colônia, com destaque para divisão, povoamento e economia das capitanias hereditárias.
<i>Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e mina</i>	André João Antonil	1711	A obra traz interessante apanhado estatístico das condições da criação, sobretudo sob o ponto de vista da exportação do couro; traz outros apontamentos valiosos relativos à “condução das boiadas do sertão do Brasil, preço ordinário do gado que se mata e do que vai para as fábricas”. Estuda os caminhos do gado e das vias penetradoras nascidas da pecuária e desvela também o caráter mercantil da produção baseada na exploração do trabalhador cativo.

⁶ MAESTRI, M. *Estudos sobre a economia pastoril no Brasil*, 2009.

⁷ BRANDÃO, A. F., *Diálogos das grandezas do Brasil*, 1977.; SOUSA, G., *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, 1971.; CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*, 2000. GANDAVO, P. M., *Tratado da província do Brasil*, 1965.; SALVADOR, F. V., *História do Brasil*, 1982.

Fonte: Conteúdo das obras dos cronistas coloniais disponíveis nos sites de Domínio Público - na Biblioteca Nacional Digital do Brasil <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>
<http://www.bn.br/site/pages/bibliotecaDigital/bibsemfronteiras/index.html>

Ao longo do processo de expansão do gado para os sertões brasileiros, nas primeiras décadas do século XVIII, o cronista André João Antonil centrou considerações sobre a formação social brasileira na criação pastoril, mostrando que os currais de gado se estabeleciam acompanhando o curso dos rios. Importa lembrar que o gado também rumava para os lugares onde pudesse encontrar depósitos de barreiros salgados, como os de Alagoas e Ceará e dos terrenos baixos do vale do rio São Francisco⁸.

As obras destacadas no quadro 1, somadas a outros clássicos produzidos durante o período colonial⁹, ajudaram a compor o cenário econômico e social brasileiro. Importante elencar o trabalho desenvolvido pelo jesuíta Jorge Benci sob o título *A economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, escrito no início do século XVIII, momento em que a sociedade moderna já se norteava pela lógica das transações mercantis e do tráfico transatlântico¹⁰. Da mesma forma é indispensável a leitura de *Os Sermões*, de Antonio Vieira, do século XVII – que, ao atacar, em linguagens eruditas, a invasão holandesa, o sacerdote defendeu ideologicamente a dominação colonial portuguesa.

Grande parte dos textos escritos entre o século XVI e XVII descreveram as principais forças que controlavam a economia brasileira nos quadros da colonização portuguesa. Ao escrever a introdução da obra *Intérpretes do Brasil* (2002), Silviano Santiago fez a seguinte consideração a respeito:

A situação complexa dos habitantes durante os dois primeiros séculos do período colonial, propiciava aos que empunhavam a pena abordar, com firmeza e presunção, as questões relativas à identidade colonial da região, à hierarquia fidalga dos poderosos e à liderança político-econômica subalterna à metrópole¹¹

Com o processo de construção da pirâmide do poder na colônia, evidenciava-se o sentido da “primeira frase da obra *Cultura e opulência do Brasil*, escrito por Antonil: “o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram”. Ou seja, conforme observa

⁸ ANTONIL, A. J., *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e mina*, p.95.

⁹ BENCI, J. S., *Economia Cristã dos senhores no Governo dos escravos. (Livro brasileiro de 1700)*, 1977.

¹⁰ BRAZIL, M. C. , *O Doce Inferno africano no Brasil:ética-cristã, escravidão e sevícias senhoriais na civilização*, 2006.

¹¹ SANTIAGO, S., Introdução. *Intérpretes do Brasil*, p.XXV.

Santiago, o título nobiliárquico de senhor de engenho só podia ser conferido àquele colono que se afirmava no governo dos homens e no trabalho da terra do qual era proprietário “graças à capacidade de explorar o trabalho servil, de modo semelhante ao que acontecia no regime feudal europeu”¹².

Durante os oitocentos, sobretudo a partir da vinda da família real para o Brasil em 1808, a escrita dos viajantes estrangeiros além de realizar o reconhecimento das potencialidades geográficas, também passaram a revelar aspectos do cotidiano econômico e social do novo reino. Suas impressões redundavam em descrições de hábitos, cultura e costumes da população, fosse ela do campo ou da cidade, propagando as famosas *visões do Brasil* em território europeu por meio da publicação de seus escritos. O conhecimento do país foi sendo então construído também a partir dos olhares de Francis de Laporte de Castelnau (1840), Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1820) e Spix Martius (1829), para citar alguns nomes¹³. Inúmeras expedições alcançaram o extremo oeste brasileiro¹⁴ com objetivo de *conhecer o Brasil* e de atender interesses nacionais e internacionais, sobretudo europeus. As expedições eram constituídas por astrônomos, geógrafos, artistas, médicos, naturalistas, minerologistas, etnólogos, entre outros especialistas, das quais se destacaram a comitiva austríaca de Johann Natterer, datada de 1822; a de Georg Heinrich Langsdorff, de 1825, da qual participou Hercules Florence; a comissão francesa de Francis Castelnau de 1843; a expedição chefiada por Joaquim Ferreira Moutinho, de 1850; a italiana de Bartolomé Bossi, de 1862; a missão Morgan, com Carlos Hartt e Herbert Smith, de 1870; e finalmente, no final do século, a expedição belga de Ferdinand Nijs¹⁵.

¹² *Idem*.

¹³ CASTELNAU, F. *Expedições às Regiões Centrais da América do Sul*, 1949. SAINT-HILAIRE, A. F. C. P. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*, 1987. MARTIUS, K. F. P. V. *Flora brasiliensis*, 1829; *A Fisionomia do reino Vegetal no Brasil*, 1943; *Como se deve escrever a História do Brasil*, 1982.

¹⁴ Consultar: D'ALINCOURT, L. Resultados dos Trabalhos e indagações estatísticas da Província de Mato-Grosso. In: *Annaes da Biblioteca Nacional*, 1880. BOSSI, B. *Viagem Pitoresca por Los Rios Paraná, Paraguay, San Lourenzo, Cuyabá y el Aríno Tributário del Grande Amazonas*, 1863. CASTELNAU, F. *Expedições às Regiões Centrais da América do Sul*, 1949. FLORENCE, H. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas pelas Províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará 1825-1829*, 1977. FONSECA, J. S. da. *Viagens ao Redor do Brasil 1875-1878*, 1880. MOUTINHO, J. F. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida d'um roteiro da viagem de sua capital à São Paulo*, 1869. NIJS, F. *Viagem ao Mato Grosso*, 1992. SMITH, H. H. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá - notas de um naturalista (1886)*, 1922. STEINEN, K. V. D. *O Brasil Central - Expedições em 1884 para a exploração Rio Xingu*, 1942.

¹⁵ Sobre os viajantes estrangeiros em Mato Grosso ver os estudos realizados por BEZERRA, S. R. *Mato a dentro: As Expedições de Viajantes Estrangeiros no Discurso Jornalístico do Século XIX em Mato Grosso*, 2008 e ainda, SILVA, E. P. *O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso: 1870-1930*, 2002.

Além de traduzir concepções eurocêntricas a respeito dos modos, hábitos e costumes da população local, a narrativa dos viajantes destacavam o potencial econômico dos lugares visitados, mas minimizavam a capacidade de seus habitantes em explorá-la. Além disso, muitas das inferências e registros a respeito das questões sociais eram realizadas a partir ponto de vista do segmento dominante. Em outras palavras, a visão dos viajantes referente ao sistema produtivo restringia-se, em geral, à versão do senhor da *casa-grande*¹⁶, segmento social moldado durante a colonização, a partir do processo de hierarquização social e de liderança político-econômica subalterna à metrópole.

Ao findar o século XIX o discurso histórico sobre o Brasil ainda refletia a perspectiva de suas elites políticas e escravistas, cópia flagrante, segundo Silviano Santiago, do modelo metropolitano, vigente nos países europeus¹⁷, a despeito do rompimento do Brasil com a metrópole portuguesa a partir de 1822.

As quatro décadas que se seguiram desde o advento da República (1889) foram marcadas pelo domínio político das oligarquias mineiras, paulistas e cariocas. A maioria dos textos que foram escritos para descrever o cenário econômico, social e político brasileiro reproduzia a visão das elites proprietárias, fortemente influenciadas pelas afirmações eurocêntricas. Nesse período o controle político e econômico do país centrava-se nas oligarquias agrárias, apesar do flagrante avanço das atividades urbanas industriais. O governo seguia privilegiando as atividades agrícolas em detrimento do virtuoso crescimento da produção industrial, verificado entre os anos de 1912 e 1929. A grande depressão de 1929 que abalou os princípios do capitalismo acabou comprometendo sobremaneira a base artificial de lucro na qual se apoiava os grandes cafeicultores.

A ruptura com o modelo oligárquico, ensejado pela reorientação do capitalismo, possibilitou a abertura de portas para indústrias de base no Brasil, emperradas desde o advento da República. Um exemplo da concretização desses planos foi a inauguração da usina siderúrgica de Volta Redonda em 1946. O processo de urbanização e industrialização determinou o advento de novos segmentos sociais, econômicos e ideológicos, porta-vozes dessas mudanças. Esse cenário marcou o início de uma nova

¹⁶ BRAZIL, M. C., *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso*, 2002.

¹⁷ SANTIAGO, S. Introdução. *Intérpretes do Brasil*, p. XXV.

forma de se pensar e interpretar o país, envolvendo história e seus elementos formadores, conforme observou a historiadora Maria Yedda Linhares¹⁸:

Não foi, pois, sem propósito que grandes livros reinventaram o Brasil, a partir desse momento, tiveram um sentido de denúncia; Gilberto Freyre (*Casa grande e senzala*, 1933), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936) Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo – a colônia*, 1942), *Coronelismo e, enxada e voto e Geografia da fome*, respectivamente de Victor Nunes Leal e Josué de Castro, ambos de 1947. Todos eles voltaram-se para detectar na realidade das oligarquias agrárias a tara do passado e a explicação dos males que afligiam aqueles anos desejosos de mudança.¹⁹

Além dos autores citados por Maria Yedda Linhares, outros autores assentaram sua interpretações sobre a formação social brasileira, como por exemplo Capistrano de Abreu. Interessa-nos as abordagens que estes autores realizaram sobre a economia colonial²⁰, principalmente por destacarem o importante papel exercido pela criação pastoril na conformação histórica brasileira (Ver Quadro 2).

Algumas dessas obras revelam que, pelos aspectos operacionais da economia regional, sobretudo aqueles descritos por Capistrano de Abreu (1930), e analisados por Antonio de Barros de Castro, em *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira* (1971), o desenvolvimento da pecuária foi essencial para áreas sem vocação para agricultura agroexportadora e monocultora²¹. Barros também concordava com essa posição, considerando que a produção pastoril caracterizou-se como “[...] atividade eminentemente extensiva, exigindo grande mobilidade (mudança de pasto) e se desenvolvendo em regiões onde a terra praticamente não tem valor econômico [...]era compatível, quer com a indefinição da propriedade territorial quer com o surgimento de grandes latifúndios”²².

¹⁸ LINHARES, M. Y., *Um programa de pesquisa em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro*, p. 78.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ ABREU, J. C., *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, 1989 (1.ed.); FREYRE, G., *Casa Grande & Senzala*. 51 ed., 2006. Primeira edição em 1933.; HOLANDA, S. B, *Raízes do Brasil*, 1987. Primeira edição, 1936.; PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil contemporâneo*, 1969. *História econômica do Brasil*, 1981.; SIMONSEN, R., *História econômica do Brasil 1500/1820 e 1889/1948*, 1962.

²¹ CASTRO, A. B. *7 ensaios sobre a economia brasileira*, p.37.

²² *Ibid*, p.38.

Quadro 2- Escritos clássicos que destacaram o papel da criação pastoril na formação histórica do Brasil , décadas de 1930-1940.

TÍTULO	AUTOR/A	PUBL.	CONTEÚDO
<i>Caminhos antigos e povoamento do Brasil.</i>	João Capistrano de Abreu	1930	Discute avanço e o povoamento para o sertão brasileiro, a partir dos núcleos de São Vicente, Salvador, Pernambuco e Rio de Janeiro. Desenvolve temas ligados ao processo de submissão dos nativos, as ligações interiores, a criação do gado, a descoberta do ouro, etc.
<i>Casa Grande & Senzala</i>	Gilberto Freyre	1933	Mostra a importância do gado bovino na indústria açucareira: “Por outro lado, sem o boi, com o cavalo, o engenho não teria se firmado como se firmou”.
<i>Raízes do Brasil</i>	Sérgio Buarque de Holanda	1936	Busca as origens do Brasil em Portugal e no latifúndio escravocrata ou na família patriarcal rural.
<i>História econômica do Brasil. 1500-1820/1889-1948</i>	Roberto Simonsen ²³	1937	Publicada em dois volumes, toda a produção volta-se para os aspectos econômicos do Brasil. Sobre a criação pastoril sua obra dedica um capítulo específico para a pecuária, enquanto um dos fatores da ocupação do Brasil. Destaca a contribuição da pecuária para a formação unitária do Brasil. Sua reflexão sobre a criação pastoril teve início a partir de 1919, com o título <i>Gado e a Carne no Brasil</i> . 584 p.
<i>Formação do Brasil contemporâneo - Colônia</i>	Caio Prado Jr.	1942	De orientação marxista o livro discute o Brasil em seus três séculos de Colônia. Principais temas: Sentido da Colonização; povoamento interior; correntes de povoamento, pecuária, vida social e política, etc.
<i>História Econômica do Brasil</i>	Caio Prado Jr.	1945	Livro indispensável para o entendimento das características estruturais da sociedade brasileira. Na parte que trata da <i>Expansão da colonização e do apogeu da Colônia</i> , o autor dedica dois densos textos para discutir a criação pastoril no Brasil: A pecuária e o progresso do povoamento do nordeste e Incorporação do Rio Grande do Sul – estabelecimento da pecuária.

Fonte: Obras clássicas de história do Brasil disponíveis nos sites de Domínio Público - na Biblioteca Nacional Digital do Brasil <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>
<http://www.bn.br/site/pages/bibliotecaDigital/bibsemfronteiras/index.html>

O movimento de penetração e de povoamento se fez a partir da irradiação dos núcleos produtivos do nordeste e do sudeste brasileiro, promovendo, sobretudo o avanço para o sertão, a submissão dos índios, as ligações interiores, a descoberta do ouro e, conseqüente investimento na criação do gado como fonte de alimento, locomoção e tração. Em grande medida, impunha-se nos núcleos de povoamento o

²³ Obra disponível em domínio publicado pelo Senado Federal:
<http://www.scribd.com/doc/28662964/Simonsen-R-Historia-Economica-Do-Brasil>. Acessado em 28 de junho de 2010.

acesso aos poderes públicos como mecanismo de consolidação da propriedade territorial.

A partir da produção historiográfica desenvolvida nas décadas de 1930-1940 intensificaram-se os debates políticos em torno do cenário socioeconômico do Brasil, sem, no entanto alterar nos materiais didáticos a forma tradicional de interpretar a história, caracterizada, segundo Linhares (1998), por uma interpretação linear, episódica, historicizante “feita para embalar consciências comprometidas com o cuna do latifúndio, do atraso, da desigualdade e do trabalho compulsório disfarçado por mecanismo não- econômicos de exploração”²⁴. Isso explica, o caráter eminentemente político que predominou na historiografia tradicional brasileira²⁵, cujo eixo influenciou também a historiografia dos anos cinquenta e sessenta.

Importante registrar que grande parte dessa produção reconheceu o significativo papel da produção pastoril na historia brasileira, conforme registrou Roberto Cochrane Simonsen na obra *História Econômica do Brasil*:

Para se poder compreender a formação da trama social, que se constituiu no país, e que nos assegurou e legou a grande área de hoje, torna-se mister procurar os fatores econômicos que permitiram a ocupação do sertão a manutenção de tão dilatadas regiões sob o domínio lusitano. São de quatro espécies os fundamentos econômicos dessa expansão:

1º) a criação de gado, que ocupou grande faixa do sertão, formando a princípio a retaguarda econômica das zonas de engenho e, mais tarde, um decidido apoio à mineração, fixador do povoamento no interior e o objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do país;

2º) a caça ao gentio para servir, em determinadas épocas, de braço escravo nos engenhos e sempre para os trabalhos das lavouras, principalmente naquelas que não comportavam o dispêndio de capital exigido pelo elemento africano;

3º) a mineração, o maior fator de povoamento na era colonial, formadora das principais cidades de nosso interior e origem da ocupação efetiva de regiões longínquas, definitivamente integradas ao nosso território;

4º) a extração de especiarias, plantas medicinais e tintoriais, vários produtos silvestres, cultivos de algodão e do fumo, justificando a estabilização de numerosas povoações no vale do Amazonas. Estas povoações foram em grande parte fixadas pelo trabalho de

²⁴ LINHARES, M. Y. L., *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*, p. 78.

²⁵ Entendemos por historiografia tradicional como aquela desenvolvida a partir da independência do Brasil, com suporte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 com objetivo de efetivar um projeto de construção de uma identidade nacional. Essa tendência historiográfica balizou o discurso histórico até o surgimento da produção universitária no país elegendo novas abordagens no campo da história. A esse respeito consultar: PESSOA, A. E. da S. *As ruínas da tradição: a casa da torre de Garcia D'ávila. Família e propriedade no nordeste coloquial*, p.10.

missionários, assegurando um alargamento considerável de nossas fronteiras, quando se reconheceu o regime do *uti possidetis*²⁶.

No final da década de 1950 e ao longo da década de 1960 vieram a lume as contribuições de Celso Furtado (1959), Emilia Viotti da Costa (1966) e José Alípio Goulart (1965)²⁷ para o avanço dos estudos históricos brasileiros (Ver Quadro 3).

Quadros 3- Estudos sócio-econômicos e a formação histórica do Brasil, décadas de 1950-1960

TÍTULO	AUTOR/A	PUBL.	CONTEÚDO
<i>Formação econômica do Brasil</i> Em 2007 a obra contava com 34 edições ²⁸	Celso Furtado	1959	Apresenta a noção de modelo ao analisar a economia escravista do açúcar, a sociedade escravista do ouro e do café (séc. XIX) no Vale Paraíba, como economias voltadas para fora, dependentes de conjunturas internacionais.
<i>Brasil do boi e de couro</i>	José Alípio Goulart	1965	Salienta a importância da criação pastoril em nove capítulos, a saber: o surgimento do boi no Brasil; expansão do boi; importância do boi no Brasil Colonial; o velho mercado de carnes; usos e costumes nas antigas fazendas de gado; tipos humanos nas zonas de pecuária; boi no folclore brasileiro; o gado vacum do Brasil; ainda sobre o gado.
<i>Da Senzala à colônia,</i>)	Emilia Viotti da Costa	1966	Descreve aspectos da economia, com ênfase para a escravidão na região cafeeira paulista, com base em farta documentação oficial (relatórios de administrações diversas, memórias, discursos parlamentares, etc.).

Fonte: Conteúdos das obras de Celso Furtado, José Alípio Goulart e Emilia Viotti da Costa

Em meio ao cenário de luta pela redemocratização do país promovido pelos movimentos sociais, evidenciavam-se a partir da década de 1970, os primeiros sinais de que, para promover novas interpretações históricas a respeito do Brasil, impunha-se a busca de novas fontes, abordagens e conceitos teóricos por historiadores e cientistas sociais. Nesse contexto destacaram-se estudiosos como Antonio de Barros Castro (1971), Ciro Flamarion Cardoso (1973) e Jacob Gorender (1978)²⁹. Maestri (2002) lembra que as reflexões realizadas por estes autores preparam as bases onde assentariam

²⁶ SIMONSEN, R. C., *Histórica econômica do Brasil – 1500-1820*, p. 196.

²⁷ CASTRO, A. B., *Sete Ensaios sobre a Economia no Brasil*; CARDOSO, C. F., *Modos de producción en América Latina*, 2005 (1. edição em 1973).; GORENDER, J., *O escravismo colonial*, 1988.

²⁸ No ano de 2009 foi editada a edição comemorativa do cinquentenário de publicação da obra. Cf. FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*, 2009.

²⁹ CARDOSO, C. F. "El modo de producción esclavista colonial en América". In: CARLOS SEMPAT ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en América Latina*, p. 193–242.

os conceitos do modo escravista colonial³⁰. Essa nova dimensão sócio-política viabilizou enfoque sobre temas impensáveis e espaços geográficos *esquecidos* pela historiografia. Intensificaram-se a partir daí profícuas discussões sobre a luta pela posse da terra, da escravidão, da produção econômica, entre outras³¹.

Quadro 4 - Escritos teóricos sobre a formação histórica do Brasil , década de 1970

TÍTULO	AUTOR/A	PUBL.	CONTEÚDO
<i>Sete Ensaios sobre a Economia no Brasil – (2 vol)</i>	Antonio de Barros Castro	1971	Análise sobre a ocupação do Brasil a partir do surto de atividades exportadoras. O autor entende que se se percorrer sumariamente a história regional brasileira é possível evidenciar fenômenos históricos decisivos do passado brasileiro e, através deles, de seu presente.
<i>Modos de producción en América Latina</i>	Carlos Sempat Assdourian, Ciro Flamarion Cardoso	1973	Obra coletiva constituída por sete textos dos quais três são de autoria do historiador Ciro Flamarion Cardoso. Emergem desse trabalho os modelos explicativos para os modos de produção coloniais.
<i>O escravismo colonial</i>	Jacob Gorender	1978	Segundo o historiador Maestri (2004) ³² , o escravismo colonial efetuou uma revolução copernicana nas ciências sociais brasileiras: “Efetivamente, ao apresentar exaustivamente a defesa do caráter escravista colonial do passado brasileiro, superava a falsa polêmica passado feudal–passado capitalista que dividira por décadas as ciências sociais e a esquerda brasileira.

Fonte: Conteúdos das obras de Antonio de Barros Castro, Carlos Sempat Assdourian, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender.

É bem verdade que os estudos historiográficos tradicionais vêm hoje aos poucos sendo superados pela crescente produção na área das humanidades, graças aos esforços significativos de estudiosos do campo da economia, sociologia, antropologia e história. As distintas interpretações da história brasileira têm sido geradas a partir de novos campos investigativos abertos pelas universidades brasileiras, através de seus Programas de Pós Graduação *strito sensu*.

1.1 Trabalhos acadêmicos: Debates e tendências

No que tange os estudos nacionais e regionais acerca da criação pastoril brasileira, sobretudo nos aspectos mais gerais, podemos afirmar que ainda é demasiadamente pequena a abordagem envolvendo relações sociais, propriedades, valor da terra, benfeitorias produtivas, valorização dos rebanhos, espécies e subdivisão do

³⁰ MAESTRI, M., *Escravidão em Mato Grosso: o singular e o plural*, p. 10.

³¹ *Ibid*, p. 10.

³² MAESTRI, M. *O Escravismo Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender*, 2000.

gado, quantidade e valor do plantel da escravaria por idade, profissão, nacionalidade e gênero, etc.

Caso emblemático refere-se ao Rio Grande Sul que, segundo Maestri, “[...] não possui sequer uma história digna do nome sobre a atividade pastoril”³³, se comparado com a produção do Uruguai e a Argentina, países que “compartilham com o meridiano sulino a mesma realidade sócio-ecológica³⁴” e, no entanto, produzem há décadas densa e apurada produção sobre o tema.

1.1.1 Rio Grande do Sul: estudos pastoris e escravidão

Não podemos deixar de destacar o avanço significativo que a pesquisa em âmbito universitário tem alcançado pelos esforços de pesquisadores empenhados em quebrar o silêncio historiográfico sobre os estudos pastoris e escravidão. Em relação ao Rio Grande do Sul, cabe ressaltar o incansável trabalho do Prof. Mário Maestri, líder de uma equipe de pesquisadores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), cujos estudos desenvolvidos sob sua orientação, voltaram-se para a problemática das fazendas pastoris em espaços temporais diferenciados sobre o sul brasileiro.

³³ MAESTRI, M. Escravidão em Mato Grosso: o singular e o plural. IN: MAESTRI, M. e BRAZIL, M. C. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*, p. 9.

³⁴ *Ibid.*

Quadro 5 - Dissertações dedicadas à economia pastoril e temas correlatos no Rio Grande do Sul 2000-2010

TÍTULO	AUTOR/A	DEFESA	CONTEÚDO
<i>A Arquitetura Rural Sulina no Caminho das Tropas do Planalto Médio. (1820-1890).</i>	Nery Luiz Auler da Silva	2003	Estudo historiográfico sobre a arquitetura regional sul-rio-grandense, especificamente as primeiras edificações habitacionais e produtivas pastoris luso-brasileiras do Planalto Médio, com objetivo de incorporar à discussão essa parte do território sulino arquitetonicamente semi-desconhecido.
<i>Marcas da Escravidão nas fazendas Pastoris de Soledade (1867-1883)</i>	Maria Beatriz Chinni Eifert	2006	Baseado em fontes judiciais, o trabalho recompõe parte da trajetória da população cativa que viveu anonimamente no interior das fazendas pastoris de Soledade (RS) .
<i>O Banquete dos Ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889).</i>	Helen Scorsatto Ortiz	2006	Discute o processo de aplicação da Lei de Terras de 1850 no primitivo município de Soledade, no norte do Rio Grande do Sul, e quais as conseqüências econômicas, sociais e políticas daí advindas para a região em estudo.
<i>Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul [1780/1889]</i>	Setembrino Dal Bosco	2008	Define um perfil geral das fazendas pastoris do Rio Grande do Sul em finais dos Setecentos e quase todas as décadas dos Oitocentos. Investiga a evolução das técnicas produtivas [marcação, castração, rodeios etc.]; a evolução arquitetônica; o mundo do trabalho; relações sócio-produtivas e, sobretudo, a mão-de-obra utilizada- capatazes, peões [gaúcho e nativos] e cativos - nas lides pastoris da estância sulina em fins dos séculos XVIII e XIX.
<i>Tierra esclavizada – El Norte Uruguayo em la primera mitad del siglo XIX.</i>	Eduardo Palermo	2008	Estuda a gênese das fazendas pastoris e escravistas rio-grandenses no norte do Uruguai.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Boa parte dos trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós Graduação da Universidade de Passo Fundo foi publicada sob aval das editoras da Universidade de Pelotas e da Universidade de Passo Fundo, com destaque para as obras de Ester Gutierrez, Helen Ortiz e Maria Beatriz Chini Eifert. Além dos autores mencionados, registre-se a importante produção sobre o tema de Helen Osório, Luís Farinati, Mário Maestri, Paulo Zarth, entre outros. Há que se destacar a densa produção (17 títulos)

reunida na Coleção Malungo, coordenada pelo prof. Maestri desde 2001, cujas obras são todas dedicadas ao passado escravista das mais distintas regiões do país.³⁵

1.1.2 Mato Grosso: Estudos socioeconômicos e escravidão

Para a pesquisadora Maria do Carmo Brazil a produção historiográfica envolvendo as relações escravistas e atividades econômicas de Mato Grosso teve seu marco inicial em dois trabalhos publicados na década de 1970 (Quadro 6). O primeiro, desenvolvido pela historiadora corumbaense Eunice Ajala Rocha³⁶ nos anos de 1975-77, com base nos documentos compulsados no Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá a respeito do processo de desarticulação escravista em Mato Grosso. O segundo, escrito, em 1978, pelo notável sociólogo pernambucano Gilberto Freyre³⁷. Ao homenagear o bicentenário de duas cidades coloniais mato-grossenses (Cáceres e Corumbá) e ao discutir aspectos antropológicos, sociológicos e históricos do domínio luso no extremo-oeste brasileiro, por iniciativa de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (4º. Capitão General de Mato Grosso), Freyre acabou “lançando as primeiras luzes sobre a escravidão no Mato Grosso”³⁸.

³⁵ Ver ZARTH, P. A. *Historia agrária do planalto gaúcho, 1850-1920*, 1997. CANCIAN, E. *A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza - o caso de Corumbá (MS)*. 2006; DARONCO, L. J. *A sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul - segundo os processos criminais (1840-1888)*, 2006; LIMA, S. O. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871)*, 2005; MOURA, Z. A. de. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*, 2008.

³⁶ROCHA, E. A., *O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873-188c8)*, 1976.

³⁷ FREYRE, G. *Contribuição para uma sociologia da Biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque, Governador no fim do século XVIII*, 1978.

³⁸ BRAZIL, M. C., *Escravidão em Mato Grosso: um balanço historiográfico*, 2009.

Quadro 6 - Trabalhos germinais sobre escravidão em Mato Grosso- década de 1970

TÍTULO	AUTOR/A	PUBL.	CONTEÚDO
<i>O processo de emancipação dos Escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873-1888). (Revista Dimensão/UFMS).</i>	Eunice Ajala Rocha	1977-1978	Com base nos livros de Atas da Sociedade Abolicionista Corumbaense, e da Junta de Emancipação de Escravos existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá, foram analisados alguns dos principais aspectos da Abolição da cidade de Corumbá.
<i>Contribuição para uma sociologia da Biografia.</i>	Gilberto Freyre	1978	Revela a utilização de trabalhadores escravizados nas diversas atividades desenvolvidas em Mato Grosso durante o escravismo colonial. Escravizados eram utilizados nos órgãos de defesa fronteiriça lusitana, na limpeza do mato, nas construções de casas e quartéis, no transporte de pedras, no serviço de serviço de taipa, na preparação de alimentos, etc.

Fonte: BRAZIL, Maria do Carmo. Escravidão em Mato Grosso: um balanço historiográfico [1980-2009]. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História (História e Ética)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ANPUH-Nacional, 2009. V. 1, p. 1-18.

Ainda tímido esse material foi gerado no momento em que onda provocada pelas lutas sociais, apoiadas nas correntes racionalistas das ciências sociais, alcançou a historiografia brasileira, conforme salienta Maestri:

Na década de 70, as ciências sociais brasileiras viveram salto ontológico com a definição da dominância do modo de produção escravista colonial na pré-Abolição, definido como historicamente novo em relação ao escravismo patriarcal e pequeno mercantil da Antiguidade. Superação realizado por Ciro Flamarion Cardoso, em 1973, de forma sintética, e por Jacob Gorender, em 1978, de modo categorial-sistemático³⁹.

Investigações documentais em acervos institucionais, sobretudo locais, indicavam a necessidade de prosseguir o projeto de construção da historiografia nacional considerando as particularidades regionais.

Segundo Linhares, este foi um momento extraordinário para o avanço dos estudos históricos: “Elegia-se a região como *locus* privilegiado de observação, problematização e análise não como recorte geográfico determinado por características físicas, mas pelo passado vivido que se prolonga no presente, deixando suas marcas”⁴⁰.

Segundo Brazil, nos anos 1980, sob influência dos novos rumos que os estudos sobre a escravidão brasileira tinham tomado na década anterior, elegendo novos temas e

³⁹ MAESTRI, M. Escravidão em Mato Grosso. O singular e o geral. In: BRAZIL, M.C. *Fronteira Negra*, p. 10.

⁴⁰ LINHARES, M. Y. L. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*, p. 78.

espaços as serem abordados, pesquisadores mato-grossenses também “impulsionaram a produção sobre a relação escravista na região. Potenciado pelas comemorações do primeiro centenário da Abolição (1988), publicaram-se artigos, livros, dissertações e teses sobre a escravidão em Mato Grosso”⁴¹. (Ver quadro 7). Entre os trabalhos mais significativos emergidos a partir desse momento é possível destacar os de autoria de Carlos Rosa, Edvaldo de Assis, Lúcia Helena Gaeta Aleixo, Maria Auxiliadora Azevedo Coutinho Gomes e Maria de Lourdes Bandeira (Ver Quadro 7).⁴²

⁴¹ BRAZIL, Maria do Carmo. *Escravidão em Mato Grosso: um balanço ...Op. cit*, 2009.

⁴² ALEIXO, L. H. G., *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, 1984.; ROSA, C., *Escravidão e Terra em Mato Grosso - caso de Livramento (1727-1888)*, 1986.; ASSIS, E., *Negro Forro & Sociedade Escravocrata e Quilombos em Mato Grosso*, 1986, *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, 1988.; GOMES, M. A. A. C. *O negro e a Violência*.1988. BANDEIRA, M. L., *Território negro em espaço branco*, 1988.

Quadro 7 - Trabalhos acadêmicos com temas sócio-econômicos e escravidão em Mato Grosso – Década de 1980.

TÍTULO	AUTOR/A	PUBL.	CONTEÚDO
<i>Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888). (Ministério da Fazenda, em Brasília).</i>	Lúcia Helena Gaeta Aleixo	1984	Análise sobre a utilização do trabalhador escravizado, em Mato Grosso, entre os anos 1850 a 1888, nas minas, plantações da cana-de-açúcar e nas atividades urbanas. Disponibiliza documentos referentes algumas cidades mato-grossenses, surgidas no período imperial, cujo cotidiano foram marcados pela presença de cativos.
<i>Escravidão e Terra em Mato Grosso - caso de Livramento (1727-1888) (D.O. do Estado de MT)</i>	Carlos Rosa	1986	Ensaio publicado no Suplemento do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso sobre terra e relações de trabalho na região, cujo recorte temporal envolve o processo de instalação do sistema escravista e o processo de sua superação.
<i>Negro Forro & Sociedade Escravocrata e Quilombos em Mato Grosso. (D.O. do Estado de MT)</i>	Edvaldo de Assis	1986	Trabalhos significativos publicados no Suplemento do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso para refletir sobre formas de resistência, trabalho escravizado e trabalho livre.
<i>Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso. (Editora da UFMT)</i>	Edvaldo de Assis	1988	Discute questões referentes a escravidão em Mato Grosso, seus antecedentes históricos, embasados em farto material empírico. Como contribuição para a construção histórica regional e nacional.
<i>O negro e a Violência (Revista do Arquivo Público de Mato Grosso).</i>	Maria Auxiliadora Azevedo Coutinho Gomes	1988	Com base em processos crimes coligidos no Arquivo Público de Mato Grosso discute a resistência do cativo, sobretudo entre o período de 1800 e 1880. (Publicado como artigo na Revista do Arquivo Público de Mato Grosso.
<i>Território negro em espaço branco. Ed. Brasiliense/ CNPQ.</i>	Maria de Lourdes Bandeira	1988	Estudo antropológico, histórico e geográfico. Com destaque para a singularidade do núcleo populacional de Vila Bela. Publicado como livro pela Editora Brasiliense, em co-edição com o CNPQ.

Fonte: BRAZIL, Maria do Carmo. Escravidão em Mato Grosso: um balanço historiográfico[1980-2009]. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História (História e Ética)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ANPUH-Nacional, 2009. v. 1.

Nos anos 1990, centenas de dissertações e teses vieram a lume através das diversas universidades situadas em distintas regiões, a partir de uma tendência dedicada aos estudos centrados na escravidão, embalados pelo clima das comemorações do centenário da Abolição. No plano regional, significativos trabalhos na área de ciências humanas emergiram com temáticas votadas para questões econômicas regionais no quadro do escravismo colonial.

Nesse contexto, estudiosos das Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, vinculados ou não aos Programas de Pós-Graduação espalhados no país (UFF, USP, UNESP), voltaram seus olhares para o “caráter variável e

específico dessa região [Mato Grosso]⁴³”, e passaram a “contribuir com a montagem do mosaico constitutivo e revelador da história social da escravidão no país⁴⁴”, conforme evidencia o Quadro 8, organizado a partir dos dados fornecidos pelo portal da Capes.

Quadro 8 - Trabalhos acadêmicos sobre atividades econômicas e escravidão em Mato Grosso – Década de 1990.

TÍTULO	AUTOR/A	DEFESA	CONTEÚDO
<i>Cativos do Sertão: vida cotidiano e escravidão em Cuiabá - 1850-1888</i> (Tese/História/USP).	Luiza Rios Ricci Volpato.	1991	Destaca a importância do estudo do cotidiano dos cativos em sua luta contra a escravidão: “O objetivo desse trabalho é estudar a vida cotidiana dos escravos e através dela perceber nas relações próprias do dia-a-dia sua luta e resistência diante da escravidão.” (Volpato, 1993, p. 12).
<i>Presença Negra em Mato Grosso: Dominação, violência e resistência escrava 1718-1888</i> Mestrado/História UNESP	Maria do Carmo Brazil	1993	Discute a escravidão negra em Mato Grosso, abrangendo os períodos colonial e imperial, cujo referencial histórico e fontes documentais atendem aos limites da região mato-grossense e também a sociedade brasileira como um todo. A escolha desse objeto liga-se a intenção de estudar a violência nas relações escravistas como o fio condutor da dominação e da resistência.
<i>Dos Campos D'Ouro à Cidades das Ruínas: Apogeu e Decadência do Colonialismo Português no Vale do Guaporé (sécs. 18-19).</i> Mestrado/História/UFPE	Marco Antônio Domingues Teixeira	1997	Estuda o apogeu e a decadência do espaço colonial português no Vale do Guaporé a partir de meados do século XVIII, com as descobertas das lavras e faisqueiras, do estabelecimento da política fronteiriça de conquista, povoamento e manutenção territorial.
<i>Quilombos do Brasil Central (1719-1888): introdução ao estudo da escravidão.</i> Direito/UFG	Martiniano José da Silva	1998	Descrever o processo de colonização e dominação de Mato Grosso e Goiás. Discute a resistência negra, com destaque para sua "unidade básica" (o quilombo). Realça que essa forma de resistência predominou em três regiões principais do Brasil Central: vale do Guaporé; oeste e norte de Mato Grosso (Quariterê); sertão da Farinha Podre, sul da Capitania de Goiás e Triângulo Mineiro (Quilombo do Ambrósio); e nordeste e norte goiano, sul e sudeste do atual Tocantins (Calunga).

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Entre os cinco trabalhos elencados no quadro 8 dois deles foram avaliados por Conselhos Editoriais e publicados como livros, quais sejam: *Cativos do Sertão: vida*

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ *Idem.*

cotidiano e escravidão em Cuiabá - 1850-1888, de Luiza Rios Ricci Volpato, obra editada pela Marco Zero, em associação com a UFMT, em 1993; *Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso (1718-1888)*, terceiro volume da Série Malungo da Editora da UPF. Cabe registrar que o livro de Martiniano José da Silva foi publicado pela Editora Kelps de Goiás no ano de 2003 com o título *Quilombos do Brasil Central – violência e resistência escrava (1719-1888)*.(Cf Quadro 8).

Nos anos 2000, diante da expansão e fortalecimento dos Programas de Pós Graduação no Brasil surgiram novos trabalhos relevantes dedicados aos temas ligados à economia e história da escravidão em Mato Grosso, conforme evidencia o quadro 9.

Quadro 9 - Trabalhos acadêmicos sobre atividades econômicas e escravidão em Mato Grosso – Década de 2000

TÍTULO	AUTOR/A	DEFESA	CONTEÚDO
<i>Escravidão, fronteira e liberdade: resistência escrava em MT(1752-1850).</i> Mestrado História/UFBA	Otávio Ribeiro Chaves.	2000	Aborda o processo de ocupação territorial pelos agentes da colonização lusitana através dos estudos dos mecanismos de povoamento e exploração econômica de Mato Grosso, destacando a luta da população cativa contra a escravidão entre os 1750-1850.
<i>Filhos Livres de Mulheres Escravas (Cuiabá: 1871 a 1888)</i> Mestrado/História/ UFBA	Nancy de Almeida Araújo	2001	Aborda o movimento emancipatório na Província de Mato Grosso, com ênfase para a legislação que privilegiava a liberdade do ventre escravo e de crianças cativas e se propõe a evidenciar as crianças - filhas de escravas - que nascem livres por determinação legal. Busca oferecer visibilidade àquelas que foram mais comumente denominadas "filhos livres de mulheres escrava" pelos que se investiram de autoridade para falar por e sobre elas.
<i>Guerra e escravidão: a reestruturação do exército brasileiro e a Lei do Ventre Livre 1850-1871</i> Mestrado/História/	Amaro Soares de Oliveira Neto	2004	Discute o jogo de poder entre a Guarda Nacional e o Exército Brasileiro. Analisa a crise institucional gerada pela Guerra do Paraguai e seus reflexos na dinâmica das relações políticas que permeavam a instituição da escravidão.
<i>A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza: o caso de Corumbá (MS)</i>	Elaine Aparecida Cancian de Almeida	2005	Discute o passado escravista de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, valendo-se do traçado urbano, da toponímia, da arquitetura, da escultura, da posição geográfica, enfim, do patrimônio material e imaterial.
<i>Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do império brasileiro com a república da Bolívia (1825-1867).</i> Mestrado/História/UF RJ	Newman di Carlo Caldeira.	2007	Analisa o desenvolvimento dos processos de legitimação e defesa da propriedade escrava no âmbito sul-americano, bem como a argumentação desenvolvida pelos representantes do Império brasileiro nas negociações diplomáticas que conjugavam ajustes de fronteira, comércio e navegação fluvial, com as tentativas de repatriar os escravos que fugiam da província de Mato Grosso para o território da República da Bolívia.
<i>Cativos nas terras dos pantanais. Escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX.</i> Ms/História/UPF	Zilda Alves de Moura	2007	Estuda a utilização da mão-de-obra escravizada de africanos ou descendentes, em localidades do sul de Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX. Demonstra que os negros, escravizados ou não, também foram utilizados como “Voluntários da Pátria” na Guerra contra o Paraguai. O presente trabalho traz, ainda, um capítulo sobre a feitorização das comunidades nativas do Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX.
<i>Escravidão urbana da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: Limites e Possibilidades (1778-1822).</i> Mestrado/História/MT		2009	Pesquisa de base documental (públicos e privados), principalmente de origem eclesiástica que discute a organização e constituição da escravidão urbana no município de Cuiabá no final do século XVIII e XIX, com ênfase à relação entre senhor e escravo na reprodução cotidiana de ambientes urbanos na capitania de Mato Grosso.

Dos trabalhos arrolados e listados no quadro 9, dois deles - de Elaine Cancian e de Zilda Moura - redundaram em livros avaliados pelo Conselho Editorial da Editora da Universidade de Passo Fundo⁴⁵. Um deles, intitulado *A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza: o caso de Corumbá (MS)*, de autoria de Cancian foi publicado em 2005 como 11º título da série Malungo da Editora da Universidade de Passo Fundo (Editora da UPF). Da mesma forma a dissertação de mestrado intitulada *Cativos nas terras dos pantanais*, de Zilda Moura, foi trazida para o público leitor em 2008 através da Editora da UPF como 15º título da referida coleção.

Os quadros elaborados evidenciam o flagrante silêncio historiográfico voltado para a produção pastoril no contexto da ordem escravista, além de revelar que as abordagens sobre os desdobramentos e características dessa atividade exigem projetos efetivos de levantamento de fontes de arquivos, capazes de despertar o interesse de historiadores e pesquisadores para a temática. A necessidade de dar maior visibilidade a essa atividade, com destaque para o processo de ocupação de espaços vistos como “vazios”, a concentração da propriedade da terra e as relações de trabalho gerou, no ano de 2007, a elaboração do Projeto *A produção pastoril no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado* (2008), Projeto coordenado pelo Prof. Mario Maestri e fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) vislumbrando grandes possibilidades de avanço dos estudos sobre questões agrárias e trabalho nas regiões contempladas⁴⁶.

Segundo o coordenador do projeto, a pesquisa sobre o passado pastoril ganhou impulso, graças ao seu caráter nacional e regional, acolhimento que gerou o dossiê intitulado *A fazenda pastoril e a escravidão* da revista *História: Debates e Tendência*, e a edição do livro *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*, em três tomos, através da Editora da Universidade de Passo Fundo (UPF), como 17ª série da Coleção Malungo. O dossiê sobre a fazenda pastoril e atividades correlatas reúne predominantemente trabalhos centrados no Rio Grande do Sul, Piauí e Mato Grosso, como assinalado.⁴⁷

⁴⁵ CANCIAN, E., *Op cit.*, 2005; MOURA, Z. A., *Op cit.*, 2008.

⁴⁶ Cf. BRAZIL, M. C. *Escravidão em Mato Grosso: um balanço historiográfico (1980-2009)*, 2009.

⁴⁷ Revista *História: Debates e Tendências*, v. 7, n.2, jul./dez., 2007. MAESTRI, Mário e BRAZIL, Maria do Carmo (orgs.). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros – Estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo 2009.

Quadro 10 - Dossiê : A fazenda pastoril e a escravidão (2007)

TITULO	AUTOR/A
<i>Editorial: Pastoreio, história e historiografia</i>	Mario Maestri
<i>Escravidão em estâncias e charqueadas</i>	Ester Judite Bendjouya Gutierrez
<i>Os cativos do Botucaraí</i>	Maria Beatriz Chini Eifert
<i>Capatazes, peões e cativos na estância da Música</i>	Setembrino Dal Bosco
<i>Terra e trabalho no sul de Mato Grosso: considerações sobre superação do escravidão, luta pela terra, economia e advento do trabalho livre – séculos 19 e 20.</i>	Maria do Carmo Brazil
<i>Terra onde o gado criou o homem e definiu o latifúndio</i>	Paulo Marcos Esselin e Tito Carlos Machado de Oliveira
<i>Cativos nas fazendas pastoris do sul de Mato Grosso (1825-1888). Considerações de pesquisa.</i>	Elaine Cancian
<i>O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense</i>	Solimar Oliveira Lima.
<i>Esclavos, estancias y elite. Continuidades y rupturas en la administración de la estancia jesuítica de Paraguari tras la expulsión de los jesuitas, 1760-1780</i>	Ignacio Telesca

Fonte: Revista História: Debates e Tendências, v. 7, n.2, jul./dez., 2007.

Do bojo desse impulso inicial promovido pela equipe de pesquisadores envolvidos no projeto emergiu nossa intenção de contribuir para a construção da história pastoril de Mato Grosso através de pesquisa dedicada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Sob a orientação da Dra. Maria do Carmo Brazil, iniciamos nosso procedimento de levantamento de fontes com o objetivo de suscitar questões e novas abordagens temáticas e metodológicas para nossa dissertação em torno do tema.

1.2 Santana pastoril, Santana escravista... nasce um objeto

Inicialmente procuramos realizar a revisão dos estudos relacionados à sociedade pastoril no sul do antigo Mato Grosso, sobretudo a respeito de Santana do Paranaíba, defendidos nos programas de pós-graduação brasileiros e em Mato Grosso do Sul. Para tanto elegemos o banco de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a realização do mapeamento dessas pesquisas, pois esse órgão disponibiliza o acervo de teses e dissertações de várias universidades do Brasil, no período entre 1987-2009. Optamos por duas principais categorias de análises: fazendas pastoris e economia pastoril.

Ressalte-se que outros temas correlatos foram pesquisados, porém foram nas duas categorias elencadas que encontramos dados significativos. A partir daí realizamos as buscas e nos surpreendemos com a falta de pesquisas relacionadas ao tema em questão. Não há um número significativo de trabalhos que se direcionam a sociedade pastoril em Mato Grosso, bem como no Brasil em geral. Baseado nos dados obtidos o que conseguimos são pesquisas isoladas que se voltam para o Rio Grande do Sul e, em menor volume para Mato Grosso (Quadros 11 e 12). Os dados se revelaram ínfimos diante da importância do tema em questão.

Quatro trabalhos acadêmicos se despontaram desse levantamento preliminar, entre os quais destacamos o de João Antonio Botelho (1993), o de Luiz Miguel do Nascimento (1993), o de Paulo Marcos Esselin (2003) e o de Zilda Moura (2008). Mas a maioria contemplou apenas tangencialmente a região de Santana de Paranaíba em seu processo de ocupação, povoamento, vida material e social (Ver quadro11).

Quadro 11 - Trabalhos acadêmicos sobre produção pastoril em Mato Grosso

TÍTULO	AUTOR/A	DEFESA	CONTEÚDO
<i>Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870.</i> Mestrado História- UFF.	João Antônio Botelho Lucídio	1993	Discute a forma de organização da sociedade instalada no Planalto Sul de Mato Grosso através da reconstituição do sistema agrícola e pastoril e das suas relações de comércio, verificando os mecanismos de inserção daquela economia na ordem imperial.
<i>As charqueadas em Mato Grosso: subsídio para um estudo de história econômica, (1873-1960).</i> Mestrado História-UNESP	Luiz Miguel do Nascimento	1993	Foco de análise restrito à expansão da ordem capitalista na região pantaneira, com base na indústria da carne.
<i>A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul mato-grossense (1830-1910).</i> Tese PUC/Porto Alegre.	Paulo Marcos Esselin	2003	Discute o papel desempenhado pela pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Mato Grosso. Investiga a origem dos primeiros bovinos introduzidos na planície fluvial do pantanal sul, portanto, algumas páginas da obra são dedicadas à região leste do antigo Mato Grosso (Campos de Vacaria e Santana de Paranaíba).
<i>O lugar da pecuária na Formação Sócio-espacial Sul-mato-grossense.</i> Mestrado Geografia/UFSC	Anderson Bertholi	2006	Análise da evolução do modo de produção capitalista em Mato Grosso. Mostra parte do processo de formação sócio-espacial ligado a atividade pecuária. Discute o desenvolvimento das forças produtivas articulando relações sociais e espaço.
<i>Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos 17-19.</i> Mestrado História/UPF	Zilda Alves de Moura	2008	Análise voltada para Mato Grosso, com destaque para o pantanal. O capítulo VI da obra dedica significativas páginas aos cativos do Sertão Garcia (região de Santana), com destaque para as alforrias.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Os estudos acadêmicos a respeito do tema em tela têm revelado a carência de material sobre o processo de formação do latifúndio a partir da introdução, consolidação e desenvolvimento da produção pastoril em Mato Grosso. Importa, no entanto destacar *Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, livro de referência indispensável produzida por Nelson Werneck Sodré, em 1941, e a obra de Virgílio Corrêa Filho⁴⁸, cuja abordagem vinculada ao poder estatal voltou-se predominantemente para a planície pantaneira (Quadro 12).

⁴⁸CORREA FILHO, V. *Pantanais Mato-grossenses – Devassamento e ocupação*, 1946; *Fazendas de Gado no Pantanal mato-grossense*, 1955; *A Propósito do boi pantaneiro*, 1926. SODRÉ, N. W. *Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*

Quadro 12 - Estudos clássicos sobre produção pastoril em Mato Grosso

TÍTULO	AUTOR/A	PUBL.	CONTEÚDO
<i>A Propósito do boi pantaneiro. Monografias cuiabanas</i> (Editora Irmaãos Pongetti, 1926); <i>Pantanaís Mato-grossenses</i> (IBGE/CNG, 1946), <i>Fazendas de Gado no Pantanal mato-grossense</i> (Ministério da Agricultura/SAI).	Virgílio Correa Filho	1926/1946/1955 (Respectivamente).	As três obras abordam os aspectos econômicos da região do Pantanal, com ênfase ao processo de desenvolvimento da criação do gado, seu manejo e formas de relação de trabalho.
<i>Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril</i> (Ed. José Olympio/Coleção Documentos Brasileiros-volume 31).	Nelson Werneck Sodré	1941	Mostra o início da ocupação efetiva de Mato Grosso. Apresenta algumas interpretações sobre a ocupação de segmentos <i>não índio</i> na região, tomando a pecuária como eixo. Discutiu nessa obra os desdobramentos da bovinocultura no processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural na região e tratou o Oeste brasileiro como extensão da "Civilização do Couro", de que nos falou Capistrano de Abreu. A bovinocultura do Oeste teria sido herança da prática criatória do Nordeste, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro. Defende que os grupos humanos envolvidos com a criação pastoril teriam sido entrantes oriundos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraguai.

Fonte: Conteúdos das obras de Virgílio Correa Filho e Nelson Werneck Sodré.

Os trabalhos esboçados no quadro 11 analisam o avanço rumo ao extremo oeste brasileiro por iniciativa da *gente de Piratininga* (paulistas), que, em busca do *índio, do ouro e das pedras*, gradativamente acabou incorporando o gado entre as principais atividades econômicas e como produto necessário à locomoção, comércio de abastecimento e alimentos, conforme observou Maria Yedda Linhares em sua pesquisa sobre *Pecuária, alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*, publicado em 1995⁴⁹. Tanto Virgílio Correa Filho quanto Nelson Werneck Sodré pontua evidências de que o desenvolvimento pastoril teria contribuído no processo de conquista do sertão mato-grossense, na solidificação da posse lusitana e na formação de extensos e contínuos latifúndios, à custa da destruição de inúmeras populações indígenas diante do

⁴⁹ LINHARES, M. Y. L. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil* (Séculos XVII e XVIII), 1995. Disponível no site www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Acessado em 15 de julho de 2010.

avanço dos currais⁵⁰. O fragmento abaixo traduz algumas das reflexões de Sodré (Quadro 11) a respeito dos efeitos da expansão pastoril no início do século XVIII:

A extraordinária expansão pastoril cobriria as verdejantes pastagens do centro-sul e do sul da futura província, logo capitania, com os seus governantes, com as suas autoridades e com a sua história própria, toda ela presa, entretanto, aos acontecimentos da grande conquista, aquela que marcara os limites extremos ao sul, expulsando os espanhóis e jesuítas e que possibilitara essa condensação humana, na região do sertão de Cuiabá⁵¹.

Em relação aos nativos, genuínos senhores daqueles espaços, Sodré destacou os danos trazidos pelo movimento de ocupação desencadeado pelos lusos brasileiros:

Estavam abertos os grandes itinerários. As jornadas futuras encontrariam pontos de apoio para a luta contra os índios. [...]Sorocaba que fora o centro de irradiação do movimento das monções, partido das beiras do Tietê, em Ararituaba, devia fornecer o elemento humano para a consolidação da posse definitiva⁵².

Sodré segue pontuando os efeitos da decantada marcha dos bandeirantes, vistos até bem pouco tempo pela historiografia atrelada aos poderes constituídos⁵³, como paladinos da construção territorial nacional:

Recuavam-se os limites de domínio completo das tribus (sic). Os selvagens deviam viver à margem dos itinerários e na orla dos pontos em que o elemento novo se enquistava. Guaicurus seriam impulsionados para o vale do Paraguai, na região pantanosa, impedidos de buscar o curso superior do rio pela existência dos paiaguás⁵⁴.

Sodré apontou o rastro do gado incorporado à marcha bandeirante em suas investidas sobre os sertões de Mato Grosso, ou seja, a expansão pastoril devia expulsar os indígenas, e o novo ocupante se apossaria dos campos da Vacaria⁵⁵.

Virgílio Corrêa Filho (Quadro 11) ressaltou a expansão pastoril em Mato Grosso, sobretudo no Pantanal, recorrendo ao discurso do segmento *não índio*:

A vida, em verdade, não seria bonançosa para os pioneiros. Primeiramente, pelas hostilidades dos paiaguás, durante mais de meio século, que tornaram inexequível a utilização de quatro sesmarias concedidas, em 1727, no Taquari.[...] A fundação do Forte de

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ SODRÉ, N. W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, p. 47.

⁵² *Idem.*

⁵³ Afonso Taunay e Virgílio Correa Filho são dois exemplos, embora ambos tenham construído seus discursos com base na tradição de pesquisa empírica.

⁵⁴ SODRÉ, N. W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, p. 47.

⁵⁵ *Idem.*

Coimbra, porém, ao impedir-lhes as manobras a montante, franqueou ampla região à iniciativa dos fazendeiros que se foram estabelecendo, como era natural, nas paragens mais próximas à faixa ocupada, dos se expandiram para as mais distantes⁵⁶.

Virgílio Corrêa Filho, intelectual ligado ao governo Vargas, se empenhou, de forma especial, em organizar um acervo de informações sobre Mato Grosso escrevendo inúmeras obras a respeito. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1931, e secretário do Conselho Nacional de Geografia (CNG), Corrêa Filho fez parte da elaboração do projeto de construção da identidade nacional ressaltando a conquista do extremo oeste brasileiro e o papel do passado bandeirante.

1.2.1 Escritos sobre a região de Santana de Paranaíba

Destacamos também algumas obras que ganharam vulto na historiografia regional recente no que se refere ao início da produção pastoril em Mato Grosso, com destaque para a porção do planalto sul e, mais particularmente, para a região de Santana de Paranaíba. Elas trazem à baila os movimentos de apossamento de terras mato-grossenses, ressaltando o papel da criação pastoril nesse processo, sobretudo a partir do início do século XVIII. Referimo-nos às abordagens de Hildebrando Campestrini (1991, 1999), Acyr Vaz Guimarães (1991) e Aline Figueiredo (1994)⁵⁷. (Quadro 13).

⁵⁶ CORRÊA FILHO, V. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense*, p. 18.

⁵⁷ CAMPESTRINI, H. & GUIMARÃES, A. V. *História de Mato Grosso do Sul*, 1991. CAMPESTRINI, H. *Sant'Ana do Paranaíba: Dos caiapós à atualidade*, 1999. FIGUEIREDO, A. *A propósito do boi*, 1994.

Quadro 13 - Abordagens regionais relativamente recentes sobre o desenvolvimento pastoril, com destaque para a região de Santana de Paranaíba: 1991-1999

TÍTULO	AUTOR (A)	PUBL.	CONTEÚDO
<i>História de Mato Grosso do Sul.</i> (Academia sul Mato- Grossense de Letras/IHGMS)	Hildebrando Campestrini Acyr Vaz Guimarães	1991	Discorre sobre o processo de ocupação do sul de Mato Grosso, com destaque para os Campos de Vacaria e cercanias (região compreendida entre o rio Paraná, cabeceiras do rio Pardo e as serras de Maracaju e Amambaí.
<i>A propósito do Boi</i> (Editora da UFMT)	Aline Figueiredo	1994	Aborda a ocupação de Mato Grosso (Planície pantaneira e região do Planalto sul) pela expansão pastoril. Ressalta o núcleo de Santana de Paranaíba, no vale do rio homônimo, fundado em 1832 pelos irmãos Garcia Leal (José, João, Joaquim e Januário), que lá chegaram em 1829, procedentes dos campos de Minas Gerais, acompanhados dos irmãos Lopes.
<i>Sant'Ana do Paranaíba: Dos caiapós à atualidade.</i> (IHGMS)	Hildebrando Campestrini	1999	Aborda a história do município, tendo como fundamento a trajetória das <i>famílias pioneiras</i> . Destaca a condições ambientais da região de Santana de Paranaíba, dotada de vastos campos vacarianos.

Fonte: Conteúdos das obras de Hildebrando Campestrini, Acyr Vaz Guimarães e Aline Figueiredo.

História de Mato Grosso do Sul, escrita por Hildebrando Campestrini Acyr Vaz Guimarães ao destinar algumas páginas ao processo de ocupação dos Campos de Vacaria e cercanias, deu suporte aos estudos técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)⁵⁸, além de lançar bases para a organização do livro *Sant'Ana do Paranaíba: Dos caiapós à atualidade* (1999), escrito por Campestrini. Para compor a obra *Sant'Ana do Paranaíba: Dos caiapós à atualidade* (1999)⁵⁹, Campestrini recorreu aos escritos de Mario Monteiro de Almeida (1951)⁶⁰, este que, ao discorrer sobre a formação geográfica do Brasil, deu destaque especial à região de Santana de Paranaíba. Campestri também buscou os relatos do sertanista Joaquim Francisco Lopes⁶¹ e as narrativas de guerra do Visconde de Taunay expressas, sobretudo, nas obras *Memórias do Visconde de Taunay, Viagem de outrora* entre outras⁶².

⁵⁸ MAZZA, M. C. M. et al., *Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro*, p. 14.

⁵⁹ ALMEIDA, M. M., *Episódios da formação geográfica do Brasil*, p. 250.

⁶⁰ Cf. ALMEIDA, M. M. de. *Episódios da formação geográfica do Brasil*, p. 250.

⁶¹ “A bandeira de Joaquim Francisco Lopes – 1829”. In: *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, 1943.

⁶² TAUNAY, A. *Memórias do Visconde de Taunay*, 1946.; TAUNAY, A. *Viagens de outrora*, 1920

Segundo Brazil (2009), as obras de Campestrini se caracterizam pela reprodução do tradicional culto às classes latifundiárias do passado, ainda tão comum na região, mas que não deixa de ser um ponto de partida para as análises científicas.

1.2.2 Escritos memorialísticos

É indispensável considerar a produção de escritos memorialísticos ou memórias escritas organizados sob a forma de biografias, genealogias, diários, narrativas e memórias. Os limites desse material podem ser superados na medida em que são lidos buscando analisar com as lentes da História, cujo procedimento de análise não dispensa a discussão crítica dos fatos. Entre os trabalhos de caráter memorialístico voltados para Santana de Paranaíba destacamos os de Ovídio Lopes de Oliveira e José Ribeiro de Sá Carvalho (1920), Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro (1984), Valdemir Levorato (1998), José Hernandez Martin (2000).

Quadro 14 - Escritos memorialísticos: 1920-2000

TÍTULO	AUTOR/A	PUBL.	CONTEÚDO
<i>Como era lindo o meu sertão. Narrativas do povoamento do sertão dos Garcia, no sul de Mato Grosso.</i>	José Ribeiro de Sá Carvalho	1920	Produzido com base numa entrevista concedida por Protázio Garcia Leal, em fins da década de 1920.
<i>Três Lagoas: suas ruas, sua memória, sua história</i>	Ovídio Lopes de Oliveira	2009	Destaque aos nomes das ruas da cidade; Constitui-se de biografias curtas sobre personalidades que fizeram ou fazem parte da cidade, como Antonio Trajano dos Santos e Protázio Garcia Leal
<i>O homem e a terra</i>	Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro	1984	Escrita sobre a história de Mato Grosso, com enfoque voltado para o município de Campo Grande, mas pontuando algumas informações sobre a região de Paranaíba
<i>Três Lagoas: dama em preto e branco (1918-1964)</i>	Valdemir Levorato	1998	Ênfase à conquista do espaço do Planalto sul, com a participação das entradas as entradas dos Lopes e dos Garcia.
<i>A história de Três Lagoas</i>	José Hernandez Martin	2000	Reúne artigos sobre as ditas <i>famílias pioneiras</i> como, “Saga dos Garcia” escrito por Manoela Hernandez Martin; “Panorama Pacífico dos sertões dos Garcia” por Sá Carvalho; “Antonio Trajano dos Santos”, escrito por José Hernandez Martins e “O primeiro histórico de Três Lagoas” produzido por Lincoln Carvalho de Siqueira.

Fonte: Conteúdos das obras de José Ribeiro de Sá Carvalho, Ovídio Lopes de Oliveira, Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro, Valdemir Levorato, José Hernandez Martin.

Feita as considerações historiográficas (limites e avanços) e realizado o balanço sobre a abrangência geográfica do tema, constatamos a necessidade de centrar análises acerca da fazenda pastoril e da escravidão na região, mostrando suas singularidades à luz do contexto econômico, social, político e cultural.

1.3 MÉTODOS E FONTES

1.3.1 Abordagem metodológica

A abordagem do objeto de análise – a sociedade pastoril no sul de Mato Grosso, com destaque para Santana de Paranaíba – foi orientada pelo método dialético investigativo que descreve o particular à luz do contexto econômico, político, social e cultural. Foi, no entanto, considerada as novas possibilidades oferecidas pela

historiografia recente (francesa e inglesa) nas maneiras de ler e fazer história, no sentido de identificar o modo como em distintos lugares e ou em temporalidades diversas uma realidade social é construída. Portanto, é necessário fugir dos “reducionismos teóricos, tais como particularismo, culturalismo ornamental, saudosismo, personalismo, descrição laudatória ou apologética”⁶³, conforme observam os pesquisadores Paolo Nosella e Ester Buffa (2005) à propósito do método dialético de investigações. Estes pesquisadores alertam que, por mais atraentes que possam ser essas tendências de análises, é inadmissível a enumeração detalhada de uma dada sociedade sem que se leve o leitor à compreensão da totalidade histórica.

Por outro lado, ao refletir a respeito das abordagens e dos métodos, o historiador inglês Peter Burke, lembrou que a história tradicional priorizava os temas nacionais ou internacionais, esquivando-se das propostas regionais, das efervescências humanas cotidianas, mais precisamente da perspectiva da *história total*⁶⁴.

A abordagem sobre o perfil da sociedade pastoril no sul do antigo Mato Grosso enseja destaque para o papel fundamental da família, sobretudo o modelo *patriarcal*, na conformação econômica, social e política do Brasil. No entanto, tentamos construir uma escrita histórica a partir de análises diacrônicas que envolvem tanto a visão do segmento dominante da sociedade, como, sobretudo a perspectiva dos sujeitos comuns, capturando “os aspectos mais relevantes para a compreensão da formação histórica do Brasil”⁶⁵.

A sondagem preliminar de inúmeros trabalhos publicados evidenciou algumas pistas importantes a respeito do referencial teórico a ser adotado, ou melhor, tais trabalhos indicaram que o caminho a ser seguido devia passar pela análise regional. Privilegiamos a região de Santana de Paranaíba como *locus* de observação, problematização e análise no sentido de explicar seu passado que ainda se faz sentir no presente.

Optamos, enfim pela linha de abordagem que prevê a descrição do particular (o singular, o dado empírico), apontando, dialeticamente, suas relações com o contexto

⁶³ NOSELLA, P.;BUFFA, E. *As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigações*, p. 355.

⁶⁴ Cf. BURKE, Peter (Org), *A escrita da história: novas perspectivas*, 1992.

⁶⁵ BRAZIL, M.C., *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*, p. 235.

econômico, político, social e cultural⁶⁶, ou seja, relacionando o particular o com o geral, com a totalidade histórico-social.

1.3.2 Fontes históricas

A análise da sociedade pastoril no sul de Mato Grosso, sobretudo na região de Santana de Paranaíba orientou-se pela leitura e releitura da literatura e das fontes, buscando entender as intenções implícitas do discurso. Partimos, portanto do material já produzido, procurando superar as lacunas historiográficas e detectar as contradições existentes naquela sociedade pastoril latifundiária nascida no século XIX.

Nessa aproximação com o tema, constatamos a existência uma infinidade de fontes envolvendo cartas de liberdade, contratos de posse de escravos e inventários. Tratava-se de materiais produzidos no século XIX, relacionados a Mato Grosso em geral, e a Comarca de Santana de Paranaíba, em particular.

A proposta foi então trabalhar com processos cíveis do Cartório do 2º Ofício de Paranaíba, que se encontram cedidos ao Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, relatórios de presidentes da província de Mato Grosso, livros e atas paroquiais e da Câmara Municipal de Santana de Paranaíba (século XIX), literatura e relatos memorialísticos, itinerários sertanejos com objetivo de estudar parte da história da formação do latifúndio, e da historia pastoril, sobretudo no que se refere às relações de trabalho escravo, ao apossamento territorial da região, ao uso da terra, aos tropeços cotidianos da sociedade, aos conflitos, etc.

Nosso procedimento constituiu-se de tarefa árdua de arrolamento, leituras de documentos antigos (século XIX), coleta dos materiais existentes nos arquivos e transcrições para dar suporte à nossa abordagem sobre a formação do latifúndio e suas dimensões, além da forma de acesso à terra. Nessa aproximação com as fontes foi possível descobrir dados sobre quem trabalhava a terra e como se trabalhava nela. Ficou evidente a forma distinta de organização da vida material e social da região, bem como o processo singular de superação do escravismo, de ocupação do sertão dos Garcia e o advento do trabalho livre.

⁶⁶ NOSELLA, P.;BUFFA, E., *Op. cit.*, p.351-368.

1.3.3 Literatura, Memórias e Narrativas – Santana vista por Taunay

A respeito de Santana de Paranaíba, uma das portas de entrada para o interior mato-grossense⁶⁷, é inegável a contribuição de Alfredo Maria d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, através de sua extensa produção, ao abordar assuntos de natureza política, social e econômica em seus romances e narrativas de viagens e guerras, representadas pelas seguintes obras: *A retirada da Laguna*, narrativa da campanha da Guerra do Paraguai (1872, edição francesa; 1874, edição brasileira, traduzida pelo autor); *Inocência*, romance (1872); *Narrativas militares*, contos (1878), *Céus e terras do Brasil*, evocações (1882). Entre as obras póstumas relacionadas ao tema destacam-se *Reminiscências* (1908); *Viagens de outrora* (1921); *Visões do sertão*, descrições (1923); *Dias de guerra e do sertão* (1923).

Oriundas das experiências vividas durante os quatro anos que esteve em Mato Grosso, por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870), algumas obras do Visconde de Taunay foram publicadas postumamente no século XX por seu filho, Afonso Taunay, este que se dedicou intensamente aos estudos historiográficos. Suas obras evidenciam as dicotomias econômicas e sociais da região de Santana de Paranaíba decorrentes de seu passado pastoril e escravista assentados nos grandes latifúndios. Em suas *Visões do Sertão* (1923) o escritor registrou a extensão dos domínios dos Garcia, cujas propriedades excediam os limites territoriais de muitos reinos europeus:

Daquele infausto pouso do Coletor fomos à fazenda do Váo, a mais importante propriedade naquelas cem ou duzentas léguas em torno, não pela extensão das terras, pois, no sertão, qualquer morador de mísero ranquinho se proclama logo senhor e dono de enormes extensões, verdadeiros reinos, não por isso, mas pelos produtos que dá e pelo gado que possui e mais ou menos custeia⁶⁸.

Ao passar pela vivenda de João Garcia, próxima da fazenda do Váo, na região de Santana de Paranaíba, nos idos de 1867, o autor apresentou as características das edificações e detalhes sobre a culinária local:

Vinha eu com muita fome [...] quando avistei uma bonita casinha caiada de fresco com janelas de postigos verdes...encostando-me o cavalo...avistei um homem de idade sentado a uma mesa e a dar conta de um prato que me pareceu delicioso....um gostoso refogado de carne de porco com cebolas....misturado com ervas à mineira e farinha de milho....”⁶⁹

⁶⁷ BRAZIL, M. C., *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*, p. 223

⁶⁸ TAUNAY, V., *Visões do sertão*, p. 60.

⁶⁹ *Ibid.*

A descrição sobre a simplicidade da moradia da região de Santana de Paranaíba realizada por Taunay lembra a narrativa de Saint' Hilaire ao percorrer o sul e centro sul do Brasil nos anos de 1820 e 1821. Segundo Nelson Werneck Sodré, Saint Hilaire, viu “casas feias e desconfortáveis, mesas toscas, tamboretos de madeira com assento de couro, estrados incômodos, esteiras paupérrima, tal qual o mobiliário. O chão das casas era de terra batida. Não havia forro.”⁷⁰

Para Sodré essas moradias presentes no universo pastoril do oeste brasileiro, diferentemente dos grandes solares nordestinos, não legou características precisas da estabilidade social porque não se perpetuaram através do tempo.

O tipo de alimentação descrito por Taunay se contrastava com aquela preparada com esmero pelas negras escravizadas do universo econômico nordestino, cuja mesa dispunha de deliciosos doces e quitutes, regados por bons vinhos estrangeiros, principalmente em dias de festas ou na presença de convidados que consideravam importante.

Dar historicidade às suas obras possibilita a visibilidade dos aspectos da vida material e sócio-cultural dos homens, sejam eles proprietários, escravizados, livres e pobres, em suas múltiplas experiências diárias. Em *Céus e Terras do Brasil*, obra escrita em 1882 e publicada em 1922 por Afonso Taunay, o Visconde destinou uma de suas partes para abordar *as cenas e tipos* sertanejos da região. Sobre o cenário observado Taunay fez o seguinte relato:

Corta extensa e quase despovoada zona da parte sul oriental da vastíssima província de Mato Grosso a estrada que da vila de Santa Anna do Paranaíba vai ter ao sitio abandonado de Camapoã. Desde aquela povoação, assente próxima ao vértice do angulo em que confinam os territórios de S. Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso até ao rio Sucuriú, isto é, no desenvolvimento de muitas dezenas de léguas, anda-se comodamente de habitação..⁷¹.

Em meio à paisagem natural marcado pelo bioma cerrado Taunay registrou a carência de casas, pousos, retiros taperas ou palhoças:

[...] raream, porém, depois as casas mais e mais, e caminha-se largas horas, dias inteiros, sem se ver morada nem gente, até ao retiro de João Pereira, guarda avançada daquelas solidões, homem chão e hospitaleiro, que com carinho acolhe o viajante desses alongados paramos, oferece-lhes momentâneo agasalhos e o prove da

⁷⁰ SODRÉ, N. W., *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, p. 22.

⁷¹ TAUNAY, A., *Céus e Terras do Brasil*. p.14.

matalotagem precisa para alcançar os campos de Miranda e Pequeri ou da Vacaria e Nioac, no baixo Paraguai. Ali começa o sertão chamado bruto... Pousos sucedem a pousos, e nenhum teto habitado ou em ruínas, nenhuma palhoça ou tapera dá abrigo ao caminhante contra a frialdade das noites, contra o temporal que ameaça, ou a chuva que está caindo... A estrada que atravessa essas regiões incultas desenrola-se á maneira de alvejante faixa, aberta que é na areia, elemento dominante na composição de todo aquele solo, fertilizado aliás por um sem numero de límpidos e borbulhantes regatos, cujos contingentes são outros tantos tributários do Rio Paraná e do seu contravertente o Paraguai. Essa areia solta e um tanto grossa tem cor uniforme que reverbera com intensidade os raios do sol, quando nela batem de chapa. Em alguns pontos é tão fofa e movediça que os animais das tropas viageira arquejam de cansaço ao vencerem aquele terreno incerto, que lhes foge de sob os cascos e onde se enterram até meia canela⁷².

A quase ausência de casas sinalizava a dificuldade de organização social, processos de vidas e costumes, sobretudo formas de produção na luta pela sobrevivência⁷³. Entretanto, Taunay, na obra *Visões do Sertão* (escrito em 1867 e publicado postumamente em 1923), ao se referir aos tipos humanos na fronteira do Triângulo Mineiro, registrou na naquele *sertão bruto* a presença de negros escravizados:

No dia 9 de julho, transpúnhamos o belo e solene Paranaíba [...] mal chagávamos a uma casa de boa aparência, a única pessoa que nos aparecia era alguma velha escrava, que sem dizer palavra, estendia uma toalha sobre a mesa e logo nos trazia os pratos com que se obsequiam os hóspedes, um pouco de lombo de porco, um bom prato de feijão cavalo, outro de arroz e couve à mineira. Nada de sobremesa...⁷⁴,

Em *Céus e terras do Brasil*, escrito em 1882, Taunay, ao escrever *cenas e tipos* da região, afigurou também a personalidade típica que gravitava em torno das fazendas de criação - o camarada em suas lutas cotidianas:

E' ele quem marca com antecedência o pouso e o prepara, desbastando-o logo das ervas mais altas e incomodas; quem levanta a barraca ou arma o toldo e suspende a rede; quem acende o lume; vai ao córrego buscar água; trata da comida; cuida dos animais; pensa-lhes as feridas; ata-lhe as cangalhas; arreja os cargueiros, os tange por diante, os socorre nos atoleiros; quem nos tremedais derruba a carga; torna a levantá-la, e tudo isso que representa interessante atividade nos inesperados episódios de um dia inteiro, de sol a sol, sem a menor demonstração de impaciência, sem o mais leve vislumbre de aborrecimento ou de fadiga. As suas horas de descanso são tão bem aproveitadas, seus minutos tão bem calculados que, mal aponta a

⁷² *Idem.*

⁷³ *Ibid.*, p. 23.

⁷⁴ TAUNAY, V., *Visões do sertão*, p.81.

primeira barra da madrugada, já estão, quando tudo corre ao seu sabor, os cavalos e besta à soga, comendo em embornais a ração de milho, apanhados que foram em distante pasto. Ferve a água na tripeça para o café da manhã, e, ao chamado do amo, é logo servida a modesta e matutina refeição...Desapareça, por exemplo, um animal de carga ou de sela. E' preciso então revolver grandes extensões, estudarão rasto, segui-lo às vezes léguas e léguas, bater matos e capões — afanoso trabalho, tanto mais de infernizar quanto para a viagem é um dia perdido, levantando-se com o sol alto o pouso, para ir-se pernoitar pouco sereno da madrugada. Assim faz o camarada que entende de viajar...⁷⁵”

A vasta extensão dos domínios territoriais determinava o isolamento e dispersão populacional. Esse aspecto gerava no fazendeiro a preocupação com a segurança e a manutenção da propriedade. A partir daí a unidade de produção passava a requerer distintos grupos de trabalhadores (escravizados e livres). Os camaradas pertenciam ao grupo de homens livres e pobres que viviam fora dos limites da casa senhorial, mas também não partilhavam do espaço das senzalas. Estes homens se assentavam em choupanas toscas de pequenos lotes, nas cercanias da residência do proprietário e exerciam as mais diversas funções, conforme evidencia Taunay em seu texto *O camarada*, inserido como capítulo do livro *Céus e Terras do Brasil*⁷⁶.

1.3.4 Documentos regionais

O passado pastoril de Santana do Paranaíba reveste-se de uma importância ímpar para o entendimento do processo de ocupação e povoamento do antigo Sul de Mato Grosso, pelos entrantes mineiros, desencadeado a partir da década de 1830. Obras memorialistas, romances, jornais e documentos, compulsados em bibliotecas e arquivos, são fontes importantes para ressignificar os fatos envolvendo essa região. Entre os materiais mais significativos para a construção da história desse espaço singular foram compulsados os Itinerários sertanistas, artigos publicados em periódicos regionais, Cartas de Alforrias registradas nos arquivos cartorários locais, reunidas no livro *Como se de Ventre Livre nascido fosse...*, Cartas de alforrias seletivas catalogadas como documentos avulsos da Câmara Municipal de Santana de Paranaíba, Livros de Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, Relatórios Presidenciais/Assembléia Legislativa de Mato Grosso e Inventários *Post-Mortem*, reunidos no arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

⁷⁵ TAUNAY, A., *Céus e Terras do Brasil*, p.31.

⁷⁶ *Idem*.

1.3.5 Itinerários sertanistas

Dentre as fontes disponíveis sobre o passado pastoril do planalto sul do antigo Mato Grosso destacam-se dois documentos de excepcional importância: *Memórias do sertanista Joaquim Francisco Lopes e Itinerário das viagens de Joaquim Francisco Lopes* a serviço do Barão de Antonina. O primeiro (de 29 de dezembro 1829), publicado no *Jornal Diário do Sul* por pelo escritor José Ribeiro de Sá Carvalho em 1929 com o título *Povoamento do Sul de Mato Grosso*, em comemoração ao centenário da entrada dos Garcia Leal, dos Barbosa e dos Lopes na região de Paranaíba. Segundo esse material as referidas famílias de mineiros e francanos (Franca-SP) tencionavam estabelecer posses e abrir fazendas. O manuscrito escrito pelo punho do próprio Joaquim Francisco Lopes foi encaminhado ao Imperador D. Pedro II acompanhado de uma folha corrida dos serviços do sertanista passado pelo Juiz de Paz, o Alferes Luiz José Fradique, na Vila de Franca do Imperador em 29 de fevereiro de 1836. O referido documento relata as entradas do sertanista, acompanhado do pai Antonio Francisco Lopes, e irmãos João, Gabriel e José, mais camaradas e trabalhadores escravizados.⁷⁷

O documento original das entradas de Joaquim Francisco Lopes encontra-se na Biblioteca Nacional. As narrativas são rústicas, mas, ricas em detalhes sobre caminhos percorridos, aberturas de fazendas, acidentes geográficos, e, sobretudo, o concurso com outros entrantes, na posse de extensas áreas no entorno dos Rios Paranaíba, Sucuriú, Verde, até as cercanias de Camapuã.

O documento também revela a associação desses postulantes ao poder institucional, visando à exploração dos sertões de Mato Grosso, sobretudo santanenses, e abertura de estradas, entre elas a Estrada do Piquiri e de uma picada das barrancas do Rio Paraná até Piracicaba.

O segundo trata-se das viagens exploratórias de Joaquim Francisco Lopes, a fim de estabelecer uma ligação entre o Porto de Antonina e a capital da Província de Mato Grosso – Cuiabá. Joaquim Francisco Lopes foi apresentado ao Barão de Antonina por seu genro Luiz de Campos Vergueiro. Conhecedor das capacidades do sertanista em

⁷⁷ A bandeira de Joaquim Francisco Lopes – 1829, In: *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, 1943; ITINERÁRIO das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto de Vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feita nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes e descritas pelo Sr. João Henrique Elliot, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p. 153-77.

abrir estradas, picadas e garantir posses de extensas áreas, o barão o incumbiu de abrir uma nova via de comunicação entre o Porto de Antonina à Cuiabá, passando pelos Rios Tibagi e Paranapanema (Figura 1). Acompanhou o sertanista, o mapista inglês João Henrique Elliot. A expedição partiu da fazenda Pirituva em 16 de agosto de 1845.

O documento narrando essas viagens exploratórias foi publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1848, cujo manuscrito foi doado à instituição pelo próprio barão em quatro de março de 1847, então sócio correspondente do Instituto. Foram seis entradas organizadas pelo barão e capitaneadas por Joaquim Francisco Lopes, entre agosto de 1845 e junho de 1847, cujos relatos, ajudaram a devassar rios, afluentes e cursos d'água desde os Rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e Paraguai (Figura 1). Além da descrição de pousos, vales, rios e serras, esses relatos ajudaram a conhecer uma região até desconhecidas pelas populações *não-índias*.

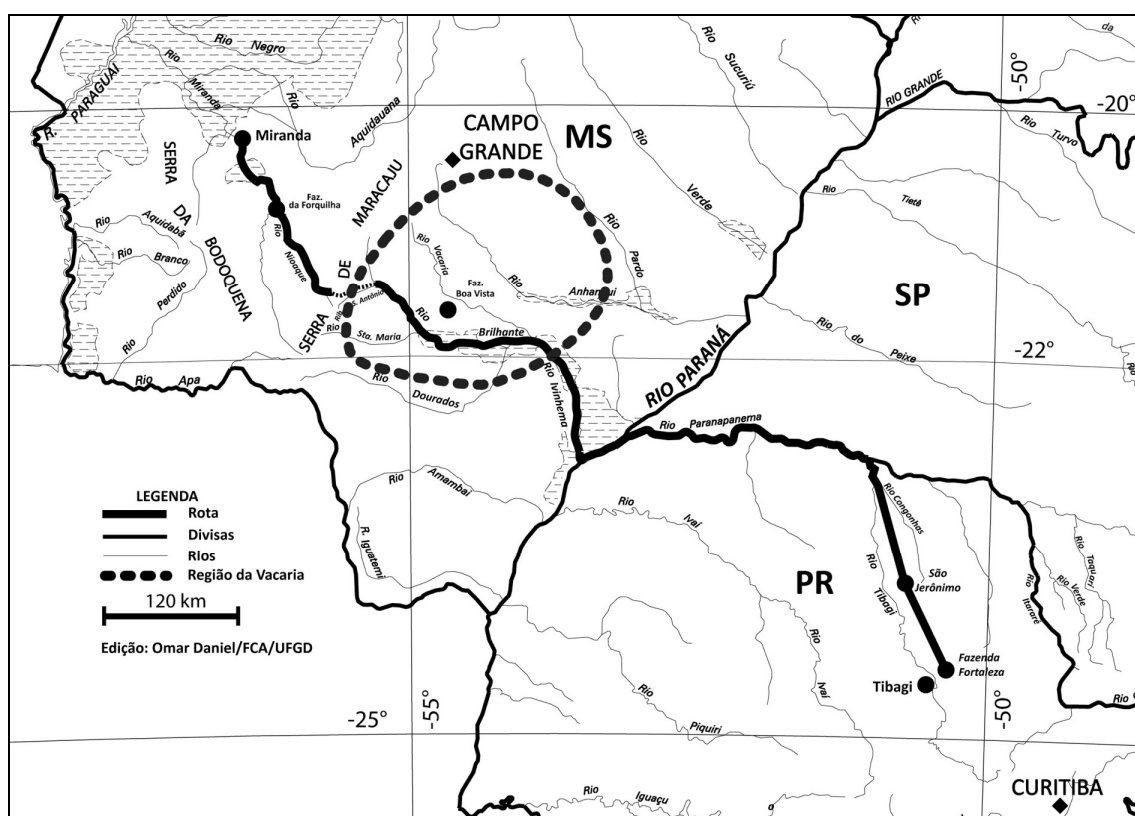


Figura 1: Localização dos campos de vacaria de Mato Grosso e da rota da expedição de Joaquim Francisco Lopes realizada em 1847, partindo do vale do Rio Tibagi (PR) rumo aos Campos de Miranda (MT). **Fonte:** BRAZIL, M. do C. “Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso: Considerações sobre a terra e escravidão (1830-1889)”. In: MAESTRI, M. & BRAZIL, M. do C. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: Estudos sobre a economia pastoril no Brasil*, p. 219-250.

Consta ainda, um roteiro comparativo das distâncias encontradas pelas entradas de Lopes entre a Vila de Antonina e Cuiabá, com as distâncias encontradas por Francisco José de Lacerda e Almeida, sugerindo assim um roteiro mais curto. A sétima entrada organizada em três de agosto de 1848, cujo embarque se deu no Rio Congonhas, afluente do Tibagi, não consta do Itinerário, sendo descritas posteriormente por Jose Ribeiro de Sá Carvalho, por ocasião do centenário da entrada dos Lopes em Mato Grosso, conforme descrito.

1.3.6 Periódicos

Dentre os materiais publicados pela imprensa regional destacam-se os artigos extraídos do jornal *Republicano* de Cuiabá, de 12 de dezembro de 1895 e números subsequentes. Estes artigos foram organizados por Justiniano Augusto de Salles Fleury e publicado em 1925 pela *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*⁷⁸ (Anexo 2). O fragmento abaixo ilustra bem o discurso panegirista de Justiniano Fleury, descendente do poderoso Francisco Sales de Souza Fleury, pároco atrelado aos poderes constituídos de Santana de Paranaíba:

Perde-se das dobras do passado anterior a 1835 o descobrimento do sertão por muitos anos cognominado em Minas e São Paulo – Sertão dos Garcia - o qual constitui na atualidade o importante município de Santana do Parnaíba. Foram seus primeiros descobridores os mineiros, irmãos, de origem portuguesa: Capitão dos antigos milícias José Garcia Leal e Alfêres Januario Garcia Leal, João Pedro Garcia Leal, Joaquim Garcia Leal, homens laboriosos e intrépidos sertanistas, mais ou menos abastados, pois nele entraram com numerosos carros de bois, conduzindo grande carregamento de viveres, ferramentas para o trabalho, escravos, animais cavaliães e vaccum, a fim de se dedicarem à lavoura e à criação⁷⁹.

1.3.7 Como se de ventre livre nascesse... (Cartas de Alforrias)

Entre as fontes indispensáveis na construção do discurso histórico sobre a escravidão na região destacam-se as cartas de alforria ou cartas de liberdade, as quais constituíam-se em documento, cuja força concedia aos escravizados direitos de propriedades e responsabilidades jurídicas.

⁷⁸ FLEURY, J. A. S., O descobrimento do sertão e fundação da povoação de Sant'Anna do Paranahyba: artigos extraídos do jornal *Republicano* de Cuyabá, de 12 de dezembro de 1895 e números subsequentes. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, 1925.

⁷⁹ *Ibid.*

Na obra *Escravos, roceiros e rebeldes* (2001), o historiador Stuart Schwartz explica a natureza das cartas de alforria: “[...] continha, em geral, a idade, a cor, a naturalidade do escravo e, em raras ocasiões, sua ocupação. Era comum a carta de alforria comentar as razões da concessão de liberdade ou quaisquer limitações ou condições que se devesse impor à libertação”.⁸⁰

A análise desse material evidencia as estratégias utilizadas pelo escravizador nas decisões de venda, hipoteca ou partilha de escravizados, no sentido de neutralizar a resistência destes, conforme observou a historiadora Hebe de Mattos de Castro no artigo *Laços de família e direitos no final da escravidão*⁸¹, publicado em 1997.

Um grande número de cartas de alforrias coligidas dos cartórios existentes em Mato Grosso do Sul encontra-se reunido no livro *Como se de ventre livre nascido fosse*, organizado por Yara Penteado e publicado pela Fundação de Cultura em 1993⁸². Emergem desses documentos as características essenciais do poder senhorial local sobre terras, cativos, agregados e homens livres de poucas posses⁸³.

Entre os documentos disponíveis no livro *Como se de ventre livre nascido fosse...* chamou-nos a atenção a carta de alforria emitida pelo padre Francisco de Salles Souza Fleury, que atendia a localidade de Santana de Paranaíba, dando liberdade a seus cativos, mas com algumas imposições. No referido documento de 1840 o cativo José, de mais ou menos 14 anos de idade, deveria ficar liberto após a morte do padre Fleury ou da morte de sua irmã, ou quando atingisse a idade de 34 anos. Não se sabe qual foi o motivo pelo qual o escravizador decidiu alforriar o cativo estando este em idade produtiva.⁸⁴ Entre as hipóteses prováveis, estão as práticas expressas em cartas de alforrias que muitas vezes eram concedidas nos testamentos, ou quando das festas religiosas e batizados, como manifestação da *bondade* senhorial e no *reconhecimento* de alguns direitos servis.

A importância dos processos de manumissão reside não só no esclarecimento sobre as características dos libertos, como, sobretudo nas motivações e as atitudes que levavam ao processo de emancipação.⁸⁵

⁸⁰ SCHWARTZ, S. *Escravos, roceiros e rebeldes*, p.173.

⁸¹ CASTRO, H. M. M. de. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: NOVAIS, F. A. (coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil: Império*, 1997, p, 337-384.

⁸² PENTEADO, Y. (org.). *“Como se de ventre livre nascido fosse...”: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. 1838-1888*, 1993.

⁸³ BRAZIL, M. C., *Op. Cit.*, p. 240.

⁸⁴ PENTEADO, Y (org.). *Op. cit.*, p. 193.

⁸⁵ *Ibid.*, p.196.

A partir de 1850 a sociedade brasileira começou a assistir a explosão de alforrias condicionadas ou seletivas graças ao evidente processo de superação do escravismo no Brasil.

A tentativa do escravizador em preservar a escassa e cara mão de obra cativa sob controle até o fim do escravismo fica explícita no conteúdo das cartas de alforria da região. Num trecho do documento transcrito abaixo, retirado do livro *Como se de ventre livre nascido fosse...: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, 1838-1888* (1993) estão as imposições de Dona Anna Angélica de Freitas para concessão de alforrias a algumas de suas escravizadas:

[...] compareceo presente Dona Anna Angélica de Freitas pessoa de mim reconhecida pela própria deque tracto e dou fé, e por Ella Ortogant me foi dicto em presença de seu marido e das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas de mim igualmente reconhecidas que por este instrumento na bem assim e muito de sua boa vontade declara, e como facto declarado tem libertar as suas escravas dos nomes seguintes, a saber Joanna Creoula depois de servir mais cinco annos no captivo Maria Benguela depois de servir vinte annos, e Theresa Affricana depois de servir trinta e cinco annos, as quais todas gosarão de plena liberdade, logo que se concluão os mencionados prazos que lhe são relativos.⁸⁶

Também era comum a concessão de alforria, por meio de testamento, após a morte do proprietário ou de algum familiar. Um exemplo desse tipo de prerrogativa consta na Carta de Liberdade concedida por João Pedro Garcia Leal a seu cativo Felisardo, no ano de 1845:

Digo Eu João Pedro Garcia Lial que entre os meus bens que possuo com livre equal adéministração, hu bem assim Hum Escravo de nome Felisardo Nação monçabique que da Idade de Vinte e nove Annos mais ou menos ocoal muito de minha livre vontade hei passar Carta de Liberdade em ceu goso entrara da data deste durante aminha Vida ficando por hisso obrigado a me cervir o dito(sic) dentro do coal ficara sujeito a todas as condições da Escravidão e se depois della Começará ater vigor esta Carta de liberdade sera então Entregue para servir de título emandara passar ce quiser ao livro de notas e para constar pella apresente por mim somente assignada em presença das testemunhas abaixo nomiado José João das Nurangas quinze de março de mil e oitocentos e corenta e cinco, João Pedro Garcia Lial (sic)⁸⁷

O documento acima além de evidenciar a procedência do escravizados, vislumbrava a possibilidade de obtenção de alforrias apenas depois da morte dos

⁸⁶ PENTEADO, Yara (org.). *Op. cit.*, p. 191.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 204.

proprietários. Este último aspecto, não raro, levava o cativo a atentar contra a vida de seu escravizador ensejando o cancelamento da carta de alforria. Em Santana de Paranaíba ocorreu, entre outros casos, a revogação da alforria concedida ao escravo Antonio crioulo, por iniciativa de Joaquim Garcia Leal, no ano de 1847. Consta nos autos do processo crime, disponível no acervo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que o cativo teria atentado contra a vida de seu escravizador, apesar da existência de um documento de liberdade a ser concedida após a morte de Joaquim.

1.3.8 Livros de Classificação de escravos e Livros de Registros Coletorias

Importa ressaltar a preciosidade dos livros de classificação de escravizados para compor parte do passado pastoril e escravista de Mato Grosso, em geral, e da região de Santana de Paranaíba, em particular. A superação do escravismo a partir de 1850 provocou escassez e encarecimento de braços em todas as regiões do Império, redundando no super-aproveitamento e no acirramento da reação do negro escravizado. Segundo Brazil (2002), a partir daí o segmento dominante através de seus representantes no parlamento concedeu novos poderes ao Governo para solucionar a questão do Elemento Servil: “Foram assim criadas as leis emancipadoras prevendo a extinção da escravatura de forma lenta, gradual e indenizada. A primeira lei emancipadora (Lei Rio Branco - n. 2.040 de 28.09.1871) criava um fundo emancipador para compra de alforrias seletivas”⁸⁸.

Carlos Bacellar, ao discorrer sobre *Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos* (2005), explica que as matrículas de classificação de escravizados emanaram da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). A essência das matrículas visava administrar o Fundo de Emancipação, dispositivo estabelecido pela própria lei.

Nos anos de 1872-1873, escravistas de todo o Império brasileiro passaram a cadastrar seus cativos (Matrícula Especial), nas coletorias dos municípios para que os presidentes de província pudessem distribuir o Fundo de Emancipação⁸⁹. No livro de Matrícula Especial devia constar o número da matrícula, nome do escravizado, idade, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, pessoa da família, moralidade, nome do escravizador e observações (Anexo 1). Os registros eram realizados nos livros das

⁸⁸BRAZIL, M. C., *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p.143.

⁸⁹ *Idem*.

coletorias, onde também eram assentados dados demográficos, recibos de compra e venda de cativos, e situação dos menores. Segundo Brazil “as coletorias eram compostas pelo Promotor Público, pelo Coletor e pelo presidente da Câmara. Por outro lado, os párocos deviam fornecer informações sobre os nascimentos e óbitos de escravo”⁹⁰. O anexo 1 sobre a classificação dos negros escravizados de Santana de Paranaíba oferece uma ideia da forma de operacionalização das coletorias ou juntas de classificação.

Os dados dispostos nas matrículas especiais (décadas de 1870-1880) permitem conhecer a organização da força de trabalho escravizado nos últimos da escravatura no Império brasileiro, sobretudo no momento em que o tráfico internacional já havia deixado de existir.⁹¹

1.3.9 Inventários *post-mortem*

A pesquisadora Maria do Carmo Di Creddo⁹², em artigo intitulado *O Inventário como fonte para a análise nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso* (1996) ressalta o inventário como fonte valiosa para a apreensão e análise nas formas de riqueza social. Importa destacar que os inventários permitem reconstruir parte da história fortuna pessoal e familiar, envolvendo gênese, partilha e aquisição de bens imóveis e semoventes. Esse tipo de fonte constitui-se, segundo Di Creddo,

No testemunho de uma realidade complexa e permite [...] compreender as mudanças nas formas de riqueza social, como por exemplo o escravo, que num determinado período representa a forma tradicional de riqueza...identificar os personagens, explicitar seus troncos familiares e acompanhar sua trajetória de vida, em períodos históricos diferenciados. [o inventário] possibilita ao historiador recortar as origens da formação da grande propriedade rural num dado período histórico⁹³.

Os inventários *post-mortem* compulsados no acervo do arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul acerca das propriedades da região de Santana de Paranaíba dispõem, entre outros elementos, dados sobre o valor das fazendas, relação de valor do gado e terra, bens, instrumentos de trabalho e produção, quantidade de gado e

⁹⁰ *Ibid*, p. 146.

⁹¹ BACELLAR, C. *Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos históricos*, p.29.

⁹² DI CREDDO, M. C. O, *Inventário como fonte para a análise nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso.*, p. 11.

⁹³ *Idem*.

cativos, núcleos de produção da escravaria etc. Trata-se de universo pouco conhecido, emergido dos fragmentos extraídos da documentação examinada.

Depois do exercício metodológico envolvendo arrolamento e seleção desse material (manuscrito) passamos a realizar a leitura paleográfica (decifração, a datação de textos, a atribuição de lugar de origem e interpretação) para então passarmos ao procedimento de transcrição. O cotejamento desse material permitiu arrolar fazendas da região, proprietários e a utilização do braço escravizado na faina pastoril e agrícola, invariavelmente ao lado dos trabalhadores livres.

CAPÍTULO 2.

SANTANA DE PARANAÍBA: APOSSAMENTOS DE TERRAS, CONQUISTAS E CONTRADIÇÕES

[...] Intrépidos sertanistas, mais ou menos abastados, pois nele [no sertão santanense] entraram com numerosos carros de bois, conduzindo grande carregamento de víveres, ferramentas para o trabalho, escravos, animais cavalares e vacum, a fim de se dedicarem à lavoura e à criação. José Garcia, homem resoluto, de gênio empreendedor, de rara coragem e valor, internou-se desde logo para o vasto sertão descobrindo e apossando-se de extensas terras com excelentes campos de criar e matas de cultura, assinalando treze posses, uma para cada um dos treze filhos que o acompanhavam. Foi então que o intrépido Capitão José Garcia Leal resolveu apelar para o governo da província de Matto Grosso empreendendo pela primeira vez difícilíssima viagem por sertões ainda desconhecidos, habitados somente pelos selvagens e sem caminho até Cuiabá!
Justiniano Augusto de Salles Fleury, 1895.⁹⁴

Centradas na figura imaginária do pioneiro [produções orientadas pela ótica dos expansionistas] deixam de lado o essencial, o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses, mas, sobretudo pelo abismo histórico que as separa.
José de Souza Martins, 1997.⁹⁵

⁹⁴ FLEURY, J. A. S., *O descobrimento do sertão e fundação da povoação de Sant'Anna do Paranyba*, 1925.

⁹⁵ MARTINS, J. S., *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, p. 15.

2.1 Mito fundador

O estudo da ocupação do sul do planalto do antigo Mato Grosso, em geral, e do Sertão dos Garcia (Santana de Paranaíba) em especial exige um mergulho no tempo buscando suas origens históricas. Essa busca envolve as determinações econômicas, sociais e políticas dos seus acontecimentos históricos considerando os processos de mudanças ao longo do tempo. Entretanto, no processo de construção do discurso histórico sobre esse objeto dois aspectos não escapam de nossa análise: o primeiro refere-se à identificação das ideologias inseridas nos processos temporais, o que ajuda explicar a estreita relação entre poder familiar e estruturas de poder, movimento norteador de grande parte da formação histórica da sociedade brasileira.

O outro aspecto relaciona-se à reflexão sobre os mitos fundadores emanados da sociedade em questão. A esse respeito Marilena Chauí (2000), explica que os mitos fundadores podem ser atribuídos a um passado imaginário mantido intenso e manifesto ao longo do tempo: “a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido [...] aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana”⁹⁶.

Entendemos que surgimento do mito fundador de Santana de Paranaíba remonta ao passado do universo social e econômico mineiro, mais precisamente ao Triângulo Mineiro, área conhecida como Sertão da Farinha Podre, situada entre os rios Grande e Paranaíba, formadores do rio Paraná. Essa porção, ocupada primeiramente por nativos caiapós e muito disputada entre os governos de Goiás e Minas Gerais, por muito tempo se caracterizou como dinâmico pólo minerador e como importante área provedora de gado para o Rio de Janeiro e de abastecimento do oeste brasileiro. Mas, com esgotamento das minas locais, a população se dispersou e muitos arraiais daquela região perderam o dinamismo e se se transformaram no núcleo irradiador de povoadores.

Algumas obras de cunho memorialístico e alguns relatos construídos com base na tradição oral analisam que as famílias ocupantes de Santana de Paranaíba e dos Campos de Vacarias no Planalto sul de Mato Grosso teriam saído de Minas Gerais na terceira década do século XIX graças ao enfraquecimento da exploração do ouro mineiro. Uma questão de terras disputada com os irmãos Silva em Minas Gerais teria determinado o deslocamento da família Garcia Leal para o sul de Mato Grosso.

⁹⁶ CHAUI, M., *Mito fundador e sociedade autoritária*, p. 9.

No livro *Santana de Paranaíba*, Campestrini refere-se à trajetória da referida família algumas décadas antes dela alcançar os sertões de Mato Grosso. José Garcia Leal nasceu em Lavras (MG), a cinco de abril de 1786, era filho de João Garcia Leal e Maria Joaquina do Espírito Santo. O casal teve os seguintes filhos: Eufrásia Garcia Leal, nascida em 1784; José Garcia Leal, nascido em 1785; José Pedro Garcia Leal, nascido em 1786; Joaquim Garcia Leal, nascido em 1790; Januário Garcia Leal Sobrinho, nascido em 1792; João Pedro Garcia Leal, nascido posteriormente a 1792 (data imprecisa).

2.1.1 Sobre os Garcia, as lendas se espalharam...

Consta que no final dos Setecentos, Januário, já patriarca dos Garcia Leal, residia na fazenda Campo Formoso no sul de Minas Gerais, cujas terras fazia divisa com a propriedade rural pertencente à prole de Francisco da Silva. Havia, entre as duas famílias, uma longa demanda judicial envolvendo divisa de terras. A vitória forense dos Garcia Leal causou a ira dos irmãos Silva. A intenção de Francisco da Silva, era invadir as terras de Nicolau Martins Saldanha, sogro de João Garcia Leal. Essa deligência redundou na morte de João Garcia, irmão de Januário, assassinado numa emboscada organizada pelos sete filhos de Francisco da Silva, por volta de 1802⁹⁷. A tradição oral ancorada em alguns documentos, conta que João Garcia Leal foi morto em São João do Abade no sul de Minas Gerais, na Freguesia de Lavras, em virtude de da referida disputa de terras com Francisco da Silva.

Desse drama apresentado em rápidas pinceladas emerge a saga dos Garcia, inventada a partir da ação dos ditos *pioneiros*. As reflexões de Eric Hobsbawm, em sua obra *A invenção das tradições* (1984), ajudam a explicar como ocorre o processo desse fenômeno:

O termo 'tradição inventada' é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. [...] Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível,

⁹⁷ CAMPESTRINI. H., *Santana de Paranaíba*, p. 115.

tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado⁹⁸.

2.1.2 A lenda do *Tira Couro*

Segundo algumas crônicas baseadas na tradição oral, João Garcia Leal foi sequestrado em casa enquanto Januário, em trabalho de campo, procurava reses perdidas. Depois de assassinado pelos filhos de Francisco, o corpo de João Garcia foi pendurado numa figueira e ainda vivo teve seu couro retirado. Esse lugar ficou conhecido como *Tira Couro*, na estrada que liga Três Corações a São João do Abade - MG, distante seis quilômetros da última. A *Figueira do Tira Couro*, hoje tombada pelo Patrimônio Cultural, se constituiu numa atração turística de São João do Abade⁹⁹.

Maurice Halbwachs em sua obra *Memória Coletiva*, publicada pela primeira vez em 1950, observa que a memória deve se entendida como fenômeno construído coletivamente, submetido a flutuações e mudanças constantes, portanto não é imutável, nem *tabula rasa*.

[...] se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas sua substância, é que nossa memória não é *tabula rasa*, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado¹⁰⁰.

Para Jacques Le Goff, há duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores, a primeira é mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É preciso que a informação histórica fornecida pelos historiadores problematize a visão tradicional, esclarecendo a memória e retificando seus erros¹⁰¹.

A esse respeito Peter Burke¹⁰² sugere que embora as lembranças sejam subjetivas, aquilo que deve ser memorável é construído de forma coletiva. Nesse sentido, alguns acontecimentos públicos relevantes para o grupo podem ser lembrados mesmo que não tenham sido vividos diretamente.

⁹⁸ HOBBSAWM, E. "Introdução". *A invenção das tradições*, p.9.

⁹⁹ SOUSA, B., *Estórias... ou História do Sete Orelhas?!*, 1973.

¹⁰⁰ HALBWACHS, M., *A Memória Coletiva*, p. 28.

¹⁰¹ GOFF, J. L., *História e Memória*, 2003.

¹⁰² BURKE, P., *História como memória social*, 2000.

No sentido da intencionalidade das autoridades municipais, transformaram a *Figueira do Tira Couro* em monumento cultural do município de São João do Abade.

Ao historiador de ofício, também cabe a intencionalidade de compulsar documentos e esclarecer os fatos envolvendo Januário Garcia Leal – fruto do mito ou da realidade? A pesquisa acerca desses acontecimentos deve sair da solução imaginária acerca das contradições, e encontrar caminhos para resolvê-los ao âmbito da realidade, conforme estudos realizados por Marilena Chauí sobre mito¹⁰³.

2.1.3 O mito de Januário *Sete Orelhas*

Januário, impelido no intento de vingar o irmão, praticou uma série de assassinatos na região onde vivia. Esse ato rendeu ao Januário, a alcunha *Januário sete orelhas*, pois sem saber ao certo quais dos irmãos Silva teria matado seu irmão, João Garcia Leal, resolveu eliminar os sete, cortando-lhes as orelhas. A caçada aos assassinos de João Garcia Leal durou trinta anos de 1760 a 1790, quando matou o último dos irmãos Silva, o Bento Silva.

A cada morte, tirava a orelha da vítima e guardava como troféu, façanha geradora de inúmeras versões. Estava assim consumada a vingança. Januário Garcia Leal sabedor da existência de um mandado de prisão contra ele, ficou por algum tempo foragido. Estabeleceu-se em Alcinópolis (MG), falecendo em virtude de um acidente prensado numa porteira por volta de 1803¹⁰⁴.

Após trágicos acontecimentos, parte da família Garcia Leal mudou-se para Franca, interior de São Paulo. Em 20 de outubro 1809, seu irmão José Garcia Leal casou-se com Ana Angélica de Freitas. Tiveram quatro filhos José, Januario, João Pedro, Joaquim Garcia Leal, cujos nomes foram dados em homenagem aos Garcia Leal dos Setecentos.

Durante o censo de 1815 em Franca, declarou José declarou possuir, “6 escravos, produzido 35 carros de milho, 30 alqueires de feijão, 70 arrobas de algodão”¹⁰⁵. Em 1828, concorreu ao cargo de Juiz de Paz do Distrito da Capela do Carmo, atual Itupeva (SP), perdendo a eleição para Fabiano Alves da Silveira.

De Franca, a geração de José Garcia Leal, irmão do Sete Orelhas, se deslocou para o planalto sul de Mato Grosso, e “de lá reconheceram o sertão da margem esquerda

¹⁰³ CHAUI, M. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*, p. 9.

¹⁰⁴ SOUSA, B., *Loc. Cit.*, 1973.

¹⁰⁵ CAMPESTRINI, H., *Santana de Paranaíba*, p. 118.

do rio Paranaíba e, aos poucos, foram abrindo fazendas, até que se transferiram definitivamente para a região”¹⁰⁶.

Testemunhos, tradições orais, exaltação patriarcal calcada na tradição, invenções e relatos históricos se misturam. Mas cabe ao historiador distinguir a formação histórica de uma sociedade em suas contradições internas, da fundação (do mito fundador) que, segundo Chauí “se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo...É a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador...”¹⁰⁷.

No processo investigatório é preciso detectar os testemunhos e tradições embutidos em inúmeros registros históricos e, no caso do episódio do *Sete Orelhas*, envolvendo a lenda do *Tira Couro*, há que dimensioná-lo criticamente a fim de retificar ou ratificar a memória local de São João do Abade.

2.2 O surgimento de Santana

Em valioso artigo intitulado *O município de Santana e o início do seu povoamento*, publicado originalmente na Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso em 1924¹⁰⁸, Mário Monteiro de Almeida discorreu sobre a trajetória dos mineiros Garcia Leal, iniciada na fazenda Monte Alto em Minas Gerais.

Na companhia dos irmãos Lopes estavam os quatro irmãos – José, João, Joaquim e Januário – filhos de José Garcia Leal, os quais numa verdadeira corrente migratória perscrutaram os sertões, singraram rios e alcançaram a região Santana de Paranaíba. Entre os quatro irmãos José Garcia Leal assumiu a liderança do grupo e, em concurso com os Lopes, abriram as primeiras fazendas na região. Juntamente com familiares, camaradas e trabalhadores escravizados, conduziram gado, aviamentos e ferramentas, para a empreitada de ocupação e colonização. Essa leva de migrante estabeleceu-se a três léguas distantes de Santana de Paranaíba, atraídos pela água, pastagens e solo, propícios às roças de subsistência e manejo do gado.

¹⁰⁶ Idem, p.118.

¹⁰⁷ CHAUI, M., *Op. cit.*, p. 9.

¹⁰⁸ ALMEIDA, M. M. *O município de Santana e o início do seu povoamento*. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, 1924 (Tomo II). Esse artigo foi inserido no livro organizado por ALMEIDA, M. M., *Episódios da formação geográfica do Brasil*, 1951.

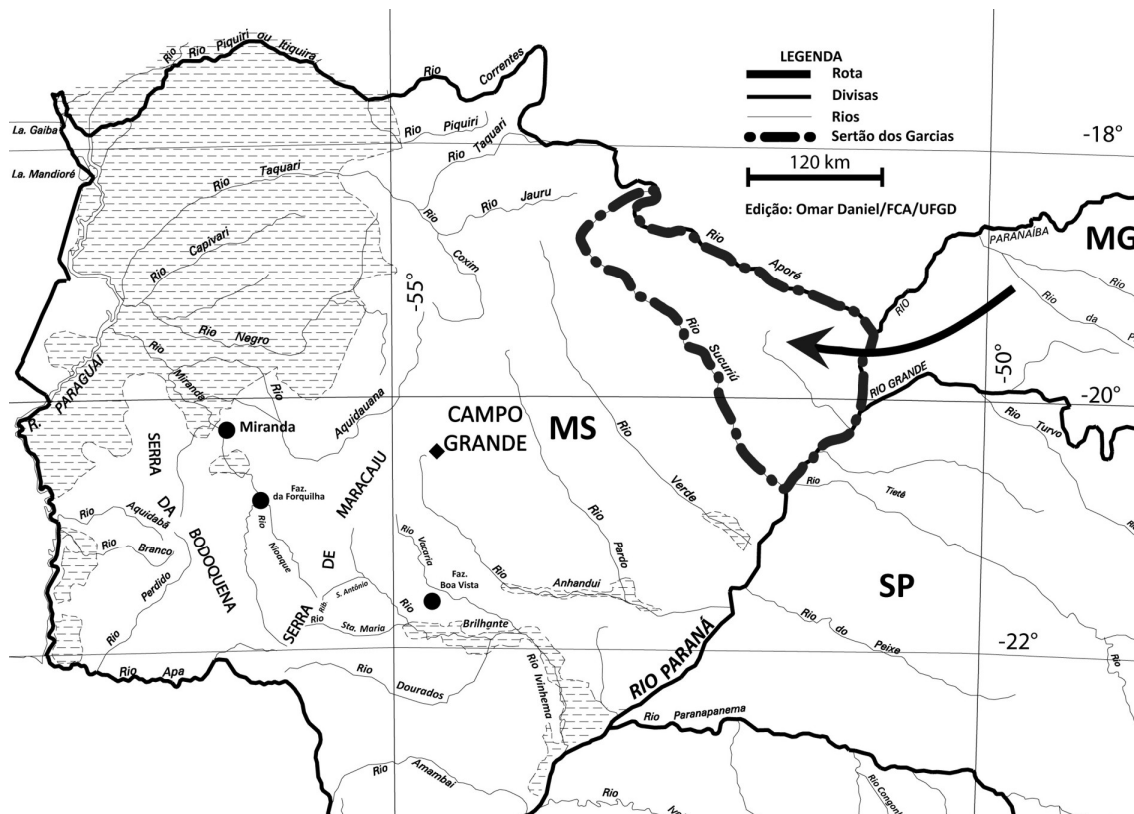


Figura 2: Região de Santana de Paranaíba - Sertão dos Garcia. Fonte: BRAZIL, Maria do Carmo. Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso: Considerações sobre a terra e escravidão (1830-1889). In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: Estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 219-250. (Coleção Malungo, 17).

Mas, ao discutir o povoamento do sul de Mato Grosso, Mário Monteiro de Almeida, no clássico livro *Episódios da Formação Geográfica do Brasil*, publicado em 1951, faz a pertinente observação:

Nem todos os primeiros povoadores ingressaram, todavia, com o inicial propósito de estabelecer nas terras sulinas de Mato Grosso, ou do baixo-Paraguai, com as denominavam, a fim de dedicar-se à criação bovina, para o que as glebas, com pastagens nativas, se prestavam, adequadamente. Muitos dentre eles, oriundos de Minas se entregaram, de preferência, à cultura e à indústria canavieira, mediante os processos mais primitivos da agricultura e fabricação. Outros povoadores penetraram nas terras insuladas com objetivos venatórios, profissionalmente exercidos¹⁰⁹.

A abundância de caças de pelo e de asas, inclusive os cervos e os veados, presentes nos vales do rio Miranda e de seus tributários, na serra de Amambaí e na região banhada pelo rio Ivinhema e seus formadores despertou o interesse pela caça como atividade econômica: “a profissão de caçador de cervos não seria atividade

¹⁰⁹ ALMEIDA, M. M., *Episódios da Formação Geográfica do Brasil*, p. 230.

recreativa, mas rendosa, excedendo, na arrecadação dos proventos e na poupança pessoal de labor, à indústria canavieira, e à de fabricação de sal, sobremaneira lucrativa, na região¹¹⁰”.

Um aspecto interessante destacado por Almeida refere-se aos acessórios fabricados para equipar os animais de transporte e de montaria, utilizando a matéria-prima advinda de peles de animais caçados, como podemos ver:

Era alimária o meio mais freqüente para encurtar distâncias usado no país. Os longos caminhos, como ainda os percursos menos longínquos, eram vencidos mediante a montaria, de que se valiam geralmente todas as classes. Exigia o complemento de arreios e de aparelhagens apropriadas. Para a elaboração e fabricação deles, na parcimônia, então, de rebanhos ovinos, no sul do país, as peles de veados constituíam matéria-prima indispensável ou de preferência para os artesãos de selas, arreios e demais petrechos de montaria, afamados em Farinha Podre, ou nos sertões paulistas¹¹¹.

Além da carne aproveitada para alimentação, as peles dos cervos eram comercializadas para fins variados de artefatos gerando lucros avantajados em relação à criação bovina. Com o tempo, os profissionais errantes da caça passaram a se fixar na região transformando-se, conforme observou Almeida, em “fazendeiros e criadores, perpetuando nela, através de proles por vezes numerosas, a glorificação do desbravamento”¹¹².

2.2.1 Caiapônia

Santana era uma região primordialmente habitada por ameríndios do grupo lingüístico Jê - os caiapós. Portanto, com penetração significativa da maciça leva de mineiros e paulistas o espaço foi marcado pela resistência de numerosas comunidades indígenas, entre as quais os caiapós.

O Capitão João Antonio Cabral Camelo, nas Notícias Práticas da viagem que fez até Cuiabá em 1727, relatou a presença do nativo caiapó, durante sua passagem pelo Rio Pardo, “Por todo este grande rio [Pardo] costumam andar os caiapó”¹¹³. Os caiapós resistiram ao avanço colonizador, atacavam as expedições monçoeiras e os roceiros que se instalavam as margens do Rio Pardo até Camapuã. Antonio Rolim de Moura em

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² *Idem.*

¹¹³ CAMELLO, J. A. C., *Noticias práticas das minas do Cuiabá e Goiás, na capitania de S. Paulo e Cuiabá*, p. 128.

1751, na Relação da viagem que fez até Cuiabá, também relatou a presença dos caiapós no Porto de Sanguessuga, mais ou menos uma légua da cabeceira do Rio Pardo, “Tanto no sítio como por todo o Rio Pardo é distrito do gentio caiapó, o qual tem feito muitos insultos”¹¹⁴. Essa fonte sugere literalmente que os *insultos* empreendidos pelos caiapós na forma de ataques aos animais, aos escravizados e aos currais dificultou os propósitos *civilizatórios* defendidos pelos novos ocupantes.

A região de Santana do Paranaíba era ocupada pelos caiapós, antes da chegada dos entrantes do clã dos Lopes, Garcia, Barbosa e Pereira¹¹⁵. O padre Manoel Ayres de Casal, na Corografia Brasília, chamou de *Caiapônia* a região entre os Rios Paraná e Pardo, “A Caiapônia deriva o nome da nação Caiapó, que desde tempos imemoriais ainda a ocupa”¹¹⁶. Em ofícios sobre estatística, defesa e administração da Província de Mato Grosso (1824-1826) enviado em sete de setembro de 1824 a João Gomes da Silveira Mendonça, ministro e secretário de estados dos negócios da guerra, Luiz D’Alincourt fez referências à Caiapônia, como sendo a Vacaria, região dos caiapós, nativos já em franco processo de domesticação¹¹⁷.

A respeito da presença dos nativos, foi atribuída aos entrantes mineiros e francanos a posição de *desbravadores*, de primeiros ocupantes, ou *pioneiros* que, oriundos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás, chegaram de carreta e a cavalo para ocupar o espaço *desabitado*. Desde a década de 1830, a região de Santana de Paranaíba foi alcançada pelo movimento de expansão demográfica promovida pelo dito *pioneiro colonizador*. Segundo Brazil, os entrantes mineiros e francanos foram atraídos pelas grandes extensões de vegetação rala, principalmente campos, com pastagens naturais e pela forte presença de gado alçado: “[...] famílias inteiras de colonos, oriundas de Minas Gerais migraram, para ocupar parte dos sertões *devolutos* das Vacarias mato-grossenses”¹¹⁸. Algumas das famílias que ocuparam esse espaço transformaram-se em ícones para atender aos interesses político de seu tempo, mas

¹¹⁴ RELAÇÃO da viagem que fez o Conde de Azambuja da Cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá no ano de 1751, p. 204.

¹¹⁵ SODRÉ, N. W., *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, p. 81.

¹¹⁶ AYRES DE CASAL, M. *Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, p. 151.

¹¹⁷ D’ALINCOURT, L., *Ofício sobre estatística, defesa e administração da Província de Mato Grosso* enviado em sete de setembro de 1824 a João Gomes da Silveira Mendonça, ministro e secretário de estados dos negócios da guerra, p. 374.

¹¹⁸ BRAZIL, M.C., *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*, p. 232.

aqueles que estiveram sob seu poder permaneceram invisíveis nos inúmeros discursos regionais.

Muitos discursos justificaram a violência empreendida no exercício do poder, como *mal necessário* para se alcançar o progresso da região. Mas isso não significa que devemos transformar os ocupantes da região em vilões da história, mas como atores históricos de seu tempo. Ainda hoje é possível encontrar justificativas apologéticas referente à ação dos pioneiros no espaço em questão, cuja ocupação tem sido comumente atribuída à obra do desbravamento, comprometida com a construção da história regional e nacional. Embora a historiografia tenha avançado no sentido de superar o discurso de culto aos heróis ou de exaltação aos valores da classe dominante, ainda observa-se no conjunto dos escritos regionais permanências de abordagens conservadoras. Um exemplo é o texto de abertura da segunda edição do livro Santana de Paranaíba (2002), escrito pelo então senador da República, Ramez Tebet, cujo conteúdo é recheado de referências laudatórias aos ocupantes mineiros e francanos, vistos como heróis da conquista, no entanto desprovido de considerações sobre aqueles que estiveram sob jugo das referidas famílias:

Nascido em Três Lagoas, criei-me entre os descendentes dos Garcia Leal, ouvindo atento suas histórias (exemplo de coragem, honestidade e trabalho) aprendendo com ela a amar este rincão, tornando-me companheiro, irmão e cúmplice na realização de seu destino. Como é grandiosa a nossa história. São os Garcia Leal (José, o maior deles), que chegam a este sertão e o desbravam. São os Lopes; Joaquim Francisco, para nós o mais importante; José Francisco (o Guia Lopes da Laguna), glória para os sul mato-grossenses – que marcam e implantam fazendas, vasculham todos os rios, reconhecem a terra dadivosa do vácuo. São os Barbosa, que daqui emigram para iniciar o povoamento da Vacaria. Ainda os Lima, os Pereira, os Sousa. E tantos, tantos outros. Não é demais afirmar que o povoamento de nosso Estado começou aqui, daqui se espalhou para a Vacaria e, em parte, para o Campo Grande, permitindo proclamar que Paranaíba é o berço de Mato Grosso do Sul¹¹⁹.

A *grandiosa história* de que fala Tebet, no entanto, foi construída por inúmeros atores sociais anônimos, como nativos, trabalhadores livres e pobres, agregados e escravizados. Os caiapós foram aproveitados no serviço de transporte de gado exportado para Piracicaba, São Paulo, no tráfego de barcas de passagem, no trabalho da roça.

Pelos relatos de Justiniano Fleury (1896) as aldeias dos índios Caiapós de Urubupungá (região localizada no rio Paraná, divisa dos estados de São Paulo e atual

¹¹⁹ TEBET, R. *Apresentação*. In: CAMPESTRINI, H., *Santana de Paranaíba*, p.9 .

Mato Grosso do Sul) e de Monte Alto (Minas) “fundiram-se em um só aldeamento, numa área a dois quilômetros do porto do rio Paranaíba e a nove quilômetros disto da freguesia”¹²⁰.

Segundo os informes de Fleury (1896) entre os anos de 1830-1865 havia cerca de duzentos e cinquenta índios aldeados, os quais além da caça e da pesca, criavam porcos e galinhas, e plantavam cana, milho, feijão, mandioca e batata. A fraca produção desses gêneros determinou a prática de mendigação dos caiapós que:

[...] de quando em vez saiam em magotes a mendigar pelas fazendas, sempre mansa e pacificamente, sem que jamais praticassem roubos ou devastações. À medida que foram se habituando a nossos costumes, foram abandonando o aldeamento, hoje [1896] reduzido a uns 60 índios de ambos os sexos, os quais procuravam a igreja para o batizamento (sic) de seus filhos e para o casamento; ouvem missa e apreciam as festas¹²¹.

O fragmento revela o culto aos heróis e as glórias dos *pioneiros*, mas permite entrever o grau de aniquilamento dos caiapós encoberto por um discurso fundado na tradição.

2.2.2 Estruturas familiares, políticas e eclesiásticas primordiais

Animais, ferramentas e cativos constituíam-se nos meios pelos quais entrantes mineiros e paulistas puderam iniciar o cultivo do solo, organizar-se em fazendas próprias, continuar a expansão territorial e, conseqüentemente, alcançar posição de *destaque*, ou poder de mando. Segundo Brazil, “indispensável nessa verdadeira rede de dominação era a montagem da estrutura administrativa, como igreja, para estabelecimento da autoridade eclesiástica, e repartições capazes de abrigar tabelionatos, os ofícios de notas, registros públicos, escrituras e outros documentos¹²²”

Assim, em 1836 foi inaugurada a paróquia Santana do Paranaíba, por iniciativa dos Garcia Leal, conforme observou o major Justiniano Augusto de Salles Fleury (1895) na seguinte passagem: “No local mais elevado desse patrimônio [doado pelo capitão João Alves dos Santos, do Partido Conservador do Império] foi construída, a expensas dos Garcia e mais moradores a primeira igreja de madeira roliça, coberta de palha que foi dotados dos parâmetros necessários pelo sobredito capitão João Alves e

¹²⁰ FLEURY, J., *O descobrimento do sertão e fundação da povoação de Sant’Anna do Paranahyba*, p. 35.

¹²¹ Idem.

¹²² BRAZIL, M.C., *Op. Cit.*, p.240.

uma rica imagem da padroeira pela já referida D. Anna Angélica de Freitas, mulher do capitão Garcia”¹²³.

2.2.3 José Garcia Leal

No mesmo ano (1836) José Garcia Leal apossando-se de significativas sesmarias foi conquistando espaço político na região. Logo foi nomeado diretor da povoação que contava com trinta casas. Dois anos depois (1838) foi instalado o distrito administrativo subordinado à comarca de Mato Grosso, sediado em Cuiabá¹²⁴. Logo José Garcia Leal ficou responsável pela conclusão de uma estrada que atingiu as barrancas do rio Paranaíba, partindo de Cuiabá – Estrada do Piquiri. Esse empreendimento foi concretizado com ajuda de Antonio José da Silva, à época influente político cuiabano. Delegado do Governo de Mato-Grosso, José Garcia Leal, retornou com amplos poderes para administrar a localidade de Santana promovendo abertura de estradas e a construção de portos e passagens em determinados rios, como a colocação de canoas e uma linha de correio desta capital a Santana, colocada previamente para este serviço no alto Piquiry.

No período regencial (1831-1840), problemas político-econômicos decorrentes do processo de consolidação da independência do Brasil redundaram na insatisfação entre as Províncias e o Governo Central. Inúmeras revoltas populares se estenderam, igualmente, por todo o Império, alcançando Mato Grosso, onde o movimento entre liberais e conservadores locais (portugueses) ficou conhecido como Rusga, conforme explica Brazil:

[o episódio da] rusga trouxe significativos desdobramentos para a Província. Expressivo número de revoltosos rumou para o sul de Mato Grosso, foragidos da justiça por crimes praticados contra portugueses em várias cidades da Província e arredores de Cuiabá. Alguns se internaram pela região ao logo do rio Paraguai, povoando as margens dos rios Taboco e Nioaque, avançando para os vales dos rios Miranda, Aquidauana e Negro, chegando até as proximidades do rio Apa (fronteira com o Paraguai).¹²⁵

Questões políticas, esgotamento da economia mineradora, fracasso das tentativas agrícolas e problemas políticos internos do Império determinaram nova onda migratória,

¹²³ FLEURY, J. A. S., *O Descobrimento do Sertão e fundação de Santana do Paranaíba*, p. 31.

¹²⁴ *Idem*.

¹²⁵ BRAZIL, M. C., *Sobre os campos de Vacaria do sul de Mato Grosso: considerações de terra e escravidão (1830-1889)*, p. 233.

constituídas por criadores de gado que passaram a penetrar na porção mais a sudeste dos sertões do antigo Mato Grosso. Assim, em 1842, ocorreu novo fluxo de migrantes mineiros e paulistas rumo ao sertão dos Garcia.

Em 1844 a povoação de Santana foi elevada condição de distrito de Paz, divisão administrativa favorável para a contratação de pessoal necessário aos diversos cargos públicos.

2.2.4 Sesmarias

Com objetivo de viabilizar a ocupação, o povoamento e a produção da região, os novos ocupantes lançaram mão do estatuto jurídico sesmarial, implantado no Brasil desde os primórdios do período colonial. Estrutura de dominação e de defesa do latifúndio constituía-se no caráter da colonização do Brasil.

Para Celso Furtado coube a Portugal a tarefa de ocupar as terras americanas, sobretudo, aquelas que não dispunham de metais preciosos ¹²⁶. A solução encontrada e de baixo custo foi a adoção do Sistema de Capitanias Hereditárias ¹²⁷. Dentro dos dispositivos legais adotados pela coroa, a Lei de Sesmarias será aplicada no Brasil após a instalação do Governo Geral em 1530. Constava do Regimento de 17 de dezembro de 1548 as instruções do Rei de Portugal em relação a essa lei. O Regimento afirmava que as terras que estivessem dentro dos termos da sesmaria e a quem pedisse. ¹²⁸. Nesse sistema as terras devolutas eram requeridas pelo colono ao Governador-Geral, ensejando o descontrole quanto à quantidade de sesmarias que era concedida a um único sesmeiro. Além disso, o crescimento do sistema de produção justificava a ampliação de áreas concedidas, determinando o fenômeno da concentração de terras. Formavam-se, assim, enormes propriedades, decorrentes de anexações de glebas conseguidas por doações, compras ou heranças. A apropriação dessas terras, constituída por glebas imensas e de limites imprecisos gerou intensos conflitos ao longo da história brasileira. A demarcação de terras ainda hoje permanece como problema insolúvel, bastando ficar atento aos conflitos de terras não demarcadas, sejam indígenas, comunidades afro-descendentes ou ocupadas por posseiros.

¹²⁶ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*, p. 8.

¹²⁷ Sobre o assunto, ver: BORGES, F. C., *Origens históricas da Propriedade da Terra-1958*, 2005. GUIMARÃES, A. P., *Quatro séculos de latifúndio*, 1977. RAU, V., *Sesmarias medievais portuguesas*, 1982; LIMA, R.C., *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*, 1988. CORRÊA FILHO, V., *Evolução dos processos de aquisição de terras no Brasil*, 1958.

¹²⁸ TAPAJÓS, V.C.S. *A política administrativa de D. João III*, 1983.

A Lei de Sesmarias perdurou até o Primeiro Reinado, quando foi revogada pela Resolução 76 de Consulta da Mesa de Desembargo do Paço, de 17 de julho de 1822, em que “Manda suspender concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Constituinte”¹²⁹. Para Ruy Cirne Lima, depois de revogada a Lei de Sesmarias a humilde posse com cultura efetiva se impregnou do espírito latifundiário, as posses passaram a abranger fazendas inteiras com léguas a fio¹³⁰.

Após a abolição da referida lei, nada foi criado para substituí-la, criando um vazio jurídico pela posse da terra. Entretanto, esse importante viabilizador do processo de apropriação do território o sistema sesmarial, abolido às vésperas da Independência, ainda hoje causa inegável impacto sobre a estrutura fundiária do país.

Foi nesse cenário, durante o período de posses livres, entre a revogação da Lei de Sesmarias em 1822 e a aprovação da Lei de Terras em 1850, que o consórcio dos Garcia e dos Lopes ocuparam extensas áreas na região de Santana do Paranaíba. A posse da terra deu a essas famílias status, poder e proximidade com as autoridades provinciais, quando da ocupação dos *deslumbrantes campos promissores*, conforme expressão usada por Virgílio Corrêa Filho para designar a expansão bandeirante após a criação da Capitania de Mato Grosso¹³¹.

2.2.5 Escravizados

Segundo Fleury, José Garcia Leal, nos primeiros anos de organização do espaço santanense, assentou seus 13 filhos nas sesmarias que possuía disponibilizando cerca de cem rezes, um casal de escravizados e dois cavalos para cada um. Além disso, instalou importante estabelecimento agrícola na fazenda da Serra, cuja toponímia referia-se ao primeiro engenho na região do rio Paranaíba, a seis quilômetros da freguesia de Santana¹³².

Para o cultivo dos campos, José Garcia, através de seus filhos José Garcia e Cassiano Garcia, providenciou a compra de uma partida de africanos novos. Foram comprados no Rio de Janeiro cerca de vinte africanos, dos quais uma parte seria empregada em suas propriedades e a outra entregue a aos fazendeiros que também havia realizados encomenda: “Estes africanos, além do trabalho, da lavoura, prestavam-se

¹²⁹ CERQUEIRA, E. (Org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, p. 265.

¹³⁰ LIMA, R. C. *Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*, p. 58.

¹³¹ CORREA FILHO, . *A propósito dos novos territórios – comentários despreziosos*, p. 8.

¹³² FLEURY, J. A. S. *Op. cit.*, p. 31.

otimamente ao trabalho das monções em barcos tocados a remo e varas para o porto de Piracicaba, na província de S. Paulo”¹³³.

Vinte anos depois (1850), em testamento firmado em cartório local, José Garcia Leal declarou que havia aplicado 33:326\$266 (trinta e três contos, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e seis reis) em cativos, bens móveis e bens de raiz destinados aos seus herdeiros.¹³⁴

O testamento registrou a intenção do proprietário escravista de promover alforrias aos seus escravizados, mas dentro de rígidas condições:

Declarou mais ele capitão José Garcia Leal, que todos os escravos ora existentes que não tiveram ainda o tempo de suas liberdades continuarão no mesmo serviço até o seu vencimento e aqueles que não se acham por contrato algum passará por ele capitão José Garcia Leal por escritura ou título servirá dele e a sua mulher durante a vida de ambos e falecido o último ficarão forros¹³⁵.

Uma declaração contida no testamento de José Garcia Leal permite a construção da imagem de um escravizador benevolente, razão pela qual alguns apologistas ainda tomam o referido proprietário escravista como desbravador altaneiro, herói da expansão dos sertões do sul do antigo Mato Grosso, influenciando a construção historiográfica local e regional:

Declarou ele capitão José Garcia Leal que possui além do rio Paranaíba uma fazenda de cultura no porto, a qual foi avaliada em seu inventário por seiscentos e setenta e cinco mil reis, a qual deixava de esmola aos seus escravos que as poderão desfrutar na vida dele doador aqueles que forem ficando forros, e que por morte do último desses cônjuges gozarão todos os outros escravos¹³⁶.

2.2.6 O comércio

Estabeleceu-se entre Santana de Paranaíba e Piracicaba uma dinâmica relação comercial que durou até 1865. Segundo Justiniano Fleury, o fluxo dessa atividade era realizado com canoas, batelões e barcas que singravam as águas dos rios Paranaíba e Paraná. Comerciantes subiam o Tietê e Atibaia até seu porto, desembarcavam, percorriam caminhos a pé, carregando mercadorias pela força dos braços, para então realizar as travessias dos Saltos do Urubupungá, do Itapura e Avandava, além de mais duas cachoeiras do Tietê. Eram monções anuais, por vezes semestrais, em que se

¹³³ *Idem.*

¹³⁴ Testamento de José Garcia Leal. Cartório do 2º. Ofício de Santana de Paranaíba, 1850.

¹³⁵ *Idem*

¹³⁶ *Idem.*

realizava a exportação de “milhares de rolos de algodão branco tecido no sertão, algodão em ramas, queijo em grande quantidade, muito tocinho”; e se importava de Piracicaba café, ferro, tecidos e outras mercadorias¹³⁷.

A narrativa de Justiniano Augusto de Salles Fleury expressa a dimensão do fluxo comercial entre Santana de Paranaíba e Piracicaba:

O comercio, a industria pastoril e a lavoura progrediam em Sant’Anna do Paranahyba com a máxima animação porquanto havia alguns agricultores os capitães José Garcia Leal e João Alves dos Santos, que recolhiam annualmente aos paioes de suas fazendas 100,120,130 carros de grosso milho branco; 300 e 400 alqueires de feijão; 600 e 800 alqueires de arroz; fabricavam assucar e aguardente em grande quantidade; mantinham centos de porcos nas cevas; desenvolviam a criação de gado vaccum: fabricavam muitos milhares de queijo e manufacturavam algodão, que exportavam; e além de todos isto o capitão Garcia trazia os seus armazéns repletos de sal, café, fumo, fazendas e outras mercadorias que mandou vir de Piracicaba em suas monções, duas vezes, por anno, abastecendo dest’arte a todos os habitantes do vasto sertão... e foi assim que conseguiu atrair para Sant’Anna do Paranahyba o commercio sertanejo de todo o centro, desde o Piquiri, Taquari, Rio Claro, Jataí, e Caiapó, da vizinha provincia de Goiás, cujos habitantes lá iam prover-se de sal, café, fazendas, ferramentas e outros artigos¹³⁸.

2.2.7 O padre Fleury

Logo depois da ocupação da região de Santana de Paranaíba foram tomadas as principais providências referentes às estruturas administrativas e eclesiásticas, envolvendo funcionários, políticos, juizes, e padres, dos quais muitos agiam com chefes políticos. O padre Francisco de Sales Souza Fleury, oriundo da cidade de Franca, interior de São Paulo, juntamente com os fazendeiros, detinha poder de mando local sobre terras, cativos, agregados e homens livres de poucas posses¹³⁹. Em outras palavras, o religioso era proprietário de terras e de escravizados, desempenhando papel social de grande importância para o segmento dominante, pois além de defender seus próprios interesses os párocos, segundo Brazil, eram responsáveis pela “realização de casamentos, batizados, rezas e missas, cerimônias religiosas que ensejavam relações inter-senhoriais, manifestações de poder e autoridade sobre os segmentos subalternizados”¹⁴⁰.

¹³⁷ FLEURY, J. A. S., *Op. cit.*, p. 36.

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ Cf. PENTEADO, Y. [org.] “*Como se de ventre livre nascido fosse...*”: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. 1838-1888, 1993.

¹⁴⁰ BRAZIL, *Op. Cit.*, p. 240.

A força política do padre Fleury tornou-se mais visível com o processo de superação do escravismo, desencadeado a partir de 1850, quando os escravizadores tinham de realizar Matrícula Especial dos escravizados, nas coletorias constituídas pelo Promotor Público, pelo Coletor e pelo presidente da Câmara¹⁴¹. Para completar as informações prestadas pelos escravizadores, os párocos deviam fornecer informações sobre os nascimentos e óbitos de cativos¹⁴². A esse respeito, a historiadora Maria do Carmo Brazil faz algumas observações:

[...] nessa nova empreitada, em âmbito regional, mais particularmente na região Sant'Anna de Paranaíba, ganhou realce uma figura emblemática daquele tempo: o padre Francisco Sales de Souza Fleury. Para garantir o monopólio de terras e de mão-de-obra no momento de superação do escravismo colonial, Fleury mediou inúmeros processos de manumissões incluídos em heranças de famílias escravizadoras regionais, como a de José Garcia Leal e a de dona Maria Garcia Tosta¹⁴³.

Segundo Justiniano Fleury, nos primeiros anos de formação da vila de Santana, algumas personalidades exerceram, com autorização do Bispo de Cuiabá, funções de destaque:

O Padre Francisco de Salles Fleury; o primeiro professor publico e escrivão do Juízo de Paz e da Sub Delegacia de policia Luiz Beltrão de Souza, irmão do mesmo vigário; primeiro collector e Agente do correio, José Ruiz Anacleto, genro do capitão Garcia; primeiro director dos índios Cayapós, aldeados à margem direita do rio Paraná, junto salto grande do Urubupungá, o capitão José Garcia Leal; primeiro Juiz de Paz, o capitão Jose Coelho de Souza, e primeiro sub-delegado Joaquim Limos da Silva¹⁴⁴.

Durante muito tempo o vigário Francisco de Salles Souza Fleury exerceu cargo de inspetor paroquial de instrução pública primária e de capelão local, oferecendo “assistência espiritual aos ocupantes dos sertões *devolutos* de Santana de Paranaíba¹⁴⁵”. Além disso, Fleury foi, nos últimos anos da escravatura no Brasil, ativo intermediador de alforrias concedidas em ocasiões de batizados e casamentos.

2.2.8 Família *pioneira*...modelo patriarcal

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 243.

¹⁴² Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-188*, 1975.

¹⁴³ BRAZIL, *Op. Cit.*, p. 243.

¹⁴⁴ FLEURY, J. A. S, *Op. Cit.*, p. 33.

¹⁴⁵ *Idem.*

Em *Ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – família e propriedade no nordeste colonial*¹⁴⁶, tese defendida em 2003, o historiador Ângelo Emílio da Silva Pessoa oferece valiosa contribuição na discussão de temas como família, colonização, índios, conflitos, pecuária, conquista territorial, sertão, poder, casa, tradição e relações de trabalho. Nesse trabalho, Pessoa tomou como objeto os Garcia d'Ávila, família baiana de grande relevo no nordeste brasileiro, graças ao seu envolvimento direto nos processo de conquista territorial. Para tanto, essa prole acumulou vasta propriedade fundiária entre os séculos XVI e XIX.

Ângelo Emílio da Silva Pessoa avalia em que medida a produção historiográfica contribuiu para a afirmação de uma tradição interpretativa, estabelecendo vínculo entre a trajetória dos Ávila e a construção da história nacional. Além de apontar alguns aspectos das relações entre uma importante família senhorial e as diversas instâncias da administração colonial, Pessoa discute as estratégias desenvolvidas pela família na aquisição, ampliação e manutenção de poder como obtenção de cargos, benefícios, ligações de casamento e transmissões de heranças.

As principais discussões contidas na obra *Ruínas da tradição* giram em torno da tradição construída envolvendo a família Garcia d'Ávila como forma de preservação do poder político, mesmo no momento de debilidade de suas bases econômicas. Um aspecto apontado nesse trabalho refere-se aos estudiosos de épocas e correntes teóricas distintas que se destacaram a importância da família na conformação da sociedade brasileira. Segundo Pessoa, autores como Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Costa Pinto¹⁴⁷ ressaltaram a família como um grupo social decisivo na estruturação da vida política do país.

Ao analisar o caráter das famílias patriarcais, sobretudo no período colonial, os referidos autores procuraram explicar a tessitura básica que ligaria esse grupo à sociedade brasileira, conforme evidencia Ângelo Pessoa na seguinte passagem:

¹⁴⁶ PESSOA, A. E. S. P., *As ruínas da tradição: a casa da torre de Garcia D'ávila. Família e propriedade no nordeste coloquial*, 2003.

¹⁴⁷ VIANNA.F. J. O., *Populações Meridionais do Brasil*, p. 45. A primeira edição é de 1918. FREYRE. G., *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, p. 11. A primeira edição é de 1933. FREYRE. G., *Sobrados e Mucambos: decadência do Patriarcado Rural e desenvolvimento urbano*, p. 81. A primeira edição é de 1936. HOLANDA. S. B., *Raízes do Brasil*, p. 50. A primeira edição. é de 1936. DUARTE. N., *A Ordem Privada. e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira*, p.125-127. PRADO Jr.Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 286. A primeira edição é de 1942. PINTO. Luiz de Aguiar da Costa (1946). *Lutas de Famílias no Brasil Introdução ao seu Estudo*.2.ed.São Paulo: Nacional:Brasília: INL.1980, p.27.

Seja condenando em certa medida esse passado patriarcal e propondo a sua superação (Buarque de Holanda), seja valorizando-o (Freyre), esses autores exerceram uma duradoura influência na conformação de um quadro da família patriarcal, centro de gravidade da sociedade colonial e responsável por uma série de limites à ação do poder público e às relações impessoais, características de uma sociedade moderna¹⁴⁸.

As reflexões sobre o papel da família na formação da sociedade brasileira realizadas pelos escritores assinalados foram repensadas pela historiografia posteriormente produzida e contribuiu para identificar “uma espécie de ‘modelo consagrado’ de família patriarcal, que precisava ser revisto pela pesquisa mais acurada da sociedade colonial em sua variação, em seus desvios”¹⁴⁹. Esse modelo consagrado poderia ser identificado a partir dos seguintes elementos:

[...] a preeminência absoluta e incontestada do poder do patriarca (chefe de importante família) sobre um amplo conjunto de dependentes que englobava desde a família nuclear (esposa, filhos, genros, noras e netos), passando pela família extensa (uma série de parentes de variados graus muitas vezes morando junto à família do patriarca), até uma ampla rede de dependentes, agregados, escravos, entre outros. Ao mesmo tempo esse patriarca, junto com outros patriarcas semelhantes, reunia em suas mãos o controle da grande propriedade rural e da vida política local, constituindo-se numa espécie de pequeno régulo sempre às turras com o poder do Estado¹⁵⁰.

Segundo Pessoa esse quadro representa uma espécie de *síntese* do modelo patriarcal construída por autores como Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Costa Pinto que se dedicaram à análise da família a partir da década de 1970¹⁵¹.

Analisando as reflexões de Ângelo Emílio da Silva Pessoa sobre a construção do discurso sobre o papel da família no processo de desbravamento do sertão nordestino, e sobre a conseqüente anexação dessa região ao território nacional, procuramos estudar a forma como as famílias de entrantes mineiros e paulistas passaram a ser interpretadas pela historiografia tradicional como ícones das aventuras de conquista do espaço sul mato-grossense. Inúmeros escritos, inclusive recentes, absorvem e reproduzem direta ou indiretamente o discurso apologético dos pioneiros como ator genuíno da história.

¹⁴⁸ PESSOA, A. E. S. P., *Op. Cit.*, p. 4.

¹⁴⁹ *Idem.*

¹⁵⁰ *Idem.*

¹⁵¹ *Idem.*

Os fundadores dessa verdadeira rede de *pioneiros* tinham à frente José Garcia Leal que, ao alcançar os sertões de Santana, obteve junto governo a província de Mato Grosso, cargos fundamentais para desempenhar o poder local, podendo atuar inclusive como sesmeiro para o cultivo ou instalação dos primeiros currais de seus protegidos.

A apologia do patriarcalismo evidencia-se no discurso de Justiniano Augusto de Salles Fleury Fleury ao discorrer sobre o capitão José Garcia Leal:

[...] o verdadeiro patriarca daquela terra, negociava com proverbial probidade, não conhecia a usura, contentava-se com pequeno lucro e foi assim que conseguiu atrair para Sant'Anna do Paranaíba o comércio sertanejo de todo o centro, desde o Piquiri, Taquari, Rio Claro, Jatahi, e Caiapó, da vizinha província de Goiás, cujos habitantes lá iam prover-se de sal, café, fazendas, ferramentas e outros artigos¹⁵².

Segundo o referencial da elite latifundiária a família *pioneira* era constituída por homens corajosos e incansáveis e por mulheres obedientes às ordens do patriarca, vistas como heroínas. Nesse sentido, os pioneiros se dispunham a enfrentar a luta diária e o sofrimento ao longo do processo de desbravamento, nutridas, em muitos casos, pelo expansionismo econômico à custa de qualquer sacrifício e determinação. A obra *Os pioneiros – viajantes da ilusão*, escrita por Goretta Dal Bosco, e publicada em 1995, a respeito de Dourados - MS, expressa bem o discurso sobre *pioneiros* construído pelo segmento dominante local. É emblemático o registro contido na orelha do referido livro, onde Adiles Torres, membro da elite douradense, faz considerações apologéticas aos ocupantes de Dourados em pleno século XX:

Através desta série nossos antepassados não serão esquecidos e Dourados não ficará sem a sua história que foi vivenciada por aqueles que tiveram a audácia e a coragem de abandonar suas raízes, amargar um adeus para nunca mais, a seus entes queridos e à terra natal, para buscar o desconhecido, enfrentando sofrimentos, epidemias e, muitas vezes até a morte¹⁵³.

Mas a história da penetração nos sertões de Mato Grosso remonta aos séculos XVIII e XIX. Interessa-nos a onda migratória iniciada a partir da segunda década do século XIX, quando levas de famílias oriundas de Uberaba e de Franca migraram para a referida região. Agregados, trabalhadores livres e escravizados eram submetidos em larga medida ao poder de mando das referidas famílias. De posse de numerosos carros

¹⁵² FLEURY, J. A. S. *Op. Cit.*,p.34.

¹⁵³ DAL BOSCO, M. G. *Os Pioneiros: Viajantes da Ilusão*,1995.

de bois, carregamentos de víveres, ferramentas para o trabalho, escravizados, gado e cavalos, mineiros e paulistas entraram pelo sudeste do antigo Mato Grosso interessados em suas potencialidades pastoris. Estabeleceram-se a três léguas de Santana Paranaíba, próximo do ribeirão Ariranha, com objetivo de desenvolver plantações, engenho e, sobretudo, cultura pastoril. Genros e filhos de Januário Garcia Leal Sobrinho permaneceram por muito tempo nesse lugar antes de partirem para a região que deu origem a cidade de Três Lagoas. Luís Correa Neves fincou raízes ao sul da vila de Santana, em águas do rio Quitéria.

No campo ideológico as narrativas memorialistas a respeito das famílias pioneiras contribuem para nutrir genealogias ou biografias romanceadas, cuja essência privilegia a organização da estrutura de dominação local, baseada no latifúndio¹⁵⁴:

[...] Estes denodados campeões do deserto, homens de idéias liberais, projetavam o povoamento daquela região e não queriam as terras somente para si e seus filhos, pois que foram logo cedendo parte delas aos seus convidados, aos novos imigrantes mineiros e paulistas, que as adquiriam por ínfimo preço¹⁵⁵.

Como vemos na escrita acima sobre o papel dos Garcia na história de Três Lagoas, o memorialista Sá Carvalho traduz a intenção do segmento local de perpetuar imagens associadas à construção do território sul mato-grossense.

2.2.9 Três Lagoas

A família Garcia Leal permaneceu atuante em todo o século XIX, tanto que em 1884, Protázio Garcia Leal (neto de Januário Garcia Leal) participou de uma expedição aos sertões da margem direita do Sucuriú, marcando seu papel no processo histórico regional como um dos fundadores do município de Três Lagoas. No texto *Como era lindo o meu sertão*, Sá Carvalho, publicou parte da entrevista concedida por Protázio em 1943, na qual ele elucida suas ações, idéias e planos:

Não havia em absoluto estradas ou caminhos. De exploração em exploração, atingiram uma zona de capim-mimoso, já em águas do rio Verde, onde denominaram Piaba, da encosta de uma serra, no divisor de águas dos rios Sucuriú e Verde. Na vertente do Sucuriú, encontra-se uma posse antiga denominada Campo Triste, feita há muitos anos pelo avô de Protázio, o primitivo Januário Garcia Leal¹⁵⁶.

¹⁵⁴ BRAZIL, M. C. *Terra e trabalho no sul de Mato Grosso – considerações sobre superação do escravismo, luta pela terra, economia pastoril e advento do trabalho livre – séculos 19 e 20*, p. 83.

¹⁵⁵ MARTIN., J. H., *História de Três Lagoas*, p. 37.

¹⁵⁶ SÁ CARVALHO, J. osé Ribeiro de. *Como era lindo o meu sertão!*, p.52.

Consta que em meados de 1884, Protázio fundou a Fazenda Piaba levando inicialmente o gado “composto de doze vacas mansas e dois touros seus e mais cinqüenta vacas arrendadas de seus sobrinhos Bibiano e Francisco. [...]. Trouxe dessa vez também algum sal e poucas ferramentas, para o início do arranchamento” ¹⁵⁷. Protázio revelou na entrevista à Sá Carvalho que não foi morar logo em seguida na fazenda, indo a cada dois meses levar sal e costear seu gado. Mudou-se de vez em 1888, conforme transcreveu Carvalho:

Em janeiro de 1888, ajustou dois carros-de-bois, com Vicente Lata e João Machado, para sua mudança completa. Carregou-os com seus móveis rústicos, fiandeira, tear de tecer, ferramentas usuais, mantimentos, sementes, mudas de árvores frutíferas, etc. Completou o carregamento, aplicando apensos aos carros, jacás de galinhas, engradados de leitões e de gatos. Com sua mulher, seus enteados e seus filhos, a cavalo, engarupados alguns deles, e mais um camarada, Manuel Pinto, com sua mulher e dois filhos, seguiram a marcha dos carros ¹⁵⁸.

Protázio tinha como vizinho Francisco José Nogueira, ficando a uma distância de nove léguas das suas terras, equivalendo a cinqüenta e nove quilômetros e quatrocentos metros. Nogueira possuía carros de boi, era com eles que ambos conseguiram obter sal para o gado, adquirido em Santana. Em seguida, decidiu “abrir um caminho da Piaba para a barra do rio Sucuriú, no rio Paraná, e daí conseguir comércio com a Colônia Militar do Itapura, no rio Tietê. Sempre ouvira falar de seus parentes do comércio que faziam com Itapura e com Piracicaba” ¹⁵⁹. Cabe enfatizar que em 1888, as relações comerciais com Minas, envolvendo o gado bovino, eram significativas.

Na abertura desse novo caminho, Protázio *descobriu* as três grandes lagoas, que seria futuramente a cidade de Três Lagoas. Outra onda expansionista alcançou o sertão de Protázio:

O mineiro Antônio Trajano dos Santos afazendou-se nas Três Lagoas descobertas por Protázio; Delfino Antônio dos Santos, irmão deste, afazendou-se nos varjões do rio Sucuriú; Antônio Paulino, genro de Necésio Ferreira de Melo, afazendou-se no ribeirão Campo Triste;

¹⁵⁷ *Ibid.*, p.53.

¹⁵⁸ *Idem.*

¹⁵⁹ *Ibid.*, p.55.

Manuel Garcia Leal fundou retiro no rio Pombo, afluente do rio Verde; e muitos mais ¹⁶⁰.

Ao discorrer sobre o surgimento do município de Três Lagoas, Adão Valdemir Levorato, na obra *Três Lagoas: dama em preto e branco (1918-1964)*, publicada em 1999, ¹⁶¹ assevera que o povoamento e conquista da região data de 1829, com a entrada do sertanista Joaquim Francisco Lopes, um dos primeiros posseiros do referido espaço. Levorato destacou ainda o entrante Antônio Trajano dos Santos, mineiro, natural de Ventania, que penetrou em Mato Grosso em 1870, fixou-se primeiramente em Santana de Paranaíba mudando-se depois para a região que viria a ser Três Lagoas.

O que não consta nesse tipo de descrição memorialística sobre as famílias *pioneiras* é uma reflexão sobre a legalidade da posse, pois se a terra era devoluta não cabia a eles vender ou ceder, pelo menos do ponto de vista jurídico, a seus familiares ou amigos. Em seu depoimento, Protázio Garcia Leal disse a Sá Carvalho que eles cediam terras aos seus convidados. Cabe indagar o que acontecia com aqueles que não eram *convidados*? Se a terra era devoluta eles deveriam tê-la comprado do Estado, pois após 1850 já estava em vigor a Lei de Terras, conforme já descrito. Não consta dos inventários analisados a compra dessas terras.

Não se pode negar, a importância das famílias proprietárias-posseiras no processo de expansão das fronteiras, aspecto evidenciado nos documentos e relatos regionais, na medida em que neles constam detalhes essenciais a respeito da ocupação e povoamento, em detrimento da presença das comunidades indígenas na região. Também apontam à dinâmica do funcionamento dessas fazendas, do caráter produtivo e das relações de trabalho. Cabe ressaltar que as relações de trabalho entre esses entrantes e o segmento subalternizado, sobretudo, os trabalhadores escravizados, são mascarados por esses relatos oficiais, na medida em que a narrativa dessa memória pertence àqueles que, segundo Jaques Le Goff, dominam as sociedades históricas. Portanto, o historiador deve extrair dos documentos, aquilo que o segmento dominante não tencionava demonstrar. Das entrelinhas desses escritos oficiais, deve ressoar o eco dessas vozes esquecidas.

¹⁶⁰ *Idem.*

¹⁶¹ LEVORATO, A. V., *Três Lagoas: dama em preto e branco (1918-1964)*, 1999.

2.2.10 *Pioneiros coloniais*

Vale ressaltar que a história de Mato Grosso caracterizou-se pela permanente disputa entre metrópoles ibéricas, e incessantes movimentos sertanistas de penetração em busca do *índio, do ouro e das pedras*, conforme evidenciou Afonso d'Escragolle Taunay¹⁶². O início da ocupação de Mato Grosso (1718) foi também realizado por *pioneiros* que se deslocavam do leste para o extremo oeste, em expedições monçoeiras. O processo de ocupação do extremo oeste brasileiro foi realizado com o objetivo de consolidar o domínio lusitano nessa região, mas para alcançar seus objetivos os expansionistas paulistas recorreram aos mais violentos métodos para conter a reação dos nativos em defesa de seus espaços.

À esteira do projeto expansionista estava a intenção lusitana de encontrar novas minas de metais preciosos, alcançada com os achados auríferos de Cuiabá. O prolongamento das bandeiras paulistas gerou o chamado *ciclo das monções*, caracterizado pelo surgimento de um dinâmico fluxo de expedições fluviais destinado ao suprimento dos núcleos mineradores com produtos como sal, artigos de luxo, escravizados, aves, equinos, muares, gado vacum, etc.

A região se transformou em pólo de atração da gente de Piratininga, alimentada pelo sonho do rápido enriquecimento¹⁶³. A descoberta do ouro cuiabano daria novo tom à vida colonial brasileira determinando a irradiação da expansão geográfica, conforme observou Nelson Werneck Sodré¹⁶⁴. Essa expansão foi impulsionada por diversos fatores entre os quais estava a captura do nativo destinado à escravização nas lavouras açucareiras. Depois do bandeirismo apresador os paulistas foram em busca do ouro e das pedras preciosas, como assinalado¹⁶⁵.

O sociólogo Abílio de Barros, cujos ancestrais ocuparam terras do Pantanal, em seu livro *Pantanal Pioneiros*, publicado em 2007, traz um fragmento que ilustra bem esse processo de ocupação ocorrido desde o século XVIII:

[...] A cultura pantaneira é resultante de duas vertentes: a primeira nos vem dos bandeirantes paulistas, a segunda, dos modos e costumes trazidos pela cultura pastoril platina. Esta chegou-nos pelos paraguaios, argentinos e gaúchos que tinham tradições campeiras estratificadas quase dois séculos anteriores à nossa, pantaneira.¹⁶⁶

¹⁶² TAUNAY, A. d'E., *Índios! Ouro! Pedras!*, 1926.

¹⁶³ PINTO, V. N., *Ouro brasileiro e o comércio anglo português*, p.60.

¹⁶⁴ SODRÉ, N. W. *Op. cit.*, p. 45.

¹⁶⁵ *Idem.*

¹⁶⁶ BARROS, A. L., *Pantanal Pioneiros: Álbum Gráfico e Genealógico de Pioneiros na ocupação do Pantanal*, p. 11.

Abílio de Barros discorre sobre os descendentes dos bandeirantes paulistas que se deslocaram para o interior brasileiro em busca do ouro cuiabano, através do fenômeno das monções. Os paulistas saíam de Porto Feliz, desciam o Tietê, percorriam trechos a pé por causa de corredeiras e cachoeiras, tomavam o Paraná e subiam até o rio Pardo e Camapuã. Do Pardo seguiam rumo às nascentes do rio Coxim, e deste desciam até a foz do rio Taquari, até atingir a planície pantaneira. Ao alcançar as águas do rio Paraguai, os expansionistas luso-brasileiros receberiam ataques dos nativos Paiaguá. Como contraponto a essa visão, interpretamos o episódio dramático das monções paulistas como a história da resistência dos nativos contra a *raça de gigantes*, invasores de seus espaços.

A memória *nhecolandense* associada ao do mameluco paulista de que fala Abílio de Barros, da qual, segundo ele, resultou a cultura pantaneira, é uma tentativa de construir uma identidade do pantaneiro, como originária da impetuosidade do paulista. Logo, o *nhecolandense* seria esse *amansador de pantanais*. Autores como Michel Pollak, argumentam sobre a construção da memória e identidade:

[...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros¹⁶⁷.

Abílio de Barros sugere ainda que esse reduto populacional *nhecolandense* formado pela atividade pastoril, tenha sido vítima da carência de interação social, aspecto que explica a formação de uma cultura reservada pouco dada a manifestações ou confissões: “Foi essa gente que pouco a pouco, acompanhando o boi, descobriu o Pantanal e a atividade pecuária nessa planície. Este Álbum Genealógico trata de alguns desses pioneiros que vieram fundar fazendas no Pantanal de Mato Grosso”¹⁶⁸. A carência de interação social desse *amansador de pantanais* é uma das tentativas de associar o pantaneiro ao paulista.

Sodré, ao destacar um dos motivos que levou os paulistas a investir rumo aos sertões do oeste, aponta o isolamento do paulista pela Serra do Mar como uma dessas razões. Na esteira de Sodré, Abílio de Barros, a vastidão da planície pantaneira teria também promovido esse isolamento e a formação de uma cultura própria.

¹⁶⁷ POLLAK, M., *Memória e identidade social*, p. 204.

¹⁶⁸ BARROS, A. L., *Op. cit.*, p.11.

Para Sodré, a expansão geográfica rumo ao oeste fora formidável, mas nessa gleba imensa, o elemento humano se perdia rarefeito, disperso, dominado pelas enormes distâncias em relação ao litoral, e mesmo entre a própria capitania. Essa dispersão humana seria mais visível após o rápido esgotamento das minas.

O declínio da mineração devia conduzir ao abandono das rotas abertas pelos paulistas na sua arremetida para o oeste. Esses itinerários gigantes ficariam esquecidos e relegados ao desaparecimento. Não mais seriam percorridos por levadas humanas. Por ele não transitariam mais a série de agrupamentos que devia fixar-se no interior, na condensação dos arraiais, à beira dos rios, que eram os caminhos convidativos¹⁶⁹.

O problema da condensação humana começaria a atenuar-se com o advento de uma nova força – o chamado ciclo pastoril, tão bem discutido por Sodré nas páginas de *Oeste* (1941)¹⁷⁰. Segundo suas considerações a cultura pastoril, embora pobre em suas manifestações, proporcionou ao oeste brasileiro, particularmente na região leste do atual estado de Mato Grosso do Sul, um momento significativo referente à ocupação e deslocamento humano:

Por isso mesmo os primeiros grupos humanos que se deslocam, nessa nova fase, para essas terras, seriam originários de minas Gerais, de onde haviam partido os rebanhos, e deviam ligar-se à cultura pastoril. O que os atraía para as terras novas era a ânsia na conquista de passagens ricas e verdejantes, e amplas e vastas, para a fazenda do gado que criariam ou que tocariam do território mineiro¹⁷¹.

Para o sociólogo José de Souza Martins, a concepção de pioneiro compreende implicitamente a idéia de criar o novo, “a frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”¹⁷². Com propósitos bem definidos os *entrantes* com destino a Santana do Paranaíba, procuravam se apossar de extensas áreas, para formação de fazendas, criação de gado e agricultura de subsistência, juntamente com parentes, agregados e camaradas.

¹⁶⁹ SODRÉ, N. W., *Op. cit.*, p. 60.

¹⁷⁰ *Idem.*

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 70.

¹⁷² MARTINS, J. S., *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*, p. 153.

2.2.11 Mineiros e francanos

No caso da região de Santana, grande parte dessas famílias buscou imensos campos criatórios e solos férteis para transformá-los em riquezas, a despeito da presença dos nativos caiapós, senhores daquele espaço. A partir daí, o *pioneiro* erigiu ranchos, fazendas, pousos, retiros, impondo sua presença, ultrapassando limites, construindo recursos de vivências cotidianas, estabelecendo vínculos comunitários orientados pelo modelo patriarcal, transformaram cenários naturais, conquistaram territórios de forma similar ao modo de viver da maioria das populações rurais brasileiras.

Escravizados, carros de bois, gados vacuns e cavalares constituíam-se nos bens semoventes da fortuna de capitão João Alves, quando da sua chegada em Santana. Acompanhado de sua esposa Francisca Alves dos Santos, quatro filhos, parentes pobres e agregados, João Alves apossou-se de metade da extensa fazenda do Barreiro, cedida pelo então alferes Januario Garcia: “nestas terras, no sitio junto ao córrego da Irara [João Alves] montou um formoso estabelecimento de lavoura e criação”¹⁷³. Cultivavam produtos como abóbora, cana-de-açúcar (produziam aguardente e rapadura) feijão, mandioca (para fazer farinha), milho, e também criavam galinhas e porcos. Estes produtos eram usados para consumo próprio nas unidades produtivas e para venda aos viajantes.

A partir de 1838, seguindo a trilha aberta, sobretudo pelos Garcia Leal, oriundos de Uberaba, outras famílias entraram na região e também conquistaram poder político e econômico. Era, representadas, segundo narrativa de Justiniano Augusto de Salles Fleury pelo “capitão João Alves dos Santos, o capitão José Coelho de Souza, Manoel Antonio Tosta, Miguel da Costa Lima, Desidorio Ruiz da Costa, Joaquim Limos da Silva, Pedro Francisco de Sales Souza Fleury, e seguidamente muitos outros”¹⁷⁴.

Lélia Rita Ribeiro também se referiu aos novos ocupantes da região, para ela entre as pessoas que se estabeleceram em Santana foram: o capitão João Alves dos Santos, o capitão José Coelho de Souza, Manoel Antônio Tostas, Miguel da Costa Lima, Desidério Ruiz da Costa, Joaquim Lemos da Silva, Pedro Francisco Salles de Souza Fleury, entre outros. Para Ribeiro, essas famílias ajudaram a construir a história local e incorporação dessa extensa região ao território nacional. Por esse viés

¹⁷³ FLEURY, J. A. S., *Op. Cit.*, p. 31.

¹⁷⁴ *Ibid*, p.32.

interpretativo, foram, portanto os principais protagonistas das raízes históricas do antigo Estado de Mato Grosso.¹⁷⁵

Da mesma forma, Mário Monteiro de Almeida (1951) registrou, em *Episódios da formação geográfica do Brasil*, a participação das primeiras famílias do segmento dominante na formação social de Santana:

Antonio Gonçalves Barbosa era tronco de família numerosa. Mais de duas dezenas de descendentes lhe enriqueceriam o lar, unido sob o dominante regime coevo de educação severa. Uma de suas filhas, Senhorinha Maria da Conceição Barbosa casou-se com Gabriel Francisco Lopes. Outra Maria Antonia de Jesus Barbosa consorciou-se com Tomaz Ferreira de Melo, filho de Joaquim Ferreira de Melo, um dos irmãos fundadores de *Campo Triste*. Antonio Candido de Oliveira casou-se com outra filha do operoso desbravador, Maria Rosa de Jesus Barbosa. Ao lado de filhos operosos e dinâmicos, o intrépido povoador de Franca procriara uma coleção de Marias fecundas e diligentes. A sua descendência, em meados do século, já se computaria por inúmeros sertanistas¹⁷⁶.

Construído pelo viés do segmento dominante o discurso de Almeida (1951) discorre que três famílias de mineiros e francanos teriam contribuído para a conquista de uma gigantesca área do sudeste do antigo Mato Grosso: Os Garcia Leal, os Barbosa e o Lopes.

Cabe enfatizar que Antonio Gonçalves Barbosa saiu de Franca em fins de 1835 e abriu nas margens do Rio Pardo e depois abriu uma estrada de comunicação para Paranaíba e o interior, atravessando o Rio Verde e Sucuriú, fundando fazendas na região da atual cidade de Santa Rita do Rio Pardo.

As informações contidas no diário de viagem *Expedições às regiões centrais da América do Sul*, publicada no ano de 1840, pelo francês Francis Castelnau,¹⁷⁷ revelam a instalação de uma colônia indígena na região. Os paulistas também rumaram para a região de Santana. Porém, os documentos encontrados até o momento nos levam a crer que os mineiros teriam sido os primeiros a se fixar na região.

Almeida discorre na obra *Episódios da formação geográfica do Brasil*, sobre os ocupantes brancos em Paranaíba:

¹⁷⁵ RIBEIRO, L. R. E. F., *O homem e a terra*, p.93.

¹⁷⁶ ALMEIDA, M. M., *Episódios da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*, p.240.

¹⁷⁷ CASTELNAU, F., *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, p. 204.

José Garcia Leal, ainda naquele ano [1829], abriu as fazendas do *Coqueiro* e *Serra*, e terras escolhidas de Santa Ana, tributário do Paranaíba. Às margens deste, também estabeleceu situação em trato propício a cereais. Contígua à última gleba, Justino José de Souza, cunhado de José Garcia, fundou a fazenda *Cuspius*. Instalou depois a fazenda *Barreiro*, em águas do rio homônimo. Ainda em 1829, nas cabeceiras do Pântano, afluentes do Paraná, foram fundadas mais duas fazendas, uma para Inácio Furtado e outra para Domingos Rodrigues. Estranhos à família Garcia Leal eram os primeiros povoadores dos sertões locais. No ano seguinte, José Coelho de Souza, sogro de José Garcia, fixou-se na fazenda Arerê, onde iria falecer¹⁷⁸.

As fazendas criadas perto de rios dão a noção da importância de ter uma fonte de água próxima, para o uso na vida diária dos futuros moradores. Almeida ajuda compreender o processo de ocupação da região de Paranaíba:

Em 1831, intensificou-se o povoamento. No dia 10 de julho desse ano, chegava ao pôrto do rio Paranaíba, aberto por José Garcia Leal, nos fundos de sua gleba já firmada de roças, a primeira e numerosa turma de povoadores, convocados pelo dinâmico mineiro. Êsses povoadores espalharam-se pelas terras de Santa Ana, do Paranaíba, do córrego Barreiro, do Quiteria e no vale do Sucuriú. Alguns deles se agruparam nas imediações da límpida corrente, sob as inspirações de José Garcia, sementeando a futura povoação e vila de Santa Ana¹⁷⁹.

A citação acima sugere que José Garcia, depois de demarcar algumas fazendas, convidou algumas pessoas, talvez familiares e amigos, para morar na região, os quais puderam optar por locais com acesso à fonte de água. Almeida relacionou outras famílias que vieram ocupar os sertões de Mato Grosso:

Os Ferreiras de Melo fundavam o vasto latifúndio de *Campo Triste*. Os Novaes estabeleciam-se em *Bananal* e em *Boa Vista*, e os Souza, de Franca, em *S. Pedro*, *Patrimônio dos Souzas* e em *S. José*. Os Costa Lima radicavam-se no *Imbirussú*, exceto João da costa Lima, que pouco depois emigraria para as terras canavieiras di Miranda, na zona subserrana.¹⁸⁰

Interessante observar que assim como os Garcia, as outras famílias normalmente fundavam mais de uma fazenda, fator responsável à ampliação do latifúndio. Quanto

¹⁷⁸ ALMEIDA, M. M., *Op. cit.*, p. 237.

¹⁷⁹ *Idem.*

¹⁸⁰ *Ibid*, p. 238

aos Barbosa, só em 1851, lograram alcançar os campos de Erê, depois chamados também campos de Vacaria¹⁸¹.

2.3 Os Lopes

Segundo Sá Carvalho, na obra *Como era lindo o meu sertão!*, publicada em 1929, o sertanista Joaquim Francisco Lopes, realizando caçadas no Triângulo Mineiro conheceu os Garcia e os Barbosa, já afazendados no Pontal dos Rios Grande e Paranaíba, os quais se associaram para uma grande entrada em Mato Grosso. Naquele ano Joaquim Francisco Lopes e Januário Jose de Souza, ambos moradores de Franca (SP), fundaram duas fazendas, uma para Ignácio Furtado e outra para Domingues Rodrigues em um local onde havia um rio que denominaram Pântano, afluente do Paraná. O próprio Lopes, retornando de Franca em maio de 1830, foi contemplado Capitão José Garcia Leal com uma fazenda na margem do Rio Paraná, para onde se mudou em abril de 1831.¹⁸²

Lopes partiu de Franca a 1º de maio de 1830, juntamente com o cativo Sebastião, aceitando convite de Manuel Bernardes da Silva para descobrir campos devolutos no Rio Grande (do qual o Paraná é afluente) e promover abertura de uma estrada até São Bento de Araraquara. Após aceitar o convite, Lopes recebeu do Major Antonio Eustachio da Silva e Oliveira, entrantes do Sertão da Farinha Pobre (Uberaba), uma carta de socorro para apresentar por onde passassem. Organizando uma bandeira, construiu canoas e com os camaradas Vicente, Beraldo e Manuel Pereira exploraram o Rio Grande. Em 1º de setembro de 1830, Lopes chegou a Fazenda Monte Alto de propriedade do Capitão José Garcia Leal¹⁸³. Pelas anotações de Joaquim Francisco Lopes, depreende-se que José Garcia Leal em 1830 já estava instalado em Santana do Paranaíba, vindo de Franca.

Essa *fase áurea do posseiro* favoreceu o estabelecimento de mineiros e paulistas em Santana do Paranaíba, os quais não encontraram impedimentos legais que se opusessem a formação dos potentados locais, a semelhança do poder exercido pelos Garcia Leal.

¹⁸¹ ESSELIN, P. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*, p.59.

¹⁸² SÁ CARVALHO, *Op. cit.*, 1929.

¹⁸³ *Idem.*

Entre os *pioneiros* dos Campos de Vacaria, nas cercanias do município de Rio Brillhante (mais ao sul do estado de Mato Grosso do Sul) destacou-se o sertanista e capitão Joaquim Francisco Lopes que se instalou na região ente o final de 1833 e início de 1834, abaixo do Rio Quitéria, abrindo a fazenda Monte Alegre.

Antes disso, Lopes contribuiu para promover a povoação de Santana, nos finais de 1830. Segundo sua narrativa essa região foi *descoberta* em 1828 e, pouco depois, passou a ser ocupada pela família Garcia Leal, acompanhados de seus escravizados, agregados e outras famílias.

2.3.1 A bandeira de Joaquim Francisco Lopes¹⁸⁴

Entre os anos de 1829 e 1857 Joaquim Francisco Lopes descreveu significativos diários e itinerários a respeito de suas incursões realizadas no interior do antigo Mato Grosso. Esse material foi destinado aos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ainda durante o século XIX. A primeira penetração em terras mato-grossenses, narrada pelo referido sertanista, foi publicada pela primeira vez na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1888 sob o título *Sertanejo* e, depois, anos mais tarde, foi também publicada pelo Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo no ano de 1943 sob o título *A bandeira de Joaquim Francisco Lopes – 1829*.¹⁸⁵ Um pequeno fragmento dessa bandeira já evidencia seu papel na formação dos latifúndios regionais:

1829. Entrada para o sertão da Paranaíba. Fui convidado pelo sr. Sousa, seguimos em fins de julho, entrei com dois animais e quatro cães veadeiros, alcançamos os senhores Garcias, na Paranaíba, fazendo canoas a nossa espera, pois nos convidou para a dita entrada; descobriu o sertão no ano de [18]28, perdendo os ditos Garcias dois anos de entrada sem poderem descobrir; saltamos a dita Paranaíba em lugar largo, e manso mato, cerradões e pântanos; saindo nos campos de Santa Ana, apartamo-nos em três bandeiras, a do Sousa constava de onze pessoas, e 24 animais, na qual eu me achei. Entremos por cima a ganhar águas do Sucuriú voltemos das águas do dito nas cabeceiras denominado Pântano, e fundou-se duas fazendas, uma para Inácio Furtado e outra para Domingos Rodrigues, por não termos conhecimento do sertão, apatranhemos e voltemos para nossas casas. [No ano 1830], Segui escoteiro para Paranaíba e cheguei no Monte Alto à casa do sr. capitão José Garcia Leal, o qual há pouco tinha chegado do sertão, e me fez ver boas fazendas que achou, e o sertão que seguia, e demarcou de olho uma fazenda para mim nas margens

¹⁸⁴ A bandeira de Joaquim Francisco Lopes – 1829. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. III, São Paulo, Tip. do Globo, 1943 (maço 50, pasta 1).

¹⁸⁵ AYROSA, P. M. S., *As entradas de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot*, 1930.

do rio Paraná, e me ofereceu mantimentos e a sua fazenda para morar, até cultivar a minha. Voltei a casa, cheguei em fins de outubro¹⁸⁶.

O longo trecho transcrito a respeito das primeiras investidas de Joaquim Francisco Lopes nos sertões de Santana de Paranaíba destaca suas dificuldades para atravessar o vale do rio Grande, alcançar os campos devolutos, até se instalar na região em 1831 com ajuda dos Garcia Leal. Segundo seus relatos a empreitada não se fez com facilidades, sobretudo no que se refere às enfermidades e as dificuldades geo-ambientais do antigo sul de Mato Grosso à época:

Aviei-me com o necessário, e mudei-me para o sertão. O que muito me custou, por causa das grandes pestes do carrapato, que me foi preciso comprar milho para os bois, e azeite para untá-los, e pentear com pente fino para extinguir a grande imundície, e mesmo a peste de urinar sangue as quais aturaram quatro anos, e destroçou as criações de Minas Gerais; advirto que saí em abril da Vila Franca do Imperador e cheguei a 20 de junho ao Monte Alto, na fazenda do Senhor capitão José Garcia Leal. No dia 24 embarquemos no fundo da roça do dito no mencionado rio Grande de Minas, eu, o dito Garcia, com camaradas: Alexandre, Inácio, Antônio e Barbosa, e subimos Paranaíba acima até novo porto que se abriu em um lugar estreito, firme e bom; (a 10 de julho chegemos no dito porto) com muitos couros que se tirou, e também de uma onça que acuou em terra com dezoito cães contra, já atirada, porém pouco ofendida; fiz-lhe fogo no avançar nos cães que mal roçou o chumbo pelo cabelo; fazendo que tinha caído puxei por um facão para defender os cães, a dita cuidou em se meter em um batume mui fechado; lancei a mão na cauda e pelejamos até eu vencê-la; neste tempo chegou o Garcia e ambos acabemos de tirar a vida do inimigo; pelas onze horas do dito dia 10 chegaram os entrantes que nós esperávamos por terra, e todos neste mesmo ano se afazendaram etc. e muito satisfeito ficamos. Advirto que fizemos roça em Santa Ana para se formar a nova situação do dito Garcia¹⁸⁷.

Trajetos vencidos depois de longos percursos realizados a pé, em canoas ou em lombo de mulas constituíam-se no cotidiano de Lopes e de seus expedicionários. Tudo valia a pena para os ávidos sertanistas em busca de fama, poder e fortuna: como a luta contra a selva, a falta do convívio familiar, o enfrentamento com os nativos. Para promover o avanço expansionista, os sertanistas arrostavam corredeiras, varadouros e outras dificuldades antes de alcançar “os pousos, onde eram erguidos arraiais, taperas e pelourinhos”.¹⁸⁸ Estes aspectos são revelados no diário de Joaquim Francisco Lopes:

¹⁸⁶ A bandeira de Joaquim Francisco Lopes – 1829. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. III, São Paulo, Tip. do Globo, 1943. (maço 50, pasta 1).

¹⁸⁷ *Idem*.

¹⁸⁸ HOLANDA, S. B., *Monções*, p. 83.

Voltando para o Monte Alto encontrei meu pai no porto, destinado a fazer canoas e rodar a descobrir rio Verde. Fui acompanhá-lo e levamos três canoas, e quatorze índios caiapós. Chegando na barra da dita com o rio Grande topamos com índios da aldeia do Tietê; pousemos por baixo da ilha Grande; fugiram os ditos quatorze índios e ajuntaram-se com os da aldeia. Enfim, continuamos a viagem com nove pessoas a saber: eu, meu pai, e três manos, dois escravos, e dois camaradas; subimos pelo ribeirão de Santa Quitéria a ver uma fazenda que o dito Garcia deu a meu pai; fizemos roça e voltamos.¹⁸⁹

O poder de concessão de terras dos Garcia Leal e as relações de trabalhos utilizados durante as expedições aparecem com nitidez ao longo do relatório de Joaquim Francisco Lopes nos primeiros anos de penetração em terras santanenses:

[...] rodamos; no Arapungá vi a meu pai, dois irmãos, dois escravos, dois camaradas morto na boca dos canais, por não sabermos do varador, porém, por milagre escaparam da morte, e seguimos; abaixo do Sucuriú no lado direito demos princípio a fazer posses. Chegando na ilha Comprida, topamos canoas de Francisco Goiano, e chegando no rio Verde, subimos por este, aposseando de um e outro lado três dias e meio; largamos as canoas na boca de um riacho que lhe demos o nome de Espera, e aí ficou meu mano José, por ter cortado um pé, e um camarada José Gonçalves; eu, meu mano Manuel, e o escravo Vicente, seguimos rio Verde acima pela parte direita, pondo posses, e meu pai, meu mano João, e Francisco Escravo sapateiro, e o camarada Manuel Peão, fazendo posses da parte esquerda, e chegaram até o ribeiro Santa Rita, como consta do livrinho, e voltaram¹⁹⁰.

O apossamento dos terrenos devolutos da região foi realizado com ajuda de Antônio Francisco Lopes, pai do sertanista, de seus irmãos Gabriel, José, Manuel, João, Remualdo; e de seus cunhados Alcino e Antônio Vieira Moço. Em 1832 os Lopes alcançaram o sul de Santana do Paranaíba, onde meses depois fundaram a fazenda Monte Alegre. Enfermidades e dificuldades alimentares acompanhavam os Lopes em périplo na região, conforme consta o relato Joaquim Francisco de referente aos anos de 1831, 1832 e 1833:

[...] nos acabou o mantimento; nesta jornada comíamos o que encontrávamos; valeu-nos haver muitas frutas de jatobá, e muito mel de abelhas; em todo o decurso da viagem gastamos quatro meses. Em dezembro [1831] passei o meu carro para Santa Ana, carregado de mantimento e plantações para se fundar a nova situação de Santa Ana; passou-se gados e porcos do dito Garcia...No ano de 32 fiz uma canoa no Monte Alto, na roça do referido Garcia, fui maleitado que acompanhou-me seis meses; rodei eu, meu mano Gabriel (este ainda desensarado de sezões) e o meu escravo Lourenço. Fiz roças nas margens do rio Paraná, retirado três quartos de légua, e plantamos;

¹⁸⁹ A bandeira de Joaquim Francisco Lopes – 1829. *Boletim... Op. cit.*

¹⁹⁰ *Idem.*

meu mano ficou em termos já de morte por recair das ditas sezões; voltei por caminho de terra a Santa Ana com sete dias de viagem e aí ficou meu mano. Eu e o escravo fomos ao Monte Alto em quatro dias etc. A 10 de novembro [1832] aprontei-me com o necessário e mudei-me conduzindo trinta porcos para a roça que eu havia feito e na minha marcha adoeceram quatro filhinhos meus de maleitas, que por este motivo cheguei a 20 de janeiro de 33. Os meninos tiveram melhoras; em o 1.º de fevereiro [1833] chegaram na minha morada doze famílias de índios caiapós, destes, um ladino por nome cabo José; justei os ditos para ajudarem-me tirar um rego-d'água, levantar casas no mencionado lugar demarcado de olho pelo dito Garcia; pus o nome – Fazenda do Monte Alegre¹⁹¹.

A narrativa rica em detalhes faz referência ao aliciamento dos caiapós realizado com a ajuda de José, índio ladino, utilizado na empreitada de ocupação. O trecho que transcrevemos abaixo se refere ao ano de 1834, quando o sertanista pontua a dinâmica ligação entre Franca e o espaço sul mato-grossense em processo de conquista:

Em janeiro de 1834, aprontei o carro e quatro bois, e largando porcos, roças e tudo o mais que me era pesado, segui a marcha e chegando em Santa Quitéria fiz canoa de um pau de mamão-do-mato (que o chamam jacatiá), passei a bagagem ficando o carro, por não poder passar; matei um boi, sequei a carne, deixei a mulher e filhos e a escrava entregues ao tempo e fui buscar socorro (rompendo campos dois dias), cheguei em Santa Ana caminhando dezesseis léguas; encontrei mudado de novo o dito Garcia, o qual me deu um escravo, três bois e um cavalo, para coadjuvar-me; reverti-me para o lugar onde havia deixado as partes de meu corpo; os encontrei da maneira que os havia deixado, sem serem ofendidos de coisa alguma, graças à Divina Providência que nunca desampara seus filhos, etc. Passei o carro e não podendo seguir por a mulher ter um grande ataque, mandei o preto que se recolhesse a apresentar-se a seu senhor, e passados oito dias continuei a minha marcha indo sempre com muito vagar, e sempre cheguei em Santa Ana com felicidade etc. Em abril o dito Garcia enviou-me a fazer-lhe fazendas no Sucuriú, que fiz cinco para o dito e duas para dois companheiros; gastei nesta viagem de ida e volta 43 dias; em agosto deste mesmo ano fui à Vila Franca, à casa de meu pai, ver meios para conduzir minha família¹⁹².

Em setembro de 1835, preocupado em consolidar as posses no vale dos rios da região, sobretudo Quitéria, Sucuriú, Paranaíba e Verde, Joaquim Francisco Lopes providenciou a compra de suprimentos (arroz e farinha) e animais cavaleiros para utilizar na formação dos sítios. Interessante que a narrativa traz a relação de petrechos e o preço e de animais (égua, cavalos campeiros) obtidos (Quadro 15).

¹⁹¹ *Idem.*

¹⁹² *Idem.*

Quadro 15 - Bens adquiridos por Joaquim Francisco Lopes em 1835

ESPÉCIE DE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO EM RÉIS
Cavalos Curitibanos arreados com cangalhas	3	90\$000
Cavalo ruço capão	1	42\$000
Poncho, sela, e mais aviamentos	1	60\$000
Cavalo ruço pedrês	1	36\$000
Égua castanha	1	40\$000.
Total de despesa	7	240\$000

Fonte: *A bandeira de Joaquim Francisco Lopes - 1829*. In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. III. São Paulo, Tip. Do Globo, 1943.

Com o intuito de retificar posses no vale do rio Verde, talhadas desde o ano de 1831, e de assegurar a fazenda formada em terra devoluta das cercanias de Santana de Paranaíba, Lopes, em meado de 1835, foi assentando familiares e agregados na região:

Cheguei na fazenda do Sr. Januário Garcia, o qual senhor supriu-me de farinha e arroz, etc. Segui a minha derrota deixando a meu cunhado [Vieira] na casa do Sr. Antônio Barbosa; em 4 de agosto embarquei-me em batelão, no rio da Paranaíba a retificar posses do rio Verde, postas no ano de 1831 e tomar conta de uma fazenda que comprei, constante de papéis que se acham em meu poder, etc. Eu, Joaquim Francisco Lopes, meu cunhado Antônio Vieira Moço, meu mano Gabriel Francisco Lopes e um escravo do dito meu cunhado, por nome Domingos, e seus animais cargueiros, quatro de sela e dois cachorros, um por nome Violento e outro Nhoembré, no dia segunda-feira, a 27 de junho de 1836, saímos da casa do sr. Januário Garcia Leal e pousemos no ribeiro por nome Ariranha, perto de um barreiro, terça, 28, falhemos para picar uma mata de facão, a ver subida na serra para romperem rumo do atalho à estrada de Cuiabá¹⁹³.

Cabe ressaltar o importante papel de Joaquim Francisco Lopes na abertura de estradas, sobretudo a picada aberta em 1836, ligando Santana do Paranaíba a Miranda, explorando o alto Sucuriú.

2.3.2 Joaquim Francisco Lopes e o Barão de Antonina: concentração fundiária.

O relato de Joaquim Francisco Lopes tornou-se um dos documentos mais importantes para discutir o início do povoamento do sudeste do antigo Mato Grosso. Conforme assinalado, esse material constitui-se no Itinerário das viagens empreendidas por Lopes, a serviço do Barão de Antonina, cujo objetivo inicial era descobrir uma via de comunicação entre o Porto de Antonina, no Paraná, e Baixo Paraguai. O referido Itinerário foi assinado pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes e pelo mapista inglês João Henrique Elliot entre os anos de 1844 e 1857.

¹⁹³ Idem.

Mineiro de Piumi, Lopes, conforme já referido, fez diversas viagens de exploração no sul do antigo Mato Grosso. Nessa empreitada Lopes aperfeiçoou a passagem pelo Picadão, no ano de 1838, do Porto Tabuado a Piracicaba. Mais tarde reconheceu parte da Vacaria e da Serra de Maracaju, pago pelo Barão de Antonina, para quem registrou numerosas e vastas terras¹⁹⁴. Sua meta era conquistar terras encomendadas por João da Silva Machado, barão de Antonina, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

Figura proeminente da elite latifundiária da região do Paraná, o barão procurou legitimar as extensas áreas do norte do Paraná e também garantir a posse territorial da região de Santana de Paranaíba, Rio Brilhante, Miranda, Nioaque, Aquidauana, Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista¹⁹⁵. Segundo Brazil: “Em 1848, João da Silva Machado já era dono de vasto patrimônio fundiário, propriedades em São Paulo e estados circunvizinhos”¹⁹⁶.

A facilidade de obtenção de terras no período das posses livres, entre a revogação da Lei de Sesmaria pela Resolução de 17 de julho de 1822 e a Lei de Terras de 1850, possibilitava a formação de fazendas, conforme verificado nos manuscritos de Joaquim Francisco Lopes. Para Mário Maestri, a ocupação do Brasil apoiou-se no latifúndio, na escravidão e na monocultura exportadora. Depois de abolida a arcaica Lei de Sesmarias, o autoritarismo régio de D. Pedro I, entregou a gestão de ocupação de terras às classes dominantes provinciais, “Iniciou-se, então, o período das chamadas *posses livres*, quando apenas a ocupação de fato da terra garantia direitos de propriedades”¹⁹⁷. Essas posses livres ensejaram a formação de latifúndios uma das âncoras da ocupação do Brasil, conforme destacado por Maestri.

No contexto da iminente promulgação da Lei de 1850, o Barão de Antonina procurou apropriar-se de forma privada do amplo território que hoje se constituem em eminentes municípios de Mato Grosso do Sul, conforme lembram Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães:

Sabia o barão de Antonina que seria promulgada uma lei [Lei de terras de 1850] facultando a todos os posseiros o direito de requerer, como propriedade, a terra de domínio público, sob ocupação, qualquer que fosse sua extensão; ambicionando terras do sul de Mato Grosso, contratou os serviços do sertanista Joaquim Francisco Lopes, que além

¹⁹⁴ CAMPESTRINI, H., *Santana de Paranaíba*, 2002.

¹⁹⁵ BRAZIL, M.C., *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*, 247.

¹⁹⁶ *Idem*.

¹⁹⁷ MAESTRI, M., *O Banquete de Pantagruel*, 2006.

de conhecedor da região, tinha nelas os irmãos Gabriel e José Francisco, de quem saberia, naturalmente, tudo o que viesse a servir aos interesses do barão.¹⁹⁸

As posses do Barão envolviam grilagem de terras, com objetivo de vendê-las depois da promulgação da Lei de Terras de 1850. Próximo das esferas do poder Imperial, e dotado de informações privilegiadas a respeito da Lei de Terras de 1850, o Barão contratou os serviços de Lopes com a intenção de, com verbas públicas, abrir uma via de comunicação fluvial do Paraná até o baixo Paraguai, beneficiando as terras que pretendia legitimar como patrimônio privado.

Cabe lembrar que a Lei de 1850 propunha, entre outras medidas, que o Estado passasse a exercer rigoroso controle sobre o espaço agrário. Impunha também as condições para converter sesmarias em documento negociável, na forma de propriedade privada, quanto à reconhecimento e à titulação efetiva das posses, obtidas anteriores à promulgação da referida Lei¹⁹⁹.

Para o historiador gaúcho Mário Maestri, a Lei de Terras e toda a legislação subsequente que tratasse da Questão Agrária, tinham o “feitio exato do grande proprietário”²⁰⁰. Para os autos de medição, necessários à regularização das terras realizavam-se a contratação de agrimensores, declaração de posse e arrolamento de testemunhas. Não era fraca a pressão dos grandes proprietários sobre os órgãos públicos no sentido de aumentar seus domínios. Despojados de poder e dinheiro o homem livre pobre raramente conseguiam a legitimação de terras, pois a Lei de Terras, ao dispor de normas do direito agrário, estabelecia a compra como única forma de acesso a terra e aboliu o regime de sesmarias.

Para o sociólogo Jose de Souza Martins, a Lei de Terras, foi uma codificação dos interesses dos grandes latifundiários.

[...] interesses combinados dos fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformação nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem ao menos, a sujeição do trabalho²⁰¹.

¹⁹⁸ CAMPESTRINI, H. e GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p.41.

¹⁹⁹ BRAZIL, M.C., *Sobre os campos de Vacaria do sul de Mato Grosso: considerações de terra e escravidão (1830-1889)*, p. 248.

²⁰⁰ MAESTRI, M., *O Banquete de Pantagruel*, 2006.

²⁰¹ MARTINS, J. S., *O cativo da terra*, p. 59.

A Lei de Terras foi regulamentada na Província de Mato Grosso pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, criando na província a Repartição Especial das Terras Públicas pelo Decreto nº 2092 de 30 de janeiro 1958. Como no restante do país, as terras na Província de Mato Grosso foram registradas nas paróquias para serem legalizadas, mantendo verdadeiros latifúndios nas mãos da oligarquia local.

A formação de grandes propriedades contou com as facilidades de registrá-las, uma vez que inúmeros latifundiários podiam vencer a burocracia sem dificuldades, enquanto que o colono pobre experimentava grandes empecilhos. As condições favoráveis na legislação foram criadas estrategicamente pelo governo no sentido de povoar e defender as regiões fronteiriças.²⁰²

No momento da aprovação da Lei de Terras, a política imperial estava nas mãos dos *saquaremas*²⁰³, os grandes beneficiários da ação do império em favor dos proprietários de cativos, responsáveis pela montagem do aparato estatal e jurídico que legitimava essa separação – o cativo e o homem livre pobre, da terra.

O indistinto limite entre o público e o privado possibilitou que o Barão de Antonina, com o concurso de Joaquim Francisco Lopes, amealhasse imensas extensões de terras. Segundo Virgílio Corrêa Filho, as terras pretendidas através das brechas da Lei estavam “entre o Paraná, Amambai, Ivinhema, Dourados, Serra de Maracaju, estendendo-se pelo Apa e outros afluentes do Paraguai”²⁰⁴.

O barão nunca exerceu efetivo domínio sobre as vastíssimas áreas, abandonando-as pela incapacidade de provar serem de sua propriedade. Após a morte do barão suas terras transformaram-se em objeto de demanda judicial, refletido nos processos movidos entre seus herdeiros e o Estado de Mato Grosso. A tentativa de legalização das referidas terras, foram contestadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através do advogado Astolpho Vieira de Resende. O referido advogado sustentou que as terras pretendidas não passavam de fraude. Sobre esse processo, a historiadora Vilma Eliza Trindade de Saboya, em artigo publicado na Revista Brasileira de História, em 1995, sob o título *A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus Reflexos na Província de Mato Grosso* teceu considerações:

²⁰² MELLO, S. Á. M., PINHEIRO, W. B, *Repartição Especial de Terras Públicas de Mato Grosso. O caso Barão de Antonina*, 2009.

²⁰³ Saquarema, nome dado aos conservadores. Ver: MATTOS, Ilmar de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

²⁰⁴ CORRÊA FILHO, V. *Questão de Terras*, p. 23.

É patente o conluio; é manifesto o artifício, fraudulento de que se valeram compradores, vendedores e inventariante [que requereu a execução da hipoteca, motivo do processo], para se apoderarem dessa vasta extensão territorial do domínio do Estado de Mato Grosso [sul de Mato Grosso: terras em Nioaque, Bela Vista e Ponta Porá], num processo de amigos e compadres, em que o Estado não fosse parte, e donde fosse excluído, para se facilitar a execução da empreitada²⁰⁵.

O exemplo da tentativa de regularização das terras pelos herdeiros do barão de Antonina demonstra claramente os mecanismos utilizados na regularização de terras, usando não só os dispositivos da Lei, mas também “[...] burlando-a, nos casos abusivos em que, armados de documentos falsos, conseguiam o registro como propriedade particular, de glebas famosas [...]”²⁰⁶.

O processo dos *Embargos de Mato Grosso*, publicado em 1924 pelo advogado Astolpho Rezende, comprova a falsificação de posse do barão e acusa seu agente Joaquim Francisco Lopes de participar do procedimento arditoso.

[...] arranjar algumas escrituras de terras em Mato Grosso, para fim de converter-se em grande proprietário de latifúndios naquela província [...] de posse dessas escrituras que eram na sua quase totalidade escritura de mão, o referido barão fez delas um simulacro de registro, perante o vigário da freguesia de Miranda²⁰⁷.

Alguns fatores existentes na própria Lei de Terras, mecanismos de regularização das supostas terras do Barão de Antonina e manobras estabelecidas entre o barão e Joaquim Francisco Lopes, denunciados por Astolpho Rezende, teriam facilitado o devassamento do Sertão dos Garcia pelos ditos pioneiros, os quais, gradativamente se apossaram do espaço em questão.

2.4 A criação do gado bovino

Para Caio Prado Junior, a economia pastoril relegada aos sertões ou à sombra de outras atividades desenvolvidas no litoral brasileiro passou a ser uma alternativa econômica, quando a extração do ouro entrou em franco processo de esgotamento nos principais eldorados brasileiros²⁰⁸. No caso mato-grossense a atividade criatória foi responsável pela ocupação e povoamento do sudeste do antigo Mato Grosso, na medida

²⁰⁵ SABOYA, V. E. T., *A Lei de Terras (1850) e a política imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso*, p. 130.

²⁰⁶ CORRÊA FILHO, V. *Questão de Terras*, p. 30.

²⁰⁷ REZENDE, A., *O Estado de Mato Grosso e as supostas terras do Barão de Antonina*, p.35.

²⁰⁸ PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 187.

em que o gado bovino foi sendo introduzido por iniciativa dos Garcia, dos Lopes, dos Barbosa e dos Pereira, viabilizando o surgimento de Santana do Paranaíba pelo intenso fluxo migratório.

De Uberaba e de Franca a corrente migratória fez entrar na região a sub-raça franqueira, distinta em suas características físicas em relação a outros espécimes bovinos. Virgílio Correa Filho, na obra *A propósito do boi pantaneiro* sugeriu que essa raça teria sido mesclada com a manada de gado vacum remanescente da criação dos jesuítas, conservada em estado selvagem desde o período colonial. Gabriel Lopes teria se deparado com o rebanho em um recanto da Vacaria, quando andou por lá, por volta do ano de 1840, com o objetivo de escolher o local para um sítio que fosse adequado à posse pretendida. A parte sulina de Mato Grosso acolhia enormes rebanhos de reses silvestres, os quais, segundo relatos de observadores espanhóis e luso-brasileiros, transformaram-se no pólo de atração àqueles que desejavam ocupar a região, a partir da pecuária. Segundo Brazil, Minas Gerais, mais especificamente o Triângulo Mineiro, e São Paulo tornaram-se “as principais regiões provedoras de bovino destinado ao melhoramento daquele gado remanescente do passado missionário”²⁰⁹.

Virgílio Corrêa Filho, com base em um ofício de Augusto de Leverger (1851), sustenta que, embora pouco numerosos os rebanhos iniciais já se faziam presentes em meados do século XIX junto com a exportação de boiadas para Uberaba. Eis um trecho do documento citado por Corrêa Filho: “todo o gado que se extrai da província sai pela Freguesia de Santana, a qual está isenta de Impostos Provinciais até o ano de 1855”²¹⁰.

Pelas observações de Corrêa Filho, os criadores mantiveram na região processos pastoris semelhantes aos utilizados no lugar de origem, pois “tinham à sua escolha toda a imensidão das terras, que se desatam de Santana para o Sudoeste e quadrante contíguos, a entestar com os domínios paraguaios”²¹¹. Inserida no bioma cerrado, a região era propícia ao regime pastoril embora houvesse interferências ambientais referente ao regime das águas, estiagens e geadas. Tratava-se de áreas cortadas por cursos d’água, cujos vales erguiam-se variadas palmeiras em solos forrados com ricas pastagens, caracterizados nos escritos de Virgílio Corrêa Filho:

Depois de se apossarem das melhores glebas no vale do Paranaíba, do Verde, do Rio Pardo, seguiram embevecidos as pegadas de Gabriel

²⁰⁹ BRAZIL, *Sobre os campos de Vacaria do sul de Mato Grosso: considerações de terra e escravidão (1830-1889)*, p. 230.

²¹⁰ CORRÊA FILHO, V., *A propósito do boi pantaneiro*, p.34.

²¹¹ *Ibid.*, p. 32.

Lopes nos campos da Vacaria, que lhes proporcionavam à criação os pastos afamados do mimoso miúdo, do capim flecha, e outras gramíneas mais duras, destinadas a perecimento com o pisoteio do gado.²¹²

Mineiros e paulistas oriundos de regiões onde os terrenos não dispunham de barreiro, mineral salino-salitrosa muito procurado pelo gado, traziam boas experiências para colocar em prática diante dessa carência dos terrenos de Santana. Assim, conforme Corrêa Filho, “a despeito das extraordinárias dificuldades de transporte, [os adventícios] conduziam o sal necessário ao custeio do seu gado, a fim de facilitar-lhe a empastação nos campos novos em que se afazendavam”²¹³.

Em enormes latifúndios, o manejo realizava-se em reduzido rebanho bovino, limitado pelas possibilidades de controle dos proprietários: “os poucos foram se compenetrando da conveniência de separar, em poteiros, limitados pelos cursos d’água, como fechos naturais, o gado de ventre, cuja parição puderam desta maneira limitar à época mais adequada”²¹⁴. O gado era conservado ao redor dos currais onde periodicamente recebia ração de sal (salga). A salga nos currais determinava a ausência de fazendas ocupadas por milhares de cabeças bovinas, pois, as “despesas causadas pela salga não permitiam o aumento ilimitado dos rebanhos, como era comum nos pantanais, onde a percentagem anual de colheita oscilava em torno de 25%, calculada sobre o total dos rodeios”²¹⁵.

2.4.1 O gado franqueiro

Alguns estudos²¹⁶ sustentam que os ancestrais do gado franqueiro surgiram no Egito, há 6.000 anos e dali foram levados para a Península Ibérica, e desta para as Américas. No período colonial este gado teria sido aportado na costa brasileira, São Vicente, em 1534, e segundo a Associação Brasileira de Criadores de Bovinos Franqueiros tinha a mesma origem ibérica:

Os primeiros animais aportados na costa brasileira, São Vicente, em 1534, eram descendentes do mesmo casco ibérico, trazidos pelo donatário das Capitâneas Hereditárias de São Vicente, Martin Afonso

²¹² *Idem.*

²¹³ *Idem.*

²¹⁴ *Idem.*

²¹⁵ *Idem.*

²¹⁶ Cf. Associação Brasileira de Criadores de Bovinos Franqueiros Disponível em: <http://www.natalluz.com.br/turismo/acidade/pg:5/id:18116/frompaging:1/turpage:2>. Ver mais Projeto de Lei 69/2010 .Estado do Rio Grande do Sul. Assembléia legislativa. Acessado em 3 de junho de 2010.

de Souza, português, em 1541, por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, espanhol. Descendentes destes, os primeiros crioulos americanos foram levados pelos irmãos Góes e alguns castelhanos, a cargo do vaqueano “um fulano Gaete”, em 1555, de São Vicente para Assunção, Paraguai. Dizem que eram sete vacas e um touro. Desta reprodução seguiu uma parte deste indez para Santa Fé, Argentina. E desta região para o grande rodeio da Bacia do Prata, o pastoreio da Vacaria do Mar, (Banda Oriental), Uruguai, em 1611 e 1617, por ordem de Hernandarias (Hernando Aris de Saavedra). Destas reproduções, os padres jesuítas repontaram para as estâncias Missioneiras e para a Vacaria dos Pinhais – que estava em formação no Rio Grande do Sul, por volta de 1710. Na antiga Vacaria dos Pinhais, Campos de Cima da Serra, o gado franqueiro aquerenciou-se, povoou as sesmarias ondulantes, selecionando-se naturalmente e sustentado a economia por séculos²¹⁷.

De acordo com Cardoso Ayala e Simon data de 1730 a introdução das primeiras reses no estado de Mato Grosso:

[...] fez se pelos portugueses que vieram de São Paulo oriundas da raça alentejana e, posto que grandemente mestiçadas com o zebu, o chino e o caracu, ainda conservam os seus primitivos caracteres, tais como boa altura, membros todos em desenvolvidos, chifres grossos, papada e cabeça grandes, como se pode observar perfeitamente nas fotografias. Essa raça foi introduzida no Brasil a 300 anos, onde aclimatou se perfeitamente, e no Estado de Minas ela constituía uma raça especial chamada Mineira Franqueira. Daí, há bem pouco tempo, os fazendeiros de Mato-Grosso importavam reprodutores dessa raça²¹⁸.

De acordo com a Associação Brasileira de Criadores de Bovinos Franqueiros, a reprodução dos franqueiros se estendeu pelo Paraguai, Brasil (São Vicente), Paraguai (Assunção) Argentina (Santa Fé), alcançando os grandes rodeios da Bacia do Prata, sobretudo a Vacaria do Mar, na Banda Oriental (Uruguai):

[...] destas reproduções, os padres jesuítas repontaram para as estâncias Missioneiras e para a Vacaria dos Pinhais – que estava em formação no Rio Grande do Sul, por volta de 1710. Na antiga Vacaria dos Pinhais, Campos de Cima da Serra, o gado franqueiro aquerenciou-se, povoou as sesmarias ondulantes, selecionando-se naturalmente e sustentado a economia por séculos²¹⁹.

Chifres enormes, orelhas, patas e focinhos pretos constituem-se na singularidade do gado franqueiro, conforme observações Virgilio Corrêa Filho, citando Miguel

²¹⁷ *Idem.*

²¹⁸ CARDOSO AYALA, S., SIMON, F., ed. A indústria pastoril e pecuária p.287.

²¹⁹ Projeto de lei Disponível no site <http://www.appio.com.br/arquivos/tddl-ps.pdf>. Acessado em 05/04/2010

Arrojado Ribeiro Lisboa , grande estudiosos da indústria pastoril no oeste de São Paulo e sul de Mato Grosso:

Os característicos do franqueiro são: Em primeiro lugar o crânio de fronte grande e chata, peculiar ao *Bos frontosus*. Nele salienta-se a particularidade, pela primeira vez observada por Von Ihering, de possuir furos no occipital, as células ósseas, cheias de ar, do frontal, que no gado europeu são fechadas, no franqueiro são abertas, e esse fato é característico. Notável também é o desenvolvimento dos chifres que atinge por vezes tamanho descomunal; no gado de Mato Grosso dirigem-se para cima. O franqueiro tem bom desenvolvimento corporal e bastante peso para gado bruchado. O pelo é comprido, grosso, eriçado, amarelo escuro ou cinzento, por vezes manchado, e a boca é cor de carne, característica para o *Bos frontosus*²²⁰.

Hoje o gado franqueiro está concentrado na região Sul do Brasil, mais especificamente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Está presente em aproximadamente 15 propriedades, com cerca de 700 animais, conforme os dados oferecidos pela Associação Brasileira de Criadores de Bovinos Franqueiros .

2.4.2 A criação pastoril e a Guerra do Paraguai

Entre os anos de 1850 e 1864, período que antecedeu Guerra do Paraguai (1864-872), o cotidiano das fazendas pastoris da região de Santana de Paranaíba caracterizava-se pela lida de trabalhadores livres e escravizados na lavoura de subsistência, no engenho, na campeação do gado, mesmo diante dos constantes litígios diplomáticos entre a República paraguaia e o Império brasileiro envolvendo disputas de terras mato-grossenses. Em aparente cenário de paz, o capitão José Garcia Leal, instalado na fazenda Barra, na cercania de Santana, registrou testamento em cartório local :

Declarou um estabelecimento num lugar denominado a Serra com casa de engenho, paiol, casa de serra, rego d'água, matos de cultura e campos de criar cabra pertencentes ao mesmo estabelecimento, moinho e monjolo, e ralador e uma morada de casa neste arraial cobertas de telhas com duas portas de frente para a igreja e três janelas para o mesmo lado, e uma porta para a frente da travessia da ponte, e três janelas para a frente da mesma uma porta para a frente da travessia da ponte, e três janelas para a frente da mesma travessia, tudo na importância de dez contos novecentos e noventa e sete mil quatrocentos reis...Declarou que....dava de esmola a Sebastião Garcia Leal, pelo amor que lhe tem a quantia de dois contos e novecentos mil reis nos bens seguintes: em terras de culturas, e campos de criar na fazenda das cabeceiras de Santana na importância de dois contos quatrocentos e sessenta e três mil duzentos e noventa e três reis em

²²⁰ CORRÊA FILHO, V. *A propósito do boi pantaneiro*, p. 30.

moedas correntes que faz a soma de dois contos e novecentos mil reis²²¹.

O testamento de José Garcia Leal reflete o cuidado empenhado pelos fazendeiros na criação regional e o nível de prosperidade do referido proprietário. Mas ao findar o mês de dezembro de 1864 foi deflagrada a Guerra do Paraguai, tendo o forte Coimbra e Corumbá como primeiro espaço invadido. Aos poucos, espaços como os pantanais do São Lourenço, Miranda e Coxim foram sendo ocupados pelas tropas paraguaias. Durante o conflito muitos criadores fugiram ou foram aprisionados, ou ainda, viram seus campos serem destruídos e seu gado confiscado. Nesse cenário, narra Corrêa Filho, “as boiadas que anteriormente rumavam para Uberaba, em troca de sal e outros artigos de importação, entraram a seguir para o Sul, a saciar a fome dos batalhões aguerridos”²²².

Nesse cenário de extorsão, o gado era abatido de forma desproporcional e o restante sucumbia pela falta de trato adequado, aspecto determinante no processo de diminuição do rebanho mato-grossense, conforme observação de Francisco Antonio Pimenta Bueno (18779): “No distrito de Miranda há nos campos da Vacaria excelentes pastagens para a criação de gado. Com a guerra do Paraguai foram devastadas as fazendas de criar, que aí existiam as quais agora vão se restabelecendo”²²³.

2.4.3 A carência de cavalos

Um aspecto observado entre os anos 1850 e 1880 foi o pequeno número de cavalos, explicado como reflexo da epizootia conhecida como *peste de cadeira ou Trypanosomiase equina* que assolou os equinos em 1850 e causou grandes danos à economia pastoril²²⁴. Segundo Aleixo, “mesmo assim, tal atividade continuou sendo exercida através do uso de bois já amansados e adestrados para esse fim”²²⁵. Ou seja, com a falta de cavalos, utilizou-se o boi amansado, na separação e condução das boiadas. Os bois também eram usados em missões de escolta e patrulha. Taunay, quando rumava em direção a Vila de Miranda, junto ao Rio Aquidauana, descreveu nativos montados em bois, “Montados em bois, marchavam uns atrás dos outros, com a

²²¹ Testamento de José Garcia Leal. Cartório do 2º. Ofício de Santana de Paranaíba, 1850.

²²² CORRÊA FILHO, *Op. cit.*, p. 30.

²²³ BUENO, F. A. P., *Memória justificativa dos trabalhos de que foi encarregado à Província de Mato Grosso*, 1879.

²²⁴ GALVÃO, R. E. G., *Relatório Presidente de Província de Mato Grosso*, p. 45.

²²⁵ ALEIXO, L. H. G., *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, p. 33.

lentidão grave daqueles ruminantes, a qual não seria alterada, ainda quando aparecessem os inimigos [paraguaios]”²²⁶.

É importante observar que as narrativas de viagens e os documentos produzidos antes, durante e após Guerra do Paraguai (década de 1860 e 1870), evidenciam a utilização do gado cavalari no esforço de guerra, sobretudo, na Arma da Cavalaria. Um indicativo do pequeno número e do alto preço desses animais evidencia-se nos inventários dos proprietários pastoris de Santana de Paranaíba, reunidos no acervo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por nós analisados. A falta de cavalos afetou inclusive as forças da Coluna Expedicionário de Mato Grosso, cujo desenlace foi a trágica Retirada da Laguna.

O Visconde de Taunay em suas *Memórias*, após a passagem do Rio Paranaíba, refere-se à indecisão do Comandante da coluna Coronel Manuel Pedro Drago em seguir para Cuiabá ou obedecer a ordens superiores e ocupar a Vila de Miranda. Em cinco de outubro de 1866, o referido comandante decidiu ocupar Miranda, porém não lhe agradava a ideia de seguir para aquela vila sem dispor de *nenhuma cavalaria*²²⁷. O Mapa das forças em operação no Sul de Mato Grosso destaca um total de 2.203 combatentes, entre oficiais, ajudantes de Ordens, Corpo de Engenheiros, Saúde e Artilharia. As forças também eram compostas da Primeira e Segunda Brigada de Infantaria. Percebe-se nas forças descritas no mapa e nos ofícios enviados ao Comando de Guerra na Corte, a ausência da Arma de Cavalaria como um dos motivos das reclamações do Coronel Drago. Evidenciava-se aí o diminuto rebanho cavalari constatado nos inventários consultados.

Para Taunay, na *Campanha de Mato Grosso*, obra produzida durante a Guerra e editada no ano de 1923, a peste das cadeiras também dizimou parte da cavalaria paraguaia, “Se bem que tivessem levado [para Coxim] excelente cavalaria, voltaram muito dos expedicionários a pé, pois que a peste, comum nestas localidades, incessantemente derrubava os melhores animais de sela”²²⁸.

O fato de a peste das cadeiras inviabilizar, por vezes, a condução e a captura de gado bravo, fez Taunay arriscar um prognóstico para região dada a falta de cavalos - a passagem da atividade pastoril para a agrícola:

²²⁶ TAUNAY, V., *Campanha de Mato Grosso*, p. 113.

²²⁷ TAUNAY, V., *Memórias do Visconde Taunay*, p. 139.

²²⁸ TAUNAY, V., *Campanha de Mato Grosso*, p. 22.

A epidemia que grassa entre os cavalos, produzirá a modificação que falamos. Não há cavalo que resista a peste, depois de poucos anos de trabalho, de modo que, em certas épocas qualquer animal atinge preços despropositados. Em alguns anos, a dificuldade em obter cavalos tem impossibilitado o *costêo* [grifo do autor], sem o qual o gado se torna arisco e bravio, como o que avistamos na base da serra de Maracaju [...] A zona que se acha esse mal [peste das cadeiras], estende-se do sul do distrito de Miranda até Cuiabá exatamente em todos os pontos, onde se dão as inundações periódicas e o alagamento dos campos ²²⁹.

A pequena quantidade de gado verificada nos inventários analisados (Ver Quadro 30) pode ser, em parte, atribuída ao consumo pelas forças em operação no Sul de Mato Grosso contra a República do Paraguai, bem como ao gado tangido pelos paraguaios.

A presença do gado de pequeno porte, arisco e bagual, não passou despercebido por Taunay: “Gado, com efeito, havia e mostrava-se a miúdo, mas em extremo arisco e tão veloz na carreira como os mais ágeis cervos, podendo por isto facilmente escapar dos nossos atiradores” ²³⁰. O olhar atento de Taunay captou raras vacas mansas que pastavam no espaço limpo das fazendas, enquanto milhares de cabeças de gado percorriam os campos desertos e outros inúmeros touros mugiam ao longe.

O gado *vacum* descrito por Taunay era parte do que sobrou dos grandes rebanhos existentes em Miranda, e não tangido pelos paraguaios. A falta de cavalos em virtude da peste das cadeiras impossibilitou a condução do gado reunido pelos paraguaios até Assunção e para o consumo de suas forças.

À esse respeito, o comerciante português Joaquim Ferreira Moutinho, na obra *Notícia sobre a Província de Mato Grosso (1869)*²³¹ ao descrever a situação de Cuiabá e da Província de Mato Grosso à época da Guerra do Paraguai, registrou que os paraguaios deixaram grande quantidade de gado nas fazendas Betione²³² e Poeira, pertencentes à nação, por não terem cavalos para conduzi-los. A gravidade e o prejuízo causado pela peste das cadeiras a economia pastoril da província, era tão grave que o Governo provincial estipulou em 1872 um prêmio de 10:000\$000 (dez mil contos de réis) a quem descobrisse a cura para a doença. O prêmio atraiu o alemão Carlos Eugenio Berg, levando-o a solicitar uma fazenda para realizar experiências, no entanto, sem

²²⁹ *Ibid.*, p. 69.

²³⁰ TAUNAY, V., *Memórias do Visconde Taunay*, p. 178.

²³¹ MOUTINHO, J. F., *Notícia sobre a Província de Mato Grosso: seguida de um roteiro da viagem de sua capital a São Paulo*, 1869.

²³² Antiga fazenda da nação, atualmente pertencente ao Exército, no município de Bodoquena/MS.

obter resultados satisfatórios. O médico francês Jules Crevaux ²³³ da Faculdade de Medicina de Paris e da Marinha Francesa, pioneiro no tratamento da febre amarela, realizou na Argentina autópsias em vários animais doentes, constatando nos intestinos desses umas bolsas constituídas de pequenos bichos, os quais chamou de *taenia echinococcus*. Como profilaxia o médico sugeriu a queima das carcaças e resíduos fecais dos animais doentes.

Sobre a Fazenda Nacional de Betione, situada as margens do Rio Miranda, o Presidente da Província de Mato Grosso, Rufino Enéas Gustavo Galvão, solicitou em doze de julho de 1880 informações ao comandante militar de Miranda sobre a quantidade de gado existente. Em resposta, foi informado que existia aproximadamente três mil cabeças de gado. Segundo informações da Tesouraria da Fazenda Pública da província, desde que foi incorporada aos próprios nacionais, a Fazenda Betione acumulou prejuízos, em razão disto, o Tesouro Nacional já havia autorizado sua venda em hasta pública pela Ordem nº. 16 de 14 de maio de 1877 ²³⁴.

Segundo João Barbosa Bronzique, fazendeiro capturado e morto pelas tropas de Lopes, portanto, testemunha dos acontecimentos, havia em Miranda 150.000 mil cabeças de gado, das quais 60.000 foram levadas para o Paraguai. O restante continuava a ser levado em pequenos rebanhos, à medida que ia sendo reunido. Segundo o nativo de nome Palhá, descrito por Taunay, podia-se ouvir no Rio Taquarussu, distante cinco léguas de onde se encontravam [Rio Aquidauana] o barulho dos rebanhos sendo tangidos pelos paraguaios, “queimam a noite os campos, para chamar o gado esparramado” ²³⁵.

O consumo de carne das forças brasileiras em operação em Mato Grosso era, na maioria das vezes, a única fonte de alimentação. As tropas acampadas em Coxim desde 20 de dezembro de 1865, ilhada pelas cheias sazonais dos rios de Mato Grosso, tinham por missão alcançar a Vila de Miranda. Alfredo D’Escragnolle Taunay, da Comissão de Engenheiros, foi designado pelo Coronel Galvão em 11 de fevereiro de 1866 para reconhecimento do terreno em direção àquela vila passando pelos rios Negro e Aquidauana, comentou em suas *Cenas de viagem* os hábitos alimentares da tropa, “Assim, um pedaço de carne, fígada num espeto de pau, um pouco de sal, formam um

²³³ SOUZA, M., *Breve História da Amazônia: A incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo*, 2001.

²³⁴ GALVÃO, R. E. G., *Op. cit.*, p. 42.

²³⁵ TAUNAY, *Memórias de Visconde de Taunay*, p. 113.

churrasco [...] No Coxim, comíamos, pura e simplesmente churrasco: o hábito custara a adquirir, mas o organismo acomodara-se”²³⁶.

Conforme as análises realizadas sobre a quantidade de gado *vacum* e cavalari nas fazendas em Santana do Paranaíba, esses fazendeiros, nas décadas seguintes à penetração no vale entre os Rios Pardo e Verde, levavam uma vida simples, sem luxo e conforto, voltados à lida com o gado.

2.5 Bens de trabalho, transporte e alimento

O Arquivo do Tribunal de Justiça de Campo Grande organizou cerca de 320 inventários *post-mortem* a respeito de Santana de Paranaíba em seu período escravista (1833-1888). Este acervo é constituído por 17 caixas organizadas por ano, cujo número de processo varia de caixa para caixa. Desses documentos consultamos uma média de 270 processos de inventários, cujo conteúdo varia entre aqueles com 10 laudas e outros contendo mais de 100 laudas. Além desses processos há processos cíveis até o início do século XX, todos oriundos do Cartório do 2º. Ofício de Santana de Paranaíba.

Pelos inventários, observamos que em Mato Grosso de meados do século XIX ainda era pouco comum os registros de extensões territoriais, no entanto, a maioria dos inventários *post-mortem* envolvendo Santana possui a quantificação do gado. Entre os bens arrolados, o gado *vacum* e cavalari predomina em quase todos os inventários. Um exemplo é o inventário de Eufrosina Garcia Leal do ano de 1859, onde estão arrolados como bens de raiz um sítio com casa de morada e com plantação na Fazenda Água Limpa avaliada em cem mil reis, além de uma relação de animais *vacuns* e cavalares.²³⁷

²³⁶ *Ibid*, p. 34.

²³⁷ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 02/documento 09.

Quadro 16 - Animais vacuns e cavalaes citados no inventário de Eufrosina Garcia Leal (1859)

ESPÉCIE DE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Vacas paridas	Ilegível	16\$000 réis
Vacas velhas	7	42\$000
Vacas solteiras	41	533\$000
Novilho	3	81\$000
Novilho de 3 anos	3	3\$000
Touro	2	32\$000
Touro velho	1	2\$000
Novilhos de 2 anos	7	84\$000
Garrotes de dois anos	8	80\$000
Bezerros	5	5\$000
Bois carreiros	3	180\$000
Boi	1	10\$000
Vaca	1	13\$000
Garrotes de 1 ano	5	50\$000
Touros	2	30\$000
Vaca solteira	1	3\$000
Garrotes de 2 ano	2	28\$000
Bezerros de um ano	2	20\$000
Novilho de 2 anos	3	36\$000
Boi de 3 anos	1	20\$000
Garrote de 1 ano	2	20\$000
Bezerro de 1 ano	3	30\$000
Novilha de 2 anos	1	12\$000
Vaca velha	2	20\$000
Cavalo de sela	1	55\$000
Total	107	1:405\$000

Fonte: Inventário de Eufrosina Garcia Leal. IN: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 02/maço 09.

No inventário de Antonio Ferreira de Mello, aberto em 1863, a inventariante era sua esposa Mathilde Garcia Leal. Nos bens de raiz de Antonio Ferreiro Mello encontram-se dois nomes para a mesma fazenda, ele teria deixado uma Fazenda denominada Corsinho do Ouro ou Córrego do Campo avaliado em três contos de reis. Acompanha o inventário a relação de gado vacum, suínos e animais prostrados.

Quadro 17 – Animais cavalares, vacuns e suínos citados no inventário de Antonio Ferreira de Mello (1863)

ESPÉCIE DE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Rezes de criar	100	1:500\$000
Cabeças de porcos	30	90\$000
Animais arriado	6	300\$000
Total	136	1:890\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 11.

De acordo com a inventariante os animais estavam em poder de Francisco Chagas Araújo, não constando no documento às motivações pelas quais o gado estaria emprestado, pois em seus bens de raiz não consta que Antonio Ferreira de Mello dividisse posse de sua fazenda com terceiros. Porém, os autos de partilha são bastante reveladores a respeito dos valores dos bens, entre os quais constam escravizados, carro de boi, preço de mantimentos, objetos de cozinha, ferramentas, tralhas de montagem, roda de fiar, armas etc (Quadro 18).

Quadro 18 - Auto de Partilha dos bens deixados por Delfina Maria de Jesus, esposa de Antonio Ferreira de Mello (1843).

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	Uma escrava de nome Maria Crioula de idade de vinte e dois anos	500\$000
02	Onze sacas providas a doze mil réis	132\$000
03	Seis bois de carro a catorze mil réis cada	84\$000
04	Um carro [de boi]	8\$500
05	Um cavalo	20\$000
06	Sessenta oitavas de prata a duzentos réis cada	12\$000
07	Uma sela	7\$000
08	Dois manuais [?] a doze mil cada	24\$000
09	Uma espingarda	6\$000
10	Um tacho de cobre de cinco libras (aproximadamente 2,27 kg)	5\$000
11	Um Caldeirão	3\$000
12	Um ferro de marcar	1\$280
13	Um freio	1\$000
14	Uma roda de fiar	1\$500
15	Uma sela	2\$000
Valor total do inventário		805\$280

Fonte: Documentos históricos /Paranaíba. Inventários de Partilha. Caixa 01, documento 01, 1859. Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Miquelina Garcia Leal deixou em 1862 como bens semoventes, cerca de trezentos e oitenta e nove animais (Quadro 19). Miquelina Garcia Leal teria deixado para seus filhos, segundo consta em seu inventário, como bens de raiz uma fazenda

denominada Coqueiros avaliada na quantia de quatro contos de reis; e um sítio na mesma fazenda avaliado em seiscentos mil reis²³⁸. Organizamos o quadro abaixo para evidenciar a quantidade de animais, muares e vacuns arrolados entre os bens de Miquelina Garcia Leal.

Quadro 19 – Animais cavalares, muares e vacuns citados no inventário de Miquelina Garcia Leal (1862)

ESPÉCIE DE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Vacas solteiras	136	1:632\$000
Vacas paridas	62	992\$000
Garrotes de 2 anos	68	136\$000
Bezerros de 1 ano	73	1:254\$000
Novilhos de 4 anos	24	480\$000
Bois de carro	8	240\$000
Égua parida	2	60\$000
Égua velha	4	48\$000
Poldros de 1 ano	2	40\$000
Poldros de 1 ano	1	40\$000
Poldros de 2 ano	4	80\$000
Cavalo velho	1	15\$000
Cavalo velho	2	50\$000
Burro	1	100\$000
Burro velho	1	50\$000
Total	389	5:217\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 09.

A abertura do inventário de Antonio Marques Rodrigues aconteceu em 1860, e no rol de bens semoventes constam cento e onze animais (novilhos, vacas, muares, e cavalos) avaliados em 1:356\$000.

²³⁸ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 09.

Quadro 20 - Cavalares, muares e vacuns citados no inventário Antonio Marques Rodrigues (1860).

ESPÉCIE DE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Bois de carro	6	180\$000
Novilho de 4 anos	2	40\$000
Vaca parida	4	56\$000
Vaca solteira	56	672\$000
Novilho de 3 anos	10	100\$000
Novilho de 2 anos	10	90\$000
Burros e burras	18	108\$000
Égua nova	2	60\$000
Égua	1	Ilegível
Poldro de 2 anos	1	45\$000
Poldra	1	5\$000
Total	111	1:356\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 02/documento 14.

Nesse inventário, diferentemente dos anteriores encontramos um número maior de burros, sendo que o número de vacas continuava sendo maior do que a quantidade de outros animais.

Interessante inventário refere-se a Januário Garcia Leal, considerando ser, o único documento onde consta a demarcação de terras, aspecto que analisaremos em item específico. Nesse inventário datado de 1858 os bens semoventes encontram-se separados dos outros tipos de bens, a exemplo dos bens de raiz e cativos. Após a realização do inventário foi adicionada uma lista de gado vacum, como dívida ativa de Joaquim Alves Medeiros, num total de 21 animais, nesse rol acrescentado não consta o preço avaliado.

Quadro 21 – Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Januário Garcia Leal (1858)

ESPÉCIE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Égua parida	2	60\$000
Égua solteira	6	120\$000
Cavalo	1	50\$000
Cavalo	1	30\$000
Cavalo	1	30\$000
Poldro de 3 anos	1	40\$000
Bois de carro	18	375\$000
Vacas paridas	31	496\$000
Vacas solteiras	37	370\$000
Novilhas de 4 anos	5	70\$000
Touro mestiço de china	2	32\$000
Novilhos de 2 anos	17	136\$000
Novilhos de 4 anos	4	72\$000
Novilhos de 3 anos	12	144\$000
Novilhos de 2 anos	11	88\$000
Vaca parida	2	Incompreensível
Vaca solteira	7	Incompreensível
Garrote de 4 anos	2	Incompreensível
Garrote de 3 anos	4	Incompreensível
Novilho de 2 anos	2	Incompreensível
Garrote de 2 anos	2	Incompreensível
Garrote de 2 anos	1	Incompreensível
Novilha de 2 anos	1	Incompreensível
Total	121	Não foi possível contabilizar

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 05/documento 06.

No inventário de Francisco Alves Taveira, 1873, constam arrolados como bens semoventes, totalizando cento e trinta e seis animais. No inventário de Francisco Alves Taveira, do ano de 1873, não há nenhum subtítulo indicando seus bens móveis, mas foi possível apurar seus bens de transporte, montaria e vacuns.

Quadro 22 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Francisco Alves Taveira (1873)

ESPÉCIE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Garrotes de 2 anos	20	240\$000
Novilhas de 2 anos	16	192\$000
Garrotes de 3 anos	7	98\$000
Novilhos de 3 anos	6	72\$000
Vacas solteiras	43	559\$000
Vacas paridas	11	176\$000
Bezerros de 1 ano	28	156\$000
Éguas velhas paridas	3	75\$000
Égua solteira	1	20\$000
Égua solteira velha	1	10\$000
Cavalo novo	1	60\$000
Cavalos velhos	2	80\$000
Poldros de 2 anos	2	50\$000
Poldros de 3 anos	1	30\$000
Bois de carro	10	300\$000
Marroar	3	48\$000
Marroar china velho	1	16\$000
Total	156	2:182\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 04.

No inventário de Francisco Alves Taveira aparece a classificação de alguns animais, como o *marroar* e o *marroar china*, buscando diferenciá-los dos outros animais. Num total de 2:182\$000 o referido proprietário declarava a criação, entre gado vacum, cavalar e ovino, manso e alçado, cerca de 156 cabeças.

Na abertura do inventário de Ignácio Alves Dias, em 1874, estão arrolados 47 animais, estimado em 899\$000. O processo não traz a área estimada da propriedade, mas o patrimônio em bens semoventes, constituído por gado vacum, cavalar alçado indica grandes extensões da fazenda na medida em que dependiam de *bois de carro* e matas e campos para onde fugia o gado, tornando-se bravio. Observa-se que Ignácio Alves Dias possuía uma quantidade de gado menor do que a maioria dos inventários vistos anteriormente, porém o gado *vacum* destacava-se como animal em maior quantidade.

Quadro 23 – Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Ignácio Alves Dias (1874)

ESPÉCIE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Vacas paridas	17	306\$000
Vacas solteiras	4	48\$000
Novilhos de 2 anos e meio	8	80\$000
Novilhos de 2 anos	3	36\$000
Marroar velho	1	12\$00
Bois de carro	9	207\$000
Poldro bravo de 3 anos	3	90\$000
Cavalos mansos	2	120\$000
Total	47	899\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 09.

Constam no inventário de Bernardes Marques Pereira, datado de 1874, um total de 52 animais, entre vacuns e cavalares novos e prostrados. O número de vacas (13) é menor do que o número de garrotes e novilhos juntos (21) e igual ao número de bois (13), não possuindo uma maioria de vacas como nos inventários anteriores.

Quadro 24 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Bernardes Marques Pereira (1874)

ESPÉCIE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Bois de carro	10	260\$000
Bois novos	3	60\$000
Vacas boas paridas	7	112\$000
Vaca velha parida	1	11\$000
Vacas boas solteiras	5	65\$000
Novilhos de 2 anos	6	60\$000
Novilhos de 3 anos	1	11\$000
Garrotes de 2 anos	3	36\$000
Bezerro de 1 ano	11	66\$000
Marroar novo	1	16\$000
Cavalo novo	1	55\$000
Cavalo cego de um olho	1	30\$000
Poldro de 3 anos	1	40\$000
Égua velha e ruim	1	10\$000
Total	52	832\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 14.

No inventário de Janoario José Lima, 1875, constam trinta e quatro animais na lista de bens semoventes, envolvendo bezerros, vacas e cavalos. A leitura dos inventários revela o número pouco expressivo de animais de criação, fator

possivelmente explicado pela diminuição dos rebanhos em toda a região no período pós-guerra do Paraguai

Quadro 25 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário Janoario José Lima (1875)

ESPÉCIE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Marroar ruim	1	16\$000
Vacas paridas	5	120\$000
Vacas solteiras	7	112\$000
Bezerros	3	30\$000
Garrotes de ano	2	24\$000
Novilho de 3 anos	3	48\$000
Bois de carro	6	180\$000
Bois de carro	4	104\$000
Cavalo manso	1	50\$000
Cavalos novos	2	120\$000
Total	34	804\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 22.

Narciza Garcia Leal teria deixado em seu inventário *post-mortem*, 1874, um total de 57 animais, envolvendo vacas paridas, solteiras, novilhos, garrotes, touro, cavalo de sela e cavalo arriado.

Quadro 26 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Narciza Garcia Leal (1874)

ESPÉCIE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Vacas paridas	16	320\$000
Vacas solteiras	8	112\$000
Novilho de 4 anos	7	98\$000
Novilho de sobre ano	10	80\$000
Garrotes de sobre ano	7	56\$000
Novilho de 4 anos	4	80\$000
Touro de 4 anos	1	16\$000
Cavalo de sela de 8 anos	1	60\$000
Cavalo muito velho	1	30\$000
Cavalos de sela novos	2	130\$000
Total	57	982\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 15.

No inventário de José Garcia Figueiredo, aberto em 1869, ano em que o Brasil estava em plena Guerra contra o Paraguai, foram arrolados alguns poucos animais como bens semoventes (Quadro 27).

Quadro 27 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de José Garcia Figueiredo (1869)

ESPÉCIE ANOMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Vacas paridas	3	45\$000
Novilho de 2 anos	2	14\$000
Vacas solteiras	3	30\$000
Cavalo mouro	1	60\$000
Cavalo	1	50\$000
Cavalo baio	1	30\$000
Capado gordo	1	30\$000
Bois de carro	2	40\$000
Total	14	299\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 05/documento 12.

No Quadro 28 referente aos bens de Joaquim Pedro Garcia, constantes em seu inventário *post-mortem* de 1861, deixa claro a ausência de cavalos. Observa-se também nesse caso o numero diminuto de animais, cuja maior hipótese explicativa liga-se ao contexto da Guerra do Paraguai.

Quadro 28 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Joaquim Pedro Garcia (1861)

ESPÉCIE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Vacas paridas	3	48\$000
Vacas solteiras	19	190\$000
Bezerros de ano	4	28\$000
Bezerros de ano	2	14\$000
Garrote de 2 anos	1	10\$000
Novilhos de 4/5 anos	3	60\$000
Novilho	1	16\$000
Bois de carro	2	50\$000
Boi	1	20\$000
Total	36	436\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 01.

No inventário de Francisco Garcia Leal, 1861, consta um total de 138 animais avaliados em 1:947\$000.

Quadro 29 - Animais vacuns e cavalares citados no inventário de Francisco Garcia Leal (1861)

ESPÉCIE ANIMAL	QUANTIDADE	PREÇO
Vaca solteira	1	40\$000
Novilha de 2 anos	11	121\$000
Bois de 3 anos mestiços	13	182\$000
Touro velho	2	24\$000
Novilho de 2 anos	19	190\$000
Bezerras de ano	20	160\$000
Bezerros de ano	14	112\$000
Vacas paridas	35	560\$000
Bois caseiros	4	48\$000
Égua boa	3	120\$000
Égua	7	210\$000
Poldro de 2 anos	2	40\$000
Poldro de ano	2	30\$000
Poldro de 2 anos	1	20\$000
Poldro de ano	3	60\$000
Cavalo de sela queimado manso	1	30\$000
Total	138	1:947\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 03.

A partir destes dados buscamos quantificar o número de gado vacum e cavalari constante nos inventários analisados, nos dão uma noção do número de animais de cada proprietário, sobretudo os suínos e os espécimes de vacuns, muares e cavalares criados na região. Para melhor entendimento sistematizamos os dados no Quadro 30:

Quadro 30 - Bens semoventes constados nos inventários (1843-1875)

Inventariado	QUANTIDADE ESTIMADA DE CADA ESPÉCIE DE ANIMAL												Total de animais dos inventariados
	Vacas	Touros	Novilhos	Éguas	Poldros	Bezerros	Garrotes	Burros	Cavalos	Porcos	Marroar	Bois	
Antonio Ferreira de Mello									6	30		100	136
Antonio Marques Rodrigues	60		22	3	2			18				6	111
Bernardes Marques Pereira	13		7	1	1	11	3	2			1	13	52
Eufrosina Garcia Leal	52	7	14			10	17		1			5	106
Ezequiel José Machado												10	10
Francisco Alves Taveira	36	2	30	10	8	34			1			17	138
Francisco Garcia Leal	36	2	30	10	8	34			1			17	138
Ignácio Alves Dias	21		11		3				2		1	9	47
Janoario José Lima	12		3			3	2		3		1	10	34
Januário Garcia Leal	77	2	52	8	1		9		3			18	170
Joaquim Pedro Garcia	22		4			6	1					3	36
José Garcia Figueiredo	6		2						3			3	14
Miquelina Garcia Leal	198		24	6	7	73	68	2	3			8	389
Narciza Garcia Leal	24	1	21				7		4				57
Total de cada animal	557	14	220	38	30	171	107	22	27	30	3	219	1438

Fonte: Inventários de post-mortem compulsados do Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba.

Podemos perceber nos documentos pesquisados um número pequeno de gado, considerando o universo de catorze inventários analisados. Miquelina Garcia Leal é a maior possuidora de bens semoventes, com trezentos e oitenta e nove animais, depois Januário Garcia Leal com cento e setenta e um animais, seguido de seu filho Francisco Garcia Leal com cento e trinta e oito animais. Francisco Alves Taveira possuía cento e trinta e seis animais. Somente no inventário de Antonio Ferreira de Mello consta a posse de porcos como bens semoventes, sendo o único que não possuía vaca. A posse de cavalos aparece na maioria dos inventários, porém em números pequenos que nos leva a crer que eram usados na lida cotidiana com o gado. A presença epizootia, conhecida como doença das cadeiras na região, teria também reduzindo a oferta do gado cavalari e encarecendo seu preço, conforme já referido. As vacas, novilhos, bois e bezerros, respectivamente, aparecem em maior número nos inventários.

Como nossa amostragem é pequena, em relação ao número de inventários existentes no Memorial do Tribunal de Mato Grosso do Sul, referentes à Santana de Paranaíba, podemos perceber pelo menos nos documentos pesquisados, o número de vacas paridas ou solteiras sempre foi maior em relação a novilhos e bois, pela capacidade de reprodução, atingindo assim um preço maior.

Cabe reiterar que algumas datas dos documentos pesquisados coincidem com o episódio da Guerra do Paraguai (1864 a 1870) e esse pode ter sido o principal motivo da população reduzida desses animais. Conforme assinalado, os referidos animais teriam sido utilizados em favor do exército brasileiro. Entendemos que, o indicador de riqueza de um proprietário residia não só na quantidade de gado disposto no campo, mas, sobretudo na capacidade de garantir grandes extensões de terras em torno das fazendas por ele fundada, destinada ao negócio de compra e venda de posses.

Mario Monteiro de Almeida, ao tratar do povoamento do sul de Mato Grosso, na obra *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil* (1951), busca explicar o processo de compra e venda de glebas, considerando a ausência de demarcações precisas:

Esses compradores de posses feitas mediante o processo descrito de demarcação a olho e assinalamento por estacas, assenhoreadas por descobrimento, e formadas de terras incultas integrantes do domínio nacional, não tiveram as cautelas de José Garcia Leal ao comprar a extensa gleba entre os rios Pardo e Vacaria, dirigindo ao governo para obter a respectiva propriedade. Algumas dessas glebas foram levadas ao registro eclesiástico, criado pelo regulamento n. 1318, de 30 de janeiro de 1854, executivo da Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, prescrevendo a aquisição somente por compra e venda de terras devolutas e a discriminação dessas e das pertencentes ao domínio privado. Registradas tais glebas, foi a respectiva posse posteriormente legitimada pelo poder público em favor dos possuidores²³⁹.

Mário Monteiro de Almeida discute que à época muitas glebas não foram regulamentadas, mas foram constituídas como objeto de inventários e partilhas, conforme assinalado, sobretudo, na forma de herança deixada pelos primeiros possuidores. Apesar da ausência de registro, os herdeiros puderam registrar seus “respectivos quinhões, para legitimar a posse e adquirir o domínio”, ou, ainda efetuarem a compra direta deles, junto ao poder público, “consolidando, deste modo, o direito de propriedade”.²⁴⁰

²³⁹ ALMEIDA, M. M., *Op. cit.*, p. 243.

²⁴⁰ *Idem.*

2.5.1 Cultura pastoril: Propriedades, vilarejos, moradias e objetos

O sociólogo Gilberto Freyre, em *Casa grande & Senzala* (1933), referindo-se às moradias típicas da economia canvieira destacou que o luxo das famílias latifundiárias era algo apenas imaginado, pois se tratava de um privilégio restrito a poucos núcleos. Esse luxo era mórbido, doentio, incompleto, pois forrava-se o teto de seda, mas havia bichos caindo na cama dos moradores²⁴¹.

No que se refere ao universo material dos proprietários pastoris do sul do antigo Mato Grosso, Nelson Werneck Sodré fez considerações apreciáveis, em sua obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, reeditado em 2009 pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Ele pondera que depois de assenhorearem-se de terras santanenses, os novos ocupantes buscavam providências de cultivo e construção de moradas. Mas, eram homens que, apesar de serem identificados como “donos de latifúndios extensos, viviam num padrão de existência paupérrimo, ligado indefectivelmente ao regime pastoril”²⁴². Para sustentar suas afirmações, Sodré cita o exemplo de Inácio Gonçalves Barbosa que, ao se deslocar de vila Franca, em São Paulo, para as terras mato-grossenses, a convite de seu irmão Antonio, trouxe consigo várias posses e, ao chegar no referido espaço adquiriu do próprio irmão a posse dos campos rurais de Passatempo, onde se estabeleceu por muitos anos, “até deslocar-se para a do Urumbeva, pela módica quantia de cem mil réis mais um cavalo arriado”. Cita também o exemplo de Manuel Pereira da Rosa que vendeu ao barão de Antonina umas terras na zona do rio Apa, onde, mais tarde “os paraguaios estabeleceriam o sítio da Machorra, simplesmente a troco de uma espingarda pica-pau, de uma libra de pólvora e duas de chumbo”²⁴³.

Segundo Sodré, as posses de nada valiam se não houvesse benfeitorias para elevar seu valor. Seguindo as características fundamentais da cultura pastoril, o investimento não se realizava a contento, fator determinante para a desvalorização do solo e a desestima pela terra²⁴⁴: “Nem há vínculo entre ela e o elemento humano que a habita. E, não havendo lavouras e benfeitorias, as casas sendo paupérrimas, como ainda

²⁴¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, p.101

²⁴² SODRÉ, N. W., *Op. cit.*, p.84.

²⁴³ *Idem.*

²⁴⁴ *Ibid.*, p.90.

são, nos nossos dias, o padrão de vida tinha de se manter num nível baixíssimo, nível que só o regime pastoril admite e mantém²⁴⁵”.

A falta de estima pela terra é ilustrado nas escrituras referentes às posses, citadas pelo autor: “[...] ‘Umas terras na costa do Miranda’, ‘uns campos e campestres, matos e cerrados, sítos em águas do rio Dourados’, ‘uns campos e competentes capões de matos cerrados, sítos em águas que correm para o rio Apa’, ‘uns campos, matos e terras lavradas, casas, curral e Árvore de Espinhos, sítos no Baixo-Paraguai’[...]”. Sodré observa que nesses documentos, mesmo nos inventários não havia referências às casas. A terra era descrita de forma vaga e imprecisa, aspecto que, segundo Sodré, traduziam o despreço e o pouco valor que se dava a ela: “Não que lhe desconhecêssem os limites. Esses, aliás, nunca se marcavam. As terras só serviam para os rebanhos. Eram destinadas, única e exclusivamente, a pastagens”²⁴⁶.

Esta tese de Sodré referente à fixação do elemento humano em situação de vida pastoril, no entanto é severamente contestado pelos historiadores Cezar Benevides e Nanci Leonzo:

As evidências levam-nos a contestá-lo. [...] Muitos peões continuam na região[de Miranda], apesar do ‘tratamento duro que receberam dos inglês [empresários investidores] ...[Dionísio Acunã] é um exemplo, como tantos outros, de que o nomadismo não imperou. Nossos historiadores ignoram a estabilidade de famílias que fizeram do pantanal sul mato-grossense um importante centro de pecuária do país²⁴⁷.

Quanto à nossa posição a respeito entendemos que o tema merece investigações mais detida para participarmos desse debate.

Em alguns inventários analisados, os bens de raiz nem sempre eram avaliados, conforme exemplificado no Quadro 31, no qual percebe como bens arrolados, cativos, semoventes, utensílios e equipamentos, mas não terra.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 92.

²⁴⁶ *Ibid.*, p.90.

²⁴⁷ BENEVIDES, C. e LEONZO, N., *Miranda Estância – Ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense*, p.6.

Quadro 31 – Bens arrolados no inventário *post-mortem* de Maria Delfina de Jesus (1843)

BENS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Cativos (Jose africano, Maria crioula e Joana crioula)	1:100\$000
Gado vacuum	212\$000
Dois cavalos	36\$000
Mantimentos	172\$000
Ouro e prata	27\$000
Carro de Boi	8\$500
Utensílios de cozinha	8\$000
Diversos (selas, espingarda, roda de fiar, ferro de marcar, freio, espingarda e quadros).	43\$780
Total dos bens arrolados	1:607\$280

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 01/documento 01.

Já no inventário de Antonio de Castro Paiva, (Quadro 32) há entre os bens arrolados, sítios e fazendas, embora avaliados por valores inferiores a outros bens.

Quadro 32 - Bens arrolados no inventário *post-mortem* de Antonio de Castro Paiva (1849)

Bens Arrolados	Valor Avaliado em réis
Bens de Raiz - Fazenda com posses no Distrito de Santa de Paranaíba na Barra do Rio Pardo	30\$000
Fazenda Fortuna, entre o Rio Verde e o Rio Pardo, adquirida em 16.01.1838.	100\$000
Fazenda na Freguesia de Constituição (Piracicaba) 22.10.1839	200\$000
Cativos (André, Estevão)	1:100\$000
Gado vacuum	120\$000
Cavalo	25\$000
Total dos bens arrolados	1:575\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 01/documento 02.

Inversamente ao inventário do Quadro acima (Quadro 32), entre os bens arrolados em nome Felipe Alves de Assis (Quadro 33), há uma propriedade de valor significativa, se comparado a outros bens, entre cativos e semoventes.

Quadro 33 – Bens arrolados no inventário *post-mortem* de Felipe Alves de Assis (1850)

BENS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Parte de terras no lugar denominado Ribeirão da Cachoeira	700\$000
Cativa (Crioulinha Bárbara)	175\$000
01 Casa	12\$000
Gado vacum (28 vacas paridas)	448\$000
Gado vacum (28 vacas solteiras)	336\$000
Gado vacum (09 garrotes)	72\$000
01 Cavalo	20\$000
Noventa e Seis oitavas de prata	23\$040
Tacho de cobre	4\$000
Carro de boi	20\$000
Total de bens arrolados	1:810\$040

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 01/documento 03.

2.5.2 Propriedades rurais (de lavoura ou de criação de gado)

Para Nelson Werneck Sodré a cultura pastoril, diferente da mineração, deixou poucos sinais exteriores e pouquíssimos documentos, sem abundância de detalhes e riqueza de dados. Os arquivos e bibliotecas, ricos em documentos sobre a economia canavieira, episódios do ouro e das bandeiras e a marcha dos cafezais, à época (1941) eram *paupérrimos quanto à expansão pastoril*. Mesmo pobre, a cultura pastoril tinha como característica a continuidade, e teria o condão de permanecer nessas áreas de ocupação através dos obstáculos e revezes.

Pobre em sinais exteriores, paupérrima em elemento humano, mais estática do que dinâmica, na continuidade dessa infiltração e no constante desdobramento dos rebanhos e na atração que exerceria sobre os agrupamentos humanos que, em outras terras, rodeavam o regime pastoril, tal cultura deixaria, entretanto, na expansão e na geografia humana do Oeste, na fixação dos seus focos de condensação de populações e dos seus centros de distribuição, um papel de relevo verdadeiramente único ²⁴⁸.

A casa de moradia rural reduzia-se a um simples pouso e a lida com o gado, a condução de boiadas, a abertura de áreas de pasto, fundação de fazendas aqui e sítios ali, tornava esse vaqueiro um morador dos sertões, e não de sua própria casa ²⁴⁹. Entretanto o inventário de Januário Garcia Leal revela-se uma exceção a essa tendência descrita por Sodré, pois suas terras eram demarcadas e dotava-se de inúmeras

²⁴⁸ SODRÉ, N.W., *Op. cit.*, p. 75.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 92.

benfeitorias realizadas. Na Fazenda Barreiros as benfeitorias foram avaliadas no valor de 600\$000 (Seiscentos Contos de Réis) e na Fazenda Pombo também pelo mesmo valor, acrescidas do valor da terra crua.

Quadro 34 – Bens de raiz citado no inventário *post-mortem* de Januário Garcia Leal (1868)

BENS DE RAÍZ ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Uma fazenda denominada Barreiros “com as devizas seguintes na barra da Ariranha como barreiro pelo rio da água da Ariranha a sima athe a barra do pente alto, e por este a sima athe suas cabeceiras, dobrando acima na cabeceira da Ema, e por este abaixo athe a barra no Corrigo Fundo, e por este a sima cercando trinta alqueires de terras de outro lado, e por este acima athe suas cabeceiras pelo espigão mestre procurando confrontar as cabeceiras dos Cancam, e pelo veio deste abaixo athe fazer barra no rio do Peixe, e pelo o dito do peixe abaixo athe a primeira vertente que tem abaixo do veludinho, e por este a sima procurando a cabeceira mais vizinha o corrigo do campo e por este abaixo athe onde deve seo principio, e tem quatro léguas de comprimento e três de largura.	5:000\$000
huma Fazendinha, no termo desta Villa com suas devizas principiando pelo veio da água do ribeirão do Fundo abaixo athe huma vertente maior que faz por baixo da roça de nome a vertente da hema, e pelo veio desta a sima athe a serra, e bem a sim dez alqueires da parte de lá do ribeirão do fundo no rumo da morada.	Não consta
Huma Fazenda denominada Pombo, no termo desta Villa, com as devizas seguintes principiando pelo rio da Água do Rio do Peixe a sima athe o corrigo do Buriti, e deste acima athe a primeira forquilha, e desta pela esquerda acima em rumo ao morro do Croado e deste em rumo ao rio Corrente desvizando com Francisco Aleipo e pelo Corrente abaixo athe o ribeirão do ilegível deveza, e deste a sima athe o espigão mester, e deste dobrando as cabeceiras do barreiro e deste abaixo athe o rio do Peixe onde deve o seo principio, e tem três leguas de comprimento e huma emeia de largura por quatrocentos mil reis	600\$000
Huma Fazenda de nome Galheiro, no termo desta Villa, com as devizas seguintes por sima da vertente do Castilho, pelo espigão a sima athe o espigão mestre, divizando com Francisco Marques da Franca, a rumo do puente e sehuindo por este a diante do rumo do Sul divizando com João Pedro Garcia Leal, e pelo mesmo espigão a rumo da nascente divizando com o Capitão José Garcia Leal, e seguindo o espigão que procura o ilegível da Serra por baixo de cinco vertentes que vão de perci ao Rio do Peixe, e por este a sima athe a barra do Pastinho, onde teve principio a deviza. Desta forma fazem, a sim devisada foi vendido dous cortes pequenos de Sul, hum a José Pedro Garcia, e outro a Bernardino Barboza Sandoval.	800\$000
Huma Fazenda de nome Jabarandy, no termo desta Villa, com as devizas seguintes devizando com o ribeirão do Mimoso ganhando as vertentes dos queimados pelo veio da água deste a sima athe o espigão mestre, fazendo ponto na cabeceira do Corrego do Fundo, deste pelo veio abaixo athe onde vem seo principio.	400\$000
Total dos bens de raiz avaliados	6:800\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 05/documento 06.

Observa-se que a extensão das propriedades também não aparece. Isso se repete

muitos dos inventários analisados, sobretudo anteriores a 1850, coincidindo com o período das posses livres, 1822 a 1850. Este ato preventivo, denominado Lei de Terras, adotado pelo governo imperial em atendimento aos interesses dos grandes proprietários rurais, impediria o acesso a terra, aos trabalhadores pobres e escravizados. Esse impedimento assegurava o controle do colono livre.

Sem possibilidades de adquirir terras por compra, já que estas deveriam ser pagas à vista em hasta pública, continuariam como colonos assalariados nas propriedades rurais, sejam elas agrícolas ou pastoris.

Os colonos livres também não tinham como pagar os registros de posse nas paróquias, a medição das terras, arrolarem testemunhas e ainda fazerem frente às pressões violentas que sofriam por parte dos latifundiários. A exigência da demarcação de terras era um imperativo da Lei de Terras, explicando em parte, a ausência dessas demarcações em alguns dos inventários consultados anteriores a 1850.

No inventário de Francisco Alves Taveira, os bens de raiz foram avaliados, mas não demarcados, entre eles uma casa de morada e benfeitorias. Também difere dos demais, em virtude da avaliação dos campos de cria e matas.

Quadro 35 - Bens de raiz citado no inventário *post-mortem* de Francisco Alves Taveira (1873)

BENS DE RAÍZ ARROLADO	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Fazenda Formiga com matas e campos de cria	800\$000
Uma Morada de capim, duas valas cercando o quintal e cerca de aroeira	150\$000
Um pasto cercado por vala de um alqueire e meio	60\$000
Um capão cercado por vala	450\$000
Total dos bens avaliados	1:460\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 04.

Em alguns dos inventários o inventariado aparece como proprietário de apenas uma parte de alguma fazenda. Isso porque a formação do núcleo inicial de ocupação pelos Garcia, Lopes e Barbosa possibilitou, através de compra ou posse, a divisão de uma mesma propriedade entre mais de um proprietário.

Para Virgílio Corrêa Filho, a ocupação do Pantanal Sul baseou-se de forma singular na relação de camaradagem e parentesco numa verdadeira *organização defensiva*. Esse tipo de agrupamento parental²⁵⁰ envolvia o chefe com autoridade

²⁵⁰ Cf. Machado, A., *A Família. Vida e Morte do Bandeirante*, p. 143.

irrefutável sobre a mulher, a prole, os agregados, familiares, proletários livres e cativos indicando uma política de ocupação nitidamente vinculada à segurança ²⁵¹. Em relação a Santana do Paranaíba, o papel de chefe foi exercido pelo Capitão José Garcia Leal.

Na relação *agregamento* muitos parentes ou amigos pobres moravam nos domínios da fazenda ou sítio, prestando serviços avulsos, sem ser, entretanto, propriamente um empregado. Muitos afazendados de Santana de Paranaíba eram donos de terras inicialmente apossadas, depois as mesmas eram divididas por compra ou herança, aspecto que explica porque era comum na região, e em outras partes do interior do Brasil, os casamentos em entre parentes. Essa prática foi observada por Taunay que, de regresso ao Rio de Janeiro, conduzindo correspondências para a corte, passou pela Fazenda de João Garcia em quatro de julho de 1867, a fim de receber pouso, alimentação e ração para os animais. Ao conhecer a família de João Garcia, tomou conhecimento que uma de suas filhas já era comprometida para casar com um dos seus primos, “[...] fato usual no interior, onde as famílias mais distintas são obrigadas a esses enlaces de parentesco pelo pequeno número de gente de igual classe”²⁵².

Para Sodré, as grandes famílias que ocuparam os sertões pela atividade pastoril, ao se apossarem de grandes áreas, não tardaram a desdobrá-las, em casamentos que se multiplicavam.

Lopes, Garcia, Barbosa, Pereira seriam troncos poderosos que, trancados através de ligações continuadas e prolongadas, constituiriam um agrupamento marcante e expressivo, todo ligado ao regime pastoril e caracterizado, em linhas gerais, em suas peculiaridades de existência, em trocas, em seus costumes, por esse regime e pela geografia simples que os cercava ²⁵³.

Essas relações de parentesco podem ser percebidas na análise dos inventários consultados. Ainda para Sodré, esses casamentos consanguíneos foram responsáveis pelo desenvolvimento do poderoso clã dos Barbosa, e a inevitável fragmentação das propriedades pastoris. O autor citado elenca uma série de uniões conjugais estabelecidas entre os Barbosa e os Garcia, nomeando os respectivos casais ²⁵⁴.

²⁵¹ BRAZIL, M. C. e MELLO, S. Á., *questão agrária e trabalho no sertão mato-grossense: 1850-1930.*, 2008.

²⁵² TAUNAY, V. *Viagem de Regresso de Mato Grosso a Corte – Memória Descritiva*, p. 26.

²⁵³ SODRÉ, N. W., *Op. cit.*, p. 81.

²⁵⁴ *Idem.*

Conforme Quadro 36, pode-se perceber essa fragmentação dos bens de raiz, em grande parte, resultado desses matrimônios.

Quadro 36 – Bens de raiz constados em vários inventários *post-mortem* de famílias de Santana de Paranaíba (1874-1875)

INVENTÁRIO:IGNÁCIO ALVES DIAS - 1874	
Parte de terras na vertente da Lagoa com um sítio	100\$000
Parte de terras na Fazenda Moranga	8\$000
Total dos bens arrolados	108\$000
Inventariado: José da Cunha Ferreira - 1874	
Parte da Fazenda Moranga	65\$360
Inventariado: Januário Jose Lima	
Parte de terras na Lagoa	50\$000
Inventariado: José da Cunha Ferreira – 1875	
Uma Parte da Fazenda Morangas	65.360\$00
João Garcia Leal	
Parte da Fazenda Morangas	1:700\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documentos 07, 09, 15 e 22.

2.5.3. Casas e pousos

No dia onze de junho de 1867 a Força Expedicionária de Mato Grosso chegou a Porto Canuto na margem esquerda do Rio Aquidauana, dando fim a penosa retirada encetada dia 8 de maio da invernada da Laguna, no Paraguai. O Comandante da Coluna Jose Thomaz Gonçalves, designou o Tenente da Comissão de Engenheiros Alfredo D’Escragnolle Taunay, para levar correspondências ao Rio de Janeiro sobre os acontecimentos que ensejaram a retirada e os percalços sofridos durante a marcha até Porto Canuto. Taunay partiu para o Rio de Janeiro dia 17 de junho de 1867²⁵⁵.

Durante a viagem, Taunay relatou paisagens, costumes, alimentação, doenças e moradias do sertão e locais por onde lhe ofereceram pouso. Dentre estas anotações, transcritas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, segunda parte da edição de 1869, sob o título *Viagem de Regresso de Mato Grosso a Corte – Memória Descritiva*, interessa-nos mais de perto a descrição das casas de morada, ao longo do trajeto percorrido, de Nioaque até Santana do Paranaíba.

Chama atenção na descrição dessas moradas a rusticidade e singeleza de suas construções e acomodações. Na Bacia do Rio Aquidauana descreveu pastos lindíssimos, cerrados vistosos, excelentes currais e campos de cria. Contrastando com a paisagem e o

²⁵⁵ TAUNAY, A. *Viagem de Regresso de Mato Grosso a Corte – Memória Descritiva*, 1869.

rebanho, as casas de morada eram simples, não passando de uma modesta casinhola. Em Correntes, ainda na região de Aquidauana, descreveu a Tapera dos Henriques, situada numa elevação e circundada de excelentes pomares. No Ribeirão Cachoeirinha, encontrou a palhoça do Mota, cujo rancho estava construído numa planície acidentada, dotado de grandes plantações de milho, arroz e feijão, cuja renda era incompatível com a simplicidade de sua morada ²⁵⁶.

Descreveu ainda a fazenda de José Veríssimo a margem esquerda do Rio Sucuriú, o rancho de Manoel Coelho no Rio Indaiazinho e a casa de Ignacinho no Ribeirão das Pombas. Em todas essas moradas, a singeleza das casas de moradia é característica comum, apesar de seus donos possuírem bons campos de cria e plantações ²⁵⁷.

Portanto, o vilarejo pastoril refletia o pouco valor que se dava aos confins conquistados. Esse aspecto fica patente na narrativa de Alfredo Taunay, ao alcançar Santana de Paranaíba entre os anos de 1865-1867, conforme já referido:

Transpondo um corregozinho e subindo um ladeira onde há mísera casinholas, chega-se a principal rua da povoação, outrora florescente núcleo de população, hoje desimada das febres intermitentes, oriundas das enchentes do Paranaíba.....800 habitantes mais ou menos, três ou quatro ruas bem alinhadas, uma matriz em construção, há muitos lustros, os tipo melancólico de uma vila em decadência, o silencio por todos os lado, crianças anêmicas, mulheres descoradas, homens desalentados, eis a vila de Santana, ponto controverso entre as províncias de Goiás e Mato Grosso. ²⁵⁸

A casa da propriedade pastoril não podia ser diferente. Pelas avaliações de Sodré, por ser o pastoreio uma atividade de mobilidade, deixam poucos sinais visíveis, a morada, por vincular o homem ao local, constituía-se num obstáculo para o criador. Por isso, não a faziam confortável, garante Sodré: “Nem residiam habitualmente em lugar algum, tendo, entretanto, um pouso predileto um ponto de irradiação de jornadas, nem faziam benfeitorias. Que benefícios poderiam mesmo fazer, ligados aos rebanhos? Em que, essa cultura paupérrima e opaca, poderia afetar a terra?²⁵⁹” A narrativa de Taunay contribui para reforçar os pressupostos de Sodré: “[...] A uma légua do pouso passamos pelo rancho novo de José Roberto, homem vigoroso, que a poder dos seus braços e dos

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 7.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 23.

²⁵⁸ TAUNAY, V., *Viagens de outrora*, p. 63.

²⁵⁹ SODRÉ, N. W., *Op. cit.*, p. 91.

de sua mulher havia já limpo uma boa área, construindo uma confortável palhada e preparado grandes roçadas²⁶⁰.

Ao descrever um pouso junto a propriedade de Joaquim Garcia Leal, Taunay referiu-se às casas do sertão de Santana de Paranaíba:

[...] fomos fazer pouso junto à casa de Joaquim Leal, meia légua adiante, num paiol velho, visto, como, por ausência do dono da propriedade, não ousara sua mulher oferecer-nos a sala dos hospedes. As casas por ai já vão tendo aspecto mais confortável; ou coberta de telha ou de palha, tem proporções vastas, oferecendo grandes acomodações; entretanto ainda há pouco cuidado na conservação de limpeza; o terreiro ainda sempre coberto de sabugos de milho, e porcos aos montões, magros e esfaimados, vagam por toda a parte, perseguindo aos viajantes com grunhido de fome, misturada de tal ou qual ferocidade²⁶¹.

Como já assinalado, além da falta de cuidado com a propriedade, alguns dos inventários analisados revelam a pouca atenção acerca da demarcação das terras a exemplo dos bens inventariados de Eufrosina Garcia Leal, 1859, e de Bernardo Marques Pereira, 1874.

Quadro 37 - Bens de raiz arrolados nos inventários *post-mortem*

INVENTÁRIO	BENS DE RAÍZ ARROLADO	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Eufrosina Garcia Leal (1859)	Sítio com casa de morada e com plantação na Fazenda água Limpa	100\$000
Bernardo Marques Pereira (1874)	Parte de Terras na Fazenda Morangas	1:535\$000
	Um sítio de morada na mesma fazenda	70\$000
	Total de bens arrolados	1:605\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 11 e Caixa 07/documento 14, respectivamente.

Embora os mesmos inventários façam referências aos preços dos bens de raiz, constituído por sítio com morada, plantação, etc, observamos que a maioria deles não detalham as características das casas de morada. Deduz-se daí que se tratava de habitações simples e de pouco valor, constituído por pequenas roças e lida no campo.

Virgílio Corrêa Filho, em *Pantanaís Matogrossenses Devassamento e Ocupação*, 1955, percorreu sobre algumas casas de morada de fazendeiros da região de

²⁶⁰ TAUNAY, V., *Op. cit.*, p. 59.

²⁶¹ TAUNAY, V., *Viagens de outrora*, p. 61.

Cuiabá. Segundo ele, embora os rebanhos se multiplicassem, seus donos não colhiam as vantagens correspondentes, “Era-lhes, ao contrário, assaz penosa a labuta e inteiramente desprovida de conforto que as habitações desconheciam”²⁶². Referindo-se as casas de moradia, relatou sua rudeza e simplicidade.

As paredes de adobe, quando não barreadas apenas a sopro na maioria das casas, alvejavam-se habitualmente pela caiação. A cobertura de telhas, em duas águas, não evitava o umedecimento interno, durante a época das chuvas, quando o chão de terra batida, fartamente embebido de água do subsolo, ressumbrava-a na superfície. De acordo com o rude abrigo, reduzia-se o mobiliário às peças essenciais. Na sala de frente, amplamente rasgada, salvo em uma das extremidades fechada para acolher as mercadorias destinadas as transações mercantis, de limitado giro, estendia-se comprida mesa de tábuas sobre cavaletes, franqueada de bancos igualmente de madeira tosca²⁶³.

A singeleza das moradias refletia-se também nos poucos pertences e mobiliário. A água de beber era esfriada em potes ou talhas de barro, encostados numa forquilha num dos cantos da casa. A ausência de camas era suprida por redes. Para guarda dos pertences e vestuário, havia canastras enfileiradas, baús de madeira encourados ou envernizados.

A ausência de casas de moradia, o baixo valor a elas atribuído e falta de mobiliário nos inventários consultados, decorrem da simplicidade descrita por Virgílio Corrêa Filho. Embora se referindo à região de Cuiabá, não deixa de ser uma realidade a outras regiões da província inclusive Santana de Paranaíba. Se compararmos a região de Cuiabá, ocupada e povoada pelo mameluco paulista desde o início do século XVIII, com a região de Santana de Paranaíba, ocupada pelos entrantes mineiros a partir da década de 1830, pode-se concluir serem as moradas e mobília dessa região, mais singelas ainda, que as descritas por Virgílio Corrêa Filho.

Nessa mesma esteira Nelson Werneck Sodré pondera serem os objetos e utensílios, mais caros que casa e terra. Tudo que se movia, valia mais que a terra, pois esta era fácil obtê-la.

Também a casa era pobre e, [na economia pastoril] por isso, nada valia. Nas transferências de posses, quase, quase não há referência a tais benfeitorias. Eram tão insignificantes que não chegavam a ponderar, no cômputo geral. As escrituras indicam, além dessa

²⁶² CORRÊA FILHO, V., *Pantanaís Mato-Grossenses Devassamento e ocupação*, p. 113.

²⁶³ *Idem*.

pobreza generalizada, traço comum e fundamental, a desestima pelo solo²⁶⁴.

2.5.4 Objetos, utensílios e ferramentas

O caráter material das antigas famílias de Santana do Paranaíba evidencia-se na maioria dos inventários *post mortem*. No inventário de Joaquim da Costa Lima²⁶⁵, que durou entre os anos de 1859-1860, a inventariante Mariana Garcia declarou dez filhos como herdeiros. Entre os bens arrolados destacaram-se:

- utensílios domésticos: panelas e caldeirões de ferro, chocolateira, chaleiras, candeias, caixas, fechaduras de porta

- de instrumentos de trabalho: ferramenta, sapateiro de carpinteiro, tear, ferramentas de sapateiro, canastras, rodas, canos, machados, ferragens de basto, ferramentas de carpinteiro, freios, banco de carpinteiro, carro (de boi).

- bens semoventes : gado (vacas, novilhos, garrotes, touro, bois de carro, bois, éguas, poldro) e escravo (João Africano de 45 anos avaliado em 500\$000).

- bens de raiz: uma parte de terras na fazenda das Morangas, fazenda de culturas e campos.

- objetos preciosos: cinco moedas de ouro, esporas de prata, dois rosários de ouro, argola de ouro.

- objetos pessoais: viola com caixa, chapéus de senhora.

- Dívida ativa.

No inventário *post-mortem* do *pioneiro* Januário Garcia Leal, consta, por exemplo, o registro de doze pares de colheres de prata²⁶⁶, além de jóias e bens semoventes como gado bovino e homens escravizados. Embora simples as casas senhoriais do antigo sul de Mato Grosso guardavam, não raro, objetos de luxo, como correntes e cordões de ouro, ostentados nas festas ou recepções de visita especial em casas relativamente simples.

Entretanto, grande parte dos documentos não trazia arrolados objetos preciosos. Os testamentos *post-mortem* também possuem uma relação de bens móveis, no qual são listados jóias e ferramentas em geral. A vida simples conforme destacada acima

²⁶⁴ SODRÉ, N. W., *Op. cit.*, p. 96.

²⁶⁵ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 02/documento 11.

²⁶⁶ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 05/documento 06.

referente às moradias também se refletia nos móveis e utensílios. No inventário de Eufrosina Garcia Leal, consta como bens móveis, um cordão de ouro, objetos de cozinha e ferramentas, o que demonstra uma vida sem muito luxo e conforto, conforme apontado no Quadro 38.

Quadro 38 – Bens móveis arrolados do inventário *post-mortem* de Eufrosina Garcia Leal (1859)

BENS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Um cordão de ouro com relicário e um par de argolas	75\$000
Um caldeirão pequeno	2\$000
Três panelas de ferro em bom estado	6\$000
Um Forno de cobre	18\$000
Três Machados em bom estado	6\$000
Quatro foices	16\$000
Duas candeias	4\$000
Uma espingarda	10\$000
Um Tacho de cobre grande	55\$000
Um Tacho de cobre pequeno	14\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 02/documento 09.

No inventário de Miquelina Garcia Leal, datado de 1862, encontra-se entre os bens móveis alguns objetos de luxo, porém sem ostentar, pela análise dos bens arrolados, uma vida de conforto e luxo, conforme destacados no Quadro 39.

Quadro 39 - Bens móveis arrolados do inventário *post-mortem* de Miquelina Garcia Leal (1862)

BENS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Um colar de ouro	60\$000
Um rosário de ouro	25\$000
Uma espora de prata	3\$000
Um cabeção de prata inglês	2\$000
Um freio de ferro	3\$000
Um tinteiro de metal	4\$000
Um selim	15\$000
Uma espingarda de dois canos	50\$000
Uma espingarda de um cano	18\$000
Um cofre encourado	1\$000
Um cofre ordinário	3\$000
Uma roda de fiar	12\$000
Duas rodas ordinárias de fiar	18\$000
Vinte cargas de sal	260\$000
Cinco machados	14\$000
Três foices	9\$000
Um carro de boi	120\$000
Um jogo de rodilhas	8\$000
Ferragens diversas	50\$000
Uma mesa para seis pessoas	50\$000
Valor total	

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 09.

Entre os bens de Miquelina Garcia Leal, aparecem alguns objetos não encontrados em outros inventários. Um cabeção de prata inglês usado como decoração, um cofre demonstrando preocupação com a segurança dos pertences como documentos, jóias e dinheiro e uma mesa. Dentre os inventários analisados, excepcionalmente aparece uma peça de mobiliário, uma mesa com cadeiras, para seis pessoas.

O fazendeiro Antonio Ferreira de Mello por ocasião de sua morte, deixou bens arrolados como: cativos, gado vacum e cavalar, porcos, carros de boi, utensílios e ferramentas. Mesmo possuindo patrimônio considerável, percebe-se pela análise da relação dos bens móveis, uma vida simples, marcada pela ausência de móveis e artigos de luxo, conforme Quadro 28.

Quadro 40 - Bens móveis arrolados do inventário *post-mortem* de Antonio Ferreira de Mello (1863)

BENS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Um par de esporas de prata	25\$000
Um caldeirão	8\$000
Um forno de torrar farinha	10\$000
Uma espingarda de dois canos	7\$000
Uma caixa	7\$000
Um capote	40\$000
Um chapéu	6\$000
Um caixa de cobre de 25 libras	35\$000
Uma roda	6\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 11.

Entre os bens do afamado Januário Garcia Leal, onde constam bens de raiz avaliados em 6:800\$000 (seis Contos e oitocentos mil réis – Quadro 41), fortuna considerável para a época e localidade, consta utensílios, móveis modestos, e ausência de artigos de luxo. Januário era um dos louvados (avaliadores) convocado pelo Juízo de órfãos e Ausentes para avaliar os bens de raiz, semoventes e cativos, por ocasião dos requerimentos dos interessados em abrir inventários e partilha de bens.

Quadro 41 – Bens móveis arrolados do inventário *post-mortem* de Januário Garcia Leal (1968)

BENS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Uma mesa	12\$000
Três catres	5\$000
Uma mesa pequena	4\$000
Um escabelo	4\$000
Uma roda nova	10\$000
Uma roda usada	6\$000
Uma alavanca grande	9\$000
Uma bigorna	3\$000
Um tacho de cobre com dois remendos	20#000
Um alambique pequeno e velho	20\$000
Doze pares de colheres de prata	108\$000
Uma concha de metal	1\$000
Um serrote braçal ordinário	5\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 05/documento 06.

A ausência de artigos de luxo no inventário de Francisco Alves Taveira, também demonstra uma vida simples preme de luxo e conforto, a semelhança dos bens descritos de Januário Garcia Leal.

Quadro 42 - Bens móveis arrolados do inventário *post-mortem* de Francisco Alves Taveira (1873)

BENS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Quatro cunhas de madeira	16\$000
Quatro bastos velhos em carona	40\$000
Quatro freios velhos	16\$000
Uma espingarda de dois canos	16\$000
Um poncho velho de pano	14\$000
Um poncho em bom estado	20\$000
Três canastras velhas	15\$000
Três foices velhas	3\$000
Duas foices novas	10\$000
Três enxadas novas	18\$000
Duas rodas velhas de fiar	30\$000
Um forno velho de cobre de vinte libras	1\$200
Um colar de ouro	40\$000
Um cordão de ouro	40\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 04.

Foram ainda analisados os bens móveis, constituídos por pequenos objetos, ferramentas e utensílios constantes nos inventários de Francisco Garcia Leal, 1861; José Garcia Figueiredo, 1869; Ignácio Alves Dias, 1874; Bernardo Marques Pereira, 1874 e Venância Garcia Tosta, 1875; cujos bens arrolados indicam uma vida simples, sem conforto e luxo. Os objetos e utensílios levantados eram em geral ferramentas, utensílios de sela e montaria, vasilhas de cozinha, fornos, rodas de fiar, algumas peças de vestuário e eventualmente objetos de ouro e prata. Percebe-se a ausência de mobília e objetos de luxo, reforçando a idéia de uma vida simples e rude, marcada pela lida nas plantações e trato com o gado.

A lista de bens móveis dos inventários revela a maioria das ferramentas constantes no processo eram utilizadas para o trabalho, na lida do gado e da lavoura. Faz presente nas listas de bens móveis a posse de jóias, em sua maioria em pequena quantidade, algumas delas ligadas ao uso religioso, como o relicário.

Da lista de herdeiros, compreende-se que as meninas casavam-se cedo, ainda com 12 e 13 anos e os homens casavam-se um pouco mais velhos. Haviam casos em que as viúvas contraíam segundas núpcias logo após o falecimento do primeiro marido. Nesse sentido, após sua morte, os bens eram divididos entre os herdeiros do primeiro e segundo casamento.

Outro ponto curioso nos inventários e que merece destaque é a posse de armas de fogo, como espingarda, que poderia ser usada para a caça e quem sabe para resolver intrigas ou problemas relacionados à terra, o fato é que muitos inventariados a possuíam.

Era comum à época a utilização do couro como matéria prima na confecção de objetos. Sodré pondera que não se utilizava apenas o couro dos rebanhos, mas, sobretudo da caça praticada por proprietários e agregados. A caça, conforme já nos referimos, era utilizada também como alimento. A esse respeito Sodré destaca a figura de Manuel da Rosa, célebre por sua vocação de caçador: “[...]Entrou no sul desta província, vindo da Itapeva da Faxina, domínio do barão, como caçador de veados brancos, animais que existiam em grande quantidade, já em cima, já em baixo da serra, e cujas peles tinham grande comércio, visto como com elas se faziam ponchos, camisas, pelegos, etc.” Daí se depreende a necessidade de armas de fogo utilizadas não só como objeto de defesa, mas sobretudo como equipamento de caça.

A falta de descrição das divisas da fazenda bem como suas extensões parece ser comum nos inventários *post-mortem*. Para Almeida, a posse era a própria gleba sem nenhuma relação²⁶⁷. Conforme já discutido, as posses da região de Santana de Paranaíba ocorreram no vácuo do legislativo, o das posses livres.

O historiador José Alípio Goulart, na obra *Brasil do boi e do couro*, de 1965, ressalta que a fazenda de gado se apresentava de forma diferenciada de outros estabelecimentos agrícolas como, por exemplo, nas fazendas de cana-de-açúcar, na qual a presença do proprietário era constante. Já na fazenda de gado o proprietário era mais ausente, delegando ao capataz sua autoridade. Nessa diferenciação entre os tipos de fazenda, Goulart analisou o porquê da indefinição dos limites das fazendas de gado:

Até certa época eram imprecisos os limites das fazendas de gado, confundindo-se umas com outras, suas extremas firmadas a olho, uma árvore, um curso d'água, um morrete, etc. Fazendas e estâncias haviam contando muitas léguas em quadra, o dono ignorando onde realmente terminavam. Daí a observação de Pierre Deffontaines, de dar-se a denominação de “gerais”, aos campos de criatório, sendo a *marca* impressa no gado mais representativa de propriedade, do que mesmo a terra por onde esse gado modorrentamente pasta.²⁶⁸

²⁶⁷ ALMEIDA, M. M. *Op. cit.*, 1951.

²⁶⁸ GOULART, J. A., *Brasil do boi e do couro*, p. 118.

O pertencimento dessas terras dava-se pelo *pioneiro* que produzia o seu direito de domínio, pois considerava que aquela terra, agora apossada, era *coisa sem dono*, e mais importante que demarcar os limites das fazendas era marcar o gado. Esse aspecto foi registrado pelo Visconde de Taunay relata, em *Visões do sertão*, 1923, ao destacar que qualquer morador podia se proclamar senhor e dono de imensas extensões, porém a riqueza era proporcional ao gado que possuía e não a terra ²⁶⁹.

2.5.5 Cativos como bens semoventes

Edvaldo de Assis, na obra *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*, nos assegura sobre a utilização de trabalhadores escravizados nas diversas atividades econômicas, inclusive na economia pastoril, citando a participação de cativos nas atividades pecuárias, como vaqueiro e curtidor de couro ²⁷⁰. Embora o autor considere a presença de cativos como ínfima nas atividades pastoris, por conta das grandes áreas que abrangiam os rebanhos, facilitando sobremaneira ações de resistência, como fugas para as matas, quilombos ou domínios castelhanos²⁷¹, encontramos significativo número de cativos utilizados como mão-de-obra nas fazendas durante o movimento de apossamento de terras no Sertão dos Garcia. Nos inventários *post-mortem* analisados, pertencentes aos proprietários escravistas constam os nomes, a avaliação e a idade dos trabalhadores escravizados, arrolados como bens semoventes, conforme Quadro 43.

Quadro 43 - Cativos arrolados no inventário *post-mortem* de Maria Delfina de Jesus (1859)

CATIVOS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Um escravo de nome José Africano de idade de doze anos	400\$000
Uma escrava de nome Maria Crioula de idade de vinte e dois anos	500\$000
Uma escrava de nome Joana Crioula de idade de dois anos	200\$000
Total	1:100\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 01/documento 01.

²⁶⁹ TAUNAY. V., *Visões do sertão*, p. 61.

²⁷⁰ ASSIS, E., *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*, p. 31.

²⁷¹ Sobre fugas e resistência dos trabalhadores escravizados, Ver: BRAZIL, Maria do Carmo. *Rompendo Grilhões: Insurgências de negros escravizados nos sertões de Mato Grosso*. In: Grilhão Negro. Ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2009;

Grande parte dos negros escravizados utilizados nas mais diversas atividades da unidade pastoril era oriunda da região de Minas Gerais. Muitos deles foram trazidos também para o sul de Mato Grosso, sobretudo por ocasião do tráfico interno a partir de 1850, conforme evidenciam os inventários *post-mortem*, as cartas de liberdade, escrituras de compra e venda de escravizados e hipotecas catalogadas nos cartórios dos municípios de Corumbá, Miranda, Nioaque e Santana de Paranaíba.²⁷² Observe-se que no inventário, esboçado no Quadro 43, o primeiro nome vem acompanhado de qualificações referentes procedência étnica do escravizado, como os eram nascidos no Brasil (Joana Crioula) e os que eram africanos (José Africano).

Quadro 44 - Crianças escravizadas em propriedades rurais de Santana 1874

SEXO	ESCRAVIZADO/A	IDADE	COR	ESTADO	APTIDÃO AO TRABALHO	PROFISSÃO	ESCRAVIZADOR/A
Meninas	Inocência	10	Preta	Solteira	Capaz	fiandeira	Maria Garcia Leal
	Theodora	14	Parda	Solteira	Capaz	fiandeira	Messias Pinto de Oliveira
	Graciana	10	Preta	Solteira	Tem	fiandeira	Ricardo Barbosa Sandoval
	Antonia	14	Preta	Solteira	Capaz	Cozinheira	Sebastiana – Orfão de Joaquim Bernardo
Meninos	Vicente	6	Parda	-	-	-	Bernardino Correa Neves e Órfãos
	Domiciano	12	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Eugênio órfãos de José de Souza Borges
	Martim	11	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Firmino Garcia de Freitas
	João	12	Parda	Solteiro	Capaz	Campeiro	Firmino Soares de Freitas
	Adão	13	Preta	Solteiro	Capaz	Lavoura	Francisco de Paula Garcia
	Elias	15	Preta	Solteiro	tem	Lavoura	Gabriel Ferreira de Mello
	Albano	14	Preta	Solteiro	Capaz	Lavoura	Isaías da Silva Borges
	Marcolino	14	Preta	Solteiro	capaz	Lavoura	João Manoel Nogueir
	Adão	12	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Joaquim Leal Garcia
	Ricardo	9	Parda	Solteiro	tem	-	José Soares de Freitas
	Elias	9	Parda	Solteiro	Capaz	Campeiro	José Vital de Oliveira
	Manoel	14	Parda	Solteiro	Capaz	Lavoura	Sebastiana – Orfão de Joaquim Bernardo

FONTE: Quadro organizado pela historiadora Maria do Carmo Brazil com base no Livro de Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Sant'Anna de Paranaíba- 1874. In: BRAZIL, Maria do Carmo. "Fazendas pastoris em Mato Grosso [1830-1888]: Cativo, agregamento parental e relações de camaradagem". Revista Debates e Tendências (prelo).

²⁷² Cf. PENTEADO, Y. (org.), *Como se de ventre livre nascido fosse...: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. 1838-1888, 1993.*

Interessante observar a presença de crianças escravizadas (Quadro 44) como bens semoventes num processo de inventário. Esse aspecto presente nesse documento pode ser observado com mais riqueza de detalhe no *Livro de Classificação de escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de Sant'Anna de Paranaíba de 1874*²⁷³. Emerge dali, além de homens ocupados na lavoura e na pecuária, também mulheres roceiras, meninas fiandeiras e moleques campeiros.

Quadro 45 - Cativos arrolados no inventário *post-mortem* de Antonio de Castro Paiva (1849)

CATIVOS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Um escravo de nome André de 50 anos de idade	300\$000
Um escravo de nome Estevão de 30 anos de idade	800\$000
Um escravo de nome João Pardo	—
Um escravo de nome Chico	—

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 01/documento 02.

Os escravos de nome João Pardo e Chico, não foram avaliados por haverem sumido juntamente com o filho da inventariante de nome Bento, cujo paradeiro a viúva desconhecia. O filho Bento da inventariante desapareceu quando procurava um caminho mais curto entre Camapuã e a Vila de Constituição (Piracicaba). Outro aspecto interessante observado nos documentos analisados refere-se à característica fenotípica acoplada aos nomes dos escravizados, como o cativo João Pardo, arrolado no inventário de Antonio de Castro Paiva (Quadro 45).

O Quadro 45 reforça a presença de crianças na relação de bens semoventes. Ali consta que Maria Joaquina de São José, inventariante de Antonio de Castro Paiva, já havia em doze de maio 1840, passado uma Carta de Liberdade a duas crianças escravizadas denominadas Maria e Francisca:.

Ana Maria de São José abaixo assinada, que entre os bens que possuo livres e desembargados, e bem assim duas escravas crioulas de nome Maria [oito anos] e Francisca [dez anos] as quais muito de minha vontade e sem constrangimento de pessoa alguma, hei por bem passar carta de liberdade²⁷⁴.

²⁷³ Livro de Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Sant'Anna de Paranaíba— 1874. Livro apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal em 12 de junho de 1874. Fls 1-6, lata 1865-b. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

²⁷⁴ PENTEADO, Y. (org.), *Op. Cit.*, p. 192.

A presença de cativos em Santana de Paranaíba contribui para a reflexão sobre o caráter patriarcal das famílias que ali se instalaram. Estudar a produção pastoril na região de Santana é lançar luzes sobre o passado escravista da região do antigo Sul de Mato Grosso. Parte dessa história encontra-se em diversos documentos reunidos nos cartórios e instituições públicas locais e regionais. Compulsando o livro *Como se de ventre livre fosse*, encontramos Cartas de liberdade, testamentos, hipotecas e inventários, que comprovam esse passado escravista.

CAPÍTULO 3.

O SERTÃO DOS GARCIA: Olhares, vivências cotidianas e relações de trabalho

Quando assomaram os dois viajantes à estrada do terreiro que rodeava a vivenda dos Pereira, correram-lhe ao encontro quatro cães altos e magros, que aos pulos saudaram o dono da casa com uma cainçada de alegria [...] Do interior da habitação, não tardou a sair uma preta idosa, mal vestida, trazendo atado à cabeça um pano branco de algodão, cujas pontas pendiam até o meio das costas.

- Olá, Maria Conga, perguntou [José] Pereira [o mineiro do romance *Inocência*], que há de novo por cá?
- A benção, meu senhor, pediu a escrava chegando-se com lentidão.
- Deus te faça santa, respondeu o mineiro. Como vai a menina? *Nocência*?
- Nhã esta com sezão.
- Isto sei eu, rapariga de Cristo; mas como passou ela de trasantontem para cá?
- Todo o dia, vindo a hora, *nhã* bate o queixo, *Nhor-sim*.
- Esta bem... É que o mal ainda não abrandou... [...]
- E a janta?...Está pronta? Venho varado de fome.

[...]

Descalvalgou do cavalinho zambro [...] Apeou-se igualmente Cirino ...

- Sr. Pereira, disse Cirino recostando a uma sólida marquesa, não se incomode comigo de maneira alguma...
- Pois então, retorqui o mineiro, deite-se um pouco enquanto vou lá dentro ver as novidades. A hora é mais de comer, que de cochilar [...]

Dormiu talvez hora e meia, e mais houvera dormido, se não fosse acordado por um tropel de animais que parava, e por grita de gente a por cargas em terra.

-Patrícios! Ó gente! Gritou ele [Pereira] para os dois camaradas chegados de pouco: vão mecês sentar naquele rancho, ali. Perto há boa água, e lenha é o que não falta: basta estender o braço. Olhem, dêem razão de fartar aos animais. Aproveitem o milho, enquanto há [...]

(Fragmentos de *Inocência*, Taunay, 1872)

3.1 Visões do sertão nos relatos de viagem

Segundo a historiadora Ana Maria Mauad (1997), variados aspectos da vida material durante o Império foram descritos ou retratados por viajantes, pintores, retratistas e fotógrafos que passaram pelo Brasil no século XIX: “Independentemente da modalidade do registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrrou, ao mesmo tempo que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem”²⁷⁵.

Isso significa que vivências de homens, mulheres e crianças foram, não raro, descritos ou relatados pelas lentes da cultura, dos valores e interesses do narrador. Entretanto, importa ressaltar o valor destas informações, pois seu enredo é repleto de elementos observados ou vividos, cujos detalhes são preciosos para se pensar um dado momento histórico.

A esse respeito Sérgio Buarque de Holanda (1997) ressalta que a partir do século XIX, com o processo de independência, o Brasil transformou-se ponto convergente de viajantes, aventureiros e exploradores das mais variadas nacionalidades:

Aí está um dos fatores do vivo interesse que, ainda em nossos dias podem suscitar os escritos e quadro de viajantes chegados do velho mundo entre o ano da vinda da corte e pelo menos, o do advento da Independência. De tão visto e sofrido por brasileiros, o país se tornara quase incapaz de excitá-los. Hão de ser homens de outras terras, emboabas de olho azul e línguas travadas, falando francês, inglês e principalmente alemão, os que vão incumbir do novo descobrimento do Brasil²⁷⁶.

Nos tempos coloniais, os descendentes dos bandeirantes paulistas tratavam de emboabas os forasteiros portugueses e aos brasileiros de outras origens, sobretudo aqueles que entravam no sertão pelas mais variadas causas, como a busca de ouro e pedras preciosas. Entre esses emboabas dos quais fala o sociólogo, estava à família Taunay, que transmigrou junto com a corte portuguesa para o Brasil em 1808.

A obra de Taunay estimula uma análise a respeito da presença de estudiosos estrangeiros em espaço brasileiro. A partir da abertura dos portos às nações amigas determinada por D. João VI, em 1808, as informações sobre as singularidades brasileiras passaram a ser descritas pela visão dos visitantes estrangeiros. Famosas

²⁷⁵ MAUAD, A. M., *Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado*, p.184.

²⁷⁶ HOLANDA, S. B., (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico, v. 3, tomo II: O processo de emancipação, p. 13.

expedições européias e norte-americanas que, sob a influência de Humboldt e de Spix e Martius, descreviam a paisagem a partir de recursos artísticos e registros científicos, conforme observa Brazil:

‘*Conhecer o Brasil*’, um dos espetáculos da natureza tropical, tornou-se a obsessão incessante dos turistas norte-americanos e europeus. Segundo, Raymond Williams essa afeição pela flora e pela fauna, esse obsessivo interesse pelo cenário selvagem explicava-se pelos efeitos do progresso material do mundo ocidental, os quais modificaram o espírito e a sensibilidade da sociedade moderna²⁷⁷.

Por outro lado, a historiadora Karen Macknow Lisboa, na texto *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*, publicado em 2000, observou que no século XIX, sobretudo após a independência política do Brasil, algumas expedições realizaram longas viagens pelo interior do Brasil, alcançando as mais distantes regiões. A existência de numerosos escritos memorialísticos de estrangeiros deveu-se à relativa segurança em viajar pelo Brasil, país territorialmente grande, que dispensava a necessidade de cruzar fronteiras. Além disso, a relativa estabilidade política e os avanços referentes aos meios de transporte e de comunicação somados às novas possibilidades econômicas verificadas no âmbito nacional promoveram o grande fluxo de visitantes aos mais remotos recantos do Brasil²⁷⁸.

Inúmeros naturalistas e exploradores receberam apoio do Imperador D. Pedro II, por razões não menos importantes como o estudo da natureza e da multiplicidade étnica. As características singulares do sertão brasileiro atraíram diversos visitantes, sobretudo, estrangeiros os quais viam nesse espaço um rico *laboratório* para os estudos sobre as diferentes *raças e culturas*²⁷⁹.

O historiador Roberto Ventura, no trabalho sob o título *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república* (2000), também ressaltou as contribuições dos relatos dos viajantes:

O Brasil imperial mostrou muitas caras aos viajantes estrangeiros. Longe de esgotar a multiplicidade de imagens que eles criaram a respeito de nossa sociedade, nosso governo, nossas instituições e nossa história, é notório que o Brasil de 1808 a 1889 desponta como grande terra preta de potenciais, mas que permanece num constante

²⁷⁷ BRAZIL, M. C., *Rio Paraguai: o mar interno brasileiro- uma contribuição ao estudos dos caminhos fluviais brasileiros*, p. 59.

²⁷⁸ LISBOA, *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*, 2000.

²⁷⁹ *Ibid.*, p.269.

estado de formação, de ainda estar por fazer, pelo processo civilizador, um eufemismo para a dominação de valores cunhados pelos europeus e transpostos ao Novo Mundo ²⁸⁰.

Elaine Cancian, no texto *Cativos nas fazendas pastoris do sul de Mato Grosso (1825-1888): considerações de pesquisa*, também teceu observações sobre a contribuição dos relatos de viagem no processo de investigação histórica:

[...] Comumente, o sul de Mato Grosso foi registrado pelo olhar de pintores, geógrafos, militares, engenheiros movidos pela perspectiva de trabalho e oportunidade de novos conhecimentos científicos. Narrativas resultantes da presença de homens engajados em missões particulares fornecem ponto de partida ao conhecimento que ainda precisa ser construído sobre a posse da terra nos pantanais [e nas demais localidades], a mão-de-obra usada nas fazendas, as formas de produção, bem como o modo de viver na região ²⁸¹.

A independência brasileira desencadeou um processo de busca da construção identitária iniciada pela exaltação da natureza e do sentimento nacional. O nacionalismo pautava-se, portanto na valorização das particularidades regionais.

Para Afrânio Coutinho, os escritores deveriam deixar-se influenciar pelas cenas da natureza brasileira, “[...] o espírito nacional se confundia com a natureza” ²⁸². Para Carlos Martins Junior, Taunay representava esse momento de exaltação à natureza.

Fiel às lições básicas do Romantismo, que associa história e nação para indicar o caminho que leva ao encontro da singularidade cultural de um povo, a ficção romântica brasileira foi buscar inspiração, para inventar essa singularidade, nos quadros regionais da natureza do país. Com fome e uma ânsia topográfica de apalpar todo o Brasil essa narrativa ficcional, mais do que criar tipos, personagens e enredos, fixou-se no ambiente e, praticamente, escravizou-se a ele. Assim, o que vai se formando e permanecendo na imaginação do leitor é um Brasil colorido e multiforme, que a criação artística sobrepõe à realidade geográfica e social. Essa vocação ecológica se manifesta por uma conquista progressiva do território ²⁸³.

A interpretação do conteúdo do discurso de Taunay, por exemplo, seja como literato, como viajante ou como testemunha de uma época, impõe a utilização de todo um sistema de referência que vai desde suas concepções de mundo, trajetória, ligações teórico-ideológicas, passa por seus interesses de classe ou de caráter social e alcançam

²⁸⁰ VENTURA, R., *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república*, p.294.

²⁸¹ CANSIAN, E., *Cativos nas fazendas pastoris do sul de Mato Grosso (1825-1888): considerações de pesquisa*, p.121.

²⁸² COUTINHO, A. A Literatura no Brasil, p. 323.

²⁸³ MARTINS JUNIOR, C. *Mato Grosso do Sul e a retirada da Laguna*, set, 2006.

os aspectos mais subjetivos como possibilidades, curiosidades ou motivações, conforme nos alerta Núncia Santoro Constantino²⁸⁴. Taunay, no entanto, era um viajante movido pela força da missão militar, pela perspectiva de oportunidades e pela busca de conhecimentos, cabendo reflexões a esse respeito.

3.1.1 Santana sob o olhar de um jovem viajante

Taunay tinha 22 dois anos quando se espalharam as notícias sobre a invasão na Província de Mato Grosso. Alfredo Maria D'Escrangnolle, carioca, filho de migrantes franceses, movido, quem sabe pelo ímpeto das paixões da juventude, ou pela força da missão militar, ou pela perspectiva de oportunidades ou, ainda, pela busca de conhecimentos, abandonou temporariamente seus estudos e seguiu junto às tropas brasileiras rumo àquela província. Engajado nesse empreendimento foi encarregado de escrever o *Diário do Exército* (1870), produzindo, a partir daí, em vasta literatura sobre os horrores do conflito platino, como a *Retirada da Laguna* (1871) e outras obras já referidas, focadas em assuntos de natureza política, social e econômica.

O conhecido romance *Inocência*, escrito em 1871, foi ambientado na realidade mato-grossense e grande parte das narrativas de viagens e de guerra de Taunay foi publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Em viagem de regresso ao Rio de Janeiro em junho de 1867, incumbido de levar notícias da Força Expedicionária de Mato Grosso sobre a Guerra do Paraguai, Taunay, às margens do rio Verde, registrou em seu diário manifestos de exaltação à natureza traduzida na frase “Apesar de tudo uma noite no sertão é bela”²⁸⁵. A missão de Taunay de narrar o cotidiano da Guerra misturava-se ao desejo de registrar o cotidiano do sertão. De sua determinação em celebrar a natureza e os costumes particulares do espaço por onde andou, fez registros importantes nos seus vários cadernos de textos, os quais, mais tarde, receberam o título de *Trechos de minha vida*. Esse material resultou em *Memórias* (concluídas em 1892), obra póstuma publicada em 1946, por iniciativa de Afonso Taunay. Os apontamentos do Visconde de Taunay também serviram de inspiração para a construção de *Inocência* (1872), obra que projetou Santana do Paranaíba na literatura e na história brasileira.

De longe é sumamente pitoresco o primeiro aspecto da povoação [de Santana de Paranaíba]. Ponto terminal do sertão de Mato Grosso assenta no abaulado dorso de um outeirozinho. O que lhe dá, porém

²⁸⁴ CONSTANTINO, N. S. *Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinências e possibilidades*, p. 188.

²⁸⁵ TAUNAY, A, *Viagem de regresso de Mato Grosso à corte*, p. 21.

encanto particular para quem a vê de fora, é o extenso laranjal, coroadado anualmente de milhares de áureos pomos, em cuja folhagem verde-escura se encrava as casas ressalta a cruz da modesta igreja matriz²⁸⁶.

Segundo Gilmar Arruda, na obra intitulada *Cidades e sertões*, as variadas interpretações sobre o interior brasileiro ligavam-se à forma distinta de se conceber a natureza.

[...] Cidades e sertões são termos que traduzem novas sensibilidades surgidas no processo acelerado de concentração populacional e de urbanização, por que algumas regiões passaram na primeira metade desse século [século XX]. Mais propriamente, pode-se falar de que se trata de ‘lugares de memória’ do processo de urbanização vivenciado de diferentes formas por diversos contingentes populacionais. Processo de transformação das paisagens, de construção e reelaboração de representações sobre o território e populações, em razão do qual surgiram imagens como as atribuídas ao Estado de São Paulo, como um lugar ‘moderno’, urbanizado e desenvolvido. No início do século mais da metade de seu território era considerado ‘sertão’, desde que se considere ‘sertão’ como o oposto de ‘cidade’²⁸⁷.

Santana de Paranaíba foi vista por Taunay como vilarejo típico dos sertões do Brasil, constituído, segundo observou o escritor Otavio Gonçalves Gomes (1990), por um “negociante mais forte, gente de fora, viajado, que conhece a capital do país e as grandes cidades”²⁸⁸.

Se por um lado Otavio Gonçalves Gomes mostrou que Santana fora apontada como outra vila qualquer, Arruda entendeu que havia uma preocupação de escritores e viajantes da época (século XIX) em construir características específicas de cada *sertão*, ou seja, havia à época o interesse dos letrados em escrever suas memórias, nas quais os lugares eram descritos de forma particular:

A elaboração de uma representação da natureza brasileira, enquanto elemento individualizante, produtor de características específicas, capazes de construir uma unidade autônoma, particular no cenário das nações, começou a ocorrer antes mesmo da independência do país. Sob o signo da história natural, uma comunidade de letrados, funcionários do Estado português, no final do século XVIII e início do XIX desenvolveu toda uma produção de *memórias*, nas suas *viagens filosóficas*, destinadas a produzir um conhecimento da natureza das colônias, resultando, daí, a construção de discursos que procuravam dar especificidades a um lugar chamado Brasil. Nas *memórias*,

²⁸⁶ TAUNAY, V., *Inocência*, 1962, p. 169.

²⁸⁷ ARRUDA, G., *Cidades e sertões: entre a história e a memória*, p. 14.

²⁸⁸ GOMES, O. G., *Mato Grosso do Sul na obra de Visconde de Taunay*, p.68.

minuciosamente adotadas e detalhadas, os lugares assumiam características particulares, individualizantes ²⁸⁹.

Um exemplo da tendência descrita acima por Gilmar Arruda expressa-se nas *Memórias* de Taunay ao descrever as características do sertanejo e a paisagem sul-matogrossense com impressionante riqueza de detalhes:

No dia 30 de junho [1867] estávamos no vasto rancho do Sr. José Pereira, bom mineiro que nos acolheu otimamente e era o primeiro morador que encontrávamos à saída do sertão bruto de Camapoã e à entrada do de Santana, um pouco mais habitado. Acordando indisposto, bem tarde, saí do pouso, chegando, nesse dia 1º de julho, à margem do rio Sucuriú, afluente volumoso do Pardo que leva as águas do Paraná. Nossa pousada, no dia seguinte, devia ser a fazenda do Coletor, assim chamada por ter pertencido a um exator da fazenda nacional. [...] fomos para diante, tangidos pelo mais lúgubre dos espetáculos. Dois soldados estavam ainda fechando uma cova, onde com mais outras pessoas, boiadeiros e camaradas, acabavam de enterrar um alferes, vindo de Goiás, com destino às forças de Mato Grosso. O infeliz, ao alcançar o pouso tivera a desgraça de entrar pelo laranjal a dentro e acocorar-se em cima de umas folhas secas debaixo das quais estava enrodilhada uma cascavel! Mordido violentamente não durou senão minutos...²⁹⁰”

A grandiosa produção de Alfredo d'Escagnolle de Taunay, representada por *Inocência* (1872), *Céus e terras do Brasil*, *evocações* (1882) e *Memórias* (1892), ofereceu significativas contribuições para se compreender parte do perfil da sociedade pastoril-escravista do sul de Mato Grosso, do século XIX.

3.1.2 Atores sociais em cena

Através de *Inocência*, é possível verificar o quanto os memorialistas contribuíram para a construção do discurso historiográfico de um *grande vazão* do sertão interno brasileiro, caracterizado como lugar ermo e distante da civilização:

Esse olhar tão disseminado no século XIX permitiu que a historiografia tradicional se referisse ao território apenas como objeto de conquista, cujos habitantes locais, sobretudo aqueles subalternizados, fossem vistos como atores passivos desse vigoroso movimento de apossamento das terras verificados no interior do país.

²⁸⁹ *Ibid*, p. 68.

²⁹⁰ TAUNAY, V. *Memórias do Visconde de Taunay*, p. 271.

3.1.3 Camaradas

Em *Céus e terras do Brasil*, escrito em 1882, Taunay delineou o perfil do trabalhador livre e pobre, o qual fazia parte do universo cotidiano das fazendas criatórias de região.

Se por um lado Taunay quase se silenciou diante do escravismo, presente até mesmo naquele remoto recanto do país, por outro lado deu um destaque especial à condição concreta do camarada, agente social que estabelece relações de trabalho com os proprietários ou segmentos dotados de cabedais. No bojo das relações de dominação e de produção baseadas nos valores mercantis-escravistas definidas no Brasil desde o período colonial, emergiu, segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco (1964) “uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil”²⁹¹. Essa categoria social evoluiu com o estreitamento de ligações de interesses: “Nessa ordem de coisa, o vendeiro, o tropeiro, ou o pequeno proprietário não escapavam às amarras da dominação”²⁹². No contexto da pecuária sertaneja de Mato Grosso, Taunay delineou os traços do camarada estampando a marca do servilismo também desse segmento social:

Levar, pois, consigo um homem desses é não só verdadeira felicidade para quem não está acostumado aos padecimentos de uma viagem pelo sertão, como até condição de êxito em arriscadas jornadas no interior das terras. Essa fortuna a tive eu. Chamava-se Floriano dos Santos o camarada que, por mais de três anos, me serviu com inexcusável dedicação. Seja as linhas acima uma homenagem sincera a esse obscuro e precioso auxiliar que hoje não pertence mais ao mundo dos vivos, e cujo nome só em mim desperta reminiscências repassadas de uma gratidão, tanto mais íntima e nobre, quanto se refere a um ente que foi humilde e desconhecido de todos²⁹³.

Acerca de agregados e camaradas, Maria Sylvia de Carvalho Franco explica que “essa submissão era suportada como benefício recebido com gratidão e com autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito”²⁹⁴.

A propriedade de largas extensões ocupadas parcialmente pela atividade agrário-pastoril realizada por escravizados possibilitou a consolidação de homens destituídos dos meios de produção, mas não de sua posse, conforme já assinalado. A mesma

²⁹¹ FRANCO, M. S. C., *Op. cit.*, p. 104.

²⁹² *Ibid*, p. 103.

²⁹³ TAUNAY, V., *Céus e Terras do Brasil*, p. 29-35.

²⁹⁴ FRANCO, M. S. C., *Op. cit.*, p. 104.

economia que os excluiu da economia de mercado também não introduziu numa estrutura social bem definida. Emergiu, pelas considerações de Franco, um segmento que não conheceu os rigores da escravidão, mas também não se proletarizou:

Formou-se, antes, uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem a razão de ser²⁹⁵.

Apesar de não aparecerem nos registros documentais, possivelmente havia nas fazendas regionais trabalhadores livres exercendo funções diversas como foi o caso de Floriano dos Santos, camarada de Taunay durante três anos: “Se tiver cavalgadura, escanCHA-se nela e vai tocando os cargueiros que põe na estrada; senão, caminha atrás d'eles, de pés no chão, com passo firme e regular, desde os primeiros albores da risonha aurora até aos últimos clarões do melancólico e roxeado crepúsculo²⁹⁶”.

Os fazendeiros e outros homens de posses estiveram sempre dependentes do camarada, sobretudo, em trabalhos realizados nas veredas incertas do sertão, nos pousos, nos retiros, nos serviços e obras de estradas, na condução de tropas e boiadas, nas derrubadas, na abertura de fazendas, na feitorização. No bojo dessas atividades estavam serviços singulares prestados pelas mãos dos camaradas:

Largo e caudaloso rio corta o caminho, e o viajante não sabe nadar. Vestígios de ponte não existem; canoa nunca houve. Que fazer? Não vacila um só instante o camarada. Depressa amarra os animais a um pau ou touceira; tira-lhes os arreios e cangalhas; despe-se; abre o couro que dobrado em dois serve de liga às cargas; levanta-lhes as pontas; prende-as com embiras e cordas, e eis n'um ápice improvisada uma embarcação, de certo frágil e perigosa, mas naquela ocasião meio único de transpor a corrente. E' o que se chama uma pelota. Enche-la de carga, cair n'água e bracejar para a outra margem, levando entre os dentes a cordinha a que está presa a pelota, é cousa de minutos. Depois lá volta ele, rápido como um poraquê; ganha a praia e, aproveitando o tempo enquanto o couro está seco e duro, carrega passageiro, malas e selins; faz duas outras viagens redondas e por fim tange para o rio bestas e cavalos e os vai dirigindo na difícil transposição com gritos e varadas²⁹⁷.

As grandes extensões de terras eram divididas em retiros, nos quais assentavam-se rancho, currais, piquetes e alguns açudes. Esses espaços funcionavam como morada

²⁹⁵ *Idem.*

²⁹⁶ TAUNAY, V., *Céus e Terras do Brasil*, p. 29-35.

²⁹⁷ TAUNAY, V., *Céus e Terras do Brasil*, p. 29-35.

dos retireiros, trabalhadores incumbidos de vigiar aquele setor específico da fazenda. Além dessa tarefa principal, o *retireiro* realizava atividades envolvendo o curral como marcação, contagem, castração, ordenha, cerca e consertos, cura do gado. Os serviços residuais não entregues às mãos do negro escravizado e que também não interessavam aos homens de cabedais que permitiram as oportunidades ao segmento livre de poucas posses²⁹⁸.

A presença dos trabalhadores livres das atividades pastoris, como peões e capatazes, dificilmente pode ser detectada na documentação analisada, a não ser nos processos criminais, onde os mesmos são arrolados como réus, testemunhas ou como vítimas. Sem dispor dos registros sobre área total das fazendas regionais e dos registros desses trabalhadores na documentação oficial compulsada, é quase impossível de se fazer estimativas sobre a quantidade de trabalhadores livres existentes nas propriedades regionais.

3.1.4 Sertanejos

Sobre a vida dos sertanistas, Taunay fazia a seguinte avaliação:

O legítimo sertanejo, explorador dos desertos, não tem, em geral, família. Enquanto moço, seu fim único é devastar terras, pisar campos onde ninguém antes pusera pé, vadear rios desconhecidos, despontar cabeceiras e furar matas que descobridor algum até então haja varado²⁹⁹.

Do intento de expressar os caracteres essenciais da realidade, despontou a imagem do homem sertanejo descrito por Taunay. São personagens peculiares à região, narrados em seu caráter natural, simples e, ao mesmo tempo audacioso ao se dispor a enfrentar o desconhecido, ainda que isto lhe custe abnegação aos laços familiares. Entretanto, explica Taunay, quando o sertanejo torna-se velho, procura uma esposa (viúva ou parente chegada), “forma casa e escola, e prepara os filhos e enteados para a vida aventureira e livre que tantos gozos lhe dera outrora”³⁰⁰. Com estas características Taunay procurou mostrar parte da vida do sertanejo.

Lucídio, no texto *Nos confins do Império um deserto de homens povoados por bois: A ocupação do planalto sul de Mato Grosso 1830-1870*, compreende que a ideia

²⁹⁸ FRANCO, M. S. C., *Op. cit.*, p.60.

²⁹⁹ TAUNAY, V., *Inocência.*, 2000, p.23.

³⁰⁰ *Ibid.*, p.24.

de Taunay era a de que o sertanejo se moldava ao meio e não se encantava por ele, apesar de conhecê-lo, enfrentar e desafiar ³⁰¹.

Grande parte dessas particularidades foi colhida por Taunay em roda de conversas realizadas com moradores, ou ao redor de fogueiras, nas pausas das caminhadas, nos pousos quando em contato com fazendeiros, vaqueiros e sertanejos.

Outros atores sociais de Santana de Paranaíba foram observados por Taunay, conforme observações de Otavio Gonçalves Gomes, na obra *Mato Grosso do Sul na obra de Visconde de Taunay*.

[..] Taunay procurou descrever uma vila típica dos sertões do Brasil. Há sempre um negociante mais forte, gente de fora, viajado, que conhece a capital do país e as grandes cidades. Naqueles tempos, cada pessoa importante era oficial da Guarda Nacional, daí a origem dos coronéis políticos ³⁰².

Para Taunay o sertanejo afigurava-se como um sujeito desatento e de pouco cuidado referente à alimentação e aos perigos:

Satisfeita a sede que lhe secara as fauces [Segmento de passagem da boca à faringe], e comidas umas colheres de farinha de mandioca ou de milho, adoçada com rapara, [o sertanejo] estira-se a fio comprido sobre os arreios desdobrados e contempla descuidoso o firmamento azul....Vê tudo aquilo o sertanejo com olhar carregado de sono, caem-lhe pesadas as pálpebras; bem se lembra de que por ali podem rastejar venenosas alimárias, mas é fatalista. Confia no destino e, sem mais preocupação, adormece com serenidade... ³⁰³

E Taunay continua sua preconceituosa descrição sobre perfil do sertanejo desse espaço pastoril, sugerindo um perfil predominantemente marcado pela transitoriedade:

Desperta então o viajante; esfrega os olhos, distende preguiçosamente os braços; bebe um pouco d'água. Fica afinal, a buscar o anima, que de pronto encilha e cavalga. Uma vez montado, lá vai ele a passou ou a trote, bem disposto de corpo e espírito, por aqueles caminhos além, em demanda de qualquer pouso onde pernoite ³⁰⁴.

O sertanejo é, para Taunay, aquele que se orgulha com a razão da extensão e importância das viagens empreendidas. Seu maior prazer é elencar os cursos d'água que singrou, transpôs ou batizou:

³⁰¹ LUCÍDIO, J. A. B., *Nos confins do Império um deserto de homens povoados por bois: A ocupação do planalto sul de Mato Grosso 1830-1870*, 1993.

³⁰² GOMES, O. G., *Mato Grosso do Sul na obra de Visconde de Taunay*, p.68.

³⁰³ TAUNAY, V., *Inocência*, 1962, p. 26.

³⁰⁴ *Idem*.

O legítimo sertanejo, explorador dos desertos, não tem em geral família. Enquanto moço, seu fim único é devassar terras, pisar campos onde ninguém antes pusera pé, vadear rios desconhecidos, despontar cabeceiras e furar matas, que descobridor algum até então haja varado...Cada ano que finda traz-lhe mais um valioso conhecimento e acrescenta uma pedra ao monumento da sua inocente vaidade....

- Ninguém pode comigo, exclama enfaticamente. Nos campos de Vacaria, ao sertão do Mimoso, nos pântanos do Pequiri, sou rei!³⁰⁵

As características descritas por Taunay aproximam-se da imagem de Joaquim Francisco Lopes que, entre os anos de 1829 e 1847, fundou inúmeras fazendas, atividade para a qual foi especialmente contratado pelo famoso especulador de terras conhecido como Barão de Antonina.

3.1.5 Sertanejas

Num cenário eminentemente agreste e idílico, mulheres subalternizadas viviam seus dramas e conflitos. Valores do mundo rural como hospitalidade, privacidade, preservação da honra, casamento arranjado, curiosidade, crendices, juramentos permeiam a estrutura narrativa da obra. O menosprezo à mulher em geral, e da sertaneja, em particular é representada por Taunay com destaque para a fragilidade, inconstância e incapacidade frente ao universo exógeno. O escritor mostra que as mulheres deviam ser mantidas longe dos olhos masculinos para evitar sua volubilidade. O hábito da leitura era algo quase inatingível para a mulher sertaneja retratada pelo viajante. A relação social limitava-se ao seio familiar com propalada proteção à fragilidade já referida.

Inocência é, nesse sentido o protótipo da mulher sertaneja:

Sou filha dos sertões; nunca morei em povoados, nunca li em livros, nem tive que me ensinasse coisa alguma...Se eu o magoar, desculpe, será sem querer...Lembra-se que, há já um tempão, pararam aqui umas mulheres com uns homens e eu perguntei a papai por que é que ele não as mandava entrar cá pra dentro, como é de costumes com famílias.³⁰⁶

A intervenção de *Inocência* revela a intenção de Taunay em mostrar a hospitalidade costumeira dos moradores do remoto rincão por onde passou, em pleno estado de Guerra.

³⁰⁵ *Idem.*

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 125.

Taunay traçou também de passagem a imagem do segmento subalternizado, representado pela personagem Maria Conga, negra escravizada que servia a casa do Mineiro, o José Pereira, homem que de fato conheceu quando de sua passagem por Santana de Paranaíba:

- Eh! Lá! Maria Conga, vamos com isso! Janta na mesa!...

Foram o chamado e as indicações de Pereira cumpridas sem demora. Apareceu a velha escrava, que estendeu em larga e mal aplainada mesa um toalha de algodão, grosseira, mas muito alva, sobre a qual derramou duas boas cuias de farinha de milho; depois, emborcou um prato fundo de louça azul, e ao lado uma colher e um garfo de metal.

- Sente-se, doutor, disse Pereira a Cirino....Desculpe se não achar a comida do seu agrado.

Vinha entrando nesse momento entrando Maria Conga com dois pratos bem cheios e fumegantes, um de feijão-cavalo, outro de arroz.

- E as ervas? Perguntou Pereira. Não há?

- *Nhor-sim*. Eu trago já, respondeu a preta, que com efeito voltou daí a pouco.(...)

- Não lhe dou lombo de porco; mas o prometido não cai no esquecimento...

Maria, disse Pereira para a escrava, que fora se colocar a alguma distância da mesa com os braços cruzados, traz agora mel e café com doce.

3.2 *Inocência* de Taunay

Taunay, em suas *Memórias*, lembra que Jacinta Garcia, neta de João Garcia, inspirou-o ao compor *Inocência*, heroína de sua mais famosa composição literária. Taunay a descreveu como moça muito bonita, porém na realidade era vítima de hanseníase, doença temida à época. Santana do Paranaíba foi o vilarejo eleito por Taunay como cenário, onde movimentou a cabocla Inocência e demais personagens, em seus hábitos e costumes³⁰⁷.

O romance de Alfredo D'Escragnolle Taunay, *Inocência*, publicado em 1872, dado à contribuição que ele oferece para a compreensão do Sertão dos Garcia, é indispensável para a abordagem de nosso objeto, além de oferecer a oportunidade de discutir a literatura como uma fonte de investigação histórica. Santana de Paranaíba ganhou visibilidade histórica nas obras de Taunay, *Viagem de Regresso de Mato Grosso a Corte; Visões do Sertão*, publicada 1923, e *Memórias do Visconde de Taunay*³⁰⁸.

³⁰⁷ COUTINHO, A. *Literatura no Brasil*, 1969. p. 269.

³⁰⁸ TAUNAY, V., *Inocência*, 2000., *Viagem de regresso de Mato Grosso à corte*, 1869; *Visões do sertão*, 1923., *Memórias do Visconde Taunay*, 1946.

Na obra *Inocência* Taunay traduz aspectos do cotidiano sertanejo de Santana de Paranaíba, tomando como referencial algumas pessoas que conheceu durante suas viagens à região, entre 1864 e 1870, como bem nos lembra o professor Carlos Alberto Iannone, “*Inocência* é um romance regionalista em que Taunay descreve os hábitos, costumes, e cenários da vida no sertão, que ele tão bem conheceu nas viagens e campanhas militares”³⁰⁹.

3.2.1 O vilarejo

A respeito de Santana do Paranaíba, Taunay descreveu a vila como ponto terminal do sertão de Mato Grosso, cuja área ocupava “extensa e quase despovoada zona da parte sul-oriental da vastíssima província de Mato Grosso a estrada que da vila de Santana do Paranaíba”, alcançava o sítio de Camapuã³¹⁰.

Taunay via como hostil e arisca as pessoas da vila, com exceção dos dirigentes da cidade e fazendeiros, classificados de “gente mais ou menos”. O atento transeunte escreveu que de longe o primeiro aspecto da povoação era pitoresco, mas se tratava de um lugar simples, constituídas por pequenas casas, mescladas com grandes sobrados:

Transpondo límpido regato e vencida pedregosa ladeira com casinholas de sapê à direita e à esquerda, chega-se à rua principal, que tem por mais grandioso edificio espaçosa casa de sobrado, de construção antiquada. Ornamenta-a uma varanda de ferro e um telhado que se adianta para a rua, como a querer abrigá-la em sua totalidade dos ardores do sol³¹¹.

A tradução mental dos aspectos apreciados ou reconhecidos por Taunay, a respeito do universo social de Santana de Paranaíba e suas proximidades, pode ser considerado como produto de seus interesses e bagagem cultural. Cabe, pois, lembrar que Taunay era encarregado de realizar as narrativas de guerra e de viagens, de conhecer e reconhecer o espaço, as imagens, e, nesse aspecto, seus discursos e memórias precisam ser ponderados, pois existe segundo as reflexões da historiadora Sandra Jatahy Pesavento: “[...] complexas mediações entre a concreticidade da vida real dos homens e as representações que os mesmos produzem de si e do mundo [...], ou

³⁰⁹IANNONE, C. A. *A obra do Visconde de Taunay*, p.09.

³¹⁰TAUNAY, V., *Inocência*, 2002, p.17.

³¹¹TAUNAY, V. *Inocência*, 1962, p.135.

seja, no domínio da representação, as coisas ditas ou pensadas têm um outro sentido além daquele manifesto”³¹².

3.2.2 Cenas e Costumes

No romance rural *Inocência*, Taunay descreveu costumes, paisagens e tipos humanos, dessa parte do sertão brasileiro. Seus olhares revelam uma vila paupérrima e sazonal, onde se estampava a pobreza, e também se eclodiam facilmente as doenças, sobretudo as parasitoses e sezões. Sobre os costumes de Santana de Paranaíba Taunay fez o seguinte registro:

De vez em quando, naquela silenciosa rua em que tão bem se estampa o tipo melancólico de uma povoação acanhada e em decadência, aparece uma ou outra tropa carregada, que levanta nuvens de pó vermelho e atrai às janelas rostos macilentos de mulheres, ou à porta crianças pálidas das febres do rio Paranaíba e barrigudas de comerem terra³¹³.

Ao realizar a descrição dos hábitos, costumes, episódios e cenários da vida sertaneja daquele rincão distante do litoral, Taunay trouxe a lume elementos essenciais e ocultos da identidade brasileira. Nessa empreitada, o viajante observou a complexa relação suscitada por um universo completamente adverso ao que vivia na orla litorânea. Seus valores, seus costumes, sua cultura o faziam ver Santana de Paranaíba em estranho estado de abatimento, de morbidez e condição doentia, assim como o sertão, “Que idéia forma aquela pobre gente da existência? O proletário da vida da cidade considera-a um fardo pesado”³¹⁴. Apesar de realçar a exuberância do meio natural, via no sertanejo esse abatimento.

Para Carlos Martins Júnior, Taunay, olhava o sertão e o sertanejo como uma expressão de quem busca a essência nacional, mas como um Brasil esquecido, cujo acesso, só é possível pela arte militar e observações científicas, sob os auspícios da civilização³¹⁵. Para Maria do Carmo Brazil, as narrativas sobre o sertão “[...] que promove uma visão capaz de afigurar as imagens de ‘sonhos’ que se misturam aos pesadelos sombrios, [...] e de convívio malsão”³¹⁶.

³¹² PESAVENTO, S. J., *Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*, p.115-127.

³¹³ TAUNAY, V., *Inocência*, 2002, p.13.

³¹⁴ TAUNAY, A., *Viagem de regresso de Mato Grosso à corte*, p. 22.

³¹⁵ MARTINS JUNIOR, C., *Mato Grosso do Sul e a retirada da Laguna*, 2006.

³¹⁶ BRAZIL, M. C., *Rio Paraguai: o mar interno brasileiro-uma contribuição aos estudos dos caminhos fluviais brasileiros*, p. 282.

Sobre os costumes, temos como exemplo lugares da casa onde era vedada a entrada das visitas, como o quarto da personagem Inocência. Virgílio Corrêa Filho, em *Pantanais mato-grossenses: devassamento e ocupação*, reeditado em 2009, observou esse costume de esconder a família com o intuito de preservá-las: “para que não perturbassem a tranquilidade satisfatória do lar, aos visitantes eram vedado o conhecimento da família, que só aparecia, quando o recém-chegado se incluía na mesma grei, ou se munia de credenciais fornecidas por parentes autorizados”³¹⁷. A ausência do marido, também vedava receber visitas, hábito presenciado por Taunay de regresso do Rio de Janeiro em 1867, quando passou pela casa de Joaquim Leal³¹⁸.

Em *Visões do sertão*, 1923, Taunay descreve que foi a uma missa realizada pelo vigário Fleury na matriz encontrando “umas mulheres velhas com a capa mineira tão característica nas povoações do interior”³¹⁹. Talvez essa capa fosse de uso tão comum na região que as mulheres as utilizam até para ir à missa, evento que reflete a importância da religiosidade no universo rural brasileiro.

Pela sua descrição, a vila de Santana era um local ermo, cuja população parecia viver em permanente reclusão. A presença de mulheres e crianças à porta de casa sinalizava enfermidade familiar.

3.2.3 Personagens

Lugar pouco povoado, Santana possuía segundo Taunay, características semelhantes à maioria das vilas do interior brasileiro. No entanto, notáveis singularidades sociais, sobretudo quanto à maneira do falar local, conduta retraída e desconfiada, própria de uma gente arraigada aos valores herdados dos *entrantes* mineiros.

Os hábitos, costumes e cenários da vida do sertão foram evidenciados por Taunay através de seus personagens criados a partir pessoas que ele tão bem conheceu durante suas andanças pelo sertão como membro de campanhas militares. O restrito número de personagens, em sua maioria, reproduz o linguajar sertanejo, regionalista. Suas ações gravitam em torno da história romântica de um amor contrariado entre Cirino e Inocência.

³¹⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio., *Pantanais matogrossenses: devassamento e ocupação*, p. 203.

³¹⁸ TAUNAY, A., Viagem de regresso de Mato Grosso à corte. p. 28.

³¹⁹ TAUNAY. V., *Visões do sertão*, p.79.

A presença de estudiosos estrangeiros no Brasil, especificamente, no interior evidencia-se no romance de Taunay, sobretudo na figura de Meyer, descrito como um naturalista alemão recolhendo amostras de insetos da região, dotado de um caráter franco, sincero e de espírito aberto.

A figura de Cirino, o herói do romance, também foi embasada em uma das pessoas que Taunay conheceu nas imediações da região, conforme revela este fragmento das *Memórias* de Taunay:

Num pouso adiante, no José Roberto, encontrei um curandeiro que se intitulava doutor ou cirurgião, à vontade, e serviu-me para a figura do apaixonado Cirino de Campos, atenuando os modos insolentes, antipáticos daquele modelo, com quem entabulei, por curiosidade, conversação³²⁰.

O *curandeiro* que o autor conheceu e utilizou no romance *Inocência*, não corresponde ao personagem Cirino, o médico romântico, cidadão e de boa índole. Essa descrição não lembra a pessoa de “modos insolentes e antipáticos” que Taunay conheceu em viagem ao sertão mato-grossense. Ou seja, o *curandeiro* “era homem pretensioso, quase grosseiro e supinamente ignorante, que viajava com um mundo de drogas para impingi-las, a torto e a direito, aos incautos”³²¹.

A personagem de *Inocência* tinha o protótipo da heroína romântica: perfeita, frágil, pálida, angelical, enfim, idealizada. Como já nos referimos, ela foi inspirada em Jacinta Garcia, sertaneja cuja beleza foi devorada pela lepra, tornando-se uma figura cruel e eloquente da condição de ser do sertanejo.

No romance os personagens são amalgamados à terra, mais que isso, submetidos a ela. A harmônica relação homem-natureza transforma o espaço natural numa espécie de lugar ideal, harmonioso e pacífico. O tempo no romance é nitidamente cronológico; inicia-se em 15 de julho de 1860 e vai até 18 de agosto de 1863. Mas o tempo de duração da história é de um ano, pois dois anos constituem um período vazio, tempo no qual Meyer, o naturalista da ficção, demoraria em apresentar os resultados de sua pesquisa na Alemanha.

Para a historiadora Ana Maria Mauad, num primeiro momento, os passantes eventuais, como Taunay, por exemplo, não passavam de observadores externos que classificavam minuciosamente tipos, costumes e normas de comportamento dos

³²⁰ TAUNAY, V., *Memórias do Visconde de Taunay*, p. 276.

³²¹ *Idem*.

moradores locais. Num segundo momento suas narrativas se misturam ao tempo visitado, na medida em que eles se familiarizam com as rotinas e os problemas do lugar frequentado: “Reclamam do calor, dos mosquitos, das chuvas torrenciais, da sujeira das ruas, do descaso das autoridades, dos cocheiros, e dos caminhos para os diferentes sítios, da situação política. Nesse movimento ‘não só figuram um Brasil, como ensinam a figurá-lo, a descrevê-lo’”³²².

Essa análise de Mauad nos faz refletir sobre o personagem Meyer, descrita como portador de espírito aberto, franco e sincero, qualidades que os moradores do povoado de Santana de Paranaíba tomavam para si.

Um dado muito interessante, e que talvez seja uma mera coincidência, é que Euclides da Cunha arrolou um viajante Meyer entre alguns nomes de estudiosos estrangeiros que passaram pelo Brasil. Vem a propósito lembrar que a obra *Sertões*³²³ (1902), traduz a epopéia da vida sertaneja em sua luta diária. O sertão, ignorado pelo restante do país, foi evidenciado por Euclides como espaço, literalmente vazio, apesar da presença dos índios, e abandonado pelas leis e instituições, cuja população vivia à mercê da terra e dos grandes proprietários.

Esse aspecto reforça o pressuposto de que os viajantes estrangeiros, do início do século XIX, teriam contribuído para reunir traços identitários, necessários à formação da nação, conforme salientou Karen Macknow Lisboa:

Provavelmente o próprio fato de testemunharem as mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes da transferência da corte portuguesa, o fim do pacto colonial e do exclusivismo português serviu de ensejo para que dispensassem mais atenção no assunto³²⁴.

Para Karen Macknow Lisboa, os escritos dos *forasteiros* revelam as potencialidades econômicas, sociais e naturais de uma determinada localidade. Inúmeros elementos constituem essa construção discursiva. Estão em jogo, por exemplo, a conquista, a ampliação e a manutenção de novos mercados e a coleta de amostras da natureza³²⁵.

³²² MAUAD, A. M., *Imagem e auto-imagem do segundo reinado*, p.187.

³²³ CUNHA, Euclides da. *Sertões: Campanha de Canudos*, p.85.

³²⁴ LISBOA, K, M., *Olhares estrangeiros sobre o Brasil*, p.270.

³²⁵ *Ibid.*, p. 269.

Entre os estudiosos que passaram pela localidade de Santana de Paranaíba, deixando preciosos relatos destacaram-se Florence (1867), Castelnau (1844) e o próprio Taunay (1867).

Outro aspecto que aparece com nitidez na obra de Taunay refere-se à questão da escravidão. O pai da personagem principal era oriundo de Minas Gerais, proprietário de alguns-cativos, *assim como muitos dos entrantes*. Possuía uma escrava, Maria Conga, que cuidava da casa e mais dois ou três que o ajudava na roça. No romance o pai de Inocência atua como fio condutor da narrativa, sendo um personagem simpático e falador, apesar de carregar valores preconceituosos.

Um personagem que à primeira vista passa despercebido é *Tico*, um anão. Em sua análise do romance, Otávio Gonçalves Gomes discorre que aquele tipo humano é facilmente encontrado no universo social brasileiro, “Há os espalhados pelas fazendas, oriundos talvez de deficiências glandulares: mudos, surdos, débeis e anões”³²⁶. Outro personagem constitutivo do romance, só que com menos destaque, refere-se a Antonio Cesário, padrinho de Inocência. Ele morava em Minas Gerais, a dezesseis léguas do rio Paranaíba.

Na obra *Visões do sertão*, publicada em 1923, Taunay descreve como foi o contato com a pessoa que depois viria a ser o personagem Tico. Taunay estava no rio Sucuriú.

Ahi vi o anãosinho, mudo, mas um tanto gracioso, sobretudo agil nos movimentos, que me serviu de typo ao Tico do meu romance *Innocencia*. Passou-nos numa canoa com muito geito, buscando conversar e tornar-se amavel por meio de frenetica e engraçada gesticulação. Dei-lhe uma molhadurasinha e poz-se a pular como um cabritinho satisfeito da vida, fazendo-nos muitos acenos de agradecimento e adeuses com o chapéu de palha furado, que não esqueci de indicar naquelle livro³²⁷.

Em *Memórias*, Taunay se recorda que teve a inspiração de escrever Inocência, quando de sua passagem por Santana, onde foi acolhido na casa de uma viúva.

[...] tinha filhos já crescidos e o mais velho que não contava mais de dezoito anos, devia em breve casar-se com uma prima, naturalmente tão entanguida, caquética e desamorável como o noivo. Daí quem sabe? Não foi de um desencontro dêses que tirei o assunto do meu

³²⁶ GOMES, O. G., *Op. cit.*, p. 75.

³²⁷ TAUNAY, V., *Visões do sertão*, p.55.

romance *Inocência*, cuja heroína, pela beleza e elegância, devia encontrar alguns pousos além deste do Vau ³²⁸.

O livro *Inocência* foi adaptado para o cinema brasileiro em 1983, com a direção de Walter Lima Júnior, distribuído pela Embrafilme. Porém o cenário utilizado no filme não foi o cerrado, caracterizado pela presença de árvores baixas, retorcidas, de casca grossa e impermeável, espaçadas, sobreposta a um tapete de gramíneas. O cenário onde foi ambientado o filme foi a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro. A adaptação da obra em filme traduz a importância da obra no contexto nacional. No filme Edson Celulari interpreta Cirino e Fernanda Torres faz o papel de Inocência ³²⁹.

3.3 Relações escravistas

A introdução de negros submetidos ao cativeiro na Capitania de Mato Grosso, decorreu da descoberta das minas de Cuiabá. Pelas considerações de Luiz Felipe Alencastro, o significativo e dinâmico fluxo populacional para a região determinou a demanda comercial: “[...] movido a ouro em pó, o mercado do polígono mineiro formado por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso açambarcava toda a América portuguesa no século XVIII” ³³⁰.

Inserido no processo mercantil a partir dos achados auríferos Mato Grosso (1718), articulado aos interesses do Império, enviou muito ouro extraído das zonas mineiras para o mercado europeu. Os negros eram utilizados nas mais diversas atividades do universo mineiro, destacando-se o trabalho nas minas e o plantio de roças, conforme salientou o historiador Edvaldo de Assis: “[...] A mão-de-obra africana, tão necessária nas lavras, passou a ser a nova mercadoria para as minas do Cuiabá vinda através da Capitania de São Paulo” ³³¹.

Os estudos realizados por Brazil, apontam que em 1800, a região mato-grossense contava com 25.821 habitantes, entre livres e cativos. Desse total 46% do vivia em cativeiro (Quadro 46).

³²⁸ TAUNAY, *Memórias do Visconde de Taunay*, p. 273.

³²⁹ Filme: *Inocência*, 1983. Diretor Walter Lima Júnior.

³³⁰ ALENCASTRO, L. F., *Introdução: Modelos da história e da historiografia imperial*, p. 14.

³³¹ ASSIS, E., *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, p.122.

Quadro 46 - População de Mato Grosso (1800)

	ESCRAVIZADOS		LIVRES			TOTAL
	Pretos	Pardos	Pretos	Branco	Pardos	
	10.954	956	3.319	4.242	6.350	
Total	11.910		13.911			25.821

Fonte: Mapa de População da Capitania de Mato Grosso em 1800. Revista do IHGB, XXXVIII, Rio de Janeiro, 1865, p. 126-127. In: BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888.*). Passo Fundo: EdiUPF, 2002, p.145 e 150.

Conforme os dados apresentados no mapa da população geral de Mato Grosso, entre os anos de 1720-1772³³², haviam entrado cerca de 15.380 negros escravizados na região. Entretanto, com o esgotamento das minas observa-se uma alteração significativa traduzido no Quadro 46. Em 1800 esse número caiu de 15.380 para 11.910 de escravizados, entre pretos e pardos. No ano de 1815 esse número já era na ordem de 10.319.

Um documento citado por Sérgio Buarque de Holanda, na obras *Monções* (1945) evidencia o cenário econômico de Mato Grosso na virada do século XIX: “Estão as Minas cansadas; os seus jornais já não cobrem as despesas do ferro, aço, alimento e vestuário dos escravos e por isso o minerador, já desesperado se passa a lavrador ou criador de gado, ou erige um engenho de aguardentes [...]”³³³. A extração predatória promoveu o rápido esgotamento das minas, e atuou no processo produtivo de forma a deslocar os capitais utilizados na mineração para outros setores. Para Celso Furtado, não se criou nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas, a exceção de alguma agricultura de subsistência. O esgotamento das lavras promoveu o deslocamento de interesses para outras atividades econômicas regionais:

Muitos dos antigos empresários transformavam-se em simples faiscadores e com o tempo revertiam à simples economia de subsistência. Uns poucos decênios foi o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros³³⁴.

³³² Mapa da população escrava entre os anos de 1720-1772, esboçada por ASSIS, E., *Op. cit.*, p. 40.

³³³ Documento escrito em 1802, conhecido como "Memória" José Manuel de Sequeira. IN: HOLANDA, S. B., *Monções*, 221-240.

³³⁴ FURTADO, C., *Formação Econômica do Brasil*, p. 85.

Quadro 47 - População de Mato Grosso (1815)

	ESCRAVIZADOS		LIVRES			TOTAL
	Pretos	Pardos	Pretos	Branços	Pardos	
	9.319	956	3.319	4.242	6.35	
Total	10.319		13.821			27.265

Fonte: Mapa de População da Capitania de Mato Grosso em 1815. Revista do IHGB, XXXVIII, Rio de Janeiro, 1857. In: BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888.*), p.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, evidenciava-se no quadro econômico a predominância da atividade de subsistência. Essa forma de produção, não voltada para exportação, mas sim destinada ao abastecimento interno, foi, conforme já assinalado, de suma importância para a construção da história do universo rural brasileiro³³⁵.

Mato Grosso passava, portanto, por uma fase de transição da economia mineradora para a agropastoril, embora essa atividade não representasse grande novidade para a região, pois desde o período monçoeiro, no bojo da extração mineira, já se desenvolvia a cultura da cana de açúcar, a criação de gado e o extrativismo (ipecacuanha, seringa e erva-mate). Dessas atividades derivavam produtos como açúcar, aguardente, couro e gêneros tropicais destinados ao abastecimento interno brasileiro. Segundo Brazil (2002) “Os dados computados no quadro revelam três alterações na constituição populacional da capitania: a) pequena queda quantitativa do contingente escravo (cerca de 8,5%); b) expressivo crescimento do elemento pardo (cerca de 12,9%); c) razoável redução do número de negros (11,9%)³³⁶”.

Na obra *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, publicada em 1984, Lúcia Helena Gaeta Aleixo mostra o quadro econômico regional na virada do século XVIII para o XIX:

[...] Quando do declínio do fluxo da mineração, aqueles que se haviam dedicado ao abastecimento das lavras, através do comércio, conseguiram acumular um *quantum* de capital-dinheiro que permitiu a continuidade dessa atividade mercantil. No entanto, tais comerciantes buscaram intensificar a produção, que visava à realização de lucros no mercado, diversificando a atividade mercantil. Para tanto, adotaram como alternativa básica a lavoura da cana-de-açúcar, a criação de gado e a extração.³³⁷

³³⁵ LINHARES, M. Y., e SILVA F. C., *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*, 1981.

³³⁶ BRAZIL, M. C., *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso*, 76.

³³⁷ ALEIXO, L. H. G., *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, p.23.

A presença do negro escravizado foi marcada, portanto na extração, nos pontos de abastecimento das monções, no transporte de carga e de pessoas, no fabrico do açúcar e da farinha, na socadura de grãos. Hercules Florence discorre sobre sua experiência ao passar pelos caminhos monçoeiros de Mato Grosso entre 1825 e 1829, na proximidade de Camapuã, fazenda que nos tempos áureos da mineração (século XVIII) serviram de entreposto para as monções. Quando da sua passagem pela região, mineiros e paulistas ainda não haviam se adentrado no sul de Mato Grosso. Em Camapuã, Florence fez registros sobre acerca da população negra:

Camapuã é uma fazenda pertencente a uma sociedade que tem sua sede em São Paulo. Em estado de decadência desde a navegação dos rios vai sendo abandonada pelos negociantes, conta perto de 300 habitantes, dos quais é a terça parte escravatura dos sócios. Aí se fabricam grosseiros tecidos de algodão para uso dos moradores e para remessas que em Miranda são trocadas por cabeças de gado vacum e cavalari³³⁸.

O episódio da Rusga (1834) fez deslocar do norte para o sul e sudeste de Mato Grosso um número significativo de famílias oligárquicas, muitas delas acompanhadas de agregados e amigos e, não raro, traziam negros escravizados.

Da mesma forma, a onda povoadora oriunda de Minas Gerais e São Paulo, alcançou o núcleo de Santana do Paranaíba e dali se expandiu para grande parte do sudeste do antigo Mato Grosso, valendo-se amplamente do braço escravizado para suas incursões, apossamentos e desenvolvimento econômico.

3.3.1 Santana pastoril-escravista

Por muito tempo, a historiografia tradicional mato-grossense minimizou a utilização e a importância da mão-de-obra cativa no desenvolvimento do processo histórico na região, seja na mineração, na lavoura ou nas atividades pastoris. Entretanto, a pesquisa realizada, em um rico manancial de documentos existentes nos arquivos regionais sobre Santana de Paranaíba, revelou parte do processo de organização do espaço regional. Alguns deles registram paiol, casas de engenhos, campos de criação de cabras, gados vacuns, muares, moinhos, monjolos, as relações sócio-produtivas e, sobretudo, a mão-de-obra utilizada – livres e cativos – nas lides pastoris das fazendas sulinas de Mato Grosso durante o século XIX. Todo esse material permitiu que pudéssemos contribuir para o avanço da história brasileira, em geral, e da história

³³⁸ FLORENCE, H. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829*, p.72.

regional, em particular. Ao buscarmos essa historicidade, notamos que a existência de um passado escravista ainda causa estranhamento em muitos moradores locais, por achar impensável que a escravidão tenha alcançado também a região de Santana de Paranaíba, velho rincão *esquecido* pela historiografia.

Grande parte dos negros escravizados utilizados nas mais diversas atividades da unidade pastoril era oriunda da região de Minas Gerais. Muitos deles foram trazidos também para o sul de Mato Grosso, sobretudo por ocasião do tráfico interno a partir de 1850. A vida material da sociedade santanense pode ser retirada dos livros de matrícula de escravizados, das cartas de alforrias, processos-crimes, testamentos, hipotecas e inventários *post-mortem* arquivados no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no 1830-1888. O exame desse material possibilita o conhecimento sobre o valor das fazendas, gado e da terra, quantidade e valor dos semoventes, quantidade e preço dos cativos, instrumentos de trabalho e produção, enfim as características do núcleo de produção da escravaria.

3.3.2 População: entre cativos e livres

Santana de Paranaíba, conhecida por *Sertão dos Garcia*, constitui-se num espaço cortado pelos rios Paraná, Paranaíba, Sucuriú, Verde, Pardo, Anhanduí, Vacaria, e Brilhante, onde diversos pontos serviram de pouso aos viajantes que palmilhavam os sertões de Mato Grosso pelos mais variados motivos, entre os quais se destacavam a busca de fama, terra e poder.

Alguns pousos e varadouros mato-grossenses transformaram-se em pequenos arraiais, e conseqüentemente em pontos de irradiação populacional do centro-sul brasileiro. Maria do Carmo Brazil, em obra publicada recentemente sob o título *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil* faz a seguinte observação:

Até as três primeiras décadas do século 19, os gentios bilreiros ainda eram senhores daquelas paragens, quando ocorreu sua ocupação pelos entrantes mineiros, atraídos pelas grandes extensões de vegetação rala, principalmente campos, com pastagens naturais e pela forte presença de gado alçado³³⁹.

³³⁹ BRAZIL, M. C., *Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso. Considerações sobre terra e escravidão (1830-1889)*, p. 232 .

Famílias de colonos mineiros, constituídas por homens, mulheres, crianças, agregados e escravizados, migraram para ocupar parte dos sertões *devolutos* das Vacarias mato-grossenses³⁴⁰. O gradativo processo de superação do escravismo no Brasil desencadeado a partir de 1850, quando da lei de extinção do tráfico negreiro, determinou a escassez de braços nas lavouras nordestinas dando margem à intensificação do tráfico interno.

Os documentos contidos na obra *Como se de ventre livre nascido fosse*, mostra que muitos cativos eram oriundos de Minas Gerais, trazidos pelas famílias de colonos durante a ocupação da região. Brazil afirma que “muitos escravizados do sul de Mato Grosso eram procedentes de Minas Gerais, sobretudo da Coletoria de Uberaba, Vila de Monte Alegre e Vila do Prata, Paróquia de São Francisco”³⁴¹.

Os censos do século XIX contabilizavam a quantidade de população livre e cativa. No Censo de 1872 consta que em Santana de Paranaíba tinha uma população livre de 2880 pessoas e 354 cativos.

Quadro 48 – Censo de 1872

POPULAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS
População livre	2880
População cativa	354
Branços	838
Negros	692
Mulatos	1610
Caboclos	84

Fonte: MATTOS, Joaquim Francisco. *A guerra do Paraguai*. Brasília: UNB, 1990. p.175.

Numa rápida análise, o pequeno número de negros escravizados apresentados por Joaquim Francisco Mattos, no censo de 1872 pode ser considerado irrelevante, entretanto se equiparado ao baixo índice populacional da região, ao tráfico intra-regional, ao movimento abolicionista e resistência ao cativo, percebe-se a tendência escravista de Santana do Paranaíba.

O Relatório apresentado pelo Presidente de Província à Assembléia Legislativa Provincial em 1876, apresentava 388 cativos em Santana de Paranaíba³⁴².

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ BRAZIL, M. C., *Rompendo grilhões:insurgências de negros escravizados nos sertões de Mato Grosso*, p.113.

³⁴² Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1876. In: ASSIS, E., *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, p. 49.

Um aspecto a ser destacado nos escritos de Campestrini refere-se à quase inexistência mão de obra escravizada nos últimos anos da escravatura no Brasil: “os escravos eram verdadeiros agregados, trabalhando na pecuária e na agricultura de subsistência. Quando da abolição da escravatura quase não havia escravos, que foram alforriados aos poucos”.³⁴³ Entretanto, os documentos revelam que grande parte das concessões destinadas aos escravizados – via cartas de alforrias, hipotecas e escrituras de compra e venda – acabavam não se concretizando nos fatos, pois muitas eram revogadas ou decorriam de processos que corriam anos a fio.

3.3.3 Nas cartas de alforrias

As transformações ocorridas na economia europeia durante a segunda metade do século XIX determinaram alterações no antigo sistema colonial implantado no continente americano desde o seu descobrimento. Segundo Emília Viotti da Costa, no livro *Da senzala à Colônia*, mudanças na ordem capitalista, envolvendo a revolução nos meios de transporte e no sistema de produção “promoveram o crescimento da população na Europa e a crescente divisão do trabalho acarretaram a expansão do mercado internacional, tornando impossível a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional”³⁴⁴. Logo a escravidão tornou-se um sistema de trabalho inadequado nessa nova ordem, sobretudo para o segmento ligado ao capital industrial. Esse quadro resultou na supressão do tráfico no Brasil vislumbrando passos decisivos para o fim do escravismo. A abolição tornou-se cada vez mais impositiva gerando acirrados movimentos sociais de pressão junto às forças políticas imperiais. A carência de mão de obra ensejou a política de alforrias visando o bom andamento do sistema até seu último suspiro. A explosão de alforrias condicionadas ou seletivas verificadas nos últimos anos da escravatura no Brasil expressava a tentativa dos escravizadores em preservarem a escassa e cara mão de obra cativa sob controle, conforme se observa nos conteúdos das cartas de alforria da região. Num trecho do documento (1841) transcrito abaixo, retirado do livro *Como se de ventre livre nascido fosse*, estão as imposições de Dona Anna Angélica de Freitas para concessão de alforrias a algumas de suas escravizadas:

³⁴³ CAMPESTRINI, H., *Santana de Paranaíba*, p.128.

³⁴⁴ COSTA, E. V., *Da senzala à colônia*, 1998. p. 29.

[...] compareceu presente Dona Anna Angélica de Freitas pessoa de mim reconhecida pela própria de que trato e dou fé, e por Ela Outorgante me foi dito em presença de seu marido e das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas de mim igualmente reconhecidas que por este instrumento na bem assim e muito de sua boa vontade declara, e como fato declarado tem libertar as suas escravas dos nomes seguintes, a saber, Joana Crioula depois de servir mais cinco annos no captiveiro = Maria Benguela depois de servir vinte annos, e Theresa Africana depois de servir trinta e cinco annos, as quais todas gozarão de plena liberdade, logo que se concluaõ os mencionados prazos que lhe são relativos ³⁴⁵.

Nesse sentido, até o ano de 1871 as Cartas de Liberdade podiam ser revogadas pelos escravistas, e a qualquer tempo, por vários motivos, entre eles sob alegação de ingratidão. Uma hipótese para tal acontecimento seria de que os escravizadores libertavam escravos idosos ou que não estavam aptos para o trabalho, e compravam escravos novos e que estavam com boa idade para a lida.

Entre os documentos, anexados no livro *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*, de Zilda Alves de Moura, publicado em 2008, estão os *Recibos de Compra e Venda* de cativos de Santana do Paranaíba- 1867, cujo conteúdo mostra um mesmo comprador adquirindo o mesmo cativo de vendedores diferentes. Cabe ressaltar que o cativo arrolado no documento fazia parte da herança deixada pelo falecido. Isto significa que o comprador que adquirisse esse escravizado precisaria comprar as outras partes pertencentes a cada herdeiro. Isso explica por que o nome de um mesmo escravizado aparecia mais de uma vez na lista do comprador. Como exemplo, temos o caso de Joaquim Teixeira de Queiroz que comprou o cativo Pedro Crioulo, de João Patrício de Oliveira e de Casemiro Antonio de Paiva. Portanto, no processo de partilha o cativo Pedro foi fatiado entre os três herdeiros.

Durante a pesquisa realizada no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul nos deparamos com um Libelo³⁴⁶ referente à posse de um cativo, do ano de 1874 em Santana de Paranaíba. No Libelo iniciado por Matheus Dias de Campos, ele pede a posse da escrava Rita e de seu filho Tibério, pois os cativos estavam sendo considerados livres perante a Lei, posto que ele não havia matriculado os dois escravos.

³⁴⁵ PENTEADO, Y., *Op. Cit.*, doc. 01, p. 191.

³⁴⁶ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 18.

Tentando obter os escravos de volta, Matheus alegou *ignorância e sandice* de sua parte. Esse argumento foi recusado pelo procurador Joaquim Lemos da Silva nos seguintes termos: “Que o autor nunca foi nem he homem tão rustico e ignorante como allega por que não consta que tenha feito ou use de faser mãos negócios em prejuizo seu, nem tão pouco tem vivido em estado de sandice, tanto que sobre si rege a sua pessoa”³⁴⁷. A leitura detida do processo de Matheus Dias de Campos revelou seu insucesso na recuperação de seus cativos.

Em linhas gerais, Jacob Gorender entende que o cativo era considerado inimigo natural de seu escravizador (e vice-versa), do qual só se podia esperar insubordinação, rebeldia “ou no melhor dos casos, resignação para ‘passar a vida’ com menos sofrimento”. A liberdade, portanto, seria o prêmio máximo “no horizonte da perspectiva existencial do escravo”³⁴⁸.

Chiavenato, por sua vez via a alforria como engodo, pois o instrumento só era acionado quando o escravizador perdia o interesse no cativo³⁴⁹. Além disso, quando o negro recebia alforria mergulhava numa sociedade que o desprezava, ou seja, ele conseguia livrar-se do trabalho escravizado, mas continuava rejeitado pela sociedade guiada pelos valores herdados do escravismo.

3.3.4 Nos Livros de Classificação de escravos

Com relação aos limites das Juntas de Classificação de escravos a serem libertados, organizada pelos governos provinciais no Império, Lúcia Aleixo salienta a burla constante da Lei Rio Branco de 1871 que criava um fundo emancipador para compra de alforrias seletivas.

Os proprietários deviam registrar seus cativos nas juntas de classificação dando informações sobre cada cativo que possuíam³⁵⁰. Entretanto, consta nas considerações de Aleixo que muitos escravizadores registravam escravos doentes, incapacitados para o trabalho. “Por sua vez, os mais saudáveis, capazes de serviço na lavoura, eram excluídos dos benefícios da lei. Justificava-se tal atitude pelo interesse que os proprietários tinham em manter, atado à sua lavoura, os escravos mais aptos e

³⁴⁷ *Idem.*

³⁴⁸ GORENDER, J., *A escravidão reabilitada*, p. 32.

³⁴⁹ CHIAVENATO, J. J., *O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*, p.144.

³⁵⁰ BRAZIL, M. C., *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso*, p.146.

saudáveis”³⁵¹. Nesse aspecto, tem razão Júlio José Chiavenato ao dizer que “quando o escravo tinha condições físicas de desempenhar satisfatoriamente qualquer tipo de trabalho, senhor algum facilitava sua liberdade, já obstada por uma imensa burocracia”³⁵².

A análise do *Livro de Classificação de escravos a serem libertos-1874 de Santana do Paranaíba* (Quadro 49) evidencia um número maior de mulheres cativas a serem libertas do que a de homens. A esse respeito, Hebe M. Mattos de Castro, no texto *Laços de família e direitos no final da escravidão*, de 1997, analisa que as mulheres e crianças teriam sido as maiores beneficiárias na busca pela emancipação. No caso de Santana de Paranaíba, dos 152 cativos cadastrados no Livro, 54% eram mulheres e 46% homens.

Pelas observações de Aleixo na lista dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1874 constava que a maior parte dos cativos eram crianças ou escravizados maiores de 45, ou seja, grande parte dos cativos indicados eram improdutivos, segundo a lógica do sistema.

³⁵¹ ALEIXO, L. H. G., *Op. Cit.*, p.84.

³⁵² CHIAVENATO, J. J., *O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*, p.144.

Quadro 49 - Amostragem da Classificação dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação em 1874

Escravo	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão/ Trabalho	Pessoas da família	Morali dade	Nome do senhor	Observação
Eva	Preta	36	casada	Cozinheira	Tem	um	não	Anna Luisa do Espírito Santo	
Vicente	Pardo	47	viúvo	Lavoura	Capaz		tem	Antonio Roiz de Meneses	
Joana	Preta	18	casada	Fiandeira	Tem		tem	Francisco Garcia Leal Pael	2 filhos são livres
Marcelino	Preta	41	casado	Lavoura	Tem		tem	Gabriel Ferreira de Mello e outros	
Maria	Preta	23	solteira	Cozinheira	Tem	um	tem	Laurinda Garcia Leal	
Manoel	Preta	62	viúvo	Lavoura	Incapaz		tem	Maria Garcia Leal	
Maria	Preta	20	solteira	fiandeira	Tem	2 filhos livres	tem	Maria Garcia Leal e outros	
Firminiano	Preta	30	solteiro	Lavoura	Capaz		tem	Nicesio Fereira de Mello	

Fonte: Livro de Classificação dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação em 1874.

No referente ao quesito *cor* dos cativos a tabela de Classificação de cativos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação feita em 1874, interessa a porcentagem da cor dos escravos que, de forma geral, 83% tinham a cor preta e 17% tinham a cor parda. Dentre as mulheres 85% eram identificadas como pretas e 15% como pardas; e entre os homens essa porcentagem era parecida, 86% pretos e 14% pardos³⁵³.

³⁵³ MOURA, Z. A. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*, 2008.

3.3.5 Nos inventários pós-mortem

Os processos de inventários *post-mortem* existentes no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul são datados a partir do ano de 1859. Dos 270 inventários pesquisados, 95 possuem algum escravo como bens semoventes e 156 possuem algum tipo de bens de raiz.

Os escravos, nos documentos analisados somam-se 428, sendo que 52% são homens e 48% são mulheres. Desses escravos podemos analisar a cor/origem desses escravos, apesar de nem todos os inventários fazerem registros a respeito da cor, conforme o quadro a seguir:

Quadro 50 - Cor/origem dos cativos encontrados nos inventários (1859-1887)

COR/ORIGEM	QUANTIDADE DE CATIVO	QUANTIDADE DE CATIVA
Angola	1	-
Africano	29	14
Brasileiro	1	2
Crioulo	82	76
Mulato	2	1
Nassau	8	2
Pardo	13	21
Total de escravos	136	116

Fonte: Inventários *post-mortem* pesquisados no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul 01 a 15.

Ou seja, do 428 escravos encontrados em todos os inventários somente 252 possuem uma definição de cor/origem, sendo que não podemos saber essa informação dos 176 cativos restantes. Porém o que chama a atenção é que no inventário de Maria Vicência da Costa seu escravo José, de 13 anos, é citado como brasileiro, sendo que tal informação não define sua cor e nem a província onde nasceu, mas nos faz refletir sobre o que seria ser brasileiro nessa época. Outro fato que nos chama a atenção é para o grande número de cativos crioulos, talvez esse grande número ocorresse por causa da extinção do tráfico negreiro em 1850.

Outra informação que pode ser retirada dos inventários é a idade dos cativos, novamente nem todos os inventários passam essa informação, porém chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 51 - Média das idades dos cativos encontrados nos inventários (1859-1887)

IDADE	N. DE CATIVO	N. DE CATIVAS
1-10	56	39
11-20	40	40
21-30	35	38
31-40	32	27
41-50	23	12
51-60	5	3
61-70	2	1
71-80	0	1

Fonte: Inventários *post-mortem* pesquisados no no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul 01 a 15.

Podemos perceber então que dos 428 cativos encontrados temos a informação da idade de 354 cativos. Apesar da informação não contemplar 100% dos cativos pesquisados é um número maior do que sobre a cor/origem do escravo. Um fator interessante nesse quadro é o grande número de cativos e cativas na idade entre 1 e 10 anos, idade em que o cativo não teria força braçal para o trabalho e a existência de alguns poucos escravos idosos (3) com mais de 60 anos, infelizmente o documento não apresenta a função desses escravos.

Nos bens de raiz dos documentos investigados constam sítios e fazendas, mas nenhum inventário consta a dimensão desses terrenos, fato que é discutido na parte sobre a legalização das terras, e também consta em alguns inventários casas na vila de Santana de Paranaíba, os poucos detalhes sobre essas casas envolvem, em geral, se a morada era telhada com telha ou capim. Não há, portanto, muitas informações sobre essas moradas.

No rol nos bens semoventes do inventário de Antonio Marques Rodrigues, no ano de 1860, que teve como inventariante sua esposa Anna Garcia Leal, encontra-se a seguinte listagem de escravos, conforme o Quadro 52. Ainda inclui no documento, que Antonio Marques Rodrigues teria como bens de raiz uma fazenda denominada Imbiruçu, com campo de criar e matas de cultura avaliada em um conto e quinhentos mil reis; e benfeitorias no sítio de morada na mesma fazenda avaliada na quantia de trinta mil réis.

Quadro 52 - Cativos arrolados nos inventários *post-mortem* de Antonio Marques Rodrigues (1860)

CATIVOS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Uma cativa de nome Rita Africana – 35 anos	800\$000
Uma cativa de nome Maria Crioula – 13 anos	1:500\$000
Uma cativa de nome Joaquina Crioula – 12 anos	1:500\$000
Uma cativa de nome Tereza Crioula -	1:400\$000
Um cativo (nome inteligível) – 9 anos	1:200\$000
Um cativo de nome Gabriel Crioulo – 3 anos	400\$000
Uma cativa de nome Luiza Crioula – 1 ano	200\$000
Total	7:000\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 02/documento 14.

Observe-se que o campo de criar e matas de cultura avaliada em um conto e quinhentos mil reis (1:500\$000) correspondia ao preço de apenas uma cativa, no caso Maria Crioula de 13 anos e Joaquina Crioula de doze anos. As benfeitorias no sítio de morada na mesma fazenda foi avaliada em trinta mil reis, aspecto que confirma a importância das benfeitorias no processo de valorização das posses das terras, do contrário estas não tinham o menor valor³⁵⁴.

No inventário dos bens de Miquelina Garcia Leal, do ano de 1862, no qual João José de Castro foi o inventariante, consta que ela morava com seus filhos na Fazenda dos Coqueiros e que teria somente uma escrava de nome Benedita, avaliada em um conto de reis. Mas o que chama atenção nesse documento é que a escrava foi liberta pagando a indenização de 320 mil reis aos herdeiros, além da obrigação de trabalhar em todo e qualquer serviço compatível com suas forças e pelo tempo necessário para pagamento daquela quantia. A cativa teria ainda que indenizar gastos com despesas no caso de enfermidade. Apesar de Miquelina ter apenas uma negra escravizada é importante recordar que dentre os inventariados pesquisados, era ela que possuía o maior número de animais³⁵⁵. Não consta no inventário como eram manejados estes animais, se por vaqueiros livres ou escravizados não declarados no inventário.

³⁵⁴ SODRÉ, N. W., *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastori*, l p.90.

³⁵⁵ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888). Caixa 03/documento 09.

Não consta no inventário a extensão e o valor da propriedade Miquelina Garcia Leal inventariado em 1862. Nela encontramos 388 cabeças de gado vacuum e somente uma cativa avaliada em um conto de réis, preço maior que as sessenta e duas vacas paridas que ela possuía e que totalizava novecentos e noventa e dois réis.

Em um processo de inventário *pós-mortem*, referente aos bens de Antonio Ferreira de Mello, da localidade de Santana de Paranaíba, do ano de 1863, consta à avaliação dos bens imóveis e semoventes, cuja listagem contém um forno de torrar farinha (10\$000), cem reses de criar (no total de 1:500\$000) e cativos. Entre os oito cativos listados, 2 não possuem as idades arroladas, no total esses oito cativos valem cinco conto cento e sessenta e seis mil réis 5:166\$00. Na sequência da listagem desses escravos consta arrolado um burro de sela avaliado em cinquenta mil réis³⁵⁶.

Quadro 53 - Inventário post-mortem de Antonio Ferreira de Mello (1863)

CATIVOS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
Cativa de nome Ignez – 40 anos	1:000\$000
Cativa de nome Maria, crioula – 7 anos	500\$000
Cativo de nome Querino	1:100\$298
Cativo de nome Candido	600\$000
Cativo de nome Francisco – 15 anos	1:000\$000
Cativo de nome Francisco crioulo – 16 anos	1:200\$000
Joaquim Crioulo – 7 anos	Não declarado
Total e	5:400\$298

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 11.

No inventário referido, encontramos cativos com mais de um dono, no qual o inventariado teria apenas uma parte. Como a partilha estava ainda em andamento havia a possibilidade de avaliar outra herança a que tinha direito o falecido, e, conseqüentemente o inventariante. Evidencia-se que o inventariado tinha um número razoável de bens e que alguns escravizados estavam sob o poder de Francisco das Chagas Araújo, inventariante e esposo de Fausina, uma das herdeiras.

Outro ponto do inventário que nos chamou atenção refere-se ao fato de que outra herdeira, de nome Maria, era casada com Joaquim Garcia Leal um dos *pioneiros* da localidade de Santana de Paranaíba. Esse detalhe é importante para a reflexão

³⁵⁶Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888). Caixa 03/documento 11.

envolvendo a natureza dos casamentos contraídos na região, os quais, conforme também observou Alfredo Taunay, quando de sua passagem pela região em 1862, se realizavam por interesses econômicos, um costume comum, característico do modelo de família patriarcal.

O inventário de Bernardo Marques Pereira, do ano de 1874, tinha como inventariante sua esposa Marciana Garcia Leal e no rol de descrição de bens consta apenas dois escravos um cativo de nome João, 35 anos, avaliado em oitenta mil reis; uma escravizada de nome Maria, 37 anos, avaliada em seiscentos e cinqüenta mil reis. Porém podemos observar que os dois escravos estão em fase adulta ³⁵⁷. Estes dados valem para ressaltar que havia uma tendência em dar maior valor à mão-de-obra feminina, baseado, no tipo afazeres como cozinhar, fiar e outros tipos de trabalho menos extenuantes.

Diferentemente do inventário anterior, no de Justina Garcia Leal, ano de 1870, consta na descrição e avaliação de bens dois cativos crianças: um escravinho crioulo, de nome Salvador de 8 anos avaliado em seiscentos mil reis; e um escravinho crioulo, de nome João, de 5 anos mais ou menos, avaliados em quatrocentos mil reis ³⁵⁸. Sendo que o bem mais caro que conta no inventário dela, sem ser escravos, era as benfeitorias realizadas na fazenda da Será avaliada em quatrocentos mil réis, o mesmo preço do escravo João.

O inventário de Joaquim Pedro Garcia teve como inventariante seu irmão João Garcia Leal, porque a sua esposa, Maria do Carmo já havia falecido. Entre os bens semoventes está inserido um cativo de nome Gaspar, crioulo, de 12 anos, avaliado em um conto e quinhentos mil reis e uma cativa Teresa, crioula, 45 anos mais ou menos avaliada em novecentos mil reis. O inventário é do ano de 1861 ³⁵⁹.

A viúva Laudelina Carolina de Almeida foi a inventariante de Francisco Garcia Leal, no ano de 1861, e no rol dos seus bens constam dois cativos: um cativo de nome Marciano, crioulo, 25 anos, avaliado em quarenta e dois contos e cem mil reis; e uma cativa de nome Julia, crioula, 15 anos avaliada em um conto e quinhentos mil reis ³⁶⁰.

³⁵⁷ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 07/documento 14.

³⁵⁸ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 05/documento 21.

³⁵⁹ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 01.

³⁶⁰ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 03/documento 03.

Os dois cativos – um de 25 anos avaliado em 2\$100 réis e uma cativa adolescente de 15 avaliada em 1:500\$000 réis – apresentam uma discrepância de preços, aspecto que não conseguimos explicar a razão. Chama a atenção porque com o preço médio de um cativo em idade ativa comprava-se cerca de onze vacas paridas (de acordo com o Quadro 26) cabeças de gado.

De acordo com os documentos analisados, Januário Garcia Leal possuía um número grande de escravos, um total de doze. É importante lembrar, que dos inventários pesquisados, ele era umas das pessoas que mais possuía animais em seu rol de bens semoventes.

Quadro 54 – Cativos arrolados no inventário post-mortem de Januário Garcia Leal (1868)

CATIVOS	VALOR AVLIADO EM RÉIS
Cativo de nome Jose de Nassau – 50 anos	700\$000
Cativo de nome João de Nassau – 60 anos	100\$000
Cativo de nome Severino crioulo – 40 anos	1:500\$000
Cativa de nome Francisca de Nassau – 30 anos	1:500\$000
Cativa de nome Generosa Parda com uma cria de oito dias	1:350\$000
Cativa de nome Joaquina crioula – 40 anos	700\$000
Cativa de nome Luzia – 24 anos	1:600\$000
Cativa de nome Jeronima – 10 anos	900\$000
Cativo de nome Manoel – 7 anos	850\$000
Cativo de nome Adão Crioulo – 7 anos	700\$000
Cativo de nome Estevão – 4 anos	350\$000
Cativa de nome Custódia Parda – 20 anos	200\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 05/documento 06.

Entre o auge do escravismo no Brasil, entre os anos de 1559, quando iniciou-se oficialmente o tráfico negreiro no Brasil, e o ano de 1850, ano da lei de extinção do tráfico, “[...] havia uma grande preferência pelas idades entre 15 e 29, que os escravos acima de 35 anos eram evitados sempre que possível e que crianças com menos de 10 anos também não eram desejadas³⁶¹”. Visto como capital de uma empresa colonial, velhos e crianças provocavam o aumento dos gastos e diminuía o índice de

³⁶¹ MELLO, P. C., *Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na segunda metade do século*, p. 173.

lucratividade da empresa. Mas durante o processo de superação do escravismo, dada a escassez de braços, mesmo o pré-sexagenário detinha significativo valor. O cativo José Nassau, por exemplo, com cinquenta anos foi avaliado no inventário de Januário Garcia Leal com o preço de 700\$000 réis. Dos doze escravizados constantes no inventário de Januário, seis encontravam-se em idade ativa, entre 20 e 40 anos que reunidos tinham um preço médio de 1:141\$666 réis. Observe-se que o cativo Severino crioulo, de 40 anos é considerado produtivo, considerando que foi avaliado em 1:500\$000 réis. Outro dado aspecto interessante refere-se a cativa Generosa Parda e sua “cria” de oito dias, avaliada em 1:350\$000 e objeto de partilha entre os herdeiros de Garcia Leal. Seguindo os padrões rotineiros aplicados em alguns processos de inventários, tudo indica que houve a separação entre mãe e filho/a no momento da efetivação da partilha. A esse respeito Setembrino dal Bosco, produziu um estudo sobre *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul [1780/1889]: capatazes, peões, e cativos* (2008), onde explica que esse de procedimento freqüentemente acontecia porque seguramente os laços familiares escravizados não eram reconhecidos pelo regime escravocrata³⁶². Nesse sentido, os proprietários, não raro, vendiam, alugavam seus cativos apartando marido e mulher, pais e filhos, sem restrições, até 1871, quando foi publicada a primeira Lei emancipatória.

No Quadro 54 estão relacionados quatro menores entre quatro e dez anos sete anos. São eles o menino Manoel de sete anos, o crioulinho Adão, também de sete anos, o pequeno Estevão de quatro anos e a cativa Jerônima de dez anos. Infelizmente o documento não revela quem eram os pais das crianças arroladas.

³⁶² BOSCO, S. D., *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul [1780/1889]: capatazes, peões e cativos* . 109.

Quadro 55 – Quadro geral dos inventariados e seus respectivos cativos (1859/1887)

NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME DO CATIVO	IDADE	COR	PREÇO EM RÉIS
Antonio Ferreira de Mello	Ignês	40	Não consta	1: 000\$000
	Querino		Não consta	1:100\$298
	Candido		Negro	600\$000
	Francisco	15	Não consta	1:000\$000
	Francisco	16	Crioulo	1: 200\$00
	Joaquim	7	Crioulo	-
Antonio Marques Rodrigues	Rita	35	Africana	800\$000
	Maria	13	Crioula	1:500\$000
	Joaquina	12	Crioula	1:500\$000
	Teresa	20	Crioula	1:400\$000
	Escravo (não identificado)	9	Crioulo	1:200\$000
	Gabriel	3	Crioulo	400\$000
	Luzia	1	Crioula	200\$000
Bernardo Marques Pereira	João	35	Não consta	80\$000
	Maria	37	Não consta	650\$000
Francisco Garcia Leal	Marciano	25	Crioulo	2:100\$000
	Julia	15	Crioula	1: 500\$000
Januário Garcia Leal	José	50	Nassau	700\$000
	João	60	Nassau	100\$000
	Severino	40	Crioulo	1: 500\$000
	Francisca	40	Nassau	1: 500\$000
	Generosa		Parda	1: 350\$000
	Joaquina	40	Crioula	700\$000
	Luzia	24	Não consta	1: 600\$000
	Jeronima	10	Não consta	900\$000
	Manoel	7	Não consta	850\$00
	Adão	7	Crioulo	700\$000
	Estevão	4	Não consta	350\$000
	Custódia	20	Parda	200\$000
Joaquim Pedro Garcia	Gaspar	12	Crioulo	1:500\$000
	Teresa	45	Crioula	900\$000
Justina Garcia Leal	Salvador	8	Não consta	600\$000
	João	5	Não consta	400\$000
Miquelina Garcia Leal	Benedita		Não consta	1:000\$000
Total estimado				32:000\$0000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1861). Caixa 01-15.

Através da exposição dos inventários e da criação dos quadros podemos perceber a existência de grande número de crianças cativas (29%), e de mulheres cativas (41%), e dois escravos entre 50 e 60 anos. Percebe-se um número considerável de crianças escravizadas arroladas como bens semoventes dos inventariantes ou objeto de partilha entre herdeiros escravistas.

Os dados esboçados no Quadro 55 revelam que o primeiro nome do escravizado vem sempre acompanhado de qualificações referentes à característica fenotípica (parda, por exemplo) e à procedência étnica do escravizado. Se o cativo fosse nascido no Brasil juntava-se ao primeiro nome o adjetivo crioulo(a) e se fossem oriundo da África, geralmente seu nome vinha acompanhado da expressão africano, ou a região de sua procedência (Nassau, Angola). A esse respeito, Maria do Carmo Brazil (2009), com base em cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de cativos, faz alguns esclarecimentos:

Da região de Minas muitos negros escravizados foram trazidos para o sul de Mato Grosso, sobretudo por ocasião do tráfico interno a partir de 1850, conforme evidenciam as Cartas de liberdade, hipotecas e escrituras de compra e venda de negros, catalogados nos cartórios dos municípios mato-grossenses de Corumbá, Miranda, Nioaque e Paranaíba³⁶³.

Isso significa que inúmeros cativos do sul de Mato-Grosso eram procedentes de Minas Gerais, sobretudo da Coletoria de Uberaba. Salienta ainda Brazil que

Os serviços domésticos e urbanos eram absorvidos pelos negros da Costa da Mina e as atividades agrícolas sorviam os negros de Angola. Um aspecto interessante observado nos documentos cartoriais refere-se à característica fenotípica dos escravos acoplada a seus nomes, como José Cabra (mestiço de mulato e negro), Rufino Preto, Feliz Caburé (mestiço de negro e índio), Sebastião crioulo pardo. Em outros documentos o primeiro nome vinha acompanhado de qualificações que sugeria sua procedência étnica africana como Maria Benguela, Thereza Africana, Maria de Nação Moçambique, José Benguela, Joaquina de nação Benguela, Felisardo de Nação Moçambique, Antonio de nação Congo, Maria Rebola, etc.³⁶⁴

Daí a importância do exame das cartas de alforrias e dos inventários e da escrituras de compra e venda de escravizados, conforme observou o historiador Stuart Schwartz ressalta a importância dos processos de manumissão: “as cartas de alforria esclarecem não só as características dos libertos, mas também o processo de emancipação, as motivações e as atitudes tanto dos senhores quanto dos escravos em tal processo”³⁶⁵. Nos inventários *post mortem* crianças eram frequentemente arroladas como bens semoventes dos inventariantes ou objeto de partilha entre herdeiros escravistas, conforme procuramos demonstrar.

³⁶³BRAZIL, M. C., *Rompendo grilhões:insurgências de negros escravizados nos sertões de Mato Grosso*, p. 113.

³⁶⁴ *Idem.*

³⁶⁵ SCHWARTZ, S. *Escravos, roceiros e rebeldes*, p.196.

3.4 Cativos campeiros

Historiadores como Solimar de Oliveira Lima, Mário Maestri e Setembrino Dal Bosco registraram a presença marcante do negro escravizado em atividades pastoris além de sua importância nos respectivos esquemas regionais de abastecimento ou de exportação dos produtos bovinos³⁶⁶.

Ao discutir a presença do escravizado na fazenda pastoril piauiense, Lima faz o seguinte destaque:

[...] a suposta aptidão natural do afro-descendente para ser vaqueiro facilitava, na percepção da administração e autoridades, os sucessivos deslocamentos de mão-de-obra entre fazendas e retiros para realização de outras tarefas, já que os trabalhadores poderiam ser facilmente substituídos. O vaqueiro era, no geral, tratado como um trabalhador desqualificado, realizador de serviços ou tarefas que não requeriam habilidade³⁶⁷.

Maestri não só reitera a posição de Solimar Oliveira Lima, como contesta Décio Freitas, por este historiador minimizar a utilização do braço escravo em atividades pastoris. Para Freitas a produção pastoril sulina funcionava essencialmente apoiada em trabalho livre, ou seja, ele nega que esse processo como modo de produção. Por essa ótica, “os cativos das estâncias seriam empregados nas atividades agrícolas e domésticas, raramente nas fainas pastoris ao máximo, ‘um que outro escravo’ era ‘visto, às vezes, no trabalho do campo’, em tarefas auxiliares”³⁶⁸.

A tese de Décio Freitas refere-se à diferença entre os núcleos pastoris do Rio Grande do Sul e as fazendas produtoras de açúcar e café do nordeste e sudeste brasileiro. O alongamento do rebanho em vastas extensões de terras exigia métodos específicos de vigilância, envolvendo o peão livre, fator que elevaria a produção.

Sobre a vida material do cativo-peão nas fazendas gaúchas, Maestri pondera que:

Na fazenda, além do fazendeiro, apenas o capataz, na sede, o posteiro, nas bordas da propriedade, e o cativo, nas senzalas, relativamente, acasalavam-se normalmente, assegurando a baixa produção de mão-de-obra livre e escravizada necessária à produção pastoril. [...]. Os

³⁶⁶ BOSCO, S. D., *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul (1780/1889): capatazes, peões e cativos*, 2008; LIMA, S. O., *O Vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense*, 2008; MAESTRI, M. *O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964)*, 2008.

³⁶⁷ LIMA, *Op. Cit.*, p.127.

³⁶⁸ MAESTRI, *Op. Cit.*, p.177.

cativos não colocavam igualmente questão no que se refere à posse da terra, pois mobilizavam-se, de todos os meios, para fugir ou livrar-se do proprietário, que os explorava, e distanciar-se da terra, onde eram explorados³⁶⁹.

O fragmento destacado sustenta a baixa reprodução necessária à produção pastoril da mão de obra livre e do negro sob cativo. Denota também a falta de interesse do escravizado no referente à posse da terra, diferentemente do peão livre que sendo solteiro permanecia vinculado à fazenda, que não se preocupava com abrigos familiares para peões, conforme revelam os dados arquitetônicos das estâncias sulinas.

Helen Osório (1999), em estudo sobre a estrutura agrária do Rio Grande do Sul, também se opôs à posição de Décio Freitas, na medida em que número expressivo de cativo campeiro entre lavradores, agricultores, roceiros etc.:

Entre as principais conclusões, que contrariam a visão tradicional de uma paisagem agrária conformada apenas por grandes latifúndios pecuários manejados por poucos e indômitos peões livres, indicamos uma presença majoritária de lavradores dentre os produtores rurais; a existência de uma variada gama de criadores de animais, que se iniciava com poucas dezenas de cabeças e alcançava rebanhos vacuns de algumas milhares de cabeças (ainda que 68% dos proprietários possuísem até 500 animais); o fato de que mais da metade das “estâncias” (definidas por nós como as unidades produtivas com mais de cem cabeças vacuns), eram na verdade estabelecimentos mistos, dedicados simultaneamente à pecuária e à agricultura (especialmente do trigo e da mandioca); uma forte presença de mão-de-obra escrava, não só na agricultura mas também na pecuária e, finalmente, que grande parte dos denominados “lavradores” eram, também, pastores, criadores de pequenos rebanhos de gado. Naquele trabalho abordamos a capitania como um todo, a partir de uma amostra de 541 inventários, tomados de cinco em cinco anos.³⁷⁰

As pesquisas de Osório evidenciaram a relações escravistas na pecuária e, que havia mais escravos na lida com o gado do que mesmo com a agricultura no Rio Grande do Sul envolvendo o século XIX.

No que se refere às relações escravistas em Mato Grosso, Edvaldo de Assis em trabalho publicado em 1988 sob o título *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*, nos dá pistas importantes sobre a utilização de trabalhadores escravizados nas diversas atividades econômicas, inclusive na economia pastoril, citando a participação

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 249.

³⁷⁰ OSÓRIO, H., *Fronteira, Escravidão e Pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, s/d. Texto disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-09.pdf>.

de cativos nas atividades pecuárias, como vaqueiro e curtidor de couro³⁷¹. Entretanto o historiador ressalva que: “O negro escravo, na qualidade de vaqueiro, sua presença (sic) estava condicionada ao tamanho do criatório e ao controle do senhor, participando também de serviço infra-estrutural do criatório, como cercamento e outros”³⁷². Observação que contraria posições mais recentes, como assinalado.

Segundo o historiador, o pequeno número de cativos nas atividades pastoris residia na dificuldade de se estabelecer esquemas de controle do cativo em áreas de grandes extensões para o campeio dos rebanhos. Estas condições facilitavam sobremaneira as ações de resistência, como fugas para as matas, quilombos ou domínios castelhanos. Entretanto, observamos um número significativo de cativos utilizados como mão-de-obra nas fazendas pastoris durante o movimento de apossamento de terras no Sertão dos Garcia.

A documentação compulsada sobre o sul do antigo Mato Grosso revelou um cenário formado por homens ocupados na lavoura e na pecuária, e por mulheres roceiras, cozinheiras e fiandeiras. Esta função explica a razão pela qual se pode observar com frequência a existência de rodas de fiar, arroladas como bens móveis nos inventários *post-mortem* da região de Santana de Paranaíba.

Nos livros de classificação de cativos para serem libertadas pelo Fundo de Emancipação as crianças escravizadas são destacadas como mão-de-obra *aptas* para o trabalho. O rigoroso cotejo da lista oficial de pessoal das fazendas sulinas de Mato Grosso permite também constatar a existência de crianças escravizadas atuando nas roças, na cozinha ou no campo. Estas crianças, fora do alcance da Lei do Ventre Livre de 1871, eram, desde muito cedo, preparadas para assumir função produtiva, conforme evidenciam os relatos de viagem esboçados pela historiadora Maria Lúcia Mott, em *A criança escrava na literatura de viagem*, obra publicada em 1975: “A partir de cinco a seis anos parece encerrar uma fase na vida da criança escrava. A partir desta idade ela aparece desempenhando alguma atividade. [...] no meio rural, as mulheres e as crianças desempenhavam freqüentemente a mesma tarefa, como por exemplo, descascar mandioca, descaroçar algodão e arrancar ervas daninhas”³⁷³.

³⁷¹ ASSIS, E., *Op. cit.*, p. 31.

³⁷² *Idem.*

³⁷³ MOTT, M. L. B., *A criança Escrava na Literatura de Viagem*, p. 6.

Quadro 56 - Crianças escravizadas em propriedades rurais de Santana (1874)

Sexo	Escravizado/a	Idade	Cor	Estado	Aptidão ao Trabalho	Profissão	escravizador (a)
Meninas	Inocência	10	Preta	Solteira	Capaz	Fiandeira	Maria Garcia Leal
	Theodora	14	Parda	Solteira	Capaz	Fiandeira	Messias Pinto de Oliveira
	Graciana	10	Preta	Solteira	Tem	Fiandeira	Ricardo Barbosa Sandoval
	Antonia	14	Preta	Solteira	Capaz	Cozinheira	Sebastiana – Orfão de Joaquim Bernardo
Meninos	Vicente	6	Parda	-	-	-	Bernardino Correa Neves e Órfãos
	Domiciano	12	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Eugênio órfãos de José de Souza Borges
	Martim	11	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Firmino Garcia de Freitas
	João	12	Parda	Solteiro	Capaz	Campeiro	Firmino Soares de Freitas
	Adão	13	Preta	Solteiro	Capaz	Lavoura	Francisco de Paula Garcia
	Elias	15	Preta	Solteiro	tem	Lavoura	Gabriel Ferreira de Mello
	Albano	14	Preta	Solteiro	Capaz	Lavoura	Isaias da Silva Borges
	Marcolino	14	Preta	Solteiro	Capaz	Lavoura	João Manoel Nogueir
	Adão	12	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Joaquim Leal Garcia
	Ricardo	9	Parda	Solteiro	tem	-	José Soares de Freitas
	Elias	9	Parda	Solteiro	Capaz	Campeiro	José Vital de Oliveira
	Manoel	14	Parda	Solteiro	Capaz	Lavoura	Sebastiana – Orfão de Joaquim Bernardo

FONTE: Quadro organizado pela historiadora Maria do Carmo Brazil com base no Livro de Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Sant'Anna de Paranaíba– 1874. In: BRAZIL, Maria do Carmo. “Fazendas pastoris em Mato Grosso [1830-1888]: Cativo, agregamento parental e relações de camaradagem”. Revista História: Debates e Tendências (prelo)³⁷⁴.

Do Livro de Classificação de escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de Sant'Anna de Paranaíba de 1874³⁷⁵, documento do acervo do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) emergem meninas fiandeiras e moleques campeiros ocupados nas fazendas sulinas de Mato Grosso (Quadros 56). Vistos como mercadoria valiosa essas crianças, assim como seus pais podiam ser vendidos, trocados, negociados, utilizados para pagamentos de dívidas e de impostos.

³⁷⁴ BRAZIL, M. C., *Fazendas pastoris em Mato Grosso (1830-1888): Cativo, agregamento parental e relações de camaradagem*, no prelo.

³⁷⁵ Livro de Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Sant'Anna de Paranaíba– 1874. Livro apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal em 12 de junho de 1874. Fls 1-6, lata 1865-b. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Livro apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal em 12 de junho de 1874. Fls 1-6, lata 1865-b. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o percurso da pesquisa que permeou esta dissertação nos fez considerar os ensinamentos de Marc Bloch traduzido no seguinte fragmento: “[...] Mas a história não é uma marcenaria ou relojoaria. É um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento”.³⁷⁶ Daí nosso entendimento de que a história é uma busca dinâmica por um conhecer mais profundo, alimentado por uma curiosidade em pensar o processo histórico. Pelo caráter dinâmico da pesquisa, seja ela histórica ou não, se torna alvo de novos pensamentos e novas interrogações, determinando visões diferenciadas sobre os distintos fenômenos.

No que tange a pesquisa vale ressaltar que a história da província de Mato Grosso caracterizou-se pela permanente disputa entre metrópoles ibéricas, e incessantes movimentos sertanistas de penetração em busca do índio, do ouro e das pedras preciosas. O início da ocupação de Mato Grosso (1718) foi também realizado por *pioneiros* que se deslocavam do leste para o extremo oeste, em expedições monçoeiras. O processo de ocupação do extremo oeste brasileiro foi realizado não só com o objetivo de consolidar o domínio lusitano nessa região, mas também para alcançar objetivos expansionistas dos paulistas, os quais recorreram aos mais violentos métodos para conter a reação dos nativos em defesa de seus espaços.

À esteira do projeto expansionista estava à intenção lusitana de encontrar novas minas de metais preciosos, alcançada com os achados auríferos de Cuiabá. A região se transformou em pólo de atração da gente de Piratininga, alimentada pelo sonho do rápido enriquecimento. A descoberta do ouro cuiabano daria novo tom à vida colonial brasileira determinando a irradiação da expansão geográfica.

A economia pastoril relegada aos sertões ou à sombra de outras atividades desenvolvidas no litoral brasileiro passou a ser alternativa econômica, quando a extração do ouro entrou em franco processo de esgotamento nos principais *eldorados* brasileiros.

Esse quadro geral da província de Mato Grosso possibilitou a entrada de mineiros e paulistas, munidos de aviamento e acompanhados de familiares, camaradas, trabalhadores escravizados, rumo aos *sertões brutos*, fundando fazendas e ocupando a *Caiapônia*, entre os rios Paraná e Pardo. A partir daí desenvolveu-se a criação pastoril

³⁷⁶ BLOCH, M., *Apologia da história ou o ofício do historiador*, p.46.

em Mato Grosso, atividade que se tornou responsável pelo povoamento, sobretudo de sua porção sudeste.

A pesquisa revelou que a imensa quantidade de terras devolutas, a existência de vegetação favorável à criação e a disponibilidade de gado *selvático* possibilitou que a ocupação territorial, apesar da região ser o espaço de inúmeras comunidades *indígenas*. Nesse sentido, passamos a entender que a história de Mato Grosso é, em poucas palavras, a história da expansão e ocupação do interior do país, da legitimação de latifúndios relacionados à criação de gado *vacum* com base na mão-de-obra cativa.

A *clássica poeira* dos arquivos de que muita gente fala sem nunca ter sentido, surgida de páginas que se esfarelam³⁷⁷, depois de removida dos documentos compulsados no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, revelaram o horizonte da ocupação, povoamento e passado escravista de Santana do Paranaíba, bem como a saga dos ditos *pioneiros*.

Muitos moradores da região ainda desconhecem a dimensão do passado escravista no Brasil. A existência desse passado ainda causa estranhamento, porque boa parcela de sul mato-grossense acha impensável que a escravidão tenha alcançado este remoto recanto do Brasil. Para nossa surpresa, no meio acadêmico a escravidão no sul de Mato Grosso é tema visto com reserva por muitos historiadores, alguns chegam a negar ou subestimar seu papel na conformação do quadro social e econômico regional. No entanto nosso trabalho veio desconstruir esse discurso na medida em que são inúmeros os documentos apresentados para dar sustentação ao presente trabalho. Conseguimos evidenciar que até o século XIX, os mais remotos rincões do país experimentaram os efeitos do escravismo, sistema socialmente injusto, porém importante pilar da propalada *opulência* do Brasil.

Preocupamo-nos em contribuir para a construção de uma historiografia mais próxima possível do cenário do objeto proposto, investigando o processo de formação e desenvolvimento das fazendas, a mão de obra utilizada nas lides pastoris da região – homens livres e pobres e escravizados (peões, capatazes, vaqueiros, roceiros, campeiros etc.) – em fins do século XIX. Nesse sentido, acreditamos que foi possível elaborar um quadro aproximado da base material, político-administrativa das fazendas organizadas nos campos de vacarias do sul do antigo Mato Grosso.

³⁷⁷ CUNHA, Euclides da. *Diário de Uma expedição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

Apesar da grande quantidade de fontes apresentadas foi possível enxergar alguns limites que prejudicam sobremaneira o desenvolvimento das pesquisas regionais. O nosso pesquisador aprende rapidamente a penetrar no aparente silêncio das fontes, na imprecisão dos limites geográficos dos documentos, relativos à posse e ao uso da terra, cartas de sesmarias e declarações do intitulado, registros paroquiais de terras dos meados do século XIX. No entanto, cabe ressaltar, que os documentos pontuados, inegavelmente expressivos, são de difícil análise. A inexistência de um cadastro da propriedade fundiária antes dos anos setenta do século XX, é o motivo de tentativas frustradas a respeito da questão terra enquanto mercadoria que paga impostos e que pode ser confiscada, penhorada. Estes aspectos constituem-se não só em óbices para o pesquisador, como também confirmam o caráter monopolista do acesso à terra no Brasil por parte das oligarquias agrárias.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888). Caixa 01 a 15.

Testamento de José Garcia Leal. Cartório do 2º. Ofício de Santana de Paranaíba, 1850. Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888).

Fontes Impressas

PENTEADO, Yara (org.). *Como se de ventre livre nascido fosse...: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos*. 1838-1888. Campo Grande, MS: SEJT, MS; SEEEB, MS; Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, DF, 1993. [Arquivo Público Estadual, MS].

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 10. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=QkkDAAAAMAAJ&pg=PA306&dq=%22lima+e+silva%22&as_brr=1#v=onepage&q=joaquim%20francisco%20lopes&f=false. Acessado em 07 de novembro de 2009.

Crônicas e obras memorialísticas

CAMPESTRINI, Hildebrado e GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Academia sul Mato-Grossense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana de Paranaíba* (de 1700 a 2002). 3 ed. Campo Grande/ MS: IHGB/MS: 2002.

AYROSA, Plínio Marques da Silva. As *entradas* de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot. O Barão de Antonina. São Paulo: RIHGESP, 28:221-229, 1930.

BOSSI, Bartolomé. *Viage Pitoresco por Los Rios Paraná, Paraguay, San Lourenzo, Cuyabá y el Arino Tributário del Grande Amazonas*. Paris: Libreria Parisense, 1863.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

D'ALINCOURT, Luiz. *Ofício sobre estatística, defesa e administração da Província de Mato Grosso* enviado em sete de setembro de 1824 a João Gomes da Silveira Mendonça, ministro e secretário de estados dos negócios da guerra. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 20.

- D'ALINCOURT, Luis. *Resultados dos Trabalhos e indagações estatísticas da Província de Mato-Grosso*. In: Annaes da Biblioteca Nacional . Rio de Janeiro, Typografia Nacional, vol. VIII, tomo III, 1880.
- DIAS, Rui Garcia. A saga do Sete Orelhas. IN: Revista da Academia Sul-Matogrossense de Letras. Campo Grande. N.9. Campo Grande/MS: setembro de 2005 (p.39-45).
- FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829*. São Paulo: Ed. Cultrix e Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- LEVORATO, Adão Valdemir. *Três Lagoas: dama em preto e branco (1918-1964)*. Três Lagoas/MS: GrafSet LTDA., 1999.
- MAGALHÃES, Symphronio de. *Aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.
- MARTIM, José Hernandez. *A história de Três Lagoas*. Bauru/SP: Ed. do Autor, 2000.
- NIJS, Fernand. *Viagem ao Mato Grosso*. Etudes Coloniales, n. 8, 6 ano, Bruxelas. 1901. (Trad. de João Mariano de Oliveira, Cuiabá, xerox, 1992.).
- OLIVEIRA, Ovídio Lopes d. *Três Lagoas: suas ruas, sua memória, sua história*. Três Lagoas: Secretaria de Educação e Cultura de Três Lagoas, 2009.
- RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueredo. *O homem e a terra*. Campo Grande/ MS: editora do Senado Federal, 1994.
- RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco – 150 anos: Balaio de recordações*. Campo Grande/MS, 1984.
- SÁ CARVALHO, José Ribeiro de. *Como era lindo o meu sertão!* IN: Revista da Academia Sul-Matogrossense de Letras. Campo Grande. N.9. Campo Grande/MS: setembro de 2005 (p.49-58).
- SMITH, Herbert H. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá - notas de um naturalista (1886)*. Trad. São Paulo, Cia Melhoramentos, 1922.
- STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil Central - Expedições em 1884 para a exploração Rio Xingu*. Trad. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942.
- TAUNAY, Céos e Terras do Brasil. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub000023.pdf>. Acessado dia /06/06/2009.
- TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Melhoramentos, 1946.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Índios! Ouro! Pedras!*. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Campanha de Mato Grosso*. Cenas de viagem. 2 ed, São Paulo: 1923.

TAUNAY, Visconde de. *Visões do sertão*. 1 ed. São Paulo: OFF. Graph. Monteiro Lobato &C., 1923.

TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*. 2ª. edição. São Paulo: Melhoramentos, 1923. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub00038a.pdf>. Acesso em 26 maio de 2010.

TAUNAY, V., *Viagens de outrora*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1921.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Viagem de Regresso de Mato Grosso a Corte – Memória Descritiva*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXXII, parte segunda. Rio de Janeiro: Garnier, 1869.

TEBET, RAMEZ. Apresentação. In: CAMPESTRINI, Hildebrando, *Santana de Paranaíba* (de 1700 a 2002). 3 ed. Campo Grande/ MS: IHGB/MS: 2002.

Descrições e discursos

A bandeira de Joaquim Francisco Lopes - 1829. In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. III. São Paulo, Tip. Do Globo, 1943. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub00038a.pdf>. Acessado dia 26 de julho de 2009.

BUENO, Francisco Antonio Pimenta. *Memória justificativa dos trabalhos de que foi encarregado à Província de Mato Grosso*, segundo as instruções do Ministério da Agricultura, de 27 de maio de 1879. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

CAMELLO, João Antonio Cabral. *Noticias práticas das minas do Cuiabá e Goiás, na capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Ver*. Padre Diogo Soares, o capitão..., sobre a viagem que fez às minas de Cuiabá no ano de 1727. In: História das Bandeiras Paulistas. Relatos Monçoeiros. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975, t. III. p. 125-43.

Carta do Ouvidor da Comarca de Cuiabá João Gonçalves Pereira a D. João V, Rei de Portugal. Cuiabá, Primeira de setembro de 1737. APMT. Governadores, Lata 1713-1748, doc. 38 – ano 1722.

Discurso recitado pelo exm. Presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléia Provincial, no dia primeiro de março de 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm> (*Center Research Libraries*). Acessado em 08 de maio de 2009.

ELLIOTT, João Henrique. *Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2 ed. Rio de Janeiro, 1870, p.153-177.

FLEURY, Justiniano Augusto de Salles. O Descobrimento do Sertão e fundação de Santana do Paranaíba. Artigo extraído do Republicano de Cuiabá, de 12 de dezembro de 1895. (Apontamentos). Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso 6/7, t. 13.

Itinerário da viagem exploratória empreendida pelo senhor Antonina. IN: Revista Trimestral de Historia e Geographia. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert. n. 9. Primeiro trimestre de 1848. p. 164. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=QkkDAAAAMAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_v2_summary_r&cad=0#v=onepage&q=bravio&f=false. Acessado em 22 de abril de 2010.

GALVÃO, Antonio Rufino. Relatório com que abriu a primeira sessão da 23^a. legislatura à respectiva Assembléia Legislativa Provincial a 01/10/1880.

GALVÃO, Rufino Enéas Gustavo. Relatório presidente de província de Mato Grosso. Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial em 1^o de outubro de 1880. Cuiabá: Tipografia Joaquim J. R. Calhão, 1880.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a Província de Mato Grosso: seguida de um roteiro da viagem de sua capital a São Paulo. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869.

RELAÇÃO da viagem que fez o Conde de Azambuja da Cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá no ano de 1751. In: História das Bandeiras Paulistas. Relatos Monçoeiros. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975, t. III. p. 125-43.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1876. IN: ASSIS, Edvaldo de. Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso. Cuiabá: UFMT/PROED, 1988. p. 49

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Estevão Vieira de Rezende, enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 02 de março de 1839. p. 39. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u427/>. Acessado em 24 de abril de 2010.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Estevão Vieira de Rezende, enviado à Assembléia Legislativa Provincial em primeiro de março de 1840. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1840. p. 18.

Requerimento de Provisão do Capitão Antonio Pinho e Azevedo, Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Tomos XXXIX e XL. Ano XX, 1938. p. 96.

REBELO, Gervásio Leite. *Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo as minas do Cuiabá o Exm^o Sr. Rodrigo César de Menezes*, governados e Capitão-general da capitania de São Paulo as suas minas. In: TAUNAY, Alfredo E. História das Bandeiras Paulistas. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

Documentos oficiais e Normas Técnicas

Dicionário Léxico e Enciclopédico ilustrado da língua portuguesa. Rio de Janeiro: editora Codex LTDA, 1970.

Lei de 20 de outubro de 1823 deu nova forma aos Governos Provinciais, criou para cada uma delas um Presidente e um Conselho. O conselho era composto por seis membros, eleitos da mesma forma que os deputados provinciais. Entre as atribuições do conselho, conforme previsto no Artigo 24, Inciso 8º, “Dar parte à Assembléa das infrações das leis, e sucessos extraordinários, que tiverem lugar nas províncias”. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. *Coleção das Leis do Império – 1808-1889*. Disponível em: www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio. Acessado em 22 de abril de 2010.

Livro de Classificação dos escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. 1865. Santa Anna de Paranayba. Livro apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal em 12 de junho de 1874. Fls 1-6, lata 1865-b. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Livro apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal em 12 de junho de 1874. Fls 1-6, lata 1865-b. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Livro de Classificação dos escravos da Villa de Santa Anna do Paranayba. Apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal em 12 de Julho de 1874. Lata 1865-B. APMT. IN: MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 404 a 411.

Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1993. Disponível em: <http://www.aab.org.br/normtec.htm>. Acessado em 08 de junho de 2009.

Resolução nº 9, de 01 de julho de 1850. Dispõe sobre a divisão das Freguesias ou Paróquias da Província e Bispado de Mato Grosso segundo o plano delineado e marcado, assim como erigindo em Freguesia a Capela de Nossa Senhora da Guia. Ementa inserida pelo IMPL. Sendo João José da Costa Pimentel o Presidente da província. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/v2008/Raiz%20Estrutura/leis/admin/ssl/viewPrincipal3.asp?cod=795>. Acessado em 24 de março de 2010.

Site da Câmara Municipal de Paranaíba. Disponível em <http://www.cmparanaiba.ms.gov.br>. Acessado em 03 de março de 2009.

Projeto de lei 69/2010. Disponível no site <http://www.appio.com.br/arquivos/tcl-ps.pdf>. Acessado em 05/04/2010

Obras Literárias

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1972.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte/MG: ed. Itatiaia, 1989.
- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda, Departamento de administração, Divisão de Documentação, 1984.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Introdução: Modelos da história e da historiografia imperial*. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2.
- ALMEIDA, Mário Monteiro de. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.
- ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso - 1719-1864*. 2 ed. Campo Grande: UFMS, 1996.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasi: por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007 (Documenta Uspiana II).
- ARAGÃO, Maria Lúcia. *Gêneros Literários*. IN: Samuel, Roger (org). *Manual de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARAÚJO, Nancy de Almeida. *Filhos Livres de Mulheres Escravas (Cuiabá: 1871 a 1888)*. Dissertação de mestrado em História pela UFBA, 2001.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru/SP: Edusc, 2000.
- ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT/PROED, 1988.
- _____. *Negro Forro & Sociedade Escravocrata e Quilombos em Mato Grosso*. Suplemento do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986.
- AYRES DE CASAL, Manuel. *Corografia Brasilica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: imprensa Régia, 1817.
- BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos*. IN: Pinsky, Carla Bressiani. *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- BARROS, Abílio Leite de. *Pantanal Pioneiros. Álbum Gráfico e Genealógico de Pioneiros na ocupação do Pantanal*. Brasília:Senado Federal, v. 95, 2007.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Ed. Brasiliense/ CNPQ, 1988.

BENEVIDES, Cezar e LEONZO, Nanci. *Miranda Estância – Ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BERTHOLI, Anderson Willians. *O lugar da pecuária na Formação Sócio espacial de Mato Grosso do Sul*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

BEZERRA, Silvia Ramos. *Mato a dentro: As Expedições de Viajantes Estrangeiros no Discurso Jornalístico do Século XIX em Mato Grosso*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Dourados – 5 a 7 de junho de 2008.

BLOCH, M. L. B. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Fragmon Carlos. *Origens históricas da Propriedade da Terra-1958*. In: STEDILE, João Pedro. (org.). *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.v.2. p. 259-298.

BOSCO, Setembrino Dal. *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul [1780/1889]: capatazes, peões e cativos*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2008.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1977.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fazendas pastoris em Mato Grosso [1830-1888]: Cativo, agregamento parental e relações de camaradagem*. Revista Debates e Tendências (prelo).

BRAZIL, Maria do Carmo. *Sobre os campos de Vacaria do sul de Mato Grosso: considerações de terra e escravidão (1830-1889)*. IN: MAESTRI, Mário e BRAZIL, Maria do Carmo (orgs.). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Escravidão em Mato Grosso: um balanço historiográfico (1980-2009)*. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História -História e Ética*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ANPUH-Nacional, 2009. v. 1. p. 1-18.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Rompendo grilhões:insurgências de negros escravizados nos sertões de Mato Grosso*. In: MAESTRI, M. e ORTIZ, H (Orgs). *Grilhão Negro*. Ensaio sobre a escravidão colonial no Brasil. Passo Fundo: UPF Editora, 2009.

BRAZIL, Maria do Carmo; MELLO, Saulo Álvaro de Mello. *Questão Agrária e trabalho no sertão Mato-Grossense: 1850-1930*. In: XI Semana de História - História Historiografia: perspectivas e desafios. 2008, Três Lagoas. ANAIS XI Encontro. Três Lagoas:UFMS/CPTL, 2008.

BRAZIL, Maria do Carmo. Corumbá: cidade sonhada, cidade construída. In: CANCIAN, Elaine. *A cidade e o rio – escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2006, (Coleção Malungo, 11).

BRAZIL, Maria do Carmo. *Sonhos de liberdade: a escravidão e o fenômeno das fugas além-fronteiras em Mato Grosso colonial*. IN: Revista História & Luta de classes. ano 2.edição n.3. Rio de Janeiro: ADIA, 2006.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso*. Passo Fundo:UPF, 2002.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: o mar interno brasileiro- uma contribuição aos estudos dos caminhos fluviais brasileiros*. São Paulo. FFCHL/ Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento, 1999.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Terra e trabalho no sul de Mato Grosso – considerações sobre superação do escravismo, luta pela terra, economia pastoril e advento do trabalho livre – séculos 19 e 20*. IN: História: debates e tendências/ Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Vol 1, n. 1, (junho, 1999). Passo Fundo: UFG, 1999.

BRUNO, Ernani Silva. *Historia do Brasil – Geral e Regional*. 2º.vol. São Paulo: Cultrix, 1967.

BURKE, Peter. História como memória social.In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Peter (Org), *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDEIRA, Newman di Carlo. *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do império brasileiro com a república da Bolívia (1825-1867)*. Dissertação de mestrado em História pela UFRJ, 2007.

CANCIAN, Elaine; BRAZIL, Maria do Carmo, *O Barão de Vila Maria: poder, história agrária e memória em Mato Grosso*. In: BORGES, F.T. de Miranda; PERARO, Maria Adenir; COSTA, Viviane G. da S.. (Org.). *Trajetórias de Vidas na História*. 1 ed. Cuiabá: EDUFMT, 2009, v. 1, p. 93-116.

CANCIAN, Elaine. *A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

CANCIAN, Elaine. *Cativos nas fazendas pastoris do sul de Mato Grosso (1825-1888):* considerações de pesquisa. IN: : História: debates e tendências/ Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Vol 1, n. 1, (junho, 1999). Passo Fundo: UFG, 1999.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*, Belo Horizonte/MG: ed. Itatiaia, 2000.

CARDOSO AYALA, S. , SIMON, F., ed. A indústria pastoril e pecuária. In: *Álbum gráfico do Estado de Mato Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914, p. 285-294.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Modos de producción en América Latina*. Argentina: Siglo XXI Ed., 2005.

CASTRO, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira* (1ª edição 1971). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária Ltda, 1975.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2.

CERQUEIRA, Edgard de. (Org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963, v. II.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-106.

CHAUÍ, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAVEZ, Otávio Ribeiro. *Escravidão, fronteira e liberdade: resistência escrava em MT (1752-1850)*. Dissertação de mestrado em História pela UFBA, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.123-166.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinências e possibilidades*. In: Estudos Ibero-americanos. Porto Alegre, PUCRS, v. XXVIII, n.1, jun. 2002, p. 183-194.

CORRÊA. Valmir Batista. *História e Violência em Mato Grosso – 1817-1840*. Campo Grande: UFMS, 2000.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanaís matogrossenses: devassamento e ocupação*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

CORRÊA FILHO, Virgílio. *A propósito dos novos territórios – comentários despretensiosos*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1944.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: 1969.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Evolução dos processos de aquisição de terras no Brasil. *Revista Geográfica*, 1958, vol. 23, n. 49, p. 31-64.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Questões de terras*. São Paulo: Secção de obras O Estado de São Paulo, 1923.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1996.

COSTA, Luiz de Aguiar. *Lutas de Famílias no Brasil Introdução ao seu Estudo*. 2.ed. São Paulo: Nacional: Brasília: INL. 1980.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969.

CUNHA, Euclides da. *Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Editora Três, 1973 vol. 1.

_____. *Diário de Uma expedição*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1939.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Os Pioneiros – Viajantes da Ilusão*. Dourados: Via nova, 1995.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Edição Ebooks Brasil, 2006. p. 13. Disponível em: www.eBooksBrasil.org.

DARONCO, L. J. *À sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul - segundo os processos criminaís (1840-1888)*. Passo Fundo: Ed. da universidade de passo Fundo, 2006. (Coleção Malungo)

- DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da Metrópole (1808)*. In: 1822: "Dimensões". São Paulo: Perspectiva, 1972.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira*. São Paulo: Nacional. 1939.
- DI CREDDO, Maria do Carmo. O Inventário como fonte para a análise nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso. In: DI CREDDO, M.C., ALVES, Paulo, OLIVEIRA, Carlos Roberto (orgs.). *Fontes Históricas: Abordagens e Métodos*. Assis, SP: PPGH/FCL/UNESP, 1996.
- EIFERT, Maria Beatriz Chinni. *O Banquete dos Ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2006.
- ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
- ESSELIN, Paulo Marcos e OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Terra onde o gado criou o homem e definiu o latifúndio*. IN: História: debates e tendências/ Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Vol 1, n. 1, (junho, 1999). Passo Fundo: UFG, 1999.
- FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1986.
- FIGUEIREDO, Aline. *A propósito do boi*. Cuiabá: editora da UFMT, 1994.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do Patriarcado Rural e desenvolvimento urbano*. 2 ed 3 vols. Rio de Janeiro: José Olympio 1951.
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da Biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque, Governador no fim do século XVIII*. Mato Grosso: Edição da Fundação de Mato Grosso, 1978.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Nacional, 1997.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da província do Brasil*, Brasília: Instituto Nacional do Livro, Ministério de Educação e Cultura 1965.
- GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 2003.

GOMES, Maria Auxiliadora Azevedo Coutinho. *O negro e a Violência*. Revista do Arquivo Público de Mato Grosso, 1988.

GOMES, Otavio Gonçalves. *Mato Grosso do Sul na obra de Visconde de Taunay*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2º ed. São Paulo: Ática, 1978. (p. 133-141).

GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. 1º volume, Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, E. Introdução: A invenção das tradições. In. HOBSBAWM, E., RANGER, T. *A invenção das tradições*. 1.ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 6- 23.

HOLANDA, Sergio Buarque (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, v. 3, tomo II: *O processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro,: Ed. J. Olimpio, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Edições da C.E.B, 1945 (Coleção Estudos Brasileiros).

IANNONE, Carlos Alberto. *A obra do Visconde de Taunay*. IN: TAUNAY, Visconde de. Inocência. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LARA, Mario. *Nos confins do Sertão da Farinha Podre*. Povoamento, conquistas e confrontos no Oeste de Minas. Belo Horizonte: s.ed., 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Ensaio 1. Cuiabá: UFMT / PROEDI, 1982.

LIMA. Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1998 (Edição Fac-similar).

LIMA, Solimar Oliveira. *O Vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense*. IN: MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

LINHARES, Maria Yedda Leite . *A pecuária e a produção de alimentos na Colônia*. In: : SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2ª. edição. São Paulo: Hucitec/Associação de Pesquisadores em História Econômica/Editora Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002

_____. *Um programa de pesquisa em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro*. Fontes e tendências. *América Latina História Econômica*. núm. 10, julho-diciembre de 1998.

_____. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, Dez., 1995. Disponível no site www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf.

_____. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA Francisco Carlos de. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LISBOA, Karen Macknow. *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. *Oeste de São Paulo, Sul de Mato Grosso; geologia, indústria mineral, clima, vegetação, solo agrícola, indústria pastoril*. Comissão Emilio Schnoor. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1909.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870*. UFF, 1993. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense/ Niterói/RJ, 1993.

MACHADO, Alcântara . *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

MACHADO, Maria a Helena P. T. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão*. In: *Revista Brasileira de História- Escravidão*. Vol. 8. n 16. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, março de 1988 – agosto de 1988

MAESTRI, Mário. *A reabilitação historiográfica da ordem escravista: determinação, autonomia, totalidade e parcialidade na história*. IN: MAESTRI, Mário e ORTIZ, Helen (org.). *Grilhão negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

- MAESTRI, Mario. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil. In: MAESTRI, Mário. e BRAZIL, Maria do Carmo. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2009.
- MAESTRI, Mario. O Banquete de Pantagruel. IN: La insignia, out. de 2006. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2006/octubre/ibe_063.htm. Acessado em 25/07/2009.
- MAESTRI, Mário. *O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964)*. IN: MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.
- MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. . In: STEDILE, João Pedro. (org.). *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.2. p. 217-277.
- MAESTRI, M. *O Escravismo Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender*. Revista Espaço Acadêmico, n. 35 – abril/2004 – Mensal.
- MAESTRI, M., *Escravidão em Mato Grosso: o singular e o plural*. IN: BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso*. Passo Fundo:UPF, 2002.
- MAGALHÃES, Magna Lima. *A História dos Payaguá*. Fronteiras: Revista de História, Campo Grande, v. 4-5, n. 7-9, p. 55-76, 2000.
- MAMIGONIAN, Armen. *Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá*. *Geosul* – Revista do Departamento de Geociências da UFSC, Florianópolis, n. 1, 1º sem. de 1986.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de Souza. *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral), SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil: 4).
- MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. IN *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. Vol. 8; número 1. São Paulo 1996 (p.25-70),
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997
- MARTINS JUNIOR, Carlos. *Mato Grosso do Sul e a retirada da Laguna*. IN: Revista eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo. set., 2006. ISSN: 1806- 700X. Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=81>. Acessado dia 20/03/2010.

- MATTOS, Ilmar de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Joaquim Francisco de. *Os caminhos de Goiás*. São Paulo, Ed. Comercial Safady LTDA, março de 1980.
- MATTOS, Joaquim Francisco de. *A guerra do Paraguai*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philip Von. *Flora brasiliensis*, Stuttgartiae et Tubingae: Sumptibus, J. G. Cottae, 1829.
- _____. *A Fisionomia do reino Vegetal no Brasil*. Arquivos do Museu Paraense, v. 3, 1943.
- _____. *Como se deve escrever a História do Brasil*, publicado com O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.
- MAUAD, Ana Maria. *Imagem e auto-imagem do segundo reinado*. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2.
- MAZZA, Maria Cristina Medeiros, et. al. *Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro*. Corumbá: Embrapa, 1994, p. 14,15.
- MELLO, Pedro Carvalho de. *Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na segunda metade do Século XIX*. In: Estudos Econômicos. Economia Escravista Brasileira. IPE/USP, v. 13 (1), 1983.
- MELLO, Saulo Álvaro de Mello; PINHEIRO, Wagner Batista. *Repartição Especial de Terras Públicas de Mato Grosso. O caso Barão de Antonina*. Artigo apresentado na VII Semana de História: o ensino, Extensão e Pesquisa e suas práticas. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/Campus de Amambaí, 5 a 9 de outubro de 2009.
- MORGADO, Eliane Maria Oliveira, et. al. *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*. Volume II. Cuiabá: Entrelinhas, UFMT, 2007. p. 83.
- MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida d'um roteiro de viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typ Henrique Schroeder, 1869
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- NASCIMENTO, Luiz Miguel do. *As charqueadas em Mato Grosso: subsídio para um estudo de história econômica, (1873-1960)*. Dissertação de mestrado em História pela UNESP, 1993.

NORA, P. *O acontecimento e o historiador do presente*. In: LE GOFF, J. et. alii. (Orgs). *A Nova História*. Lisboa : Edições 70, 1984.

NOSELLA, P.;BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigações. *Ecos – Revista Científica*, São Paulo: 2005, v. 7,n.2. Disponível no site <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/715/71570207.pdf>. Acessado em 22/09/2009.

OLIVEIRA NETO, Amaro Soares de. *Guerra e escravidão: a reestruturação do exército brasileiro e a Lei do Ventre Livre 1850-1871*. Dissertação de mestrado em História pela UFBA, 2004.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *A aplicação da Lei de Terras de 1850 no norte do Rio Grande do Sul*. IN: MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

OSÓRIO, Helen. *Fronteira, Escravidão e Pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. . Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, s/d. Texto disponível <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-09.pdf>. Acessado em 23/05/2010.

PALERMO, Eduardo. *Tierra esclavizada – El Norte Uruguayo em la primera mitad del siglo 19*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatah. *História & História cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. *Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n.29, 1995, p. 10-11.

PESSOA, Angelo Emílio da Silva Pessoa. *As ruínas da tradição: a casa da torre de Garcia D'ávila. Família e propriedade no nordeste coloquial*. 2003. (Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP).

PIMENTA BUENO, Francisco Antonio. *Memória Justificativa dos trabalhos a que foi encarregado à Província de Mato Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de maio de 1879*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

PINSKY, Jaime. *Escravidão no Brasil*. 3ed. São Paulo: Global, 1984 (História Popular; 4).

PINTO. Luiz de Aguiar da Costa (1946). *Lutas de Famílias no Brasil Introdução ao seu Estudo*.2.ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL,1980.

PINTO, Virgílio Noya. *Ouro brasileiro e o comércio anglo português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1992., vol. 5, n. 10, p. 200-215.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 13 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

PROENÇA, Augusto César. *Pantanal: Gente, Tradição e História*. 3 ed. Campo Grande: UFMS, 1997.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. IN: LAMOSO, Lisandra Pereira (org). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados/MS : Editora da UFGD, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Aspectos ideológicos da escravidão*. IN: COSTA, Iraci (org.). Estudos econômicos: economia escravista brasileira. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica – IPE, jan./abr. de 1983. vol 13.

RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

REIS, João José. “*Nos achamos em campo a tratar da liberdade*”: a resistência negra no Brasil oitocentista. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. Vol 1. 2 ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

ROCHA, Eunice Ajala. O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873-1888). *Dimensão*. UFMS/CEUC, Corumbá, n.5/7, p.78-108, 1976-1977.

ROSA, Carlos. *Escravidão e Terra em Mato Grosso - caso de Livramento (1727-1888)*. Suplemento do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986.

REZENDE, Astolpho. *O Estado de Mato Grosso e as supostas terras do Barão de Antonina*. Rio de Janeiro: Papelaria St^a Helena – S. Monteiro & Cia Ltda, 1924.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. *A Lei de Terras (1850) e a política imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso*. Revista Brasileira de História. Historiografia propostas e práticas. São Paulo, São Paulo: Contexto, 1995. v.15, n.30, p. 115-136.

SALVADOR, Frei. Vicente do. *História do Brasil*, São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1982.

SAMUEL, Roger. *Arte e sociedade*. IN: Samuel, Roger (org). Manual de teoria literária. Petrópolis: Vozes, 1985.

SAINT-HILAIRE, Augustin François César Prouvençal de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. 2^a ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SANTIAGO, Silviano (org.). Introdução. *Interpretesdo Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar S.A, 2002.

SAKAMOTO, Arnaldo Yoso. *Contribuição ao estudo do espaço de produção capitalista de Mato Grosso: meados do século XIX até a década de 1930 do século XX*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1990.

SCHWARTZ. Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHWARCS, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Edil Pedroso. *O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso: 1870-1930*. Cuiabá, UFMT, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850*. 2ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2008.

SILVA, Martiniano José da. *Quilombos do Brasil Central (1719-1888): introdução ao estudo da escravidão*. Dissertação de mestrado em Direito pela UFG, 1998.

SILVA, Nery Luiz Auler da. *A Arquitetura Rural Sulina no Caminho das Tropas do Planalto Médio. (1820-1890)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2003.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil 1500/1820 e 1889/1948*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

SLENES, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista*. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2.

SLENES, Robert W. *O que Rui Barbosa não queimou: Novas Fontes para o estudo da Escravidão no século XIX* IN: COSTA, Iraci (org.). *Estudos econômicos: economia escravista brasileira*. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica – IPE, jan./abr. de 1983. vol 13.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

SODRÉ, Nelson Wernwck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

SOUSA, Benefredo. *Estórias... ou História do Sete Orelhas?! Três Corações*: Gráfica São José, 1973.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia: A incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo*. 2 ed. Rio de Janeiro: AGIR, 2001.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *A política administrativa de D. João III*. 2 ed. Brasília: UNB, 1983.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Dos Campos D'Ouro à Cidades das Ruínas: Apogeu e Decadência do Colonialismo Português no Vale do Guaporé (sécs.18-19)*. Dissertação de mestrado pela UFPE, 1997.

VASCONCELOS, Claudio Alves. *A Questão Indígena na Província de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 1999.

VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república*. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. Vol 1. 2 ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: História Organização – Psicologia*. 4 ed. São Paulo: Nacional.1938.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. Et al. *A Pesquisa em História*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2005.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

ZARTH, Paulo Afonso, *Historia agrária do planalto gaúcho, 1850.1920*. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí,1997.

GLOSSÁRIO

Aviamentos – Provimentos para viagem. Expedição de mercadorias.

Animais arriado – De arriar: cair doente de cama; ser vencido; ceder; afrouxar; intimidar.

Bastos – Partes acolchoadas do lombilho que assentam no lombo da cavalgadura.

Bigorna – utensílio de duas pontas opostas.

Cabeção - Cabresto com duas rédeas e um arco de ferro, para governar o cavalo sem lhe ferir a boca

Canastra – espécie de mala feita de madeira, coberta com sola ou couro cru e adornada no tampo e partes laterais com pequenas tachas.

Capões – Cavalo capado; porção de mato isolado no meio do campo.

Catre – Cama leve para uma só pessoa ;espécie de jangada.

Cavalo ruço pedrês- Cavalo classificado como carijó (salpicado de preto e branco na cor)

Cavalo baio – Cavalo de cor branca-amarelada.

Cavalo ruço capão - Cavalo pardo castrado.

Corda grossa - Bras. RS Guasca usada para prender animais ao poste.

Cunha – instrumento de extremidade que serve para partir corpos duros, apertar um objeto, com outro, calçá-los ou encher fendas.

Drogas do sertão - Produtos de origem animal ou vegetal.

Embornal – Bolsa para transportar objetos do caçador. Saco que se prende à cabeça do animal para que comam a ração que ele contém.

Escabelo – Banco pequeno para colocar os pés.

Garrote – Bovino com mais de um ano e menos de três anos de idade.

Marroar – espécie de raça bovina.

Marroar china- espécie de raça bovina.

Novilho – Boi ou vaca novos.

Pelego – Pele de carneiro com lã.

Poldro (potro) – Cavalo novo.

Poncho - Capote

Retiros - Segundo Taunay, chama-se retiro o local em que os criadores de gado reúnem as rezes para as contar, marcar e dar-lhes sal.

Sela – Aparelho para se montar a cavalo.

ANEXO 1

Classificação dos cativos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação. 1865.
Santa Anna de Paranayba

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
1	Eva	Preta	36	Casada	Cozinheira	Tem	um	Não	Anna Luisa do Espirito Santos	
2	Joaquin	Preta	57	Casado	Lavoura	Incapaz	um	Não	Anna Luisa do Espirito Santos	
3	Venâncio	Preta	41	Casado	Lavoura	Tem		Tem	Antonia Maria Fausta	
4	Luiza	Preta	21	Casada	Cozinheira	Tem		Tem	Antonia Maria Fausta	
5	Flita	Preta	28	Solteira	Cozinheira	Tem		Tem	Antonio Ferreira Bueno	
6	Luis	Preta	42	Viúvo	Lavoura	Tem		Tem	Antonio Jesuino de Guimarães	
7	Jeronima	Preta	16	Solteira	Cozinheira	Tem		Tem	Antonio Pedro de Moraes	
8	Vicente	Pardo	47	Viúvo	Lavoura	Capaz		Tem	Antonio Roiz de Meneses	
9	Limão	Preta	20	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Antonio Roiz de Meneses	
10	Luiza	Preta	22	Solteira	Cozinheira	Capaz		Tem	Antonio Roiz de Meneses	
11	Ricardo	Preta	31	Casado	Lavoura	Capaz		Tem	Bernardin o Barbosa Sanduval	
12	Flausina	Preta	26	Casada	Cozinheira	Capaz		Tem	Bernardin o Barbosa Sanduval	
13	Vicente	Parda	6						Bernardin o Correa Neves e Órfãos	
14	Jeronima	Preta	16	Solteira	Fiandeira	Tem		Tem	Bernardin o Correa Neves e Órfãos	

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
15	Rita	Preta	20	Solteira	Cozinheira	Tem	Uma	Tem	Bernardino Correa Neves	
16	Maria	Parda	23	Solteira	Cozinheira	Tem	Quatro	Tem	Carlos Ferreira da Castro	2 da família são livres
17	Manoel	Preta	34	Casado	Lavoura	Tem	Um livre	Tem	Carlos Garcia de Freitas e outros	
18	Jerônimo	Preta	37	Casado	Cozinheiro	Tem	Um livre	Tem	Carlos Garcia de Freitas e outros	
19	Firmina	Preta	19	Solteira	Costureira	Tem	Um	Tem	Elisario Loureana de Moraes	
20	Vicência	Preta	28	Solteira	Cozinheira	Tem	Um	Tem	Elisario Loureana de Moraes	
21	Domiciano	Preta	19	Solteira	Lavoura	Capaz		Tem	Eugenio órfãos de Jose de Souza Borges	
22	Martim	Preta	11	Solteira	Lavoura	Tem		Tem	Firmino Garcia de Freitas	
23	Ricarda	Preta	27	Solteira	Cozinheira	Tem	Dois	Tem	Firmino Soares de Freitas	
24	João	Preto	22	Solteira	Lavoura	Capaz		Tem	Firmino Soares de Freitas	
25	João	Parda	12	Solteira	Campeiro	Capaz		Tem	Firmino Soares de Freitas	
26	Joanna	Preta	19	Casada	Cozinheira	Tem	Dois	Não	Flavio Garcia Leal	2 da família são livres
27	Estevão	Preto	32	Casado	Lavoura	Capaz		Tem	Flavio Garcia Leal	
28	Miguel	Preta	42	Casado	Lavoura	Tem	Dois	Não	Flavio Garcia Leal	
29	Feliciano	Preta	16	Solteira	Costureira	Capaz	Um	Tem	Flavio José Roiz Macedo	1 filho livre
30	Adão	Preta	13	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Francisco de Paula Garcia	
31	Joana	Preta	20	Casada	Cozinheira	Capaz	Dois	Tem	Francisco filho de Flavio	1 da família é

									Garcia Leal	livre
Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
32	Joaquim	Preta	51	Casado	Lavoura	Tem		Tem	Francisco Garcia Leal Pael	
33	Joana	Preta	17	Casada	Cozinheira	Tem		Tem	Francisco Garcia Leal Pael	
34	Joaquim	Preta	52	Casado	Lavoura	Tem	Dois	Tem	Francisco Garcia Leal Pael	2 filhos são livres
35	Joana	Preta	18	Casada	Fiandeira	Tem	Dois	Tem	Francisco Garcia Leal Pael	2 filhos são livres
36	Marciana	Preta	26	Solteira	Cozinheira	Tem	Três	Tem	Francisco Garcia Leal Pael	2 da família são livres
37	Candido	Cabra	32	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Francisco Garcia Leal Pael	
38	Florencia	Preta	27	Solteira	Tecedeira	Capaz		Tem	Francisco Garcia Leal Pael	
39	Sabina	Parda	41	Casada	Lavoura	Tem		Tem	Gabriel Ferreira de Mello	
40	Catharina	Preta	37	Casada	Cozinheira	Tem	Dois	Tem	Gabriel Ferreira de Mello	
41	Jacinto	Preta	20	Solteiro	Lavoura	Tem		Tem	Gabriel Ferreira de Mello	
42	Vicente	Preta	18	Solteiro	Lavoura	Tem		Tem	Gabriel Ferreira de Mello	
43	Elias	Preta	15	Solteiro	Lavoura	Tem		Tem	Gabriel Ferreira de Mello	
44	Marcelino	Preta	41	Casado	Lavoura	Tem		Tem	Gabriel Ferreira de Mello e outros	
45	João	Parda	32	Viúvo	Lavoura	Tem		Tem	Ge Alves do Santos – Órfãos	
46	Albano	Pardo	14	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Izaías da Silva Borges – Jorge filho	
47	Camila	Parda	18	Solteira	Fiandeira	Capaz		Tem	Izaías da Silva Borges – Maria Vitalina	

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Filha	Nome do Senhor	Observações
48	Benedicta	Preta	16	Solteira	Fiandeira	Capaz		Tem		Izaías da Silva Borges – Órfão: Maria Cândida filha de	
49	Gusta	Preta	37	Casada	Cozinheira	Capaz	Um	Não		Izaías da Silva Borges	
50	Felippe	Preta	46	Casado	Lavoura	Capaz	Dois	Não		Izaías da Silva Borges	
51	Prudenciana	Parda	41	Casada	Fiandeira	Capaz		Não		Izaías da Silva Borges	
52	Adão	Pardo	59	Casado	Lavoura	Incapaz		Tem		Izaías da Silva Borges	
53	Eugenia	Pardo	29	Casada	Costureira	Capaz		Tem		Izaías da Silva Borges	
54	Estevão	Pardo	16	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem		Izaías da Silva Borges	
55	Felippe	Preta	44	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem		Izaías da Silva Borges e outros	
56	Victoria	Preta	26	Solteira	Cozinheira	Tem	Três	Tem		Izaías Joaquim de Guimarães	Tem o vício de fugir
57	Maira	Preta	14	Solteira	Fiandeira	Tem		Tem		Izaías Joaquim Guimarães	
58	Leandro	Preta	34	Solteira	Lavoura	Tem		Tem		Izaías Joaquim Guimarães e outros	
59	Belizaria	Preta	22	Solteira	Cozinheira	Tem		Tem		Izaías Joaquim Guimarães e outros	
60	Isabel	Preta	31	Solteira	Cozinheira	Tem	Um	Tem		João Batista de Camargo	
61	Felippa	Preta	31	Solteira	Cozinheira	Tem	Dois	Tem		João Baptista de Camargo	
62	Maria Antonia	Preta	20	Solteira	Cozinheira	Tem	Dois	Tem		João Baptista	2 filhos

									Mariano	livres
63	Venâncio	Preta	20	Solteiro	Lavoura	Tem		Tem	João Baptista Mariano	
64	Mariana	Preta	18	Casada	Cozinheira	Tem	Um	Não	João da Cruz Resende	

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observações
65	Jacob	Parda	29	Casado	Lavoura	Tem	Um	Não	João da Cruz Resende	
66	Jose	Preta	37	Solteiro	Lavoura	Tem		Tem	João da Rosa Moraes	
67	Luis	Preta	41	Casado	Lavoura	Tem		Tem	João de Faria e Souza	
68	Luciana	Preta	37	Casada	Cozinheira	Tem		Tem	João de Faria e Souza	
69	Eva	Preta	24	Solteira	Cozinheira	Tem	Três	Tem	João Manoel Nogueira	1 da família é livre
70	Marcolino	Preto	14	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	João Manoel Nogueira	
71	Barbara	Parda	43	Solteira	Cozinheira	Tem	Dois	Tem	João Pereira da Silva	
72	Anna	Parda	21	Solteira	Cozinheira	Tem	Dois	Tem	Joaquim José de Souza	
73	Maria	Preta	41	Solteira	Cozinheira	Tem	Um	Tem	Joaquim José de Souza	1 filho livre
74	Leocadia	Preta	31	Solteira	Cozinheira	Tem	Quatro	Tem	Joaquim Leal Garcia	1 da família é livre
75	Adão	Preta	12	Solteiro	Lavoura	Tem		Tem	Joaquim Leal Garcia	
76	Joana	Preta	21	Solteira	Cozinheira	Capaz	Um	Tem	Joaquim Pereira (cambota)	1 filho livre
77	Laurinda	Preta	47	Solteira	Cozinheira	Capaz		Tem	Joaquina Cândida de Lacerda	
78	Antonio	Preta	15	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	José Carlos Garcia	
79	Rita	Preta	18	Solteira	Cozinheira	Tem		Tem	José Ignácio da	

									Silva	
80	Sabina	Preta	23	Solteira	Cozinheira	Tem	Um	Tem	José Ignácio da Silva	1 filho livre

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
81	Joaquim	Preta	41	Casado	Lavoura	Tem		Tem	José Joaquim de Moraes	
82	Maria	Preta	51	Casada	Cozinheira	Tem		Tem	José Joaquim de Moraes	
83	Manoel	Preta	36	Casado	Lavoura	Tem	Dois	Tem	José Martins Roiz	
84	Paulina	Preta	37	Casada	Cozinheira	Tem	Dois	Tem	José Martins Roiz	
85	Maria	Preta	28	Solteira	Cozinheira	Tem	Três	Tem	José Martins Roiz Jr.	1 filho livre
86	Maria	Preta	21	Solteira	Cozinheira	Tem	Dois	Tem	José Martins Roiz Senior	1 filho livre
87	Vicente	Preto	21	Solteiro	Lavoura	Tem		Tem	José Soares de Freitas	
88	Ricardo	Parda	9	Solteiro		Tem		Tem	José Soares de Freitas	
89	Rufina	Parda	7	Solteira		Tem		Tem	José Soares de Freitas	
90	Vicencia	Parda	17	Solteira	Cozinheira	Tem		Tem	José Soares de Freitas	
91	Elias	Pardo	9	Solteiro	Campeiro	Capaz		Tem	José Vital de Oliveira	
92	Sabina	Preta	16	Solteira	Cozinheira	Tem		Tem	Juvêncio G. de Santa Anna Borges	
93	Maria	Preta	23	Solteira	Cozinheira	Tem	Um	Tem	Laurinda Garcia Leal	
94	Manoel	Preta	42	Solteiro	Lavoura	Incapaz		Tem	Manoel Alves de Assis	
95	José	Preta	24	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Manoel Alves de Assis e	

									outros	
96	Rita	Preta	20	Solteira	Cozinheira	Capaz		Tem	Manoel Alves de Assis e outros	

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
97	Barbara	Preta	23	Solteira	Cozinheira	Tem	Um	Tem	Manoel Antonio Lemos	
98	Francisco	Preta	49	Casado	Lavoura	Tem	Dois	Tem	Manoel Garcia da Silveira	
99	Maria	Preta	26	Casada	Cozinheira	Tem	Dois	Tem	Manoel Garcia da Silveira	
100	Manoel	Preta	29	Casado	Lavoura	Capaz		Tem	Manoel Garcia da Silveira	
101	Victoria	Preta	18	Casada	Cozinheira	Capaz		Tem	Manoel Garcia da Silveira	
102	Rufino	Preta	36	Casado	Lavoura	Capaz		Tem	Manoel Garcia da Silveira	
103	Izidora	Preta	33	Casada	Tecedeira	Capaz		Tem	Manoel Garcia da Silveira	
104	Clemencio	Preta	49	Solteira	Cozinheira	Tem	Três	Tem	Manoel Garcia da Silveira	
105	Sabina	Preta	19	Casada	Cozinheira	Tem	Cinco	Não	Manoel Leal Garcia	2 da família são livres
106	Bernardo	Preta	39	Casado	Lavoura	Tem	Cinco	Não	Manoel Leal Garcia	2 da família são livres
107	Theodora	Preta	31	Casada	Cozinheira	Tem	quatro	não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
108	Marcelino	Preta	32	Casado	Lavoura	Tem	Quatro	Não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
109	Luiza	Preta	17	Casada	Tecedeira	Tem	Dois	Não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
110	Januario	Preta	61	Casado	Lavoura	Tem	Dois	Não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
111	Mathildes	Preta	45	Casada	Fiandeira	Tem	Três	Não	Manoel	

									Leal Garcia	
112	Joaquim	Preta	40	Casado	Lavoura	Não	Três	Não	Manoel Leal Garcia	1 da família é livre
113	Graciano	Preta	44	Casado	Lavoura	Tem	Dois	Tem	Manoel Martins Teixeira	

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
114	Rita	Preta	26	Casada	Cozinheira	Tem	Dois	Tem	Manoel Martins Teixeira	
115	Miguel	Preta	42	Casado	Lavoura	Tem	Dois	Tem	Manoel Martins Teixeira	
116	Eva	Parda	16	Solteira	Costureira	Capaz	Um	Tem	Manoel Martins Teixeira	1 filho livre
117	Rafael	Preto	48	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Manoel Silvério Nogueira	
118	Sabina	Preta	21	Solteira	Fiandeira	Tem	3 filhos livres	Tem	Maria Garcia Leal	1 da família é livre
119	Manoel	Preta	62	Viúvo	Lavoura	Incapaz		Tem	Maria Garcia Leal	
120	Antonio	Preta	62	Solteiro	Lavoura	Incapaz		Tem	Maria Garcia Leal	
121	Marcos	Preta	29	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Maria Garcia Leal	
122	Paulo	Preta	22	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Maria Garcia Leal	
123	Luiza	Preta	42	Solteira	Cozinheira	Capaz		Tem	Maria Garcia Leal	
124	Anna	Preta	18	Solteira	Cozinheira	Capaz		Tem	Maria Garcia Leal	
125	Inocência	Preta	10	Solteira	Fiandeira	Capaz		Tem	Maria Garcia Leal	
126	Maria	Preta	20	Solteira	Fiandeira	Tem	2 filhos livres	Tem	Maria Garcia Leal e outros	
127	Francisca	Preta	23	Solteira	Cozinheira	Tem		Tem	Maria Jesuína de Santos Ge	
128	Theodora	Parda	14	Solteira	Fiandeira	Capaz		Tem	Messias Pinto de	

									Oliveira	
129	Manoel	Preta	36	Solteira	Lavoura	Capaz		Tem	Nicesio Ferreira de Mello	

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observações
130	Firmiano	Preta	30	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Nicesio Ferreira de mello	
131	Maria	Preta	31	Casada	Cozinheira	Tem	Cinco	Não	Quitino Garcia Leal	2 da família são livres
132	Joana	Parda	32	Solteira	Fiandeira	Tem		Tem	Ricardo Barbosa Sandoval	
133	Graciana	Preta	10	Solteira	Fiandeira	Tem		Tem	Ricardo Barbosa Sandoval	
134	Manoel	Pardo	14	Solteiro	Lavoura	Capaz		Tem	Sebastiana – Orphão de Joaquim Bernardo	
135	Antonia	Preta	14	Solteira	Cozinheira	Capaz			Sebastiana – Orphão de Joaquim Bernardo	
136	Hermenegildo	Preta	41	Casado	Lavoura	Capaz		Tem	Senhorinha Francisca de Jesus	
137	Jacintha	Preta	36	Casada	Cozinheira	Capaz		Tem	Senhorinha Francisca de Jesus	
138	Maria	Preta	20	Solteira	Fiandeira	Capaz		Tem	Senhorinha Francisca de Jesus	
139	Eufrásia	Parda	36	Casada	Cozinheira	Não	Seis	Não	Senhorinha Francisca de Jesus e outros	2 da família são livres
140	Matheus	Preta	38	Casado	Lavoura	Tem	Seis	Não	Senhorinha Francisca de Jesus e outros	2 da família são livres
141	Maria	Preta	39	Solteira	Cozinheira	Tem	Cinco	Tem	Silvério Antonio Costa	1 da família é

										livre
142	Pedro	Preta	27	Solteiro	Lavoura	Tem		Tem	Viúva de Marçal G. Roiz	

Fonte: Livro de Classificação dos escravos para serem libertados / Fundo de Emancipação / 1874.
Arquivo da Câmara Municipal de Santana de Paranaíba.

ANEXO 2

FLEURY, Justiniano Augusto de Salles [1925]. O descobrimento do sertão e fundação da povoação de Sant'Anna do Paranahyba: artigos extrahidos do *Republicano* de Cuyabá, de 12 de dezembro de 1895 e números subseqüentes. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, anos 6/7, t. 13, 1925, p. 30-46.

Perde-se das dobras do passado anterior a 1835 o descobrimento do sertão por muitos anos cogminado em Minas e S.Paulo – Sertão dos Garcias - o qual constitue na atualidade o importante munucípio de Santana do Parnahyba .

Foram seus primeiros descobridores os mineiros, irmãos, de origem portuguesa: Capitão dos antigos melicias José Garcia Leal e Alferes Januario Garcia Leal, João Pedro Garcia Leal, Joaquim Garcia Leal, homens laboriosos e intrépidos sertanistas, mais ou menos abastados, pois nele entraram com numerosos carros de bois, conduzindo grande carregamento de viveres, ferramentas para o trabalho, escravos, animais cavaliães evaccum, a fim de se dedicarem à lavoura e à criação.

José Garcia, homem resoluto, de gênio empreendedor, de rara corafem e valor, internou-se desde loogo para o vasto sertão descobrindo e apossando-se de extensas terras com excelentes campos de criar e matas de cultura, assignalando treze posses, uma para cada um dos treze filhos que o acompanhavam.

Imitando-o seus três irmãos que igualmente trouxeram filhos, internarão-se do mesmo modo, descobrindo e tomando posse de algumas sesmarias.

Estes denodados campeões do deserto, homens que idéas liberaes , projectavam o povoamento daquella região e não queriam as terras sómente para si e seus filhos, pois que foram logo cedendo partes dellas aos seus convidados, aos novos emigrantes mineiros e paulistas que os adquiriam por ínfimo preço.

Houve então e até muitos, e até muitos annos depois, sesmarias que foram permutadas por um Cavallo, por um burro , um carro, uma espingarda de dous canos, etc.

Depois dos irmão Garcias entraram. Creio que em 1838, e estabeleceram-se naquele sertão o capitão João Alves dos Santos, o capitão José Coelho de Souza, Manoel Antonio Tostas, Miguel da Costa Lima, Desidorio Ruiz da Costa, Joaquim Limos da Silva, Pedro Francisco de Sales Souza Fleury, e seguidamente muitos outros.

O capitão João Alves já possuía uma boa fortuna consistente em muitos bons escravos, carros, bois, e gado vaccum e cavallar; e além de sua esposa D. Francisca Alves dos Santos que foi uma matrona respeitabilíssima por suas virtudes e pela prática da caridade, e de quatro filhos, vieram acompanhados de diversos parentes pobres, porém trabalhadores.

Fazendo o capitão João Alves aquisição da metade da extensa fazenda do --- Barreiro ---que lhe cedera o Alferes Januario Garcia, nestas terras, no sitio junto ao córrego da m---Irara---, montou um formoso estabelecimento de lavoura e criação.

Foi este bondoso cidadão, político do partido conservador, quem de suas terras fez cessão de um patrimônio em que se fundou uma povoação sob a invocação de N. S. Sant'Anna, por chamar-se Anna a virtuosa esposa do primeiro descobridor daquelas paragens.

No local mais elevado desse patrimônio, foi construída, a expensas dos Garcias e mais moradores a primeira igreja de madeira roliça, coberta de palha que foi dotados dos parâmetros necessários pelo sobredito capitão João Alves e uma rica imagem da padroeira pela já referida D. Anna Angelica de Freitas, mulher do capitão Garcia.

Foi naquela época, talvez inferior a 1840, que os primeiros habitantes de Sant'anna dos Garcias, orientados pelo illustrado Pedro Salles dirigiram uma representação ao Governo de Govaz, solicitando a nomeação de Agentes seus que administrassem a nova povoação. O governo govano nenhuma providencia tomou.

Foi então que o intrépido Capitão José Garcia Leal resolveu apellar para o governo a província de Matto Grosso empreendendo pela primeira vez difficilima viagem por sertões ainda desconhecidos. habitados somente pelos selvagens e sem caminho ate cuyaba! No vale do rio São Lourenço, em sua fazenda de santo Antonio da Barra encontra-se nosso sertanejo e valente viajor o homem a quem procurava: o capitão Antonio Jose da silva, influencia política em cuiyaba, que foi solícito em providenciar de maneira a serem propitamente atendida e satisfeitas as justas reclarações do povo da nascente povoação de Sant'Anna.

O capitão Garcia Leal regressou investido do cargo de Delegado do Governo de Matto-Grosso com amplos poderes de administrar de administrar e tudo fazer em beneficio áquella localidade.

Seguiu-se a abertura de algumas estradas, de portos, de passagem em alguns rios, a colocação de canoas nestes logo para as communições uma linha de correio desta capital á Sant'Anna. Colocada previamente para estes serviço no alto Piquiry.

Como em 1835 foi a revolução de 1842, que fez affluir grande numero de emigrantes mineiros e paulistas para o sertão dos Garcias.

Elevada a povoação de Sant'Anna a districto de Paz, creio que em 1844 encontrei já pessoal sufficiente para os diversos cargos publicos.

Foram seu primeiro parochio por Provizão do Bispo de Cuyabá, o Padre Francisco de Salles Fleury: o primeiro professor publico e escrivão do Juizo de Paz e da Sub Delegacia de policia Luiz Beltrão de Souza, irmão do mesmo vigário, primeiro collecter e Agente do correio, José Ruiz Anacleto, genro do capitão Garcia, primeiro director dos índios Cayapós, aldeiados à margem direita do rio Paraná, junto salto grande do Urubupungá, o capitão José Garcia Leal, primeiro Juiz de Paz, o capitão Jose Coelho de Souza, e primeiro sub-delegado Joaquim Limos da Silva.

Seria de prisão publica uma casa particular, onde via-se um grande tronco de madeira de pezo, e pendentes a um lado uma thesoura e uma grande palmatória.

Gosavam as autoridades de muitoi respeito e a sua acção era efficaz: a prisão em tronco e o castigo de bolos produziam tão bons effeitos, que naquelles tempos não se atrevia o assassino a dar uma passeio a sede do districto.

O crime de morte era raríssimo, e não se viam vadios e vagabundos.

Não se viam cadeas publica, mandada construir pelo governo provincial aquelle districto foi despendida a quantia de 400\$; com uma ponte sobre o rio Sant'Anna , 400\$ e com a constucção de curraes e collocação de barca no rio Paranyha 300\$. A cadea publica accrescentou o Vigario á sua custa um varandão destinado ao alojamentodas praças do destacamento. A parochia ou freguezia de Sant'Anna do Paranyha foram marcados os limites seguintes: o rio Paraná da Foz do rio Pardo acima ate a do paranyha, por este até suas cabeceiras: uma linha tirada deste ao rio Caiapó do Sul, por este ao Araguaya até as suas fontes , destas em linha ás cabeceiras do rio Pardo e por este ultimo até o Paraná. (Lei Provincial n. 9 de 28 de junho de 1850),

A despeito porem, dessa divisão civil e ecclesiástica das freguezias da Provincia de Matto Grosso, foi sempre respeitado e até hoje considerado como divida da freguezia do Paranyha, não o rio Corrente mas o antigo rio Doce, vulgo rio Verde, o primeiro que entra no Paranyha acima da Barra do sobredito rio Corrente.

E tanto é certo isto que os habitantes do território comprehendido entre o rio Corrente e o Rio Verde estão alistados, quer como jurados, quer como eleitores, quer como guarda nacionaes em Sant'Anna do Paranyha, onde votam e a cujas autoridades

prestam obediência, acrescentando que ali deram a resgistro as suas terras em 1855 e 1856 e agora em 1894.

Pertenceu esse districto primeiramente ao termo de Cuyabá, depois ao de Poconé, onde vieram votar alguns dos seus eleitores e de onde foi também a Sant'Anna um Juiz supplente, com seu escrivão fazer inventários; e por ultimo ao da Villa de Miranda; ficando este a 160 leguas e aquelle a 180.

Creada naquelle districto uma companhia avulsa de guardas nacionaes, foram para Ella nomeados os seguintes officiaes: capitão commandante Joaquim Lemos da Silva; tenente Francisco Garcia Leal e José Silvestre de Souza; os quaes logo alli se apresentaram fardados.

O capitão José Garcia Leal, depois de haver collocado seus treze filhos, um em cada uma das sesmarias que possuía, cada um com cem rezes de crear, um casal de escravos e dois cavallos, tratou de montar como effectivamente montou, um importante estabelecimento agrícola na fazenda da Serra, nome que lhe adveio do primeiro engenho do serrar allmontado, junto ao rio Sant'Anna, A seis Kilometros da freguezia.

Para o trabalho de agricultura, mandou seus filhos José Garcia e Cassiano Garcia effectuarem na matta do Rio de Janeiro a compra de uma partida de africanos novos (vinte e tantos, inclusive alguns incommodados por outros fazendeiros). Estes africanos, ales do trabalho, da lavoura, prestavam-se optimamente ao trabalho das monções em barcos tocados a remo e varas para o porto de Piracicaba, na província de S. Paulo.

As aldeãs dos índios Cayapós do Urubupungá e Monte Alto fundiram-se em um só aldeamento, um optimismo terreno a 2 kilometros do porto do rio Paranyha e a 9 ditos da freguezia.

Estes índios eram aproveitados nos trabalhos dos mineiros para piracicaba, no serviço de transporte de gado exportado por aquelle porto, no trafego effectivo da barca de passagem e até mesmo no trabalho da roça.

Não chegava a duzentos e cincoenta o números de índios aldeiados; alem da caça e da pesca em seu aldeamento criavam porcos e gallinhas, e plantavam canna, milho, feijão, mandioca e batata; mas porque a colheita nunca os abastecia para passar o anno, de quando em vez saiam em magotes a mendigar pelas fazendas, sempre mansa e pacificamente, sem que jamais praticassem roubos ou devastações. A medida que foram se habituando a nossos costumes, foram abandonando o aldeamento, hoje reduzido a uns 60 indios de ambos os sexos, os quais procuravam a igreja para o baptizamento de seus filhos e para o casamento; ouvem missa e apreciam as festas.

Manteve o districto de Sant'Anna do Parahyba desde seu começo até 1865 pouco mais ou menos, activo commercio com a cidade paulista de Piracicaba.

Este commercio se fazia em canos, batelões e barcas que desciam os rios Parahyba e Paraná e subiam o Tietê e Atibaia até o porto daquela cidade e vice-versa; sendo feito por terra a força de braços a baldeação não somente desses vasos como do seu carregamento nas travessias dos Saltos do Urubupungá, no Paraná, do Itapura e Avanhandava, alem de duas formidáveis cachoeiras do Tietê.

Essas monções eram annuaes e por ellas se exportavam milhares de rolos de algodão branco tecido no sertão, algodão em ramas, queijo em grande quantidade, muito tocinho; e importavam as, café, ferro, fazendas e outras mercadorias.

Muitas vezes o producto do carregamento de um batelão deu para o seu novo carregamento em Piracicaba.

O commercio, a industria pastoril e a lavoura progrediam em Sant'Anna do Parahyba com a máxima animação porquanto havia alguns agricultores os capitães José Garcia Leal e João Alves dos Santos, que recolhiam annualmente aos paioes de suas fazendas 100,120,130 carros de grosso milho branco; 3000 e 400 alqueires de feijão; 600 e 800 alqueires de arroz; fabricavam assucar e aguardente em grande quantidade; mantinham centos de porcos nas cevas; desenvolviam a criação de gado vaccum: fabricavam muitos milhares de queijo e manufacturavam algodão, que exportavam; e além de todos isto o capitão Garcia trazia os seus armazéns repletos de sal, café, fumo, fazendas e outras mercadorias que mandou vir de Piracicaba em suas monções, duas vezes, por anno, abastecendo dest'arte a todos os habitantes do vasto sertão.

Havia mais alguns negociantes de sal, café, fazenda, seca e ferragem, bem como alguns outros fazendeiros como fossem Januario Garcia, João Alves, Januario de Souza Teixeira que expediam igualmente suas monções para Piracicaba.

Mas o capitão José Garcia Leal, o verdadeiro patriarcha daquela terra, negociava com proverbial probidade, não conhecia a usura, contentava-se com pequeno lucro e foi assim que conseguiu atrair para Sant'Anna do Parahyba o commercio sertanejo de todo o centro, desde o Piquiry, Taquary, Rio Claro, Jatahy, e Cayapó, da vizinha provincia de Goyaz, cujos habitantes lá iam prover-se de sal, café, fazendas, ferramentas e outros artigos.

Era um gosto ver-se naquella época e por ocasião das festas de Natal, Paschoa e Ressureição e do Espirito Santo, os numerosos carros e o concurso do povo, que dava a

nossa florescente freguezia um aspecto verdadeiramente festival, rodeado das mais lisongeiras esperanças!

Oh! Como foram bellos e risonhos aquelles tempos que não voltam mais!

Que saudosas recordações eu tenho da infância da minha querida Pátria!

Crescida a população da freguezia de Sant'Anna do Parahyba, luctando os seus habitantes com dificuldades insuperáveis no ramo cocernente a justiça civil, criminal e orphanologica, visto que distava Ella 160 legoas do termo judiciário a que estava aunexa; accenptuou-se de um modo decisivo a necessidade palpitante e inadiável de sua elevação á cathegoria de Villa.

Havia já já desaparecido entre os vivos alguns dos seus homens conceituados, mas em compensação havia entrado numero superior de cidadão, aliás prestimosos, merecendo especial menção o nome de Martin Gabriel de Mello Toques.

Como preparativo para a recepção da nova phase o venerando ancião, capitão José Garcia Leal mandara edificar uma nova igreja matriz por uma planta tirada da Matriz de Piracicaba, exclusivamente á sua custa, até o ponto de serem levantadas as paredes; estas foram afinal feitas as expensas de diversos cidadãos, encarregando-se patrioticamente da conclusão da obra o prestante cidadão Martin Gabriel de Mello toques, que dotou ainda a nova matriz com dois sinos, algumas alfaias e utensílios.

Fora ao mesmo tempo mudado cemiterio publico para um outro local mais apropriado, e reparada ais ligeiramente a cadeia publica.

No anno de 1856 foi lida na Assembleia Provincial uma representação do Vigario de Sant'Anna do Parahyba, demonstrando a necessidade indeclinável de ser a sua freguezia elevada a cathegoria de Villa, a fim de que tivessem os seus habitantes muitos recursos de que careciam e que com tantos e tão variados sacrificios vinham demandar nesta capital ou na longínqua Villa de Miranda.

Tomada em consederação a justa aspiração do povo de Sant'Anna, foi aquella localidade effectivamente elevada a cathegoria de Villa com os mesmos limites da freguezia pela lei provincial n. 5 de 4 de julho de 1857. Foi extraordinário o contentamento jubiloso, o regosijo dos habitantes de Sant'Anna ao reebrem a grata nova.

Esgotou-se todo o vinho e cerveja que havia; na falta de musico tocaram as violas, ao som das quaes dançaram entusiasticamente ate o amanhecer do dia seguinte.

Pela primeira e ultima vez viu-se nesta noite o nosso venerando Vigario dançar contradanças figuradas e tornar-se ébrio de prazer pois que elle via fructiferando a sementeira que com esmero ali lançára desde 1838.

Por escriptura de 10 de agosto daquelle mesmo anno de 1857, o patriótico cidadão Martin Gabriel de Mello Toques, (hoje fallecido) e sua Exma. Senhora D. Anna Fausta Fagundes de Mello, que ainda vive doaram ao publico da nova Villa uma casa de espaçosos salões para as secções da Camara Municipal.

Em conseqüência, mandou o Vice-Presidente da província, tenente coronel Açbano de Souza Ozorio proceder a eleição da primeira camara da nova Villa de Sant'Anna do Parahyba, a qual instalou-se e tomou posse em janeiro de 1859, sendo composta dos vereadores seguintes:

- 1.- Sebastião José Ruiz de Queiroz (então recém chegado de Minas)
- 2.- Capitão José Garcia Leal
- 3.- Martin Gabriel de Mello Toques
- 4.- Joaquim Lemos da Silva
- 5.- José Alves dos Santos
- 6.- Major Jesuino Joaquim Guimarães (recém chegado de Minas)
- 7.- Padre Mariano José Verigal Penna (Idem)

A lista sextupla de supplentes do juiz municipal e do delegado de policia do termo ficou assim composta:

- 1.- Sebastião José Rodriguês de Queiroz
- 2.- Martin Gabriel de Mello Toques
- 3.- José Alves dos Santos
- 4.- José Joaquim de Moraes
- 5.- Joaquim de Oliveira Simões

O vigário Francisco de Salles Souza Fleury continuou como dantes a exercer o cargo de inspector parochial de instrucção publica primaria, collocando coadjutor Padre Marianno, na cadeira de professor publico, leccionando ao mesmo tempo musica, por contracto particular, pelo que, excusando-se de servir o cargo de verador, foi preenchido o seu lugar pelo 1º supplente Manoel dos Passos de Jesus.

Reinava até então entre pacatos e ordeiros habitantes daquelle município um so pensamento e a mais completa harmonia.

Na segunda eleição municipal, porem, appareceu a divergência.

O virtuoso, modesto e humilde padre Salles que dirigira com o Maximo escrupulo, tino e prudência o bem montado partido liberal do logar, foi derrotado nas urnas por seu afilhado, e amigo Sebastião José Roiz de Queiroz, a quem havia collocado nas primeiras posições officiaes!

Sebastião de Queiroz collocou-se então na chefia do partido conservador ate que se lhe offerecesse oportunidade para tomar o bastão do illustre vigário, facto este que verificou-se mais tarde na administração de Presidente Dr. J. V. Couto de Magalhães, em 1866.

RIO CORRENTE

Nasce este rio no descambar do planalto do Cayapó do sul, corre de N. E. ao Noroeste até sua embocadura no rio Parahyba, com um percurso de 60 a 70 legoas.

Parallelas correm na mesma direção, a direita, o rio Aporé, ou dos Peixes, a esquerda o rio Verde do norte, que divide o município com o de Jatahy do visinho Estado de Goyaz.

Na margem direita do rio corrente, 16 legoas aquém do Parahyba e a 24 da sede do município, foi fundado há mais de 30 annos por Domingos Barbosa Passos, José da Silva Borges e Manoel Martins Teixeira uma povoação com a invocação de Senhor dos Passos, a qual doaram para patrimônio cerca de uma legoa deoptimo terreno. Logo no inicio ahi fizeram uma capellinha coberta de palha e mandaram vir para Ella a imagem de porte natural do respectivo padroeiro.

O Exmo. Presidente da então provincia, Coronel José Maria de Alencastro em virtude da representação da Camara Municipal de Sant'Anna. Por acto n.251 de 23 de julho de 1871 elevou o território do rio corrente a districto policial com as divisas seguintes?

Começando na bocca do rio Verde do Parahyba Pelo rio verde acima até confrontar com as nascentes do riacho Babylonia ou Cayapó do Sul, destes á cabeceira do ribeirão formoso, desta em rumo á primeira vertente do ribeirão do Prata, por este ribeirão ao rio Aporé ou dos Peixes , por este abaixo ao Parahyba e finalmente por este acima até a foz do rio Verde.

A Camara Municipal, representando sobre a conveniência da criação do districto policial no rio Corrente, acrescentou em 1871 que já havia alli pessoal em numero sufficiente para um conselho de jurados.

E ,com effeito, é o districto do Rio Correntes, todo habitado e até mesmo mais populoso, sendo seus principaes e mais abastados fazendeiros os cidadãos: Major Flavio Garcia de Souza, cuja fortuna, no valor de suas fazendas de criação, gado vaccum e bovino, cavalllar e muar: prédios rústicos e dinheiro, e calculada em 400.000\$; Capitão Francisco de Paula Garcia, Candido Pereira de Oliveira, Jose Flavio Garcia, Joaquim Ferreira de Moraes, Izaias da Silva Borges, Abrahão Barbosa de Souza, Antonio Candido da Silva Borges, José Justino da Silva Filho, Manoel Severino e outros, os quaes todos têm os seus estabelecimentos ruraes perfeitamente montados.

A industria pastoril nesse districto tem prosperado muito, devido não somente aos seus optimos campos de crear, mas ainda aos desvellos com que a Ella se dedicam os fazendeiros, introduzindo no gado lindos touros de raça, comprados aos preços de cinco e 12 contos de réis cada um.

Além da criação do gado a agricultura tem igualmente ahi desenvolvido de tal que passa a ser a zona mais agrícola de todo o município.

E a que mais abastece a cidade de Paranyha de gêneros alimentícios, e onde mais desenvolve a plantação do café, existindo já muitos cafezaes formados.

E ainda pequeno o povoado do rio Corrente, podendo contar apenas umas dez ou doze casas havendo, porem, no patrimônio, numerosos habitantes.

Arruinada a primeira Capella, foi no lugar construída uma outra coberta de telhas.

Com pequena interrupção tem sido ahi mantida pelosm Paes de família uma escola de primeiras letras, p.is há grande numero de meninos em idade escolar.

Existe no porto do Rio Corrente, uma barca de arame de propriedade particular, que proporciona fácil passagem aos viajantes; existe também no mesmo local um engenho de serra movido á água do mesmo rio, encanada de um salto que fica ahi próximo; projecta-se fazer uma fabrica de assucar.

Do Rio Corrente, há estrada para Goyaz, para Minas, passando pelo Porto de S. Domingos no Paranyha, para Sant'Anna, Campo Grande e Coxim.

E na sede deste distrito que tem-se reunido a mesa da 3ª Secção eleitoral do município; ahi têm votado os eleitores alistados no Rio Verde sendo certo que todos os habitantes da margem direita do mesmo rio Verde, deram suas terras a registro em Sant'Anna Paranyha, onde igualmente procuram os recursos judiciários de que carecem.

Creio haver demonstrado quanto basta para convencer os competentes da necessidade e conveniência de passar o Rio Corrente a Distrito de Paz, com quem e justamente os seus habitantes.

(Extr. Dos Apontamentos, do Major Justiniano Fleury. – O republicano, de 15 de março de 1896.)

ANNEXO N. III

BAHUSINHO ()

Distante umas sessenta léguas da cidade do Paranahyba, logo abaixo das nascentes do rio Sucuriú, confronte as cabeceiras do Rio Taquary, Araguaya e Aporé, acha-se o districto policial do Bahusinho, antes conhecido pela denominação do Senhor Bom Jeus do Sucuriú, que teve por fundador o fallecido major Martim Gabriel de Mello Toques.

Por entre as nascentes dos mencionados rios há uma planície muitíssimo elevada, a que dão o nome de chapadões, de vastíssimas campinas, a perder de vista, de muitas léguas de excellentes pastagens ara a criação de gado. Logo abaixo, porém, desse planalto o terreno é em geral arenoso, composto de recortadas serras, morros e montes mais ou menos elevados, altos e baixos, que se chamam taboleiros, espigões e várzeas, tudo banhado por alguns riachos, muitos ribeirões e um sem numero de córregos de crystalinas águas.

Tomou Bahusinho impulso por ocasião da guerra com o Paraguay, por ter sido ali ponto de reunião das tropas expedicionárias de S. Paulo e Minas, sob o commando em chefe do General Galvão, continuando como deposito de artigos bellicos e de gêneros alimentícios até a terminação da guerra. A povoação é servida por um bom veio d'agua, constando por enquanto apenas de dez ou doze casas em a arruamento, de uma capella, tendo porem em seu circuito algumas chácaras e muitos moradores.

Bahusinho é situado ao lados esquerdo de um córrego do mesmo nome, que junta-se ahi ao ribeirão do Bahu, que com o nome de Sucuriusinho, três léguas além, entra no rio Sucuriú.

Deriva o nome de Bahusinho de um Pittoresco e aprazível morro de forma abahulada que dali se avista ao norte, a um Kilometro.

Ultimamente em uma festa do Senhor Bom Jesus que alli se celebra todos os annos, o povo de aquella povoação o nome de Bella Vista e com muito acerto; porque em verdade não podem haver campos, veredas e paizagens de vistas mais bellas.

A três léguas de distancia, junto a um arroio á margem direita do rio Sucuriú, na Fazenda dos Dous Corregos, existe uma fonte de água mineral que tem feito curas miraculosas.

Em summa, o aspecto de todo o alto sucuriú, que comprehende Bahús e Bella Vista do Bahusinho, é todo elevado e aprazível, de uma ventilação, freqüente e variada, de terra vermelha, de lindíssimos campos de crear e ubérrimas inattas de culturas, tendo sobretudo um clima geralmente agradável e muito salubre.

E indubitavelmente, o logar mais sadio de todo o município a que pertence.

Alli cruzam-se as estradas de Coxim para o Araguaya, Cayapó, Jatahy, Correntes, e S. Domingos, Sant'Anna, bem como dos Bahus para Campo Grande.

Districto policial há cerca de 25 annos, dotado pela recente lei n. 126, de 21 de fevereiro ultimo (1896) de uma escola mixta de instrucção primaria, resta agora que lhe conceda a nossa patriótica Assembleia Legislativa o foro de juízo de Paz, facilitando dest'arte aos seus habitantes a justiça para o processo e julgamento dos pequenos delitos, para as causas cíveis da alçada e para os actos do casamento civil.

(Extr. d'O Republicano, de Cuiabá, de 8 de março de 1896).